

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

FILLIPI LÚCIO NASCIMENTO DA SILVA

MATAR E MORRER EM MACEIÓ:

Um estudo sociológico sobre as configurações da violência letal na capital alagoana

RECIFE

2024

FILLIPI LÚCIO NASCIMENTO DA SILVA

MATAR E MORRER EM MACEIÓ:

Um estudo sociológico sobre as configurações da violência letal na capital alagoana

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Mudança social

Orientador: Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior

Coorientador: Prof. Dr. Fernando de Jesus Rodrigues

RECIFE

2024

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Fillipi Lucio Nascimento da.

Matar e morrer em Maceió: um estudo sociológico sobre as configurações da violência letal na capital alagoana / Fillipi Lucio Nascimento da Silva. - Recife, 2024.

238 f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2024.

Orientação: José Luiz de Amorim Ratton Júnior.

Coorientação: Fernando de Jesus Rodrigues.

1. Maceió; 2. Homicídios; 3. Fatores Socioeconômicos; 4. Facções; 5. Políticas de Segurança Pública. I. Júnior, José Luiz de Amorim Ratton. II. Rodrigues, Fernando de Jesus. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

CDD 301

FILLIPI LÚCIO NASCIMENTO DA SILVA

**MATAR E MORRER EM MACEIÓ:
Um estudo sociológico sobre as configurações da violência letal na capital alagoana**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Mudança social

Aprovada em: 23/07/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior (Presidente)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof.a. Dra. Nara de Carvalho Pavão (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE)

Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco (DCP/UFPE)

Prof. Dr. Raul da Mota Silveira Neto (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco (Decon/UFPE)

Prof.a. Dra. Rayane Maria de Lima Andrade (Examinador Externo)
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

RESUMO

Entre os anos de 2006 e 2013, Maceió foi eleita a capital mais violenta do Brasil, com taxas de homicídio na faixa dos 100 por 100 mil habitantes. O ano de 2008 demarcou o ápice de uma escalada de violência que teve início no final dos anos 1990. Também foi a partir de 2008 que a taxa local de homicídio começou a cair, empreendendo uma trajetória de queda que se estendeu até 2021, inclusive, alcançando valores mais baixos do que aqueles observados no início da série. Os poucos estudos locais disponíveis atribuem essas variações bruscas da taxa de homicídio da capital alagoana a diferentes fatores, mas não conseguem demonstrar efetivamente seus efeitos. Esta tese compreende avanços em relação aos referidos estudos, uma vez que, ao mobilizarmos um amplo conjunto de dados e diferentes instrumentos empíricos, reunimos evidências que embasam uma explicação mais robusta em torno das configurações da violência letal em Maceió. A partir de regressões com dados em painel e efeitos fixos, verificamos que, entre os fatores sociodemográficos e econômicos, a proporção de homens jovens negros e a desigualdade de renda (mensurada pelo índice de Gini) apresentaram uma maior contribuição na explicação da variação positiva da taxa no curso das últimas duas décadas. Do desenvolvimento de controles sintéticos, observamos que a chegada das facções repercutiram na sustentabilidade das altas taxas de homicídio no tempo. Já os modelos autorregressivos de médias móveis (ARIMA) serviram na apuração da contribuição do programa Brasil Mais Seguro na redução imediata da taxa, muito embora tenhamos observado que esse efeito não foi efetivamente sustentável. E em um exercício de análise das complexidades não captadas na documentação das variações da taxa, recorreremos à Análise Qualitativa Comparativa (QCA), obtendo a partir dela evidências que referenciam significativas diferenças nas formas de matar e morrer para grupos de gênero, raça e faixa etária. Os limites e as possibilidades da tese também são discutidos.

Palavras-chave: Maceió. Homicídios. Fatores Socioeconômicos. Facções. Políticas de Segurança Pública.

ABSTRACT

Between 2006 and 2013, Maceió was elected the most violent capital in Brazil, with homicide rates reaching 100 per 100,000 inhabitants. The year 2008 marked the peak of an escalation of violence that began in the late 1990s. It was also from 2008 that the local homicide rate began to fall, embarking on a downward trajectory that extended until 2021, even reaching lower values than those observed at the beginning of the series. The few available local studies attribute these abrupt variations in the homicide rate of the Alagoas capital to different factors, but fail to effectively demonstrate their effects. This thesis represents advances in relation to the aforementioned studies, since, by mobilizing a broad set of data and different empirical instruments, we gathered evidence that supports a more robust explanation of the configurations of lethal violence in Maceió. Through panel data regressions with fixed effects, we verified that, among the sociodemographic and economic factors, the proportion of young black men and income inequality (measured by the Gini index) had a greater contribution in explaining the positive variation of the rate over the last two decades. From the development of synthetic controls, we observed that the arrival of factions had an impact on the sustainability of high homicide rates over time. ARIMA models, on the other hand, served to verify the contribution of the Brasil Mais Seguro program in the immediate reduction of the rate, although we observed that this effect was not effectively sustainable. And in an exercise of analyzing the complexities not captured in the documentation of the variations in the rate, we resorted to Qualitative Comparative Analysis (QCA), obtaining from it evidence that references significant differences in the ways of killing and dying for gender, race, and age groups. The limitations and possibilities of the thesis are also discussed.

Keywords: Maceió. Homicides. Socioeconomic Factors. Factions. Public Security Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------|--|-----|
| Figura 1 | Evolução das taxas nacional e regionais de homicídio (1980-2020) | 10 |
| Figura 2 | Evolução das taxas de homicídio dos estados da região Nordeste (1980-2020) | 11 |
| Figura 3 | Evolução da taxa de homicídio de Maceió (2000-2020) | 12 |
| Figura 4 | Fluxograma das etapas e processos da revisão sistemática dos estudos internacionais | 20 |
| Figura 5 | Distribuição geográfica dos estudos internacionais selecionados | 21 |
| Figura 6 | Distribuição dos estudos internacionais selecionados por ano de publicação | 22 |
| Figura 7 | Distribuição dos estudos internacionais selecionados por técnica de pesquisa | 23 |
| Figura 8 | Fluxograma das etapas e processos da revisão sistemática dos estudos nacionais | 45 |
| Figura 9 | Distribuição geográfica dos estudos nacionais selecionados | 47 |
| Figura 10 | Distribuição dos estudos nacionais selecionados por ano de publicação | 48 |
| Figura 11 | Distribuição dos estudos nacionais selecionados por técnica de pesquisa | 49 |
| Figura 12 | <i>Heatmap</i> do número absoluto de homicídios das capitais brasileiras (2000-2020) | 74 |
| Figura 13 | <i>Heatmap</i> das taxas de homicídio das capitais brasileiras (2000-2020) | 75 |
| Figura 14 | <i>Heatmap</i> do número absoluto de homicídios das microrregiões do estado de Alagoas (2000-2020) | 78 |
| Figura 15 | <i>Heatmap</i> das taxas de homicídio das microrregiões do estado de Alagoas (2000-2020) | 79 |
| Figura 16 | Série temporal mensal das taxas de homicídio nas capitais (janeiro de 1996 a fevereiro de 2003) | 97 |
| Figura 17 | Série temporal mensal das taxas de homicídio de homens jovens nas capitais (janeiro de 1996 a fevereiro de 2003) | 98 |
| Figura 18 | Evolução das taxas de homicídio de Maceió real e Maceió sintética (1996-2016) | 103 |
| Figura 19 | Evolução das taxas de homicídio de homens jovens de Maceió real e Maceió sintética (1996-2016) | 103 |
| Figura 20 | Evolução do <i>gap</i> das taxas de homicídio de Maceió real e Maceió sintética (1996-2016) .. | 104 |
| Figura 21 | Evolução do <i>gap</i> das taxas de homicídio de homens jovens de Maceió real e Maceió sintética (1996-2016) | 105 |
| Figura 22 | Teste placebo sobre as taxas de homicídio das capitais componentes do grupo de controle e seus sintéticos | 106 |
| Figura 23 | Teste placebo sobre as taxas de homicídio de homens jovens das capitais componentes do grupo de controle e seus sintéticos | 107 |
| Figura 24 | Evolução das taxas de homicídio de Maceió real e Maceió sintética (1996-2022) | 114 |
| Figura 25 | Evolução do <i>gap</i> das taxas de homicídio de Maceió real e Maceió sintética (1996-2016) .. | 115 |
| Figura 26 | Funções de autocorrelação da série da taxa de homicídio de Maceió antes da diferenciação (1996-2022) | 116 |
| Figura 27 | Funções de autocorrelação da série da taxa de homicídio de Maceió depois da diferenciação (1996-2022) | 117 |
| Figura 28 | ACF dos resíduos | 119 |
| Figura 29 | Previsão com ARIMA sobre a taxa de homicídio de Maceió | 119 |
| Figura 30 | Taxas de homicídio por grupos de gênero, raça e faixa etária sobrepostos (2000-2020) | 124 |

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADROS

| | | |
|----------|--|----|
| Quadro 1 | Descritivo das variáveis selecionadas para a regressão | 82 |
|----------|--|----|

TABELAS

| | | |
|-----------|--|-----|
| Tabela 1 | Cinco revistas com maior número de publicações internacionais | 22 |
| Tabela 2 | Distribuição dos estudos internacionais selecionados por eixo temático | 24 |
| Tabela 3 | Cinco revistas com maior número de publicações nacionais | 48 |
| Tabela 4 | Distribuição dos estudos nacionais selecionados por eixo temático | 50 |
| Tabela 5 | Descritivo das variáveis selecionadas para a regressão | 84 |
| Tabela 6 | Sumário do modelo de regressão | 87 |
| Tabela 7 | Diagnósticos de multicolinearidade e análise dos resíduos da regressão | 91 |
| Tabela 8 | Médias das condicionantes da taxa de homicídio | 101 |
| Tabela 9 | Composição da unidade sintética | 102 |
| Tabela 10 | Médias das condicionantes da taxa de homicídio | 113 |
| Tabela 11 | Composição da unidade sintética | 113 |
| Tabela 12 | Modelos estimados para a previsão da taxa de homicídio de Maceió | 118 |
| Tabela 13 | Impacto do Brasil Mais Seguro em Maceió no primeiro ano do programa | 120 |
| Tabela 14 | Frequência relativa e absoluta das características das vítimas | 138 |
| Tabela 15 | Frequência relativa e absoluta das características dos agressores | 141 |
| Tabela 16 | Frequência relativa e absoluta das características da agressão | 144 |
| Tabela 17 | QCA sobre homicídios de homens jovens negros (Maceió, 2016-2020) | 149 |
| Tabela 18 | QCA sobre homicídios de homens negros adultos (Maceió, 2016-2020) | 151 |
| Tabela 19 | QCA sobre homicídios de homens brancos jovens (Maceió, 2016-2020) | 153 |
| Tabela 20 | QCA sobre homicídios de homens brancos adultos (Maceió, 2016-2020) | 155 |
| Tabela 21 | QCA sobre homicídios de mulheres negras jovens (Maceió, 2016-2020) | 157 |
| Tabela 22 | QCA sobre homicídios de mulheres negras adultas (Maceió, 2016-2020) | 159 |
| Tabela 23 | QCA sobre homicídios de mulheres brancas jovens (Maceió, 2016-2020) | 161 |
| Tabela 24 | QCA sobre homicídios de mulheres brancas adultas (Maceió, 2016-2020) | 163 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| | INTRODUÇÃO | 10 |
| 1 | HOMICÍDIOS NO MUNDO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA INTERNACIONAL | 16 |
| 1.1 | INTRODUÇÃO | 16 |
| 1.2 | MÉTODO | 17 |
| 1.2.1 | Busca | 17 |
| 1.2.2 | Seleção | 18 |
| 1.2.3 | Revisão | 19 |
| 1.3 | RESULTADOS | 20 |
| 1.3.1 | Variações espaço-temporais dos homicídios | 24 |
| 1.3.2 | Homicídios sexuais | 26 |
| 1.3.3 | Homicídios associados à atuação de grupos criminosos | 27 |
| 1.3.4 | Homicídios associados ao consumo de drogas | 28 |
| 1.3.5 | Homicídios cometidos por mulheres | 29 |
| 1.3.6 | Feminicídios | 30 |
| 1.3.7 | Múltiplos homicídios (assassinatos em série e massacres) | 31 |
| 1.3.8 | Homicídios associados ao preconceito (crimes de ódio) | 33 |
| 1.4 | DISCUSSÃO | 34 |
| 1.4.1 | Principais avanços | 34 |
| 1.4.2 | Principais limitações | 39 |
| 1.4.3 | Limitações da presente revisão | 40 |
| 2 | HOMICÍDIOS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA NACIONAL | 42 |
| 2.1 | INTRODUÇÃO | 42 |
| 2.2 | MÉTODO | 43 |
| 2.2.1 | Busca | 43 |
| 2.2.2 | Seleção | 44 |
| 2.2.3 | Revisão | 44 |
| 2.3 | RESULTADOS | 46 |
| 2.3.1 | Vítimas de homicídio | 50 |
| 2.3.2 | Determinantes estruturais dos homicídios | 52 |
| 2.3.3 | Variações espaço-temporais dos homicídios | 55 |
| 2.3.4 | Homicídios associados à atuação de grupos criminosos | 57 |
| 2.3.5 | Homicídios associados à disponibilidade de armas | 60 |
| 2.3.6 | Homicídios associados à atuação das polícias | 62 |
| 2.3.7 | Estratégias de prevenção dos homicídios | 63 |
| 2.4 | DISCUSSÃO | 66 |
| 2.4.1 | Principais avanços | 66 |
| 2.4.2 | Principais limitações | 67 |
| 2.4.3 | Limitações da presente revisão | 69 |

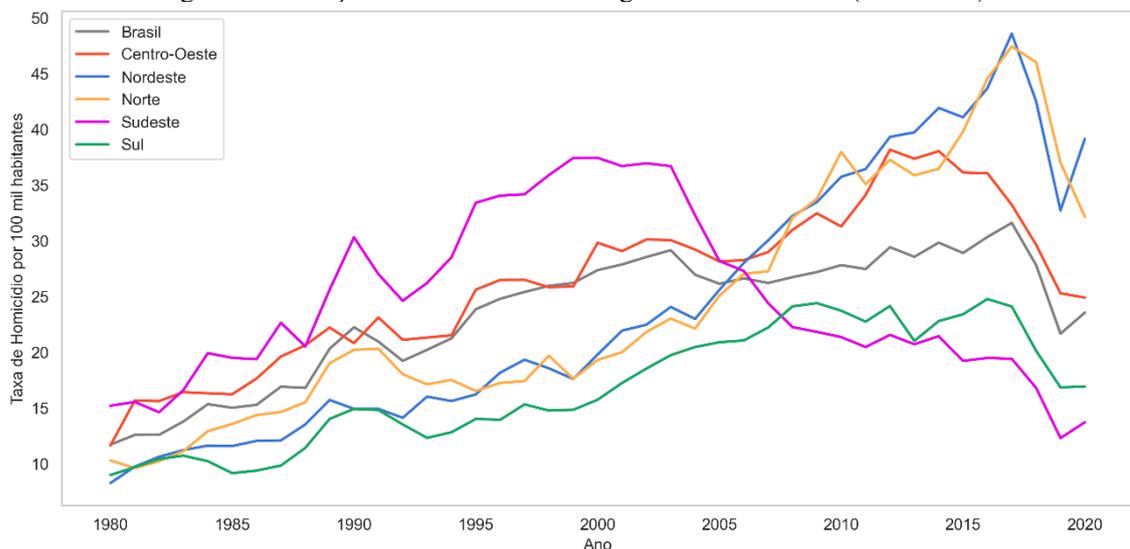
| | | |
|--------------|--|------------|
| 3 | MACEIÓ NOS CONTEXTOS NACIONAL E LOCAL DE PRODUÇÃO DE MORTES VIOLENTAS | 71 |
| 3.1 | INTRODUÇÃO | 71 |
| 3.2 | HOMICÍDIOS NAS CAPITALS | 73 |
| 3.3 | DETERMINANTES DA VIOLÊNCIA LETAL EM MACEIÓ | 81 |
| 3.3.1 | Uma explicação centrada nos fatores socioeconômicos | 81 |
| 3.3.2 | Uma explicação centrada nas facções | 92 |
| 3.3.3 | Uma explicação centrada na política de segurança pública | 108 |
| 3.4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 120 |
| 4 | CONFIGURAÇÕES DA VIOLÊNCIA LETAL EM MACEIÓ | 122 |
| 4.1 | INTRODUÇÃO | 122 |
| 4.2 | DESVENDANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DOS HOMICÍDIOS: CONTEXTO TEÓRICO DA DISCUSSÃO | 125 |
| 4.2.1 | A situação como nível de análise | 125 |
| 4.2.2 | A configuração como unidade de análise | 130 |
| 4.2.3 | Estudos configuracionais referenciais | 133 |
| 4.3 | DADOS E MÉTODO | 136 |
| 4.4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 137 |
| 4.4.1 | Estatísticas descritivas | 137 |
| 4.4.2 | Análise Comparativa Qualitativa | 148 |
| 4.4.2.1 | Diferenças interespecíficas | 148 |
| 4.4.2.2 | Diferenças intraespecíficas | 166 |
| 4.5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 167 |
| | CONCLUSÕES | 169 |
| | REFERÊNCIAS | 173 |
| | APÊNDICES | 199 |

INTRODUÇÃO

O Brasil é hoje o país com o maior número absoluto de homicídios, concentrando cerca de 13% dos casos ocorridos no mundo (Naghavi *et al.*, 2024). Somente no ano de 2016, foram notificadas cerca de 62 mil mortes violentas intencionais. Naquele ano, a taxa de homicídios ultrapassou a marca histórica de trinta mortes para cada 100 mil habitantes (Cerqueira *et al.*, 2018). Apesar da forma difusa com qual a violência letal tem se configurado em todo o território nacional, é recente o fenômeno da regionalização dos homicídios.

Até o final dos anos 1990, a região Sudeste concentrava mais da metade dos homicídios registrados no país (Waiselfisz, 2004). A inversão das posições das taxas regionais de homicídio se deu em meados dos anos 2000. A queda da taxa de homicídio na região Sudeste foi acompanhada por uma virtual estabilidade das taxas das regiões Sul e Centro-Oeste e pelo aumento drástico das taxas das regiões Norte e Nordeste. Nos últimos dez anos, todos os estados brasileiros com crescimento superior a 80% nas taxas de homicídios pertenciam a estas duas últimas regiões.

Figura 1 - Evolução das taxas nacional e regionais de homicídio (1980-2020)

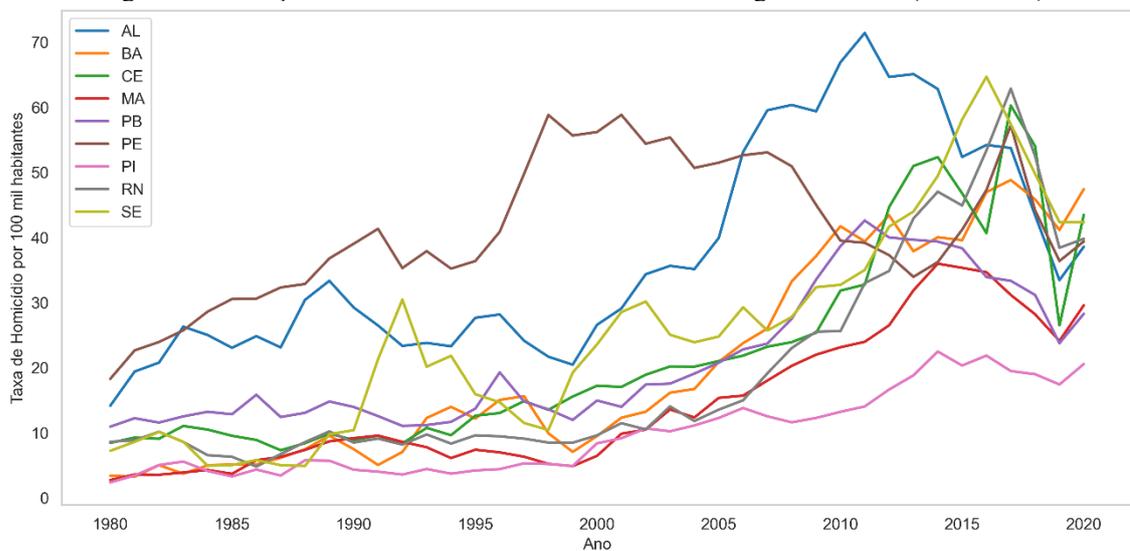


Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Algumas diferenças podem ser apreendidas na visualização da dinâmica das taxas de homicídio dos estados nordestinos. Pernambuco, por exemplo, ostentava, no ano de 1998, uma

taxa de 58,7 homicídios por 100 mil habitantes¹. A partir de 2000, todos os estados da região Nordeste, com exceção de Pernambuco, tiveram um aumento expressivo das taxas de homicídio, tal como descreve a Figura 2². Também em 1998, Sergipe registrava uma taxa de 10,3 homicídios para cada 100 mil habitantes. Em 2016, passou a registrar 64,6 homicídios para cada 100 mil habitantes, a mais alta taxa de homicídios do país naquele ano. Entre 1980 e 2020, o estado da Bahia foi o que apresentou a maior variação da taxa, cerca de 44% no período em destaque, seguido dos estados de Sergipe (35,1%) e Ceará (35%) (IPEA, 2024).

Figura 2 - Evolução das taxas de homicídio dos estados da região Nordeste (1980-2020)



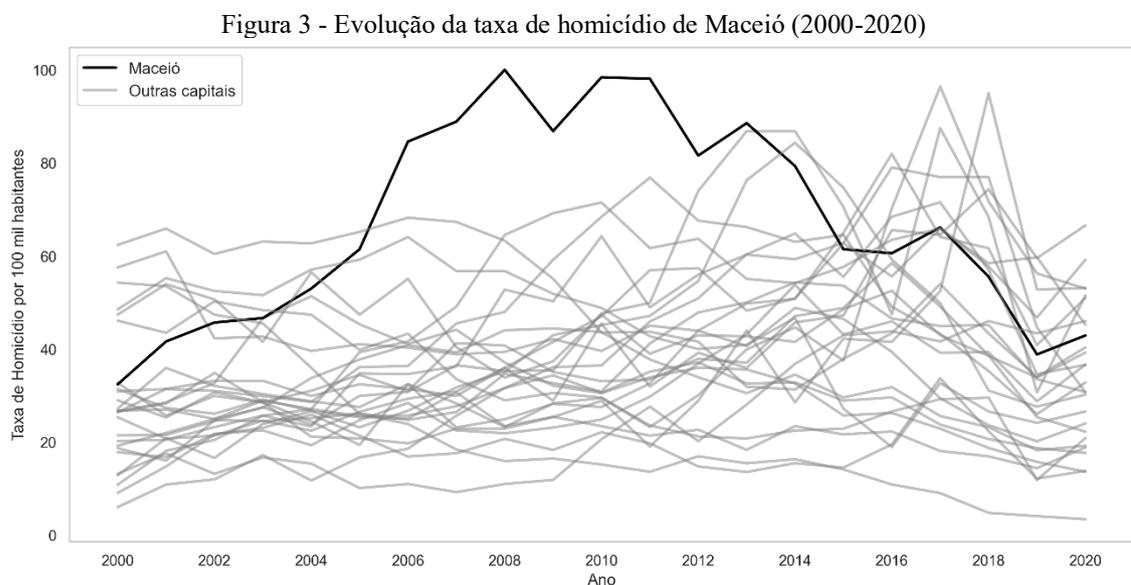
No estado de Alagoas, as taxas de homicídio apresentam notória discrepância em relação aos índices regional e nacional. Entre os anos de 2006 e 2014, Alagoas registrou as mais altas taxas de homicídio do país, oscilando entre 53,1 homicídios por 100 mil habitantes em 2006 para 71,4 em 2011 e 62,8 em 2014 (IPEA, 2024). No ano de 2011, nove municípios alagoanos despontavam no ranking dos 100 municípios mais violentos do Brasil. Pilar, município que integra a região metropolitana de Maceió, situava-se na 5ª posição à época, seguido (não imediatamente) pela capital, Maceió, na 8ª posição, e pelos municípios de Arapiraca (20ª), Rio Largo (32ª), Marechal Deodoro (39ª), São Sebastião (48ª), União dos Palmares (76ª), São

¹ No final da década de 1990, Pernambuco concentrava aproximadamente 48% das mortes violentas intencionais registradas em toda a região à época (Peres, 2004).

² O freio e queda da taxa de homicídio no estado de Pernambuco (pelo menos até o ano de 2013) se deve à consolidação do programa “Pacto pela Vida”, instituído em 2007 na administração do então governador do estado, Eduardo Campos. O programa compreendia 90 projetos que incluíam desde estratégias de fortalecimento do departamento de investigação de homicídios, passando por investimentos maciços no sistema prisional e culminando na implementação de um programa de prevenção social da violência.

Miguel dos Campos (81^a) e Messias (100^a) (Waiselfisz, 2012 *apud* Nascimento; Gaudêncio, 2013, p. 115).

Entre os anos de 2006 e 2013, Maceió foi considerada a capital mais violenta do Brasil, com uma taxa média de 90,8 homicídios por 100 mil habitantes no referido período. Em 2008, a taxa chegou aos 100 casos por 100 mil habitantes. Curiosamente, também foi a partir de 2008 que a taxa local de homicídio começou a cair. Essa queda não foi linear (como observamos na Figura 3), mas ainda assim significativa: entre 2008 e 2020 a redução da taxa de homicídio da capital alagoana foi de mais de 57%.



Nota: Não há nos diretórios nacionais, para o nível de município, dados da taxa de homicídio anteriores a 1996. Portanto não conseguimos reproduzir a evolução das taxas das capitais de 1980 a 2020 como foi feito nas Figuras 1 e 2.

Mas a que se devem esses altos e baixos da taxa de homicídio de Maceió? São poucos os estudos que se prestaram a responder essa questão. Estes têm associado as mudanças na taxa a diferentes fatores. Estudos como os de Souza (2017) e Alves *et al.* (2014), por exemplo, sugerem que a melhoria nos indicadores econômicos, observada no curso dos últimos 20 anos, poderia ter contribuído para a redução das taxas de homicídio, sobretudo nas localidades tradicionalmente mais violentas, aquelas que, relativamente, teriam sido as mais beneficiadas por essas melhorias. Para Silva (2017), o feito da redução da taxa de homicídio em Maceió se deve às políticas de segurança pública, notadamente ao Programa Brasil Mais Seguro, uma iniciativa do governo federal implementada em caráter piloto em quatro municípios alagoanos, a saber, Maceió, Marechal Deodoro, União dos Palmares e Arapiraca. Alternativamente, Feltran *et al.* (2022) destacam a reorganização interna de facções criminosas, com mudanças na

dinâmica de poder e controle de territórios, como um fator potencialmente relevante na explicação da dinâmica da taxa de homicídio local.

Há certa coerência em tentar justificar a evolução da taxa a esses fatores (e nos capítulos seguintes trataremos de demonstrar como essas abordagens coadunam com as principais observações da literatura especializada nacional e internacional). No entanto, as hipóteses levantadas por esses estudos carecem de verificação. Apesar de apresentarem correlações significativas entre os fatores mencionados e a taxa de homicídio, eles não conseguem estimar os efeitos específicos desses fatores sobre a taxa. Dito de outra forma, muito embora seja possível observar associações entre variáveis, esses trabalhos não demonstram com precisão em que medida as melhorias nos indicadores socioeconômicos, a atuação das facções ou as políticas de segurança pública foram responsáveis pelo aumento ou pela diminuição da violência letal em Maceió nos últimos 20 anos. A falta de um tratamento estatístico adequado limita o potencial argumentativo desses trabalhos, que asseguram (ou tentam assegurar) que esses fatores foram determinantes da variação da taxa de homicídio da capital alagoana. Buscamos superar essa limitação e com isso avançar nesse debate, empregando técnicas mais robustas de tratamento e análise de dados, explorando as causalidades subjacentes às teses levantadas nos trabalhos referenciais.

No entanto, por entendermos que há fatores que não podem ser devidamente informados pela mera documentação das variações estatísticas, concebemos a necessidade de desenvolver uma explicação mais aprofundada dos contextos em que os homicídios ocorrem, o que implica no desenvolvimento de uma abordagem holística e interdisciplinar, que combina métodos quantitativos e qualitativos para captar a complexidade desses eventos. Nesse contexto, elegemos como objetivo geral da tese explorar as dinâmicas que fundamentam a ocorrência desses crimes a fim de identificar padrões e singularidades inscritas no *background* (plano de fundo) e no *foreground* (primeiro plano)³. São quatro os objetivos específicos da tese: I)

³ Em diferentes contextos, os termos *background* e *foreground* são utilizados para descrever os elementos de uma cena ou composição, sejam eles visuais, computacionais ou de outra natureza. Nesta tese, utilizamos esses termos de maneira metafórica para diferenciar e destacar as diferentes camadas de fatores que influenciam os crimes de homicídio. Entendemos que essa diferenciação pode ser útil no reconhecimento de variáveis situacionais e estruturais, das interações entre elas e de sua influência sobre a incidência e a natureza dos homicídios. No *foreground* encontram-se os fatores situacionais, isto é, os fatores imediatos e visíveis que contribuem para o evento de um homicídio. Estes incluiriam as características da vítima (idade, gênero, raça, comportamento no momento do incidente, relação com o agressor), as características do agressor (informações semelhantes às da vítima, além de motivações percebidas ou documentadas, como raiva, vingança, ou problemas psicológicos), e as circunstâncias do incidente (local do crime, arma utilizada, hora do dia, e se o crime foi planejado ou espontâneo). Todos esses elementos são como o primeiro plano de uma fotografia, capturando a atenção imediata e sendo mais diretamente observáveis e mensuráveis no contexto de investigações criminais. Por outro lado, o *background* compreende os fatores menos visíveis e mais indiretos que estabelecem o contexto dentro do qual os homicídios ocorrem. Estes incluem indicadores socioeconômicos (níveis de pobreza, desemprego, desigualdade de renda,

examinar a influência de indicadores socioeconômicos, da atuação de facções criminosas e da implementação de políticas de segurança pública sobre as taxas de homicídio em Maceió; II) estimar medidas de contribuição desses fatores para a explicação da taxa local de homicídio; III) caracterizar os perfis das vítimas e dos autores de homicídios em Maceió, identificando os contextos de maior e menor recorrência de casos, baseado em variáveis de gênero, raça e idade; e IV) e explicar a confluência de atributos que definem os homicídios de indivíduos de diferentes perfis interseccionais, descrevendo as dinâmicas de risco e de propensão para a agressão à qual estes indivíduos se encontram sujeitos.

Para alcançar esses objetivos, adotamos uma abordagem multimétodo, que integra tanto análises qualitativas quanto quantitativas. Aplicamos um modelo de regressão com dados em painel e efeito fixo para analisar as contribuições das variáveis socioeconômicas sobre a taxa de homicídio. Esse método nos permite controlar as variáveis inobserváveis que podem ter influenciado simultaneamente as variáveis dependente e independentes, garantindo uma estimativa do potencial explicativo de fatores sociais e econômicos sobre a variação da taxa de homicídio da capital.

Em seguida, utilizamos um método de controle sintético para estimar o efeito da chegada das facções. Ao compararmos a evolução da taxa de homicídio em Maceió com uma unidade sintética (obtida de uma combinação ponderada das taxas de outras capitais) pudemos simular o que teria ocorrido na ausência dessa intervenção, isolando seu efeito específico. Além disso, desenvolvemos um modelo autorregressivo integrado de médias móveis ARIMA para capturar e quantificar o impacto das políticas de segurança pública, notadamente do programa Brasil Mais Seguro, sobre a taxa de homicídio. Esse modelo de séries temporais é ideal para identificar mudanças estruturais na trajetória da violência letal na capital.

Por fim, incorporamos uma Análise Qualitativa Comparativa (QCA) para identificar semelhanças e distinções na estrutura e nos processos das configurações de homicídio entre diferentes grupos. Este método, conforme especificado por Miethe e Regoeczi (2004), possibilita o exame de diferentes combinações de fatores que podem estar associados a variações na taxa de homicídio em Maceió.

acesso à educação, e qualidade de vida em geral), indicadores demográficos (densidade populacional, composição étnica e demográfica, e dinâmicas migratórias da região), fatores culturais e sociais (normas culturais relativas à violência, prevalência de armas, políticas de segurança pública, e histórico de conflitos locais), entre outros. Esses fatores são como o “plano de fundo” de uma imagem, proporcionando contexto e influenciando as condições sob as quais os elementos do primeiro plano operam. Eles são cruciais para entender as raízes profundas e as soluções de longo prazo para a violência homicida, mas muitas vezes não são imediatamente visíveis ou considerados nas análises situacionais.

Ousamos dizer que a contribuição desta tese é essencialmente empírica. A abordagem que nela adotamos é caracterizada pelo emprego de múltiplas estratégias metodológicas e por análises orientadas por um conjunto de categorias e conceitos extraídos da literatura criminológica em suas diferentes vertentes (sociológica, econômica e política). Essa abordagem, portanto, não se confina a um único quadro teórico; do contrário, ela permite que as categorias e conceitos sejam flexivelmente empregados para pensar os dados. Assim, o estudo avança de maneira que os próprios dados orientam a interpretação dos fenômenos observados, sem a rigidez de um modelo teórico pré-definido.

Para além desta introdução e das conclusões, a tese possui quatro capítulos. O Capítulo 1 consiste em uma revisão sistemática dos estudos sociológicos empíricos sobre homicídios realizados mundialmente nos últimos 20 anos. Este panorama global permite uma compreensão das tendências, metodologias e resultados predominantes no estudo da violência homicida em diferentes contextos. O Capítulo 2, por sua vez, compreende uma revisão sistemática dos estudos sociológicos empíricos sobre homicídios realizados no Brasil no mesmo período. Esta abordagem nacional oferece um contraste e complementa o entendimento global, destacando particularidades, desafios e avanços no campo nacional de pesquisas. É no Capítulo 3 que se encontram os exercícios empíricos com regressão, controle sintético e ARIMA, assim como as evidências por meio deles encontradas. O Capítulo 4 comporta a Análise Qualitativa Comparativa. Os resultados que derivam dessa análise são extensivamente discutidos, visando uma nova perspectiva de explicação dos padrões de violência letal verificados na capital alagoana. Encerramos este trabalho apontando as lacunas preenchidas pela tese, discutindo suas limitações e realçando suas potencialidades para o referenciamento de estudos futuros.

CAPÍTULO 1. HOMICÍDIOS NO MUNDO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA INTERNACIONAL

1.1 INTRODUÇÃO

O homicídio, o ato de um ser humano matar outro ser humano, captura a imaginação pública como poucas coisas. Ele desperta a curiosidade popular e domina romances e filmes. Ele também estampa manchetes de jornais e ganha destaque nos noticiários. Somos, ao mesmo tempo, perturbados e fascinados pela ideia de que há pessoas dispostas e capazes de tirar a vida de outras.

Sociólogos têm se prestado a construir modelos teóricos e a desenvolver estudos empíricos com o objetivo de desvendar as diferentes dimensões dos homicídios, examinando desde motivações individuais até fatores sociais que podem, ou não, contribuir para a incidência desses crimes. Eles também têm se empenhado em desenvolver estratégias proativas de prevenção e intervenção, uma vez que a magnitude e as consequências sociais dos homicídios os elevam à categoria de problema público.

Segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC na sigla em inglês), no ano de 2021, mais de 450 mil pessoas em todo o mundo foram vítimas de homicídio. Naquele ano, a taxa global de homicídios foi estimada em 5,8 por 100 mil habitantes. Essa taxa varia significativamente entre regiões e países. Por exemplo, cerca de 40% dos países no mundo têm taxas inferiores a 3 homicídios por 100 mil habitantes, ao passo que 17% apresentam taxas superiores a 20 homicídios por 100 mil habitantes. As regiões mais violentas do globo são a África (com algumas exceções no norte do continente) e as Américas (com exceção dos países da América do Norte), com taxas médias superiores a 15 homicídios por 100 mil habitantes. Os países da Europa, da Ásia e da Oceania apresentam taxas médias de homicídios abaixo de três por 100 mil habitantes (The World Bank, 2022; UNODC, 2022).

O número crescente de estudos sobre homicídios no mundo reflete a urgência e a relevância do tema. A literatura sociológica, em particular, tem se expandido em diferentes direções. Há entre esses estudos aqueles que se dedicam ao reconhecimento dos determinantes socioeconômicos dos homicídios, investigando como a desigualdade, a falta de oportunidades de trabalho ou a vulnerabilidade podem contribuir para (ou prever) a violência letal. Há também estudos que se concentram nas dimensões psíquicas e seus efeitos, analisando o trauma coletivo, o medo e a desconfiança que permeiam as localidades que concentram altas taxas de homicídios. Há ainda aqueles que se atêm às políticas públicas e estratégias de intervenção,

buscando avaliar a eficácia de diferentes iniciativas, desde políticas de desarmamento até programas de prevenção da violência e práticas de justiça restaurativa, visando entender quais estratégias são mais eficazes na redução dos homicídios e na promoção de uma cultura de paz.

É certo que os estudos sobre homicídios não se esgotam nessas dimensões, e suas complexidades os tornem passíveis de análise a partir de diferentes perspectivas. Mas em que pese a quantidade de estudos sobre o tema, são poucos aqueles dedicados a sintetizar os principais resultados descritos nessa literatura, sobretudo dos estudos com base experimental. Assim, neste capítulo conduzimos uma revisão sistemática dos estudos sociológicos empíricos recentes sobre homicídios. Pretendemos com esta revisão sintetizar os principais achados da literatura especializada internacional, mapear os avanços do campo de estudo e identificar lacunas para sinalizar possíveis focos de agenda futura de pesquisa.

1.2 MÉTODO

Adotamos o protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses*)⁴ para revisões sistemáticas e meta-análises. Com base nesse protocolo, estabelecemos três operações: busca, seleção e análise. A descrição pormenorizada de cada uma dessas operações é feita nos subtópicos a seguir.

1.2.1 Busca

Recorremos às seguintes bases de dados: Sociological Abstracts, Social Sciences Abstracts, SocINDEX, Social Science Research Network (SSRN), International Bibliography of the Social Sciences (IBSS), Violence and Abuse Abstracts, Criminal Justice Abstracts, JSTOR, Web of Science e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os descritores que empregamos nessa etapa da pesquisa foram obtidos do Medical Subject Headings (MeSH - Pubmed), a saber: “homicide”, “homicides”, “murder”, “murders”, “kill”, “killing”, “killings”, “death wrongful”, “wrongful death”, “deaths wrongful”, “wrongful deaths”, “lethal violence”, “assassination” e “massacre”.

Utilizamos dois instrumentos de busca, o software Harzing’s Publish or Perish e a ferramenta de inteligência artificial (IA) Perplexity (em sua versão paga). Ambos têm a capacidade de gerar uma base de dados que permite analisar publicações utilizando métricas

⁴ O protocolo PRISMA consiste em um conjunto de diretrizes dedicadas a melhorar a transparência e a qualidade do relato de revisões sistemáticas e meta-análises. Ele compreende uma espécie de checklist que auxilia os autores na documentação do processo de desenvolvimento desses tipos de estudo, de modo que leitores, revisores e outros pesquisadores possam entender como se deu esse processo e avaliar a validade dos resultados encontrados a partir dele.

como o índice h, o número de citações, o número de autores, título, ano e locais de publicação, entre outras variáveis relevantes. Ao mesmo tempo, a assertividade e objetividade asseguradas por esses instrumentos facilitam a replicação do estudo por outros pesquisadores interessados. A partir dessa estratégia, obtivemos um total de 37.572 registros referentes a livros, artigos, relatórios e notas técnicas.

1.2.2 Seleção

Na matriz primária da revisão, aquela composta pelos mais de 37 mil registros que resultaram da etapa de busca, procuramos identificar e reduzir duplicatas. Isso foi feito com o auxílio da ferramenta de IA ChatGPT (em sua versão paga)⁵. Ao final desse processo obtivemos um total de 15.418 registros válidos. A seleção dos registros para a revisão, por sua vez, se deu em duas etapas. Na primeira etapa adotamos a data de publicação e o número de citações como critérios de seleção. Selecionamos estudos com 5 ou mais citações publicados entre 1 de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2020, com o intuito de abranger estudos recentes que melhor refletissem avanços no tratamento analítico do tema.

Optamos por utilizar o número de citações como métrica de importância e alcance em relação ao fator de impacto por entendermos que o número de citações reflete diretamente o impacto de um estudo científico, seja um livro, artigo, relatório ou nota técnica, evidenciando quantas vezes o estudo foi referenciado em outros estudos. O fator de impacto, por outro lado, é uma média que representa o impacto geral das revistas acadêmicas, portanto, restrita a artigos sem necessariamente indicar seus impactos específicos (Crossan; Apaydin, 2010).

No entanto, é importante ressaltar que o critério “número de citações” não necessariamente contempla os estudos mais notáveis ou influentes na área. Há um conjunto de fatores que podem afetar o número de citações de um trabalho, incluindo a acessibilidade do periódico, as tendências de pesquisa no momento da publicação, e até mesmo a rede de contatos do autor. Portanto, é possível que alguns estudos reconhecidos ou valorizados pelos leitores podem não ter sido incluídos na presente revisão. Em síntese, 2.167 registros resultaram dessa primeira etapa de seleção.

A segunda etapa consistiu na leitura dos resumos dos trabalhos anteriormente selecionados. Também contamos com o auxílio do ChatGPT nesta etapa, instruindo a IA a indicar, a partir dos resumos, apenas estudos de caráter empírico, portanto, estudos baseados em dados (primários ou secundários) e estruturados a partir de metodologias qualitativas,

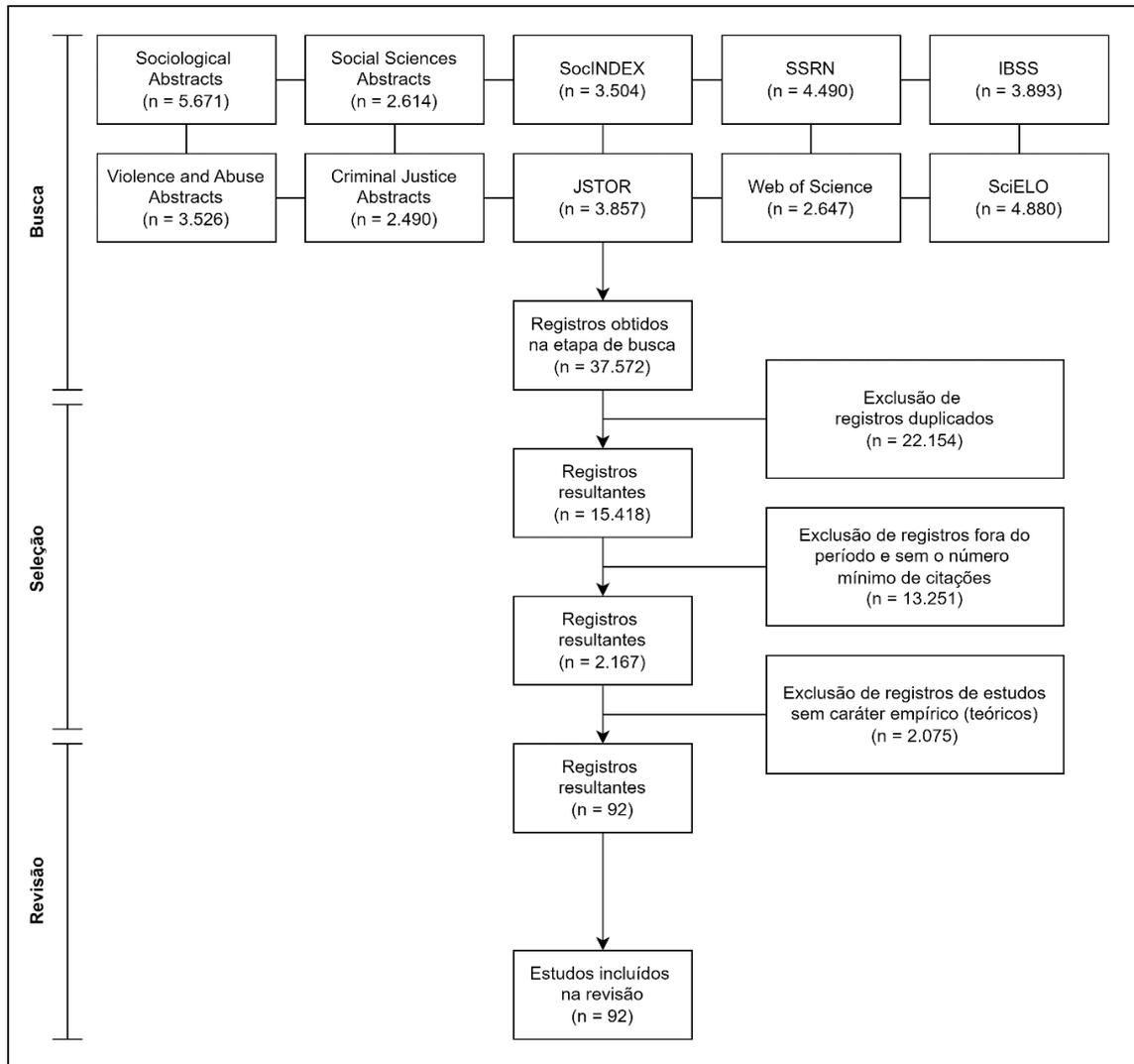
⁵ Cabe destacar que o ChatGPT não é capaz de acessar, de uma só vez, as mais de 37 mil observações. Por isso essa verificação foi feita de forma fracionada (cinco vezes com 7.400 observações cada).

quantitativas ou mistas. Estudos teóricos ou de revisão foram excluídos. Ao final desta segunda etapa, obtivemos 92 indicações, todos referentes a artigos, que prosseguiram para a revisão integral.

1.2.3 Revisão

Realizamos a leitura integral dos 92 artigos que atenderam aos critérios de seleção. A partir dessa revisão, identificamos, codificamos e categorizamos os temas expressos nos resultados relatados nos referidos estudos. Como não dispúnhamos de categorias pré-determinadas, utilizamos a ferramenta Litmaps, para mapear os termos e expressões que melhor caracterizassem os resultados a fim de compor eixos temáticos. Com base nessa estratégia, identificamos oito eixos, que parecem refletir os temas de maior interesse e preocupação dos estudos sociológicos empíricos internacionais: variações espaço-temporais dos homicídios (17 artigos); homicídios sexuais (16 artigos); homicídios associados ao consumo de drogas (12 artigos); homicídios cometidos por mulheres (12 artigos); homicídios associados à atuação de grupos criminosos (11 artigos); feminicídios (9 artigos); múltiplos homicídios (assassinatos em série e massacres) (9 artigos); homicídios associados ao preconceito (crimes de ódio) (6 artigos). Utilizamos a linguagem de programação Python para gerar estatísticas descritivas e representações gráficas. Os resultados são apresentados e discutidos nas seções seguintes. As etapas e processos executados na presente revisão são ilustrados pela Figura 4.

Figura 4 - Fluxograma das etapas e processos da revisão sistemática dos estudos internacionais



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

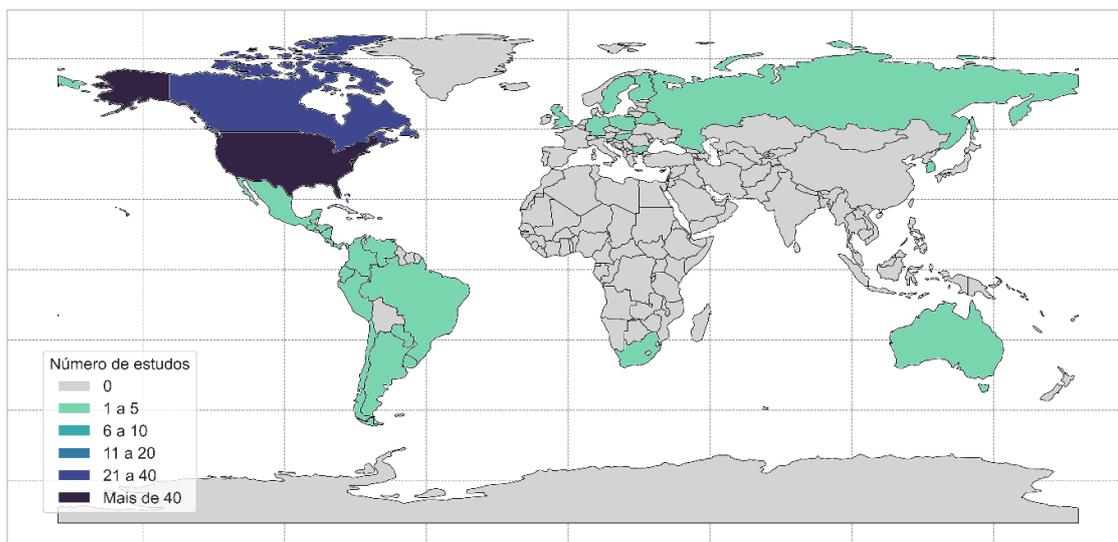
1.3 RESULTADOS

No apêndice I da tese descrevemos cada um dos estudos incluídos na revisão de acordo com temas, autores, ano de publicação, bases de dados utilizadas, natureza da metodologia e técnicas empregadas. Sumarizamos os resultados a seguir. A Figura 5, ilustra a distribuição geográfica dos estudos selecionados. Muito embora a seleção tenha contemplado estudos de diferentes regiões do globo, os Estados Unidos destacam-se como o país com a maior concentração de estudos. Essa predominância pode ser atribuída à longa tradição de pesquisa em ciências sociais e criminais, notadamente influenciada pela Escola de Chicago, que consolidou-se como um epicentro teórico e metodológico durante o início do século XX.

A Escola de Chicago foi pioneira na aplicação de métodos empíricos para estudar fenômenos urbanos, incluindo o crime. Este grupo de sociólogos, liderados por figuras como Robert Park e Ernest Burgess, revolucionou o campo ao introduzir métodos e técnicas de

pesquisa de campo e análise de dados, incluindo etnografia urbana e modelos de regressão. Esses pesquisadores estavam particularmente interessados nos padrões de comportamento emergentes que caracterizam as áreas urbanas em rápido crescimento. A verve empírica da sociologia norte-americana, reforçada pelos métodos da Escola de Chicago, solidificou uma tradição de pesquisa baseada em dados.

Figura 5 - Distribuição geográfica dos estudos internacionais selecionados

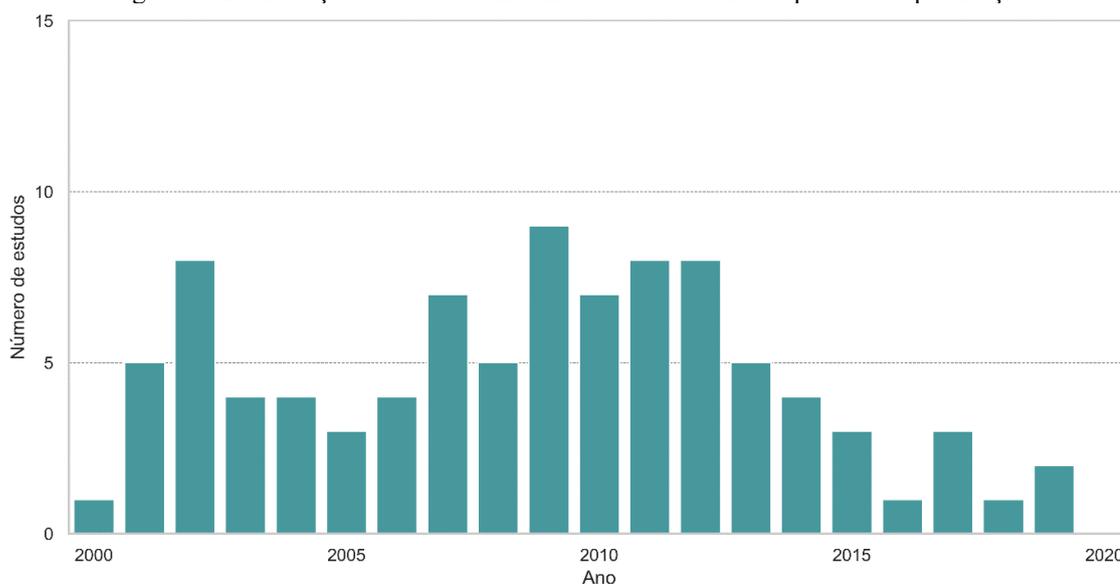


Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Nota: O Brasil consta no mapa porque é mencionado no estudo de Briceño-León, Villaveces e Concha-Eastman (2008) sobre homicídios na América Latina.

A maior parte dos estudos analisados foi publicada entre 2000 e 2010, somando 57 artigos (61,9%) (ver Figura 6). A média de publicações nesse período foi de 5,1 ao ano. Já entre 2011 e 2020, a média de publicações foi de 3,5 ao ano. Em todo o período selecionado para a análise (2000 a 2020), a média de publicações foi de 4,3 ao ano. Em nossa amostra, o número total de citações foi de 13.723, com uma média de 149,5 citações por estudo. O artigo mais citado é o de Morenoff, Sampson e Raudenbush (2001), com 2.727 citações, seguido por Baller *et al.* (2001), com 707 citações, e Braga, Papachristos e Hureau (2009), com 533 citações. No que se refere ao número de autores, observamos que a maior parte dos estudos (30 artigos ou 32,6% da amostra) foi publicada por dois autores. Apenas um artigo (0,1%) teve mais de 10 autores.

Figura 6 - Distribuição dos estudos internacionais selecionados por ano de publicação



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

As cinco revistas com maior participação em nossa amostra concentram 28,2% dos artigos (ver Tabela 1). Mesmo que a área de classificação dessas revistas seja a criminologia, os estudos nelas publicados contemplam observações teóricas e metodológicas de diferentes áreas, como a sociologia, a economia, a saúde coletiva, entre outras. Isso é justificável, levando-se em consideração que o homicídio é um objeto de estudo interdisciplinar.

Tabela 1 - Cinco revistas com maior número de publicações internacionais

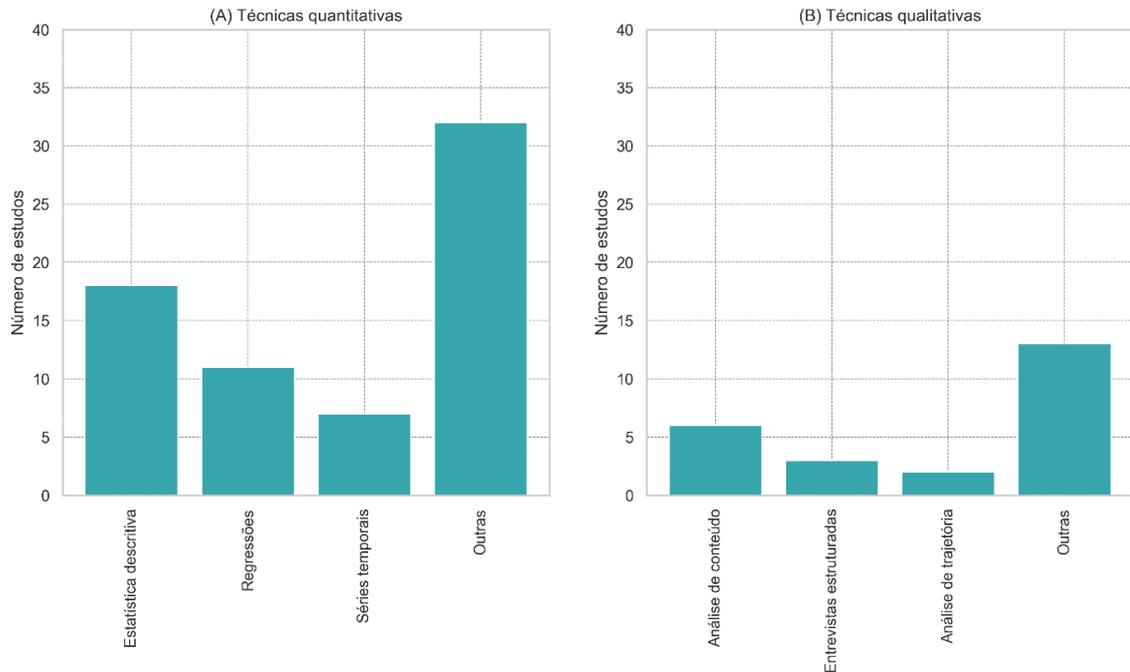
| Revista | n | % |
|-------------------------------------|----|------|
| Criminology | 11 | 11,9 |
| Homicide Studies | 5 | 5,4 |
| Journal of Interpersonal Violence | 4 | 4,3 |
| Journal of Quantitative Criminology | 4 | 4,3 |
| Urban Studies | 2 | 2,3 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Com relação à natureza metodológica dos estudos, 63 artigos (68,4%) eram quantitativos, 12 (13,1%), qualitativos e 17 (18,4%) de caráter misto. A predominância de estudos quantitativos nos trabalhos sociológicos empíricos era esperada, dado que a natureza dos dados sobre homicídios muitas vezes se presta a análises quantitativas, visando a mensuração e comparação das taxas de homicídio ou a identificação de tendências estatísticas, seja de forma descritiva ou a partir de correlações, regressões e outras técnicas baseadas em variáveis numéricas. E quanto a este quesito, a Figura 7 ilustra a distribuição dos estudos selecionados em função das técnicas empregadas nos estudos quantitativos (item A) e

qualitativos (item B). As distribuições também contemplam as técnicas mobilizadas nos estudos mistos.

Figura 7 - Distribuição dos estudos internacionais selecionados por técnica de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Vemos que a maioria dos estudos quantitativos empregam estatísticas descritivas (26,4%), seguidos daqueles que utilizam regressões (16,2%) e séries temporais (10,3%). Entre os estudos qualitativos, a principal técnica empregada é a análise de conteúdo (25%), seguida das entrevistas estruturadas (12,5%) e da análise de trajetória (8,3%). As proporções indicadas foram obtidas da divisão do número de artigos com a referida técnica pelo conjunto de artigos de natureza específica, isto é, quantitativos ou qualitativos. É de se reconhecer que, a despeito de todos os avanços no desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de pesquisa quantitativa, uma parcela significativa dos estudos referenciais ainda se atém às estatísticas descritivas. Esse achado sugere uma certa dependência das técnicas mais simples, mesmo com a disponibilidade e acessibilidade de técnicas mais sofisticadas.

A Tabela 2 descreve a distribuição dos artigos selecionados pelos eixos temáticos identificados (já antecipada no subtópico 1.2.3).

Tabela 2 - Distribuição dos estudos internacionais selecionados por eixo temático

| Eixo temático | n | % |
|--|----------|----------|
| Variações espaço-temporais dos homicídios | 17 | 18,4 |
| Homicídios sexuais | 16 | 17,3 |
| Homicídios associados ao consumo de drogas | 12 | 13,0 |
| Homicídios cometidos por mulheres | 12 | 13,0 |
| Homicídios associados à atuação de grupos criminosos | 11 | 11,9 |
| Feminicídios | 9 | 9,7 |
| Múltiplos homicídios (assassinatos em série e massacres) | 9 | 9,7 |
| Homicídios associados ao preconceito (crimes de ódio) | 6 | 7,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Em linhas gerais, os eixos temáticos identificados revelam uma ênfase crescente nos componentes microssociais dos homicídios, o que pode ser indicativo de um maior interesse da comunidade científica internacional em entender as interações individuais e dinâmicas contextuais em torno desses crimes. Nesta dimensão “micro”, enquadram-se os estudos sobre homicídios sexuais, homicídios associados ao consumo de drogas, homicídios cometidos por mulheres, feminicídios e múltiplos homicídios. Em nossa amostra, esse conjunto representa 62,7% dos estudos selecionados. Nos subtópicos seguintes, sumarizamos os achados dos estudos reunidos na revisão por eixo temático.

1.3.1 Variações espaço-temporais dos homicídios

Os homicídios não ocorrem de forma aleatória no tempo e no espaço. Há um conjunto de fatores que explicam a concentração desses crimes em determinados períodos e locais. Nos últimos 20 anos, os estudos especializados têm se prestado a demonstrar o potencial explicativo da segregação socioeconômica. Esse fenômeno descreve a distribuição de diferentes grupos populacionais baseada em critérios como nível educacional, desemprego, infraestrutura urbana, gênero, raça/etnia, idade e faixas de renda. Como um fenômeno multidimensional, cada grupo social percebe os efeitos da segregação socioeconômica de forma distinta. Esses efeitos têm um impacto coletivo e persistente nas vidas dos mais vulneráveis. A segregação afeta principalmente a população das grandes cidades, essencialmente por processos discriminatórios, pela falta de planejamento urbano e pelas dinâmicas de mercado na alocação de moradias urbanas (Ye; Wu, 2011; Santos *et al.*, 2021).

Áreas com elevados níveis de segregação tendem a exibir taxas de homicídio mais elevadas. Essa relação é mediada por alguns dos critérios anteriormente descritos: as localidades que apresentam maiores níveis de segregação são exatamente aquelas que carecem

de serviços públicos essenciais como educação, saúde e segurança. Essas mesmas localidades sofrem com uma infraestrutura precária e com elevados índices de desemprego e pobreza, condições que favorecem o desenvolvimento de comportamentos antissociais e criminais em seus residentes, que se veem relegados ou privados das alternativas legítimas de melhoria de vida (Baller *et al.*, 2001; Braga; Papachristos; Hureau, 2009; Cook; Winfield, 2015). Esse é um dos achados mais consistentes da literatura especializada.

A segregação também amplia as tensões sociais, uma vez que a falta de investimento em infraestrutura e serviços pode levar ao isolamento, reduzindo a eficácia das redes de apoio comunitárias no exercício do controle social local (Morenoff; Sampson; Raudenbush, 2001; Griffiths; Chavez, 2004; Yang, 2009). Ademais, a segregação socioeconômica contribui para a formação de grupos e subculturas que legitimam a violência como meio de resolução de conflitos e afirmação de status (Briceño-Leon; Villaveces; Concha-Eastman, 2008). A influência dessas subculturas é maior nas áreas onde a segregação restringe o acesso a redes sociais mais amplas e a oportunidades de integração social positiva. A juventude é mais suscetível a essa influência, uma vez que a sensação de pertencimento, identidade e poder são fortes atrativos para aqueles que se veem marginalizados ou excluídos socialmente.

A composição populacional de uma área também pode influenciar as taxas de homicídio, principalmente quando consideramos fatores como gênero, raça e idade. Localidades com uma maior proporção de homens jovens ou de grupos de diferentes origens étnicas tendem a exibir maiores taxas de homicídio. Isso se deve fundamentalmente ao fato de esses grupos serem o mais afetados pela segregação socioeconômica (Pridemore, 2003; McCall; Land; Parker, 2010, 2011). A marginalização sistemática aliada a processos de criminalização, dinâmicas de grupo e comportamentos de risco, amplia as chances de envolvimento em atividades criminais, que podem ter um desfecho letal (Zeoli *et al.*, 2012)

Há fatores contextuais que são igualmente relevantes na explicação das variações espaço-temporais dos homicídios. A disponibilidade de bares e clubes é um deles. Nesses locais, substâncias como o álcool são consumidas em grandes quantidades. O efeito entorpecente dessas substâncias prejudica o julgamento e reduz a inibição daqueles que as consomem. Sob essas condições, pequenos desentendimentos escalam para grandes tensões e, eventualmente, para episódios de violência que podem resultar em morte. Não é à toa que a incidência de homicídios é significativamente mais alta em áreas com uma alta concentração de bares e clubes, sobretudo nos dias e horários de funcionamento desses estabelecimentos (na grande maioria dos casos, noites de finais de semana) (Uittenbogaard; Ceccato, 2012; Andresen; Malleson, 2013, 2015).

Esses padrões de atividade social também se mostram úteis no reconhecimento das sazonalidades dos homicídios. Muito embora as diferenças sejam pouco significativas, a incidência desses crimes tende a ser maior no verão. Isso pode ser parcialmente explicado pelo clima mais quente, que encoraja mais atividades ao ar livre e interações sociais, aumentando as chances de eventuais conflitos. O verão também coincide com períodos de férias e festividades, quando há uma maior prevalência no consumo de álcool (Tita; Griffiths 2005; McDowall; Loftin; Pate, 2012).

1.3.2 Homicídios sexuais

Os homicídios sexuais são crimes caracterizados pela motivação sexual do agressor sobre a morte da vítima. Os estudos sobre homicídios sexuais realizados nas últimas duas décadas revelam que a maior parte dos agressores possuem históricos de abuso na infância e exibem padrões de comportamento antissocial, incluindo o consumo abusivo de pornografia e fantasias sexuais desviantes (Beauregard *et al.*, 2007). Em alguns casos, os agressores podem ter interações prévias com as vítimas, o que sugere planejamento (Chan; Heide, 2008). Há diferenças significativas relacionadas à faixa etária das vítimas, com padrões observáveis na forma de escolha, nos meios de aliciamento e nos métodos de tortura empregados (Beauregard; Martineau, 2013).

O *modus operandi* de criminosos sexuais é diversificado, incluindo práticas que variam do mais alto grau de premeditação (Hill *et al.*, 2007) até atos de violência impulsiva (Safarik; Jarvis; Nussbaum, 2002; Nyholm *et al.*, 2009). Alguns agressores demonstram um comportamento sádico e apático (Beauregard; Proulx, 2002), enquanto outros apresentam maiores níveis de remorso (Beauregard; Proulx, 2007). O grau de violência empregado varia em função da natureza da relação entre o agressor e a vítima (se familiar, conhecido ou desconhecido), influenciando o desfecho e a subsequente investigação do crime (Salfati; Taylor, 2006).

Os perfis psicológicos dos agressores são particularmente relevantes no entendimento das motivações dos homicídios sexuais. Estudos como os de Porter *et al.* (2003) e Healey, Lussier e Beauregard (2012) identificam fortes indícios de psicopatia e sadismo entre os agressores. Nesse tipo de homicídio, a busca por dominação e poder, muitas vezes acompanhada por um profundo sentimento de raiva, é uma constante (Myers *et al.*, 2006; Chan; Beauregard; Myers, 2014). Em uma parcela menor de casos, comportamentos ritualísticos e fixações sexuais são observáveis (Schlesinger *et al.*, 2010), aspectos que desafiam o processo

de categorização por parte dos pesquisadores e demandam abordagens diferenciadas para cada tipo de agressor.

1.3.3 Homicídios associados ao consumo de drogas

O consumo abusivo de drogas, sejam lícitas ou ilícitas, tem uma associação positiva com a incidência de homicídios. Fatores contextuais tendem a ter um maior potencial explicativo na compreensão dos homicídios associados ao consumo de drogas. Esses casos envolvem interações voláteis, onde mal-entendidos ou pequenos conflitos relacionados (ou não) a dívidas de drogas podem escalar rapidamente para episódios de violência. A natureza ilegal do comércio de drogas agrava tensões, limitando as opções de resolução pacífica de disputas e aumentando a probabilidade de confrontos com desfecho letal. Além disso, como já vimos, o uso de drogas pode alterar o julgamento e a percepção do risco, elevando a propensão a comportamentos impulsivos e violentos.

Estudos como os de Resignato (2000), no entanto, questionam o fato de que o uso de drogas está relacionado à alta incidência de crimes violentos, argumentando que esses crimes estão muito mais associados à proibição e fiscalização do consumo que aos efeitos psicofarmacológicos das substâncias. Essa é uma observação reiterada por autores como Beletsky (2019), que partindo de uma análise das leis de homicídio induzido por drogas no contexto da crise de overdose de opioides, verifica um aumento de processos judiciais e disparidades raciais na aplicação de sentenças, classificando erroneamente amigos e familiares como “traficantes”. Essa criminalização da overdose, segundo o autor, não só aumenta os riscos de overdose fatal como também mina a confiança na lei entre usuários de drogas, contradizendo esforços de saúde pública.

Há, por outro lado, um conjunto substantivo de evidências que indicam que o consumo de drogas lícitas e ilícitas é um fator determinante na incidência de homicídios e de outros tipos de comportamento criminal e antissocial, como agressões físicas e sexuais, roubos e arrombamentos, o que indica que os efeitos de substâncias entorpecentes são sensíveis em delitos que envolvem confrontos pessoais (Hibbeln; Nieminen; Lands, 2004; Welte *et al.*, 2005; Felson; Staff, 2010; Hohl *et al.*, 2017).

O consumo de drogas na juventude mostra-se associada a diferentes padrões de comportamento delincente. Em última instância, o uso contínuo de drogas facilita o entrada e retarda a saída em carreiras criminais. A relação entre juventude, consumo de drogas e violência é asseverada nos casos de homicídios de adolescentes envolvendo armas de fogo, nos quais a

exposição precoce do agressor às drogas, seja no ambiente familiar ou comunitário, tem um efeito determinante (Shaw *et al.*, 2006).

Autores de homicídio tendem a apresentar algum vício em substâncias, principalmente álcool (Rossow, 2001; Eisner, 2002). Inclusive, em países do Leste Europeu, mudanças nos padrões de consumo de álcool mostraram efeitos significativos sobre as taxas de homicídio, sendo esses efeitos mais expressivos entre vítimas jovens do sexo masculino. E mesmo controlando por fatores socioeconômicos, as localidades onde havia maior consumo de álcool tendiam a apresentar maiores taxas de homicídio, sendo as variações das taxas mais sensíveis às variações no consumo de destilados (Pridemore, 2002; Razvodovsky, 2003; Bye, 2008).

1.3.4 Homicídios cometidos por mulheres

O homicídio é um dos vários tipos de violência histórica e popularmente atribuídos à figura masculina. Essa observação é corroborada por dados que indicam uma maior proporção de homens envolvidos em situações que resultam em violência letal. Mas esse viés estatístico tende a criar e perpetuar a ideia de que as mulheres são menos propensas ou incapazes de cometer homicídios. Esse mesmo viés pode ser atribuído a diversos fatores, incluindo estereótipos de gênero e uma compreensão limitada das dinâmicas de violência que envolvem mulheres. Os homicídios cometidos por mulheres, embora em menor frequência, podem ocorrer sob circunstâncias diferentes, ou até mesmo serem registrados e interpretados de maneira distinta pelas autoridades e pela sociedade. A sociologia está atenta a essas diferenças, buscando reconhecer e descrever as nuances da violência feminina a fim de explicar os fatores e condições que as ensejam.

Algumas dessas diferenças se atêm ao *modus operandi*. Uma das observações mais recorrentes dos estudos especializados é a de que as agressoras, quando comparadas aos agressores, tendem a utilizar recursos que requerem menos contato físico, como armas de fogo. Isso é essencialmente uma compensação das diferenças de força (Eckhardt; Pridemore, 2009; Chan; Heide; Beauregard, 2019). Além disso, os homicídios femininos tendem a ocorrer em ambientes fechados, geralmente na residência da agressora, em resposta à violência doméstica sofrida. Este padrão sugere que as mulheres agressoras adaptam suas estratégias de acordo com suas circunstâncias e capacidades, muitas vezes em contextos de intimidade e relações pessoais (Kirkwood, 2003; Heide *et al.*, 2011; Field *et al.*, 2017).

Há um componente cultural igualmente relevante na explicação da propensão feminina à violência letal. O machismo e as expectativas de gênero se espriam sobre o suposto dever de submissão e cuidado. Combinados com a pressão para manter a honra familiar, esses aspectos

podem uma condição na qual a violência se torna uma resposta desesperada à opressão contínua. Quando essas mulheres, submetidas a constantes abusos, veem-se sem alternativas pacíficas ou institucionais eficazes para escapar da violência, podem recorrer ao homicídio como uma forma de libertação ou autodefesa. A maior parte dos homicídios cometidos por mulheres acontecem sob motivações expressivas⁶, isto é, sob fortes emoções, como raiva, frustração, medo, vingança ou desespero, e em contextos de relacionamentos íntimos (Messing; Heeren; 2004; Del-Rio; Doucet; Chauvin, 2010; Muftic; Baumann, 2012).

Os fatores psicossociais são igualmente relevantes na explicação da volição feminina para o crime de homicídio. Experiências de trauma contínuo podem levar ao desenvolvimento de transtornos de estresse pós-traumático (TEPT) e outros problemas de saúde mental. Traços de depressão, transtorno bipolar, esquizofrenia e transtornos de personalidade, são frequentemente identificados entre mulheres homicidas (Yourstone; Lindholm; Kristiansson, 2008; Skott; Beauregard; Darjee, 2018). Esses transtornos podem afetar a capacidade de julgamento, impulsividade e controle emocional. Mulheres com problemas de saúde mental podem agir sob a influência de delírios, alucinações ou impulsos incontroláveis, que podem levar a atos de violência extrema (Shackelford, 2001; Sea; Youngs; Tkazky, 2017).

1.3.5 Homicídios associados à atuação de grupos criminosos

A incidência de homicídios cometidos por ou relacionados a grupos criminosos também tem sido objeto de pesquisa sociológica. Esse “tipo” de homicídio reflete as dinâmicas externas e os processos internos desses grupos, como as disputas pelo controle territorial e a gestão de mercados ilícitos, elementos que constituem a base operacional desses grupos.

Para estabelecer e manter o controle sobre os territórios, esses grupos mobilizam um conjunto de estratégias para além do uso direto da violência. Esta não é um fim em si mesma, mas um meio para eliminar rivais e demonstrar poder. Ainda assim, a consolidação do controle muitas vezes depende da capacidade desses grupos em se integrar nas redes locais, oferecendo ou monopolizando serviços essenciais em áreas onde o Estado é ineficaz ou ausente (Decker; Curry, 2002). Em alguns casos, esses grupos atuam na mediação de conflitos e até mesmo na provisão de segurança, o que pode resultar em uma redução de homicídios relacionados a conflitos interpessoais aleatórios ou pequenos crimes (Cruz; Duran-Martinez, 2016).

⁶ Diferentemente das motivações instrumentais, que são orientadas para atingir um objetivo específico ou obter uma vantagem concreta, as motivações expressivas são principalmente emocionais e refletem a tentativa do indivíduo de externalizar e aliviar sentimentos internos.

A integração entre grupos criminosos e as comunidades que dominam pode, de forma contraintuitiva, resultar em uma redução temporária dos homicídios. Isso ocorre porque, ao fornecerem segurança e outros serviços básicos, esses grupos estabelecem formas de ordem que suprimem certos tipos de violência interpessoal ao nível local. Ao mesmo tempo, essa integração fomenta a dependência social desses grupos, reforçando a resiliência comunitária à sua presença (Papachristos, 2009; Papachristos; Hureau; Braga, 2013). Isso não só complica os esforços de erradicação, como também pode, a longo prazo, contribuir para a estabilização de altas taxas de violência homicida. Esse cenário tende a se manifestar especialmente quando a autoridade desses grupos é desafiada, seja por intervenções estatais ou pela ascensão de grupos rivais (Villarreal, 2002). A ordem imposta por tais grupos, embora possa inicialmente reduzir a violência, cria condições para uma escalada de conflitos violentos quando essa mesma ordem é perturbada (Drury; DeLisi, 2008; Duran-Martinez, 2015).

O tráfico de drogas e de armas é uma importante fonte de receita para esses grupos. As operações desses mercados remetem a altos níveis de violência não só pela natureza ilegal das atividades, mas pela necessidade de resolver disputas sem recurso aos sistemas legais formais (Hagedorn; Rauch, 2007). Assim, as taxas de homicídio podem aumentar significativamente nas localidades onde os grupos criminosos estão ativamente engajados nessas economias, sobretudo quando há disputas por controle de pontos estratégicos para a logística do tráfico.

A resposta do Estado à violência associada a grupos criminosos varia amplamente, mas estratégias que combinam repressão com reformas sociais e econômicas tendem a ser mais eficazes. Estudos como os de McGarrell *et al.* (2006), Decker e Pyrooz (2010) e Papachristos e Kirk (2015) demonstram que abordagens que visam as lideranças desses grupos podem ser mais efetivas na diminuição das taxas de homicídio de maneira sustentável.

1.3.6 Femicídios

Femicídios, a prática de matar mulheres devido à sua condição de gênero, têm ganhado crescente atenção de acadêmicos e da sociedade em geral. Esse fenômeno não é apenas uma forma de homicídio, mas uma expressão extrema de violência de gênero enraizada em desigualdades e padrões culturais de discriminação e opressão. Do ponto de vista sociológico, os femicídios são vistos como o ápice de uma longa cadeia de violências sofridas pelas mulheres. Tratam-se de eventos que ocorrem em um contexto de violência doméstica e abuso, onde a mulher é vista como propriedade ou como um ser inferior. Essa percepção é em muitos dos casos reforçada por normas culturais, práticas sociais e, em alguns casos, pela legislação,

que perpetua a desigualdade de gênero e desequilíbrios de poder (Campbell; Webster; Glass, 2008; Abrahams *et al.*, 2013).

O estresse econômico é um fator relacional que explica a propensão masculina para o feminicídio. Dificuldades financeiras podem gerar tensões que tendem a resultar em violência. E a situação de dependência financeira das mulheres em relação aos seus parceiros pode deixá-las mais vulneráveis ao abuso (McFarlane; Campbell; Watson, 2002). Diferenças nos níveis educacionais também podem gerar conflitos, inseguranças e, potencialmente, comportamentos agressivos, sobretudo nos cenários em que o agressor apresenta um déficit em relação à vítima. Segundo Taylor (2009), a educação pode influenciar as expectativas de poder e de controle dentro de um relacionamento, e desequilíbrios nesse quesito podem ser potencialmente interpretados pelo agressor como uma ameaça a sua autoridade, desencadeando reações adversas, incluindo comportamentos violentos.

A debilidade das sanções comunitárias contra a violência entre parceiros íntimos também tem sua parcela de contribuição. A falta de resposta da comunidade pode sugerir uma aceitação social tácita da violência, agravando a situação. Esse aspecto, em certa medida, repercute na carência de sanções legais mais rígidas contra a violência de gênero, e a ausência de penalidades mais sérias, bem como a consequente impunidade dos agressores, contribuem para a perpetuação desse tipo de problema (Wright, 2011). Em contextos de violência generalizada (que podem ser descritos por outros indicadores além dos feminicídios, como roubos e homicídios, por exemplo), a ideia de que agressões são “normais” ou “comuns” ganha adesão popular. Para autores como Koziol-McLain *et al.* (2006) e Mathews *et al.* (2008) nesses mesmos contextos, as mulheres são as mais afetadas.

A análise da representação dos feminicídios na mídia também desempenha um papel crucial na formação da percepção pública e nas respostas sociais a esses crimes. A variação na forma como os feminicídios são retratados, desde serem minimizados como incidentes isolados até serem contextualizados como problemas sociais mais amplos, demonstra o impacto significativo da mídia na modulação das narrativas de violência de gênero (Carey Jr.; Torres, 2010; Gillespie *et al.*, 2013).

1.3.7 Múltiplos homicídios (assassinatos em série e massacres)

O interesse sociológico sobre os massacres e assassinatos em série se baseia na busca pela compreensão das dinâmicas sociais e estruturais que podem influenciar tais comportamentos. A pesquisa social se concentra em como variáveis como estrutura familiar, condições socioeconômicas, exposição a violência e influências culturais podem contribuir para

o desenvolvimento de impulsos homicidas (DeFronzo *et al.*, 2007). Além disso, o estudo sociológico desses eventos visa proporcionar uma compreensão mais ampla das repercussões desses crimes na sociedade, abrangendo aspectos como o impacto nos grupos sociais afetados, a resposta dos meios de comunicação e o papel das instituições na prevenção e reação a tais incidentes.

A compreensão dos cenários de violência e sua evolução de escolas secundárias para universidades destaca uma mudança nas motivações e contextos que sustentam atos violentos (Tonso, 2009). Enquanto as escolas secundárias têm enfrentado episódios de violência frequentemente relacionados a bullying e isolamento social, as universidades enfrentam desafios distintos, como estresse acadêmico e questões de saúde mental mais complexas (Stretesky; Hogan, 2001; Fox; Savage, 2009; Schildkraut; Muschert, 2013). Isso sugere uma mudança fundamental na abordagem preventiva, onde a saúde mental e o bem-estar do estudante precisam ser colocados no centro das políticas de segurança educacional.

Em relação aos homicídios em série, observa-se que estes geralmente são caracterizados por uma premeditação acentuada e motivações sexuais, diferenciando-se significativamente dos homicídios únicos, que são frequentemente impulsivos e ocorrem entre conhecidos. A natureza premeditada dos homicídios em série implica um nível de planejamento e intencionalidade que os distingue claramente (Trojan; Salfati, 2011). Tais crimes muitas vezes seguem padrões específicos ou rituais que refletem motivações profundas e perturbadas, envolvendo comportamentos tanto instrumentais (como a agressão sexual, que visa alcançar um objetivo específico além do homicídio em si) quanto expressivos, como a tortura, que manifesta um ataque emocional e pessoal (Kraemer; Lord; Heilbrun, 2004; Salfati; Bateman, 2005).

A comercialização da violência pelas mídias e a cultura popular tem contribuído para a banalização e, em alguns casos, a glamorização de crimes violentos. A representação frequente de massacres em filmes, séries e videogames pode não apenas dessensibilizar o público para a gravidade desses atos, mas também influenciar a percepção pública e as respostas políticas a essas questões. Crimes graves são frequentemente transformados em espetáculos de entretenimento, onde a complexidade e as consequências trágicas da violência são ofuscadas por narrativas dramáticas e estilizadas (Jarvis, 2007). Isso levanta preocupações sobre como essas representações podem distorcer a compreensão pública dos motivos e das realidades da violência, potencialmente afetando as iniciativas de prevenção e resposta.

1.3.8 Homicídios associados ao preconceito (crimes de ódio)

Homicídios associados ao preconceito, frequentemente classificados como crimes de ódio, são atos de violência extrema motivados por aversão a características específicas das vítimas, como raça, etnia, religião, orientação sexual, identidade de gênero, nacionalidade, ou qualquer outro aspecto que diferencie o indivíduo do agressor (Gruenewald; Kelley, 2014). Estes crimes representam não apenas um ataque ao indivíduo, mas uma tentativa de intimidar e marginalizar toda uma comunidade que compartilha dessas características.

A natureza desses homicídios é profundamente enraizada em preconceitos culturais e sociais, muitas vezes perpetuados por estereótipos e intolerância. O impacto desses crimes vai além do dano físico, afetando psicologicamente as comunidades visadas, criando um ambiente de medo e insegurança. Isso pode contribuir para a segregação. O interesse da sociologia nesse tipo de homicídio não se limita ao ato em si, mas estende-se às suas causas, consequências e ao contexto mais amplo em que ocorrem (Chermak *et al.*, 2011; Perry; Alvi, 2012).

A análise da relação histórica entre práticas passadas de linchamento e as respostas contemporâneas a crimes de ódio revela como antigos legados de violência continuam a influenciar as práticas atuais (King; Messner; Baller, 2009). Este entendimento mostra que as respostas a crimes de ódio não são apenas uma questão de aplicação da lei no presente, mas estão também profundamente interligadas com a história social e política de uma região. Localidades que experienciaram altos níveis de linchamento no passado podem exibir padrões distintos de resposta a crimes de ódio, muitas vezes modulados pela presença de ameaças percebidas a grupos minoritários

Além disso, eventos pontuais como decisões judiciais controversas ou ataques terroristas têm sido identificados como catalisadores para surtos de crimes de ódio (King; Sutton, 2013). Esta dinâmica de retaliação evidencia uma resposta imediata e muitas vezes intensa a eventos que são percebidos como ameaçadores por certos segmentos da população. Entender esses “gatilhos” é necessário para antecipar e mitigar esse tipo de violência.

Por fim, a expansão das tipologias de motivações para crimes de ódio, que agora incluem motivações retaliatórias, ilumina a complexidade das razões por trás desses atos (McDevitt; Levin; Bennett, 2002). Reconhecer que os crimes de ódio podem ser impulsionados não apenas por desejo de emoção ou defesa territorial, mas também por reações a percepções distorcidas ou informações falsas, aponta para a necessidade de abordagens que vão além da punição dos autores. Essa perspectiva demanda uma resposta mais abrangente que considere tanto as influências socioculturais quanto as condições individuais que facilitam a perpetração de tais violências.

1.4 DISCUSSÃO

1.4.1 Principais avanços

Os avanços recentes nos estudos sociológicos sobre as variações espaço-temporais dos homicídios transcendem as abordagens mais tradicionais, proporcionando uma compreensão mais matizada desses crimes. Esses estudos têm evidenciado padrões consistentes que são influenciados tanto por fatores socioeconômicos quanto por dinâmicas comportamentais. Uma observação marcante é a concentração de homicídios em áreas específicas dentro das cidades, frequentemente correlacionada com indicadores de privação socioeconômica. Essa concentração sinaliza a influência de vulnerabilidades locais e a baixa eficácia coletiva nas comunidades, sugerindo que certos ambientes são mais propensos a episódios de violência letal.

Os padrões temporais desses crimes também são significativos, com um número maior de homicídios ocorrendo nos fins de semana e durante a noite. Essa tendência aponta para uma ligação entre os ritmos de atividade da população e a incidência de crimes violentos, uma observação que permanece consistente mesmo levando em conta variações sazonais (que apresentam um menor grau de significância estatística e explicativa). As taxas de homicídio demonstram uma tendência de convergência entre diferentes regiões, indicando uma possível uniformização dos padrões criminais ao longo do tempo.

A mobilidade das vítimas e dos agressores antes dos homicídios também surge como um aspecto crucial, revelando que os homicídios não estão limitados a interações dentro de uma comunidade específica, mas são frequentemente influenciados por indivíduos de fora dessa área. Esse fato sublinha a complexidade das dinâmicas sociais dos homicídios. Por fim, a análise da relação entre desordem física e homicídios sugere que ambientes sem sinais de depredação tendem a ter menos crimes violentos, uma observação alinhada a de algumas teorias clássicas da criminologia sobre as configurações dos espaços urbanos e a criminalidade.

No que se refere aos homicídios sexuais, enquanto os estudos anteriores se atém a uma visão monolítica dos agressores focando em aspectos genéricos do comportamento do criminoso, os estudos recentes se prestam a explorar a diversidade nos perfis psicológicos e comportamentais revelando subtipos específicos, como sádicos, enfurecidos e predadores sexuais seriais, propondo um entendimento mais detalhado das motivações e das condutas. A análise dos *modus operandi* desses crimes é muito mais detalhada, abrangendo o planejamento, a escolha da vítima e os métodos de execução. Esta abordagem contrasta com a visão limitada das pesquisas anteriores. Da mesma forma, os estudos atuais dão atenção especial às vítimas,

considerando sua vulnerabilidade, circunstâncias sociais e aspectos demográficos, superando assim as perspectivas anteriores, frequentemente estigmatizantes.

A aplicação de métodos de pesquisa sofisticados, como análises de cluster e multidimensionais, tem permitido observações mais aprofundadas. Adicionalmente, a incorporação de dados comportamentais e psicológicos tem enriquecido o entendimento desses crimes. As pesquisas atuais também se destacam pela contextualização sociocultural e geográfica e pela aplicação de abordagens multidisciplinares, integrando observações da psicologia, sociologia e da criminologia. Esses desenvolvimentos sinalizam um movimento em direção a uma compreensão mais holística e detalhada dos homicídios sexuais, crucial para estratégias de prevenção e intervenção mais efetivas.

Os estudos sociológicos sobre homicídios relacionados a grupos criminosos também apresentam uma evolução notável em relação às pesquisas anteriores. Se antes os estudos tendiam a debitar as variações dos indicadores de violência dos indicadores socioeconômicos (algo muito observado nos estudos sociológicos brasileiros, por exemplo), os estudos recentes têm contribuído com o entendimento da contribuição dos grupos criminosos nas dinâmicas dos homicídios em diferentes níveis, bem como com as interações desses grupos com fatores socioeconômicos e instâncias políticas.

Esses estudos têm explorado detalhadamente a estrutura interna dos grupos criminosos, incluindo lutas pelo poder, controle territorial e a administração de atividades ilícitas. Esse é um avanço significativo em relação às visões mais simplistas que predominavam nos estudos anteriores, que muitas vezes viam a violência apenas como um subproduto de atividades criminosas desorganizadas. Além disso, os estudos recentes integram a análise de fatores externos, como políticas de segurança pública e condições socioeconômicas, ao entendimento das instâncias do crime organizado, o que não parecia ser uma preocupação constante nos estudos anteriores, que raramente explicavam como esses fatores mais amplos influenciavam a incidência de homicídios.

A combinação de dados estatísticos com entrevistas e observações etnográficas é uma outra característica dos estudos recentes, um tipo de avanço que dotou de maior qualidade as análises e as observações sobre homicídios relacionados a grupos criminosos, permitindo inclusive aos pesquisadores acessar as implicações desses homicídios para a governança local, e oferecendo um entendimento mais abrangente de como a violência criminal se entrelaça com a vida comunitária e as estruturas políticas.

Os estudos sobre a relação entre o consumo de drogas e homicídios avançaram em complexidade, precisão e relevância política. A maior parte deles têm apresentado resultados

consistentes que demonstram como o consumo de drogas lícitas ou ilícitas pode contribuir com a variação dos indicadores de violência, sobretudo a letal. Eles exploram os fatores imediatos e circunstanciais, como interações voláteis e conflitos relacionados a dívidas de drogas, que podem escalar para violência. Essa compreensão vai além dos resultados de estudos anteriores, que muitas vezes não diferenciavam o uso de drogas e as condições contextuais em que esse uso ocorre.

Os estudos recentes também têm se dedicado a examinar as implicações das políticas de drogas, como as leis de homicídio induzido por drogas, e como elas podem inadvertidamente exacerbar problemas relacionados a drogas. Este aspecto reflete uma abordagem mais holística que leva em conta as políticas de saúde pública e as leis de segurança pública, que eram frequentemente negligenciadas em estudos mais antigos.

Um outro avanço notável dos estudos sobre drogas e homicídios consiste na aplicação de métodos de análise estatística mais robustos, como análises de séries temporais, para estabelecer correlações entre o consumo de substâncias e as taxas de homicídio. Isso permite uma compreensão mais precisa e contextualizada da relação entre drogas e homicídios.

Esses estudos também avançaram na compreensão dos efeitos das substâncias no comportamento individual, incluindo como a intoxicação pode aumentar a propensão a comportamentos impulsivos e violentos. Isso é uma evolução significativa em relação aos estudos mais antigos, que frequentemente falhavam em diferenciar entre uso crônico e intoxicação aguda e seus efeitos diferenciados sobre o comportamento violento.

Enquanto estudos anteriores tendiam a focar predominantemente no papel dos homens em atos de violência letal, os estudos atuais exploram as nuances dos homicídios cometidos por mulheres, desafiando estereótipos de gênero e a compreensão limitada das dinâmicas de violência envolvendo mulheres. Estes avanços são evidenciados em diversas frentes. Primeiro, há um reconhecimento crescente de que mulheres, embora apareçam menos frequentemente nas estatísticas de crimes violentos, estão de fato envolvidas em homicídios. Esta observação desafia a ideia tradicional de que as mulheres são menos propensas ou incapazes de cometer tais atos. Os estudos recentes investigam as diferenças de gênero nos homicídios sexuais, focando em aspectos como o tipo de arma utilizada, revelando que mulheres tendem a usar armas fisicamente menos exigentes.

Outro avanço importante é o reconhecimento de que os homicídios cometidos por mulheres podem ocorrer sob circunstâncias diferentes e serem registrados e interpretados de maneira distinta pelas autoridades e pela sociedade. A utilização de grandes bases de dados e análises comparativas têm permitido entender essas diferenças com mais precisão, incluindo

aquelas que se inscrevem nas relações entre vítimas e agressores. Esses estudos têm avançado significativamente em relação a estudos anteriores ao desmistificar estereótipos de gênero, oferecendo uma análise mais aprofundada e baseada em evidências sobre o papel das mulheres em atos de violência letal.

Talvez o avanço mais significativo dos estudos recentes sobre feminicídios em relação às pesquisas anteriores resida na maneira como aqueles estudos contextualizam esses crimes dentro de estruturas sociais e culturais mais amplas. Se por um lado, os estudos mais antigos muitas vezes viam os feminicídios principalmente como homicídios isolados, por outro lado, os estudos recentes os entendem como manifestações extremas de violência de gênero, profundamente enraizadas em desigualdades e padrões de discriminação. Eles reconhecem os feminicídios como parte de um problema estrutural mais amplo, ligado à normalização da violência contra mulheres em muitas sociedades. Isso reflete uma mudança importante na abordagem, destacando a necessidade de abordar as causas subjacentes, como misoginia, machismo e estruturas patriarcais.

Um outro avanço importante consiste na análise de como os feminicídios são retratados na mídia e percebidos pela sociedade. Essa abordagem ajuda a entender como a percepção pública sobre o feminicídio pode ser moldada e como isso influencia as respostas sociais a ele. Há ainda a contribuição dos estudos que examinam os fatores de risco específicos para o feminicídio no desenvolvimento de estratégias de prevenção e enfrentamento à violência de gênero.

Os estudos sociológicos recentes sobre múltiplos homicídios têm ampliado significativamente nossa compreensão desses fenômenos. Diferentemente das abordagens anteriores, que se concentravam predominantemente nos aspectos psicológicos ou biográficos dos perpetradores, as pesquisas atuais adotam uma visão mais holística, integrando variáveis sociais, culturais, econômicas e psicológicas, com o objetivo de fornecer uma compreensão mais abrangente desses crimes.

Atualmente, a ênfase dada por esses estudos assente sobre a maneira como fatores sociais ou culturais, como a urbanização, a estrutura familiar, a desigualdade social e as normas culturais, influenciam a incidência desses crimes. Isso marca uma mudança significativa em relação aos estudos anteriores, que muitas vezes negligenciavam o papel do ambiente social e das condições socioeconômicas.

Somam-se a essas observações as técnicas modernas de análise de dados, gerando resultados mais profundos e precisos sobre as associações que precedem a atuação de assassinos em massa ou em série e as particularidades que se inscrevem em seus *modus operandi*. Isso

inclui a aplicação de modelos estatísticos robustos e análises comparativas com dados qualitativos, permitindo uma melhor distinção entre esses subtipos de homicídios e a identificação de padrões específicos.

Outra mudança importante inaugurada pelos estudos sociológicos empíricos sobre o tema é o foco nas dinâmicas de grupo e nas instituições, como escolas e universidades, e no impacto da mídia na percepção pública e na resposta a tais eventos. Isso contrasta com as observações de estudos tidos como “clássicos”, que se concentravam exclusivamente nos aspectos individuais. Os estudos recentes também exploram a relação entre a cultura de consumo, a representação midiática da violência e os homicídios em série, evidenciando uma interação entre sociedade de consumo e violência.

Também é importante o reconhecimento da influência da mídia e da cultura popular nos padrões de violência, bem como a aplicação desses conhecimentos em políticas públicas e estratégias de prevenção. Isso inclui um entendimento de como a sociedade pode responder e prevenir tais atos de violência. Por fim, os estudos recentes têm se mostrado mais inclusivos em termos de gênero, raça e contexto socioeconômico, abordando uma variedade maior de cenários e populações não reconhecidas ou consideradas nos estudos das décadas de 1980 e 1990.

A pesquisa sociológica empírica recente também avançou na compreensão dos homicídios motivados por preconceito (crime de ódio). Aplicações de técnicas de análise aprimoradas, como a de “captura-re-captura”, por exemplo, têm garantido uma representação mais precisa desses eventos. A análise das circunstâncias situacionais desses crimes tornou-se mais detalhada, destacando tanto as motivações predatórias quanto reativas dos agressores.

Esses estudos também têm examinado o impacto desses tipos de homicídio além das vítimas imediatas, destacando como eles criam um clima de medo e insegurança em comunidades inteiras, levando ao isolamento social e perpetuação de estigmas. Há um foco crescente na ligação entre respostas contemporâneas a crimes de ódio e contextos históricos e sociais mais amplos, revelando como padrões de violência e preconceito do passado moldam as atitudes e políticas atuais.

É de se reconhecer que os estudos recentes, em certa medida, têm desafiado as respostas das autoridades aos crimes de ódio, analisando a eficácia das políticas de aplicação da lei e a adequação das estratégias de prevenção e reação. O combate aos crimes de ódio é reconhecido como exigindo mais do que ação legal, necessitando também de estratégias educacionais para desaprender o ódio e promover a tolerância e inclusão.

1.4.2 Principais limitações

A questão da generalização dos resultados que assombra os estudos sociológicos sobre homicídios mais antigos também paira sobre os estudos recentes. Muitas dessas pesquisas são realizadas em ambientes específicos, considerando características únicas desses locais, como aspectos culturais, econômicos, demográficos e políticos. Essas especificidades limitam as possibilidades de extensão das conclusões obtidas em diferentes ambientes. Por exemplo, os estudos sobre feminicídios nos EUA frequentemente exploram o papel da violência de gênero dentro de sociedades com fortes influências machistas e desigualdades estruturais. Essas pesquisas podem revelar padrões e motivações específicos para a região, como a relação entre violência doméstica e feminicídios. No entanto, ao tentar aplicar essas descobertas em contextos como a Europa Ocidental ou a Ásia, pode-se encontrar discrepâncias significativas. Estes lugares possuem diferentes estruturas sociais, legislações e atitudes culturais em relação ao gênero, que podem influenciar as dinâmicas dos feminicídios de maneiras distintas.

A dependência de dados oficiais e registros criminais é uma outra questão crítica persistente, pois essas fontes de informação podem ser influenciadas por uma série de fatores, resultando em dados que nem sempre refletem a realidade com precisão. Esse problema é particularmente acentuado em estudos quantitativos baseados em dados secundários. Em muitos dos casos, os dados oficiais dependem da classificação e da documentação realizada pelas autoridades policiais e judiciárias. Esses registros podem ser afetados por várias questões, incluindo a percepção e o treinamento dos oficiais, bem como por políticas e práticas institucionais. Em ambientes onde há estigma ou preconceito contra certos grupos, os crimes contra essas comunidades podem ser sistematicamente subnotificados ou mal classificados.

Por exemplo, um crime de ódio baseado em orientação sexual pode ser registrado apenas como um ato de violência sem motivação aparente. Além disso, as vítimas ou as testemunhas de crimes de ódio podem hesitar em reportar esses incidentes devido ao medo de retaliação ou de não serem levadas a sério. Em muitos lugares, a desconfiança nas autoridades, especialmente em comunidades marginalizadas, pode levar a uma relutância na notificação do crime. Esta situação é agravada em localidades onde as forças de segurança são vistas como corruptas ou como parte do problema de discriminação e preconceito. Conseqüentemente, os estudos que se baseiam exclusivamente em dados oficiais podem não capturar o verdadeiro escopo ou a natureza dos crimes e isso limita a compreensão sobre a prevalência desses crimes, suas características e as necessidades das vítimas.

A ausência de modelos conceituais ou teóricos robustos e abrangentes também representa uma limitação em parcela significativa dos estudos revisados, mas principalmente

na descrição dos resultados e na compreensão dos aspectos essenciais dos *modus operandi* de assassinos em massa e assassinos em série. Esta lacuna teórica impede uma análise mais profunda e integrada dos múltiplos fatores que influenciam esses comportamentos extremos, resultando em desafios para a prevenção e o tratamento eficaz desses fenômenos. Sem um modelo teórico bem-estruturado, as análises tendem a focar excessivamente nas características dos agressores ou nos padrões primários, negligenciando o contexto mais amplo em que esses crimes ocorrem e as interações entre o contexto, as vítimas e o agressor.

A revisão também evidencia lacunas significativas na pesquisa, especialmente em relação à escassez de estudos configuracionais sobre homicídios. Esta lacuna é particularmente relevante, pois esses estudos permitem uma compreensão mais profunda das interações entre agentes, variáveis e contextos que produzem o crime em questão. A inclusão de tais estudos poderia enriquecer significativamente a base de conhecimento disponível, fornecendo observações mais detalhadas sobre os padrões e causas dos homicídios.

1.4.3 Limitações da presente revisão

A despeito de sua abrangência, esta revisão também tem suas limitações. Muitas delas consistem nos próprios desafios inerentes a qualquer trabalho acadêmico que busca sintetizar um campo de pesquisa tão vasto. Um dos principais desafios é o escopo limitado dos artigos selecionados. Dado o extenso volume de pesquisas sobre homicídios, é compreensível que apenas uma fração dos estudos possa ser incluída em uma única revisão. Esta seleção, embora necessária, pode inadvertidamente omitir certas vertentes de pesquisa ou abordagens teóricas que também são importantes.

O foco da revisão em determinadas áreas temáticas também pode ter deixado de lado outras áreas emergentes ou menos exploradas. Por exemplo, estudos recentes que exploram o impacto das tecnologias digitais no crime, ou aqueles que abordam perspectivas transnacionais sobre a violência, podem não estar devidamente representados. Outra consideração importante refere-se à dinâmica da publicação acadêmica. Estudos mais recentes podem ainda não ter sido publicados ou amplamente reconhecidos no momento da revisão, o que é uma limitação natural do processo de revisão da literatura. Isso não diminui a qualidade da revisão realizada, mas destaca a natureza sempre evolutiva do conhecimento acadêmico.

Vale ressaltar também que, embora a revisão seja abrangente, ela naturalmente reflete as interpretações e o foco de seu autor. Isto é, todas as revisões são, em certa medida, moldadas pelas perspectivas teóricas e interesses dos pesquisadores que as conduzem, o que é uma característica fundamental da pesquisa acadêmica. Em termos práticos, essas limitações não

descredibilizam o estudo, mas sim reiteram a necessidade de pesquisas e de revisões futuras. A sociologia é uma disciplina dinâmica, e o conhecimento sobre homicídios, em particular, está em constante evolução. Revisões sistemáticas de literatura, tais qual a presente revisão, são essenciais na sumarização dos avanços que dão forma a esse processo contínuo de descoberta.

CAPÍTULO 2. HOMICÍDIOS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA NACIONAL

2.1 INTRODUÇÃO

No ano de 2009, o Brasil alcançou a marca de um milhão de homicídios desde que o Ministério da Saúde iniciou sua contagem no final dos anos 1970. Naquele ano o país registrava uma taxa de 27,2 homicídios por 100 mil habitantes, uma taxa muito elevada se comparada à taxa global de homicídios à época, de 6,1 por 100 mil habitantes. Em 2017, a taxa de homicídios no Brasil chegou aos 31,6 homicídios por 100 mil habitantes, a mais alta taxa registrada na história do país. Em 2020, o Brasil chegou a ocupar a primeira posição no ranking dos países mais violentos do mundo em números absolutos (UNODC, 2022).

Desde o início dos anos 2000, a expansão de facções criminosas e suas disputas pelo controle dos mercados de drogas nas grandes, médias e pequenas cidades contribuiu para o aumento das taxas de homicídio. Segundo Cerqueira *et al.* (2013), esse processo de interiorização se intensificou. Na década de 2010, a luta pelo domínio dos territórios e rotas internacionais de narcotráfico, especialmente no Norte e Nordeste, entre as principais facções e seus aliados regionais, desencadeou uma guerra violenta em 2016 e 2017. Durante esse período, houve um aumento significativo no número de mortes, particularmente ao longo da região do Alto do Juruá, no Acre, seguindo pela rota do Solimões até as capitais do Nordeste. Essa violência está vinculada ao tráfico de cocaína da Bolívia e do Peru para outros continentes (Dias; Manso, 2018).

Os fatores demográficos têm atuado na direção oposta, contribuindo para a redução dos homicídios. Desde o início dos anos 2000, o Brasil tem passado pela maior transição demográfica de sua história, marcada pelo envelhecimento da população. Cerqueira (2023) destaca que a diminuição da proporção de jovens na população tem o potencial de reduzir as taxas de homicídio. Eles sugerem que esse fator demográfico poderia diminuir a taxa de 27,2 para 20 homicídios por 100 mil habitantes entre 2010 e 2020. No entanto, como o envelhecimento da população ocorreu de maneira heterogênea entre as Unidades Federativas, com o Sudeste avançando mais rapidamente e o Norte e Nordeste mais lentamente, os impactos sobre as taxas de homicídio também variaram entre os estados das referidas regiões.

Um outro fator que contribuiu para a diminuição dos homicídios foi a implementação de políticas de segurança pública mais eficazes em algumas Unidades Federativas e municípios. Essas políticas foram baseadas em evidências do que realmente funciona e focadas em

resultados. Cerqueira (2022) descreve esse processo como uma “revolução invisível”, caracterizada por ações que, apesar de não ganharem destaque nas manchetes dos jornais, foram efetivas devido à boa gestão, ao aprimoramento das atividades de inteligência policial e à implementação de programas multissetoriais.

A despeito da forma difusa com qual a violência letal tem se configurado em todo o território nacional, das dimensões que tem assumido e da atenção que tem logrado por parte de gestores públicos e acadêmicos, é premente a necessidade de sistematização das evidências empíricas obtidas no tratamento do tema. Com exceção dos trabalhos pioneiros de Nóbrega Júnior, Zaverucha e Rocha (2008) e Cerqueira (2014), o conjunto de estudos que se prestam a realizar um levantamento dos desenvolvimentos nesse campo de pesquisa não é tão extenso quanto desejável. Este capítulo visa contribuir com esse *corpus*, oferecendo não apenas um panorama dos progressos realizados até o momento, mas também uma análise detalhada das principais tendências emergentes na literatura sociológica empírica nacional das últimas duas décadas. Buscamos ainda identificar áreas nas quais futuras pesquisas poderiam ser particularmente impactantes e eficazes, dando as direções para avanços subsequentes no entendimento e no tratamento da violência homicida no país.

2.2 MÉTODO

A exemplo do que foi feito no primeiro capítulo da tese, conduzimos a revisão sistemática dos estudos nacionais seguindo o protocolo PRISMA, estabelecendo as mesmas operações de busca, seleção e análise. A descrição de cada uma dessas operações é feita a seguir.

2.2.1 Busca

Recorremos às mesmas bases de dados acessadas na revisão dos estudos internacionais, quais sejam, Sociological Abstracts, Social Sciences Abstracts, SocINDEX, Social Science Research Network (SSRN), International Bibliography of the Social Sciences (IBSS), Violence and Abuse Abstracts, Criminal Justice Abstracts, JSTOR, Web of Science e Scientific Electronic Library Online (SciELO), além da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Os descritores que empregamos nessa etapa da pesquisa foram obtidos dos Descritores em Ciências da Saúde (Desc/Biblioteca Virtual de Saúde), a saber: “homicídio”, “homicídios”, “assassinato”, “assassinatos”, “matar”, “chacina”, “chacinas”, “morte indevida”, “morte por negligência”, “mortes indevidas”, “mortes por negligência”, “violência letal”, “assassinato”, “massacre” e “massacres”. Aplicamos descritores na língua portuguesa com o objetivo de filtrar os estudos internacionais e evitar o levantamento consecutivo de estudos já

levantados. Utilizamos dois instrumentos de busca, o software Harzing's Publish or Perish e a ferramenta de inteligência artificial Perplexity (em sua versão paga). A partir dessa estratégia, obtivemos um total de 24.846 registros, sendo eles referentes a livros, artigos, teses, dissertações, relatórios e notas técnicas.

2.2.2 Seleção

Na matriz primária com os mais de 24 mil registros resultantes da etapa de busca, procuramos identificar e reduzir duplicatas. Esse processo foi executado com o auxílio da ferramenta de IA ChatGPT (em sua versão paga). Ao final, obtivemos um total de 9.428 registros válidos. A seleção dos registros para a revisão, por sua vez, se deu em duas etapas. Na primeira etapa adotamos a data de publicação e o número de citações como critérios de seleção. Selecionamos estudos com 5 ou mais citações publicados entre 1 de janeiro de 2000 e 31 de dezembro de 2020, com o intuito de abranger estudos recentes que melhor refletissem avanços no tratamento analítico do tema. Aqui precisamos ressaltar que o número de citações de um estudo nem sempre reflete a notoriedade ou a influência na área de pesquisa. Assim, é possível que trabalhos amplamente valorizados tanto por leitores quanto pela comunidade acadêmica não estejam presentes nesta revisão devido aos critérios de seleção adotados. Em síntese, 7.261 registros resultaram dessa primeira etapa de seleção.

A segunda etapa consistiu na leitura dos resumos dos trabalhos anteriormente selecionados. Também contamos com o auxílio do ChatGPT nesta etapa, instruindo a IA a indicar, a partir dos resumos, apenas estudos de caráter empírico, portanto, estudos baseados em dados (primários ou secundários) e estruturados a partir de metodologias qualitativas, quantitativas ou mistas. Estudos teóricos ou de revisão foram excluídos. Ao final desta segunda etapa, foram selecionados 108 registros, todos referentes a artigos, que prosseguiram para a revisão integral.

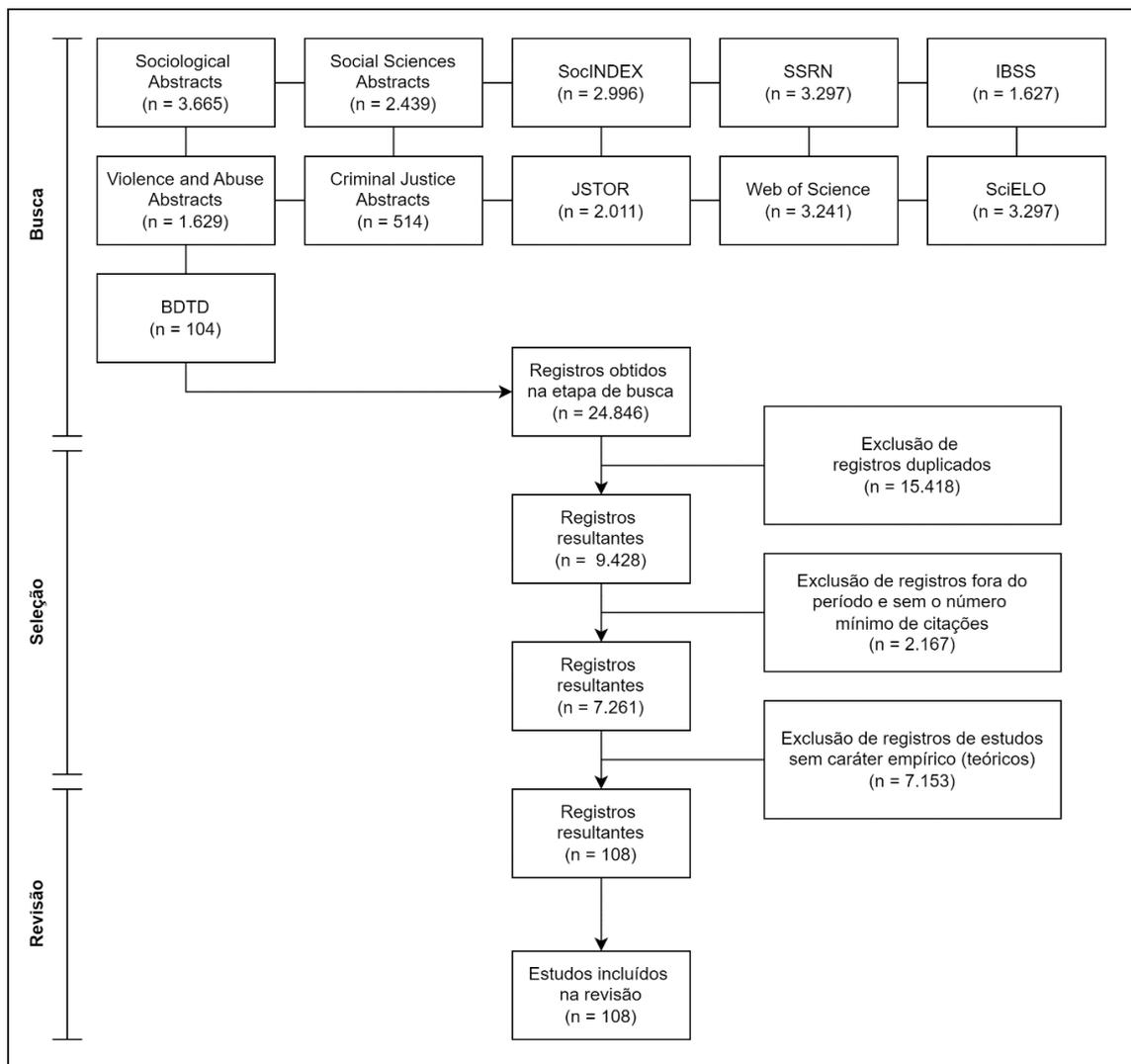
2.2.3 Revisão

Para procedermos com a revisão dos 108 artigos selecionados realizamos uma análise de conteúdo de cada artigo, a partir da qual identificamos, codificamos e categorizamos os temas expressos nos resultados relatados nos referidos estudos. Trabalhamos com as categorias obtidas na revisão dos estudos internacionais, muito embora tenhamos identificado nos estudos nacionais outras categorias distintas. Para todos os casos, revisamos detalhadamente cada um dos artigos com o objetivo de identificar palavras e expressões que melhor caracterizassem os resultados.

Em seguida, as palavras e expressões semelhantes identificadas foram grifadas para demarcar descobertas comuns. Repetimos este procedimento três vezes para garantir a completude da análise e com base nele identificamos os seguintes temas: I) vítimas de homicídio (20 artigos); II) determinantes estruturais dos homicídios (20 artigos); III) variações espaço-temporais dos homicídios (20 artigos); IV) homicídios associados à atuação de grupos criminosos (18 artigos); V) homicídios associados à disponibilidade de armas (10 artigos); VI) homicídios associados à atuação das polícias (10 artigos); e VII) estratégias de prevenção dos homicídios (10 artigos).

Utilizamos a linguagem de programação Python para gerar estatísticas descritivas e representações gráficas. Os resultados são apresentados e discutidos na seções seguintes. As etapas e processos executados na presente revisão são ilustrados pela Figura 8.

Figura 8 - Fluxograma das etapas e processos da revisão sistemática dos estudos nacionais



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

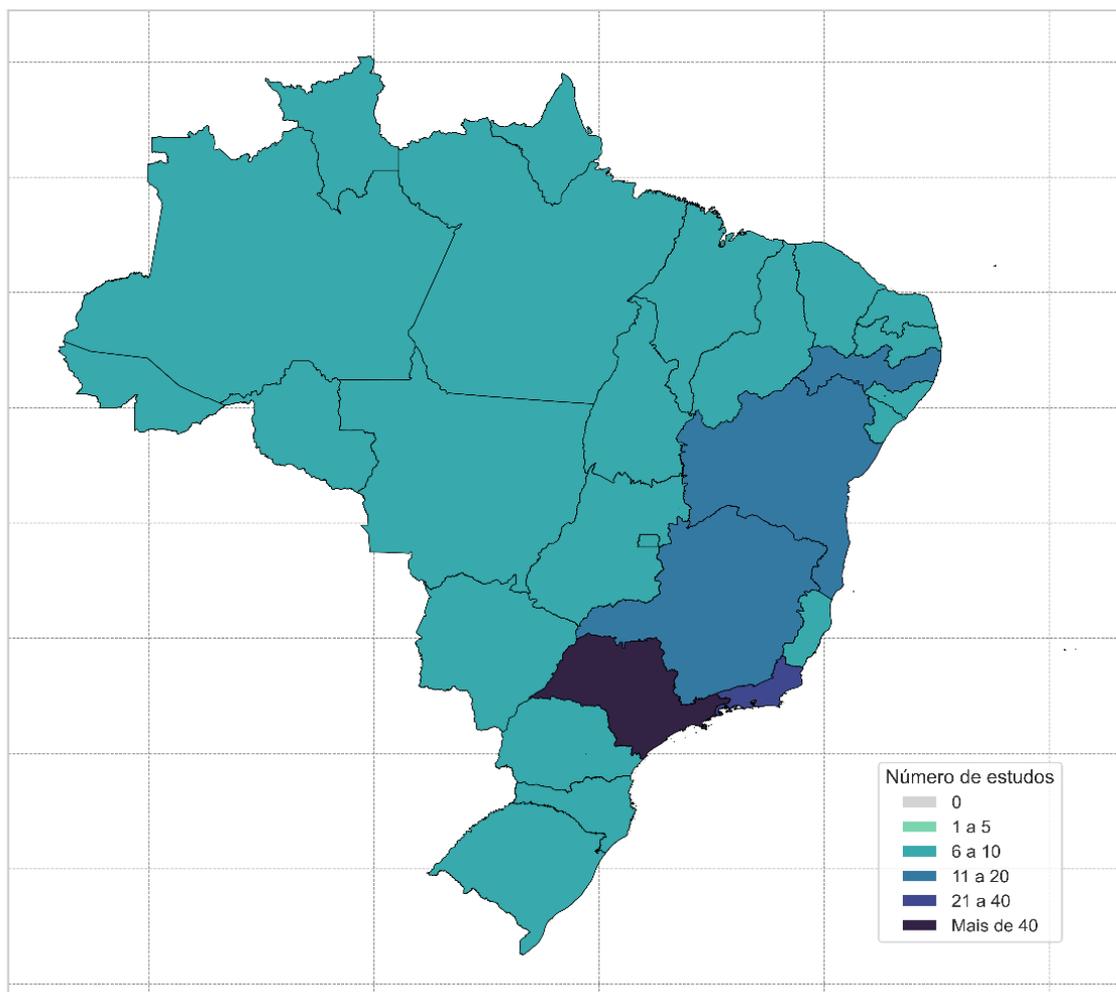
2.3 RESULTADOS

No Apêndice II desta tese sintetizamos os estudos nacionais incluídos na revisão agrupados de acordo com os referidos temas, autores, ano de publicação, dados utilizados, natureza da metodologia e técnicas empregadas. Sumarizamos os resultados a seguir. A Figura 9 apresenta a distribuição geográfica dos estudos selecionados para a revisão nacional. Vemos que a seleção contempla estudos de diferentes regiões do país, muito embora a maior parte desses estudos se concentrem no eixo Rio-São Paulo. Essa predominância pode ser atribuída ao fato desses estados abrigarem muitas das principais instituições acadêmicas do Brasil, o que contribui para uma maior produção de estudos na área.

Também precisamos reconhecer que, enquanto algumas regiões, como o Nordeste e o Norte, enfrentam altos índices de violência, elas estão relativamente sub-representadas na literatura acadêmica. Esse desequilíbrio pode levar a uma compreensão equivocada das dinâmicas de violência no país e, conseqüentemente, a políticas de segurança pública que não consideram adequadamente as particularidades regionais.

A concentração de estudos no eixo Rio-São Paulo ressalta a necessidade de estender as pesquisas sobre homicídios sobre outras regiões brasileiras, visando ampliar nosso entendimento sobre as diferentes dimensões dessa violência e desenvolver estratégias de combate mais eficazes que considerem a diversidade de contextos e desafios regionais, construindo uma base de conhecimento que reflita sobre as melhores práticas no tratamento analítico e prático dessa questão.

Figura 9 - Distribuição geográfica dos estudos nacionais selecionados

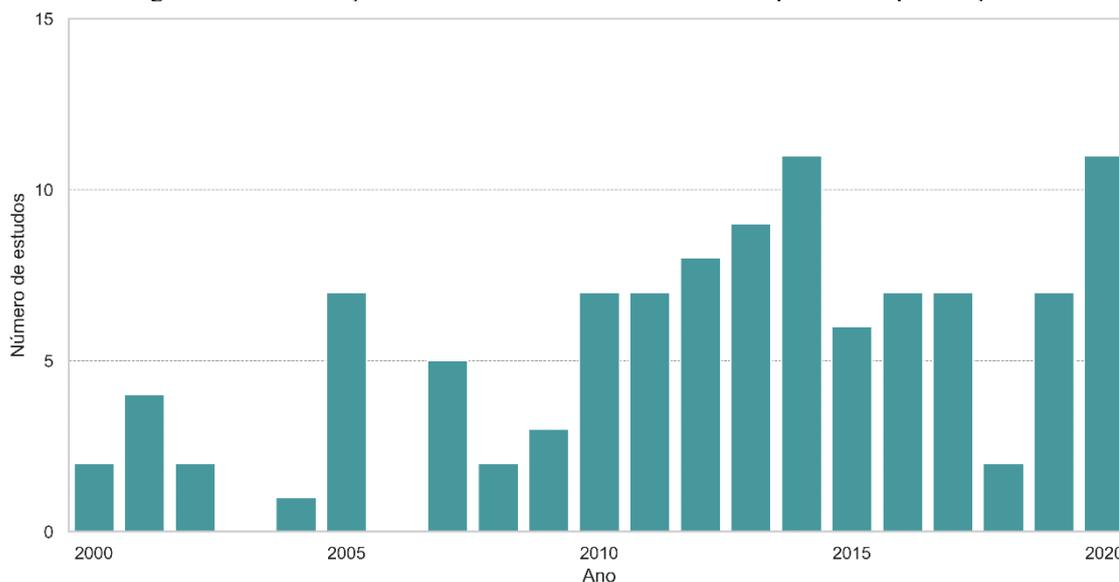


Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Nota: Todos os estados são sinalizados no mapa porque há estudos de abrangência nacional.

No caso dos estudos nacionais, a maior parte foi publicada entre 2010 e 2020, somando 82 artigos (75,9%) (ver Figura 10). A média de publicações nesse período foi de 7,4 ao ano. Na década anterior, a média de publicações foi de 2,6 ao ano. No total, a média de publicações foi de 5,1 ao ano. Na amostra de estudos nacionais, o número total de citações foi de 5.418, com uma média de 50,1 citações por estudo. O artigo mais citado é o de Reichenheim *et al.* (2011), com 562 citações, seguido por Misse (2011), com 210 citações, e Cardia, Adorno e Poletto (2001), com 149 citações. No que se refere ao número de autores, observamos que a maior parte dos estudos (43 artigos ou 39,8% da amostra) foi publicada por dois autores. Apenas um artigo (0,1%) teve mais de 10 autores.

Figura 10 - Distribuição dos estudos nacionais selecionados por ano de publicação



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

As cinco revistas com maior representatividade em nossa amostra concentram 35,1% dos artigos (ver Tabela 3), todas elas classificadas na área de saúde coletiva. Essa concentração reflete uma tradição sociológica que aborda o estudo dos homicídios sob uma perspectiva epidemiológica. Historicamente, essa abordagem tem utilizado métodos epidemiológicos para mapear a distribuição espacial e temporal dos homicídios, identificar grupos populacionais mais vulneráveis e correlacionar essas ocorrências com variáveis sociais, econômicas e culturais. Essa observação também reforça o caráter multidisciplinar dos homicídios enquanto objeto de estudo científico, evidenciando como diferentes áreas do conhecimento contribuem para a compreensão desse fenômeno.

Tabela 3 - Cinco revistas com maior número de publicações nacionais

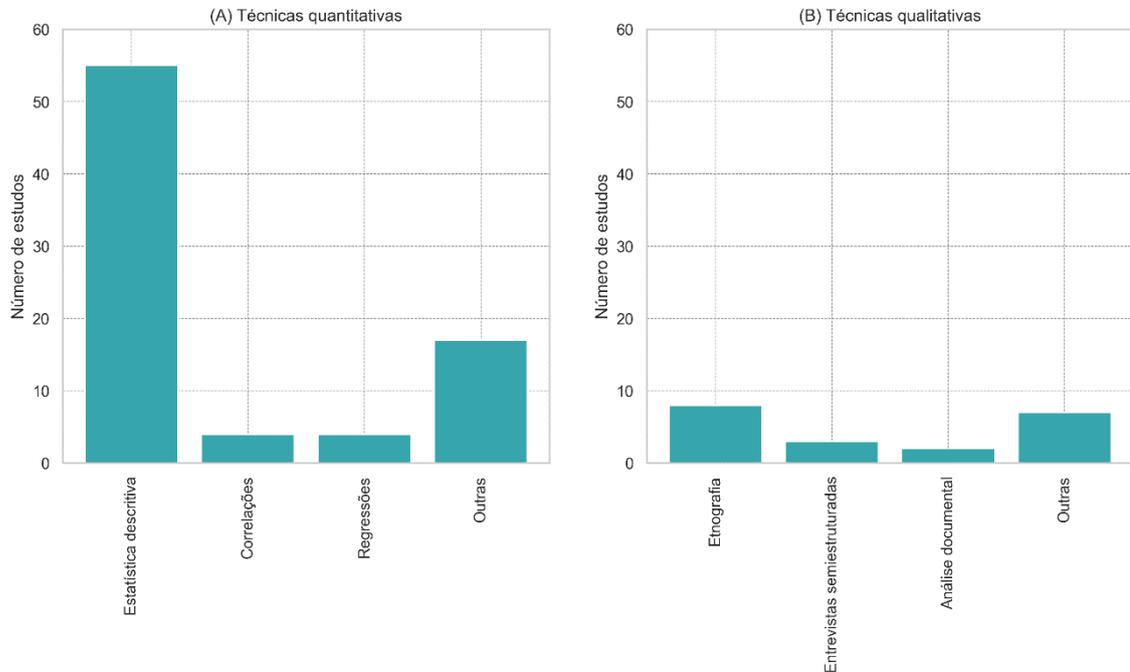
| Revista | n | % |
|---------------------------------------|----|------|
| Ciência & Saúde Coletiva | 12 | 11,1 |
| Revista de Saúde Pública | 8 | 7,4 |
| Cadernos de Saúde Pública | 7 | 6,4 |
| Revista Panamericana de Salud Publica | 6 | 5,5 |
| Revista Brasileira de Epidemiologia | 5 | 4,6 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Com relação à natureza metodológica dos estudos, 84 artigos (77,7%) eram quantitativos, 15 (13,8%), qualitativos e 9 (8,3%) de caráter misto. A Figura 11 ilustra a distribuição dos trabalhos selecionados em função das técnicas empregadas nos estudos

quantitativos (item A) e qualitativos (item B). As distribuições também contemplam as técnicas mobilizadas nos estudos mistos.

Figura 11 - Distribuição dos estudos nacionais selecionados por técnica de pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Vemos que, também entre os estudos nacionais, as estatísticas descritivas compreendem a principal técnica empregada (44,4%), seguidos daqueles que utilizam correlações (3,7%) e regressões (3,7%). Entre os estudos qualitativos, a principal técnica empregada é a etnografia (7,4%), seguida das entrevistas semiestruturadas (2,7%) e da análise documental (1,8%). As proporções indicadas foram obtidas da divisão do número de artigos com a referida técnica pelo conjunto de artigos de natureza específica, isto é, quantitativos ou qualitativos. Aqui também reconhecemos que uma parcela expressiva dos estudos referenciais nacionais de natureza quantitativa ainda se atém às estatísticas descritivas.

A Tabela 4 descreve a distribuição dos artigos selecionados pelos eixos temáticos identificados (já antecipada no subtópico 1.2.3).

Tabela 4 - Distribuição dos estudos nacionais selecionados por eixo temático

| Eixo temático | n | % |
|--|----------|----------|
| Vítimas de homicídio | 20 | 18,5 |
| Determinantes estruturais dos homicídios | 20 | 18,5 |
| Variações espaço-temporais dos homicídios | 20 | 18,5 |
| Homicídios associados à atuação de grupos criminosos | 18 | 16,6 |
| Homicídios associados à disponibilidade de armas | 10 | 9,2 |
| Homicídios associados à atuação das polícias | 10 | 9,2 |
| Estratégias de prevenção dos homicídios | 10 | 9,2 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Em linhas gerais, os eixos temáticos identificados revelam uma ênfase crescente nos componentes microssociais dos homicídios, destacando como as estruturas sociais, econômicas e políticas influenciam a incidência e a distribuição desse tipo de violência. Essa perspectiva ampliada vai além da análise individual ou local, situando os homicídios em um contexto mais amplo de desigualdades ou de dinâmicas institucionais que permeiam as relações sociais. Nos subtópicos seguintes, resumizamos os achados dos estudos reunidos na revisão por eixo temático.

2.3.1 Vítimas de homicídio

Um dos temas mais cativos da discussão sobre homicídios no Brasil ao longo dos últimos 20 anos é o do perfil das vítimas. Sobre esse tema, há um entendimento pacificado na literatura nacional, corroborado pelos dados oficiais, de que as principais vítimas da violência homicida no país são homens negros (pretos e pardos) com idades entre 15 e 29 anos, pobres e pouco escolarizados (Cardia; Adorno; Poletto, 2001; Macedo *et al.*, 2001; Cardia; Schiffer, 2002; Gawryszewski; Costa, 2005; Amaral; Amaral; Amaral, 2013; Cardoso *et al.*, 2016; Tavares *et al.*, 2016; Mendes; Silva, 2020). Nos estudos nacionais, a discussão do perfil da vítima de homicídio é, em maior ou em menor medida, acompanhada por exercícios empíricos de correlação das variáveis que informam esse perfil com diferentes fatores de natureza econômica, ambiental e cultural, a fim de estimar medidas do risco de vitimização para determinados grupos populacionais.

Cerqueira e Coelho (2017) demonstram a partir de modelos de regressão logarítmica que negros possuem 23,5% mais chances de serem feitos vítimas de um homicídio em comparação com não negros, mesmo após o controle por variáveis socioeconômicas. Em um cenário hipotético onde as taxas de homicídio entre negros fossem iguais às dos não negros, a taxa geral de homicídios seria 12,9% menor. Observações similares sobre a sobrerrepresentação

negra nas mortes violentas foram antecipadas por Soares Filho *et al.* (2007), Sant'Anna, Aerts e Lopes (2005), Cardia e Schiffer (2002) e Cardia, Adorno e Poletto (2001), indicando que maior proporção das vítimas de homicídios no Brasil eram negras, e que o risco de vitimização entre essa parcela da população aumentou ao longo dos anos, enquanto diminuiu entre brancos. O gap nas taxas de homicídio de brancos e negros foi significativamente ampliado durante os anos 2000, muito embora tenha se observado nesse mesmo período melhorias notáveis nos indicadores educacionais, cujo efeito percebido sobre a redução dos homicídios de indivíduos pretos e pardos foi identificado e descrito por Soares Filho (2011) e Ribeiro e Cano (2016).

Cerqueira (2013) estima que o número real de homicídios no Brasil é 18,3% superior aos dos registros oficiais, devido à subnotificação. Esse efeito é particularmente mais elevado nas localidades com uma população majoritariamente composta por indivíduos negros (como os estados das regiões Sudeste e Nordeste). Esses resultados apontam para a influência de desigualdades socioeconômicas que operam sob o pano de fundo do racismo estrutural e determinam a vitimização de pretos e pardos em todo o território nacional.

Há ainda expressivas diferenças nas taxas de homicídios em relação ao gênero da vítima. Mesmo levando-se em consideração a variabilidade metodológica dos estudos, os homens foram unanimemente mais suscetíveis a homicídios do que as mulheres, de cinco a 12 vezes mais (Souza; Lima, 2006; Soares Filho *et al.*, 2007). Com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação Hospitalar (SIH), do DATASUS (Ministério da Saúde) e dos Censo de 2000 (IBGE), Souza (2005) verifica que entre os anos de 1991 e 2000 os homens apresentaram uma taxa média de mortalidade por causas externas (ou seja, não apenas homicídios) de 119,6 por 100 mil habitantes, enquanto que entre as mulheres essa taxa era de 24 por 100 mil habitantes.

Nos homicídios, a taxa masculina foi quase 12 vezes maior que a feminina. Macapá foi a capital brasileira que apresentou a maior mortalidade masculina, com 10,3 mortes masculinas para cada morte feminina. Os homens também representavam 84,5% das internações hospitalares por agressões, com uma média de 6,1 dias de hospitalização, comparado aos 5,6 dias para as mulheres. A masculinidade, configurada por práticas machistas e de risco, mostrou-se um fator determinante nas altas taxas de violência e vitimização masculina, um achado corroborado por Leites, Meneghel e Hirakata (2014).

Em que pese o fato de o número de mulheres vítimas de homicídio ser menor do que o de homens, há um conjunto de assimetrias de gênero que precisa ser levado em consideração. Os homicídios que decorrem de violência doméstica, por exemplo, vitimam mais a mulheres que a homens. E segundo Portela *et al.* (2011), esse “tipo” de homicídio tende a dispor de uma

carga de agressividade maior. Um atributo que se mostra associado a essa observação é o da relação entre o autor do crime e a vítima: em homicídios decorrentes de violência doméstica, na grande maioria dos casos, a vítima tem o agressor como parceiro íntimo.

A idade é outro fator determinante no perfil das vítimas de homicídios. Como vimos, jovens, sobretudo negros e do sexo masculino, são as principais vítimas. Cardoso *et al.* (2016), a partir de análises sobre séries temporais de homicídios no Rio de Janeiro (RJ), verificam que não houve, no período selecionado para o estudo (2002 a 2013), mudanças no perfil etário das vítimas: a maioria tinha entre 20 e 29 anos. Soares Filho *et al.* (2007) já tinham antecipado essa observação, verificando que o grupo etário de 20 a 29 anos registrava a maior taxa de homicídios no Brasil, principalmente entre homens negros. Kodato e Silva (2000) analisaram homicídios de adolescentes no município de Ribeirão Preto (SP), entre 1995 e 1998, revelando que a maioria das vítimas tinha entre 16 e 17 anos. Por sua vez, Santanna, Aerts e Lopes (2005) realizaram um estudo similar em Porto Alegre (RS), em 1997, verificando que 91,2% das vítimas adolescentes eram do sexo masculino, pretas ou pardas (47%).

Parte dos estudos que descrevem o perfil primário da vítima de homicídio no Brasil também descrevem o perfil primário do agressor: homens negros (pretos e pardos) com idades entre 15 e 39 anos, pobres e pouco escolarizados. Essa similaridade no perfil da vítima e do agressor aponta para fatores que operam além da raça, do gênero e da idade. Desigualdades e vulnerabilidades concentradas afetam desproporcionalmente os indivíduos com aquele perfil e assim contribuem para a violência, pobreza e exclusão social, levando a homicídios.

2.3.2 Determinantes estruturais dos homicídios

Os homicídios têm um forte apelo social, não apenas pela perda de vidas, mas também por refletirem problemas estruturais como as desigualdades e as vulnerabilidades. Há na literatura especializada nacional um conjunto substancial de estudos dedicados a discutir como esses determinantes estruturais estão em maior ou menor medida associados ou contribuem efetivamente com a evolução das taxas de homicídio no Brasil.

Estudos como os de Lisboa e Andrade (2010) reúnem evidências de que os homicídios estão fortemente relacionados à qualidade de vida, principalmente com a desigualdade social e o desemprego entre os jovens. Utilizando um modelo Logit ajustado com dados agrupados por idade, estado e ano, focando em homens de 15 a 40 anos, os autores observam que as variáveis econômicas, como salário real e desemprego, têm maior impacto sobre a taxa de homicídios para jovens de 15 a 19 anos. Aumentos no salário real reduzem a taxa de homicídios para jovens, enquanto a redução do desemprego paradoxalmente aumenta a taxa de homicídios. Após os 20

anos, a inércia das taxas de homicídio torna-se mais relevante. A taxa de homicídios foi maior nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo em comparação com Minas Gerais, mas essa diferença diminui quando controlada pelas variáveis econômicas e inércia. Resultados semelhantes foram obtidos por Lima *et al.* (2005a) sobre o estado de Pernambuco, e por Mansano *et al.* (2013) sobre os estados do Paraná e Santa Catarina.

Com o crescimento da população, a desigualdade de renda se torna um fator importante para os homicídios. Barata e Ribeiro (2010), por exemplo, com dados dos municípios paulistas de 1996, verificam que as taxas de homicídio aumentaram proporcionalmente ao tamanho dos municípios, variando de 6,96 por 100 mil habitantes em municípios com menos de 10 mil habitantes a 55,54 em municípios com mais de um milhão de habitantes. O risco relativo de homicídio foi de 1,35 a 7,98 vezes maior em municípios mais populosos. A correlação significativa entre taxas de homicídio e tamanho da população foi observada apenas em municípios com renda média mensal acima de 3,11 salários mínimos e coeficiente de Gini maior que 0,50. A razão entre as rendas dos percentis 90 e 20 mostrou forte correlação com as taxas de homicídio. Os autores concluem que a desigualdade de renda é um determinante importante dos homicídios, inclusive mais relevante do que a pobreza absoluta, e que a urbanização e o crescimento populacional exacerbam este efeito. Lotufo e Bensenor (2009) demonstraram a extensão desse efeito no tempo, com dados de 1996 a 2007.

A desigualdade social vai além da desigualdade econômica. A pobreza relativa, que impede as pessoas em condições de vulnerabilidade a terem acesso a oportunidades, é um forte preditor dos homicídios. Cerqueira e Moura (2015) mostram que a taxa de desemprego tem um efeito positivo significativo sobre as taxas de homicídio, especialmente entre homens jovens (25 a 29 anos). Esse resultado, já antecipado por estudos como os de Peres *et al.* (2008), Andrade *et al.* (2011, 2012) e Sachsida e Mendonça (2013), indica que as oportunidades de emprego e a formação de capital humano (escolaridade) afetam os custos alternativos de se envolver em atividades ilegais. Especificamente, quanto maior a probabilidade de obter um bom emprego, menores são os incentivos para o crime. Além disso, não houve efeito estatisticamente significativo da renda do trabalho por hora trabalhada sobre a taxa de homicídios. A análise também identificou que a taxa de homicídios é influenciada pela ocupação informal, destacando um problema social relacionado ao desemprego e à falta de qualificação profissional.

Como vimos, entre os fatores protetivos contra os homicídios, a educação e a renda têm recebido destaque nos estudos nacionais. Machado *et al.* (2018), em uma análise do impacto do Programa Bolsa Família (PBF) sobre as taxas de homicídio de todos os municípios brasileiros,

identificaram a partir de modelos de regressão binomial negativa que o aumento da cobertura do PBF mostrou-se associado à uma diminuição as taxas de homicídios e hospitalizações por violência. Para cada aumento de 1% na cobertura do PBF, a taxa de homicídios reduziu em 0,3% e as hospitalizações por violência em 0,4%. A redução foi mais acentuada com maior duração da cobertura do PBF, alcançando uma diminuição de 24% nas taxas de homicídios após quatro anos de cobertura acima de 70%.

Estudos como os de Silva *et al.* (2011), Chioda, Mello e Soares (2012), Sousa *et al.* (2014) e Sousa, Silva, Souza (2014) já haviam obtido observações similares para, respectivamente, o estado de Pernambuco, para a cidade de São Paulo (SP), para a cidade de Fortaleza (CE) e para o estado da Bahia. Em ambos os casos, as análises mostraram uma associação negativa entre cobertura do BFP e homicídios, independentemente do tamanho do município. A taxa de urbanização mostrou-se associada a um aumento das taxas de homicídios apenas em municípios menores. A disponibilidade de armas de fogo e baixos níveis de escolaridade também foram associados ao aumento das taxas de homicídios.

O estudo de Cerqueira e Soares (2014) emprega a abordagem de disposição marginal a pagar (WTP na sigla em inglês) para estimar o custo de bem-estar dos homicídios no Brasil. Foram utilizadas informações de diversas fontes, incluindo registros de mortalidade do SIM-DATASUS e dados socioeconômicos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os autores calculam a WTP para reduções na mortalidade violenta, considerando variações por idade, gênero, educação e região. Eles observam que o custo de bem-estar dos homicídios é cerca de 78% do PIB, ou 2,3% anualmente. Ignorar diferenças demográficas leva a erros de 20% na estimativa de custos. O estudo mostra que homens jovens e menos educados de regiões violentas são mais afetados, destacando a necessidade de políticas para reduzir a violência e melhorar o bem-estar.

A relação entre educação e homicídios compreende diferentes mecanismos. Do ponto de vista econômico, mais educação (mensurada a partir de níveis mais elevados de escolarização) leva a melhores oportunidades de emprego e com eles melhores salários, que, por sua vez, contribuem para a redução da pobreza e da desigualdade, o que diminui a probabilidade de envolvimento em atividades criminosas como meio de subsistência. Do ponto de vista social, a educação auxilia no desenvolvimento de habilidades que diluem as possibilidades de engajamento em atividades com possíveis desfechos letais (envolvimento com grupos criminosos ou diretamente em atividades ilícitas, consumo abusivo de drogas, entre outras). O autocontrole e a capacidade de mediação são algumas dessas habilidades. Os exercícios de captação dos efeitos diretos dessas relações são complexos e em alguns casos

pouco críveis. E quando feitos, têm seus resultados amplamente questionados em termos das possibilidades de poluição dos modelos e de captação de associações espúrias. Por isso a maior parte dos estudos dedicados à identificação e discussão dos determinantes estruturais dos homicídios no Brasil se atém aos macroindicadores descrevendo os resultados obtidos a partir dos referenciais teóricos (Nadanovsky, 2009; Reichenheim *et al.*, 2011; Minayo; Constantino, 2012; Chiavegatto Filho; Beltrán-Sánchez; Kawachi, 2014).

2.3.3 Variações espaço-temporais dos homicídios

Os homicídios não ocorrem de forma aleatória no tempo e no espaço, e no Brasil não seria diferente. Na esteira dos estudos internacionais, os pesquisadores brasileiros têm demonstrado que a distribuição desses crimes é condicionada por diferentes fatores em operação. Do ponto de vista socioeconômico, estudos como os de Adorno e Nery (2019) e Minamisava *et al.* (2009) debitam das vulnerabilidades espacialmente concentradas a alta incidência de homicídios. São as localidades urbanas pouco assistidas pelo poder público que apresentam os maiores índices de violência letal. Esse é um padrão consistente observável em diferentes cidades do país, como demonstram os estudos de Adorno e Nery (2019) para São Paulo (SP); Araújo *et al.* (2010) para Salvador (BA); Beato Filho *et al.* (2001) para Belo Horizonte (MG); Santos *et al.* (2001) para Porto Alegre (RS); e Lima *et al.* (2005b) para o estado de Pernambuco.

Ceccato (2005) e Ceccato, Haining e Kahn (2007) analisam os padrões espaciais e temporais dos homicídios em São Paulo, associando as maiores incidências a áreas carentes e notando que a maioria dos homicídios ocorre nos finais de semana e à noite. Esses estudos sugerem que as variações nos padrões de atividade das pessoas têm mais impacto nos homicídios do que as variações climáticas. Por sua vez, Melo *et al.* (2017) analisam variações temporais e espaciais de crimes em Campinas, Brasil, entre 2010 e 2013. Eles notam que homicídios apresentam padrões sazonais significativos, sendo mais frequentes no verão, e uma maior incidência nos finais de semana.

Machado Filho, Silva e Zebende (2014) examinam séries temporais de homicídios em Salvador, de 2004 a 2011, aplicando Análise de Flutuação Destendenciada. Os autores encontram uma associação positiva entre homicídios e tentativas de homicídio em todas as escalas temporais, com oscilações entre diferentes comportamentos dependendo da escala de tempo. Já Pereira, Mota e Andresen (2016) descrevem padrões espaciais de homicídio na cidade do Recife (Brasil) observando que muito embora a taxa de homicídios tenha caído 46,6% de 2000 a 2012, essa diminuição não foi uniforme. A concentração de homicídios em segmentos

de rua aumentou, enquanto o número de segmentos de rua com homicídios diminuiu 44% de 2009 a 2013. A análise da estabilidade espacial mostrou que 75% dos setores censitários mantiveram padrões espaciais semelhantes ao longo dos anos, indicando certa estabilidade na distribuição dos homicídios.

O nexos explicativo entre vulnerabilidade e homicídios é mediado por um conjunto de fatores e processos. A falta de acesso a serviços básicos como educação de qualidade, saúde, habitação adequada e oportunidades de emprego é frequentemente associada a altos níveis de desorganização social. Esse estado de desorganização enfraquece as redes de solidariedade comunitárias e facilita o surgimento e a consolidação de redes criminosas que, por sua vez, dão forma e intensificam a violência. Por isso aqueles que mais sofrem com a violência letal são aqueles que residem nas áreas com maiores índices de vulnerabilidade, notadamente, homens e mulheres negros, pobres e pouco escolarizados (Trindade *et al.*, 2015; Araújo *et al.*, 2010).

Autores como Leite *et al.* (2017) e Peres *et al.* (2011) argumentam que as dinâmicas de exclusão social e econômica são agravadas por políticas públicas ineficazes ou ausentes, que falham em promover a inclusão social e, conseqüentemente, contribuem para a persistência de altas taxas de homicídios nessas áreas. Em muitos casos, a presença ostensiva da polícia sem ações sociais integradas não consegue sustentar reduções de longo prazo sobre os índices de homicídios. Há, inclusive, casos em que a presença da polícia contribui para o aumento ou para o deslocamento da violência letal em nível local, como mostra Rivero (2010).

Uma outra via de explicação da incidência situada dos crimes de homicídio passa pela análise dos padrões comportamentais da população. Há relativo consenso entre os estudos nacionais de que os crimes de homicídio tendem a ocorrer preponderantemente aos finais de semana, nos turnos da noite e madrugada (Soares Filho; Duarte; Merchan-Hamann, 2020; Melo *et al.*, 2017). Este fenômeno contrasta com os crimes de roubo, que ocorrem com maior frequência ao longo da semana, durante os turnos do dia e da tarde. Essa distinção nos padrões temporais dos diferentes tipos de crime pode ser explicada pelo modelo das atividades rotineiras, que sugere que a convergência de um agressor motivado, um alvo/vítima disponível e a ausência de um guardião capaz de impedir o crime aumenta a probabilidade de ocorrência de um delito. Nos finais de semana, sobretudo durante a noite e a madrugada, muitas pessoas estão envolvidas em atividades de lazer que frequentemente incluem o consumo de álcool e outras substâncias. Este comportamento pode diminuir a vigilância, aumentar a vulnerabilidade e, simultaneamente, elevar o número de agressores potenciais.

Além disso, estudos como os de Melo *et al.* (2017) apontam que as interações sociais são mais intensas e menos estruturadas durante esses períodos, o que pode levar a conflitos

interpessoais. Bares, clubes e festas, ambientes comuns nesses horários, são frequentemente citados como locais onde tais conflitos escalam para violência letal. A polícia muitas vezes tem sua capacidade de resposta diluída devido ao grande número de eventos e omissões da segurança privada em muitos desses locais.

Em um outro nível de análise das variações espaço-temporais dos homicídios, a tese da interiorização da violência tem ganhado destaque. Esse fenômeno é marcado pelo deslocamento das altas taxas de homicídio das grandes metrópoles para cidades de médio e pequeno porte, bem como para áreas rurais. O processo ostensivo de urbanização nos municípios interioranos tem tornado essas áreas novos focos de vulnerabilidade social e econômica. Andrade e Diniz (2013) e Carvalho *et al.* (2012) demonstram a partir de modelos bayesianos que as taxas de homicídio aumentam à medida que as cidades se expandem sem a correspondente expansão de serviços públicos e oportunidades de emprego.

2.3.4 Homicídios associados à atuação de grupos criminosos

A presença crescente de grupos criminosos no Brasil, sobretudo nas periferias urbanas, tem sido objeto de intensa discussão nas últimas duas décadas. Parte dos estudos que investigam as formas de atuação desses grupos, debitam os homicídios de disputas pelo controle dos territórios e (sobre eles) pela concessão de serviços e bens (lícitos e ilícitos) (Zilli, 2015; Zilli; Beato, 2015; Portella *et al.*, 2019). Mas há também um conjunto substancial de estudos que, por metodologias qualitativas, obtêm evidências de que esses grupos atuam como instâncias de promoção a ordem e do controle social local, contribuindo ativamente na redução dos homicídios e de outros crimes.

Feltran (2010), por exemplo, a partir de densas etnografias, descreve a institucionalização dos “tribunais do crime” pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das principais facções criminosas do país. Os “tribunais do crime” do PCC funcionam através de uma estrutura normativa interna, na qual os “debates” são organizados para mediar conflitos e julgar desvios de conduta. Esses “debates” não apenas resolvem disputas entre membros do grupo, mas também atendem a demandas de justiça dos residentes das periferias, que frequentemente recorrem ao PCC para solucionar problemas que a justiça estatal não consegue ou não se dispõe a resolver de maneira eficaz. A eficácia desses tribunais na resolução de conflitos, segundo autor, contribuiu para a queda das taxas de homicídio em São Paulo a partir dos anos 2000. As normas e procedimentos adotados pelo grupo, que incluem penas severas para homicídios não autorizados, têm desencorajado a violência letal descontrolada, promovendo um tipo de “paz armada” nas comunidades. O argumento de Feltran (2010) foi

corroborado pelas evidências reunidas por Biderman *et al.* (2019), que a partir de modelos de diferenças em diferenças (DID) constataram uma redução de 11% no crimes violentos, entre 2005 e 2009, nas favelas paulistas sob o controle do PCC.

Hirata e Grillo (2017) identificam diferenças notáveis na estrutura organizacional das facções paulistas e cariocas, especificamente nos arranjos de poder que se dão nas dinâmicas dos mercados de drogas. O estudo se baseia em pesquisas etnográficas realizadas entre 2006 e 2010 na cidade de São Paulo (SP) e entre 2009 e 2012 na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Entre as principais observações que resultam da análise etnográfica, está a de que o tráfico de drogas no Rio de Janeiro é caracterizado por uma hierarquia local centrada no “dono do morro”, figura que exerce controle territorial significativo e estabelece relações de amizade e alianças locais para sustentar seu poder. Em contraste, São Paulo apresenta uma configuração mais fluida, onde o “patrão” das biqueiras não possui o mesmo tipo de controle territorial, e a estrutura organizacional é mais dispersa e menos hierárquica.

A análise de Malvasi (2013) sobre a gestão do tráfico pelo PCC apontava para elementos de empreendedorismo neoliberal, onde cada traficante atuaria como um pequeno empresário, buscando maximizar seus lucros enquanto minimiza riscos. A organização do trabalho seria fluida exatamente pela necessidade de se adaptar rapidamente às mudanças no mercado e nas políticas de repressão. Hirata e Grillo (2017), contudo, reconhecem as diferenças que se inscrevem nas configurações de tráfico das duas cidades como produtos de suas histórias urbanas e políticas de segurança pública. No Rio de Janeiro, a militarização e a ocupação de territórios pelas forças policiais resultam em confrontos frequentes, enquanto em São Paulo, o PCC promove uma regulação interna do mercado que contribui para uma relativa pacificação e redução das taxas de homicídio.

Willis (2016) argumenta que as estatísticas de homicídios devem ser analisadas considerando como os corpos são contados e como as práticas de punição de grupos como o PCC em São Paulo influenciam essas métricas. Ele destaca a discrepância entre o estado de jure e o estado de facto, sugerindo que as estatísticas oficiais muitas vezes não refletem a realidade da violência e da governança criminal.

Misse (2007, 2011) se vale de registros históricos e entrevistas para definir como e quanto o crime organizado influencia as lógicas do crime comum no Rio de Janeiro. Ele observa que as milícias e as facções (notadamente o Comando Vermelho) possuem métodos distintos de controle territorial, com as milícias operando mais abertamente e as facções dependendo mais de redes informais. Misse descreve que as milícias surgiram inicialmente como grupos de

proteção, mas rapidamente se tornaram organizações criminosas, explorando a venda de proteção e outros serviços ilegais.

As facções, por sua vez, mantêm uma estrutura mais voltada para o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas. A influência do crime organizado sobre o crime comum é significativa, afetando diretamente a dinâmica social e a violência nas áreas controladas, uma evidência destacada por estudos como os de Zaluar e Barcellos (2013) a partir de dados de uma pesquisa domiciliar de vitimização de 2005-2006, sobre o universo da população a partir de 15 anos na cidade do Rio de Janeiro.

Barcellos e Zaluar (2014) descrevem a relação entre homicídios e disputas entre grupos armados nas favelas do Rio de Janeiro, Brasil, de 2006 a 2009. Eles observam que as taxas de homicídios nas favelas são equivalentes ou menores que no restante da cidade, mas significativamente maiores nas áreas adjacentes, especialmente em zonas de conflito entre grupos rivais. Este estudo indica que a presença do tráfico armado em zonas estratégicas aumenta a violência e cria uma “ecologia do perigo” nas periferias das favelas.

Ainda no Rio, Magaloni, Franco-Vivanco e Melo (2020) demonstram como intervenções estatais sobre grupos criminosos organizados podem variar em eficácia, ora melhorando a segurança ora exacerbando a violência. Cinco tipos de regimes criminais são identificados: Insurgente, Bandido, Simbiótico, Predatório e Dividido. Esses regimes são diferenciados pela maneira como os grupos interagem com o Estado, com a comunidade e como mantêm controle territorial. Os autores combinam pesquisa etnográfica e modelagem estatística quase-experimental para revelar que as estratégias de policiamento orientadas para a comunidade, implementadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), produziram resultados heterogêneos, dependendo do regime criminal pré-existente. Enquanto nos regimes Bandido, Dividido e Predatório, as UPPs melhoraram a segurança local, nos regimes Insurgente e Simbiótico as repressões estatais tendiam a desfazer uma forma de governança criminal eficaz na manutenção da ordem local.

A tese da interiorização da violência no Brasil aponta para a dispersão dos índices de criminalidade que antes se concentravam nas grandes metrópoles do Sudeste, como Rio de Janeiro e São Paulo, para cidades do interior e outras regiões do país, notadamente o Norte e o Nordeste. Grupos como o PCC desempenharam um papel importante nesse processo, ampliando operações e estabelecendo redes locais para expandir as rotas do tráfico para o exterior (via portos e aeroportos) e facilitar a logística da droga nas regiões de fronteira. Outros como o CV replicaram estratégias de controle social e territorial, influenciando as dinâmicas locais de poder e contribuindo para o aumento ou para a diminuição da violência letal.

Na cidade de Fortaleza (CE), por exemplo, Paiva (2019) observa que a evolução das gangues para facções criminosas resultou em mudanças significativas nas práticas de criminalidade e nas relações sociais nas periferias. Grupos como os Guardiões do Estado (GDE), o Comando Vermelho (CV) e a Família do Norte (FDN) passaram, no curso dos anos 2000 e 2010, a atuar como instâncias de controle territorial e social, criando novas dinâmicas de poder local, utilizando métodos violentos, como tortura, expulsão de residências e chacinas, para manter a ordem e resolver conflitos. As regras estabelecidas pelas facções induziram um processo de “pacificação” que, com suas devidas particularidades, também foi observado em outras localidades no Nordeste, como Alagoas (Rodrigues, 2020) e Bahia (Lourenço; Almeida, 2013); e nas zonas de fronteira, notadamente no Rio Grande do Sul (Chies; Rivero, 2019) e no Amazonas (Siqueira; Paiva, 2019).

2.3.5 Homicídios associados à disponibilidade de armas

Quase 2/3 dos homicídios registrados no Brasil são cometidos por armas de fogo, e nos últimos anos, o acesso facilitado a esses dispositivos constituiu-se como um dos principais problemas enfrentados pelos gestores da segurança pública no país. A desarticulação dos mecanismos de registro e controle de armas, assim como o caos jurídico imposto pela escalada armamentista empreendida no governo Bolsonaro se somam a outros fatores de natureza sistêmica que são igualmente relevantes na explicação da alta incidência de homicídios com armas de fogo no Brasil (Sapori; Ratton, 2024).

Nos últimos anos, a questão de se o aumento no número de armas leva a mais ou menos crimes reacendeu debates sobre a disponibilidade desses dispositivos. A hipótese é a de que as armas têm um papel dissuasório no crime, aumentando o risco percebido pelo criminoso ao enfrentar uma possível vítima armada. Cerqueira e Melo (2012) buscam verificá-la utilizando técnicas estatísticas sofisticadas e um extenso banco de dados dos municípios de São Paulo. Os autores reúnem evidências que indicam uma relação causal positiva entre o número de armas e a incidência de homicídios no estado.

Cerqueira e Melo (2012) também ressaltam o papel do Estatuto do Desarmamento na redução da taxa de homicídios em São Paulo durante os anos 2000 (um achado corroborado por Santos e Kassouf (2012) e por Malta *et al.* (2020) com dados nacionais), e sugerem uma discussão sobre os desafios para implementar políticas eficazes de controle de armas, incluindo melhor fiscalização e colaboração entre diferentes níveis de governo. Os resultados do estudo contestam a ideia de que o acesso mais fácil às armas de fogo aumenta a segurança pública, e essa pode ser uma das principais contribuições do trabalho.

A Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, foi uma das primeiras iniciativas legais dedicadas ao desarmamento da população brasileira, a lei que instituiu o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e tornou o porte ilegal de armas um crime. No ano de 2003, o Estatuto do Desarmamento ampliou as restrições ao porte e posse de armas e introduziu novas regras para sua aquisição, transporte e uso. No ano seguinte, o Brasil adotou uma política de recompra de armas como parte do Estatuto. O estado do Paraná, no entanto, já tinha implementado uma medida semelhante em 2003, oferecendo recompensas em dinheiro por cada arma entregue, antes mesmo da iniciativa nacional. Scorzafave, Soares e Dorigan (2015) examinam o impacto dessa política na taxa estadual de mortes por armas de fogo. Os autores não identificaram um efeito direto na diminuição de incidentes letais, mas obtiveram indícios de que a campanha alterou o tipo de arma usada em homicídios e suicídios. Esses achados estão alinhados com estudos internacionais que apontam um impacto limitado dessas campanhas no curto prazo.

A violência armada no Brasil é um fenômeno de longa data. Estudos como os de Peres e Santos (2005), Souza *et al.* (2007), Costa, Trindade e Santos (2014), Waiselfisz (2014) e Pinto *et al.* (2020) têm proposto uma visão abrangente das taxas de homicídio por armas de fogo ao longo dos anos 1990, 2000 e 2010 em diferentes localidades do país. Além de apresentar esse panorama, os autores focam na caracterização das vítimas desses crimes, identificando o jovem homem negro como o perfil mais vitimado por esse tipo de violência, uma constatação que chama atenção para as dimensões estruturais da violência armada no Brasil.

Mas em que pese detalhamento descritivo trazido por esses estudos, existe uma lacuna notável quando se trata de exercícios empíricos rigorosos que estabeleçam claramente a relação causal entre a prevalência de armas de fogo e o aumento da violência letal (Deppman, 2019). Muitos dos estudos existentes são descritivos por natureza, focando em mapear o problema e descrever suas características mais marcantes ao longo do tempo. Embora esses estudos sejam cruciais para estabelecer o cenário da violência armada no Brasil, eles não avançam para análises empíricas que poderiam explicar mais diretamente as dinâmicas causais envolvidas.

Essa predominância dos estudos descritivos pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo a complexidade de isolar variáveis e estabelecer relações causais em determinados contextos sociais; a falta de dados longitudinais de alta qualidade; ou mesmo o desconhecimento dos pesquisadores. Esse desequilíbrio é um desafio, pois sem uma compreensão empírica clara da relação entre armas e violência, é difícil formular intervenções eficazes que possam realmente reduzir efetivamente a violência armada.

2.3.6 Homicídios associados à atuação das polícias

E quando os homicídios são cometidos por aqueles que deveriam preveni-los? Quando a polícia não cumpre efetivamente com a função de proteger e servir a sociedade, a confiança na justiça e na aplicação da lei é severamente comprometida. Há um conjunto significativo de estudos na literatura especializada nacional que se dedicam a elucidar a extensão e as características da letalidade policial, compilando dados de diferentes fontes. As análises revelam que os homicídios associados à atuação policial não são incidentes isolados, mas parte de um padrão de comportamento que inclui uso excessivo de força e violações de direitos humanos.

Estudos como os de Brasil, Santiago e Brandão (2020) destacam como a violência policial se torna uma prática recorrente nas abordagens a jovens pobres, negros e residentes nas periferias de Fortaleza (CE). Eles evidenciam um padrão sistemático de abuso, incluindo uso excessivo de força e violações de direitos humanos, concentrando-se em áreas de alta criminalidade onde políticas de segurança pública são mais agressivas. Esse padrão é corroborado por Sinhoretto, Schlittler e Silvestre (2016), que analisam a letalidade policial em São Paulo (SP), mostrando como jovens negros das periferias são desproporcionalmente afetados. A análise revela uma associação clara entre pobreza, marginalização urbana e letalidade policial, com mortes concentradas em áreas periféricas, sugerindo uma política de segurança que direciona violência policial para populações vulneráveis.

Machado e Noronha (2002) exploram a violência policial em comunidades periféricas de Salvador (BA), enfatizando como a população local percebe a polícia como uma fonte de insegurança, quase indistinguível da ameaça de criminosos. Este estudo destaca a frequente incapacidade dos moradores de diferenciar entre criminosos e policiais, com jovens negros e moradores de áreas pobres frequentemente tratados como criminosos com base em sua aparência e local de residência. Essa percepção é aprofundada por Sinhoretto e Morais (2018), que a partir de dados qualitativos mostram como o racismo estrutura a violência policial no Brasil. Os autores apontam que a desigualdade racial em termos de violência e encarceramento é evidente, com o movimento de juventude negra utilizando dados para construir uma narrativa sobre o “genocídio da juventude negra”.

Osse e Cano (2017) apresentam uma comparação internacional, revelando que em países com maiores taxas de homicídios, a polícia tende a usar armas de fogo mais frequentemente. Os autores observam uma correlação positiva entre as taxas de mortes por armas de fogo pela polícia e as taxas de homicídios, sugerindo que o uso de força letal pela polícia está conectado ao nível de violência que enfrentam, sem provar causalidade direta.

Bueno, Lima e Teixeira (2019) focam na letalidade policial em São Paulo (SP), mostrando uma tendência de leniência e falta de rigor no processamento desses casos, com a maioria terminando com arquivamento ou absolvição dos policiais envolvidos, apesar de evidências de uso excessivo de força. Godoi *et al.* (2020) examinam a letalidade policial na cidade de São Paulo (SP), destacando uma tendência de amplo respaldo institucional à violência policial, com processos judiciais frequentemente terminando em absolvição dos envolvidos, refletindo a persistência de uma cultura de impunidade.

Monteiro, Fagundes e Guerra (2020) investigam a relação entre letalidade policial e criminalidade no Rio de Janeiro (RJ) empregando modelos de regressão de Poisson. Os autores concluem que um padrão de patrulhamento baseado em incursões policiais, frequentemente justificado como necessário para a redução da criminalidade, não está efetivamente associado a reduções em crimes contra a vida e o patrimônio. Em vez disso, a letalidade policial está mais relacionada ao aumento das apreensões de armas e drogas. Estes resultados desafiam a visão de que a letalidade policial é uma ferramenta eficaz na redução da criminalidade e sugerem a necessidade de reavaliar as estratégias de segurança pública.

Adriana Loche (2010) usa dados do departamento de polícia da cidade de Nova Iorque e da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo para analisar o uso da força letal pela polícia, mostrando que na cidade de São Paulo (SP), a proporção de civis mortos para cada policial morto é significativamente mais alta (duas vezes maior que em Nova Iorque), indicando um uso excessivo da força letal por parte da polícia brasileira. Esse padrão de alta letalidade é confirmado por Serra *et al.* (2020), que apontam para a necessidade de desmilitarizar a segurança pública e fortalecer mecanismos de controle das ações policiais para promover uma abordagem mais justa e eficaz na segurança pública.

Em linhas gerais, todos esses estudos destacam a necessidade urgente de reformar as práticas policiais no Brasil. As evidências sugerem que a letalidade policial é uma manifestação de desigualdades sociais e raciais mais amplas e que abordagens mais equitativas e eficazes são necessárias para reduzir esse tipo de violência.

2.3.7 Estratégias de prevenção dos homicídios

Temos visto ao longo deste capítulo que os homicídios são eventos complexos e multicausais. A prevenção desses crimes requer abordagens amplas e integradas, capazes de responder às múltiplas dimensões desses crimes com ações coordenadas em várias frentes. A literatura dedicada à discussão das estratégias de prevenção dos homicídios no Brasil se atém a

avaliações da eficácia de iniciativas em diferentes escalas, explorando desde intervenções locais até políticas nacionais, buscando identificar pontos de melhoria e boas práticas.

Cerqueira *et al.* (2020) investigam a eficácia do Programa Estado Presente em Defesa da Vida, implantado no estado do Espírito Santo, na redução dos homicídios entre 2010 e 2014. Os autores utilizam a metodologia de controle sintético (SCM na sigla em inglês) para estimar o impacto dessa política de segurança pública, observando uma diminuição significativa nos homicídios em comparação com um cenário contrafactual sem a intervenção do programa. Observou-se que, na ausência do Programa Estado Presente, o número de homicídios teria aumentado 29% entre 2010 e 2014, enquanto na realidade observou-se uma diminuição de 10,2%. Em termos absolutos, o estudo estimou que 1.711 vidas foram salvas devido ao programa. Economicamente, cada real investido no programa retornou aproximadamente R\$ 2,4 em ganhos de bem-estar social.

Em Pernambuco, Zaverucha e Nóbrega Júnior (2015) examinam o impacto do programa Pacto pela Vida (PPV) na diminuição dos homicídios no estado. Enquanto o Nordeste do Brasil viu um aumento significativo em homicídios de 2000 a 2012, Pernambuco conseguiu uma redução notável, atribuída às estratégias eficazes de segurança pública implementadas pelo PPV. Lançado em 2007, o PPV visava reduzir os homicídios em 12% anualmente através de quatro eixos principais: ampliação da defesa social, melhoria da administração prisional, implementação da prevenção social da criminalidade, e promoção da articulação entre os atores do sistema de contenção criminal. Os resultados foram significativos, com Pernambuco apresentando uma redução de 25% nos homicídios de 2008 a 2012, o que corresponde a mais de mil homicídios evitados. Esse sucesso não se deveu apenas ao aumento do efetivo policial ou ao investimento em tecnologia, mas também a uma gestão focada em inteligência policial e na apreensão de homicidas contumazes.

Misse (2014) desenvolve uma análise crítica sobre o impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na cidade do Rio de Janeiro (RJ), focando na redução da violência e letalidade nas áreas em que as Unidades foram implementadas. Utilizando dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) de 2007 a 2012, o autor examina como as UPPs, parte de uma estratégia de pacificação e policiamento comunitário iniciada em 2008, influenciaram os índices de criminalidade nas comunidades afetadas. Os resultados mostram uma diminuição significativa nos homicídios, com uma redução de cerca de 60% nas áreas com UPPs. Os autos de resistência (mortes em confronto com a polícia) também caíram drasticamente, em até 80% em alguns casos. Ambas as observações foram antecipadas por estudos como os de Cano e Duarte (2012) e Cano, Borges e Ribeiro (2012). Alternativamente, os índices de

desaparecimentos mantiveram-se estáveis, sugerindo possíveis subnotificações de crimes violentos. Misse destaca o papel do Sistema Integrado de Metas (SIM), introduzido para incentivar a redução de crimes, mas sugere que este sistema pode ter levado a práticas de subnotificação para atingir as metas.

Em um estudo aplicado ao aglomerado Morro das Pedras, em Belo Horizonte (MG), Silveira *et al.* (2010) avaliam o efeito do programa Fica Vivo utilizando uma abordagem quase-experimental e análise de séries temporais de 2002 a 2006. Os autores comparam a incidência de homicídios no Morro das Pedras com outras favelas e bairros da cidade, tanto violentos quanto não violentos, verificando uma redução significativa de 47% nos homicídios no Morro nos primeiros seis meses após a implementação do Fica Vivo. Esse efeito positivo persistiu ao longo do tempo, com o programa mostrando uma capacidade consistente de diminuir a violência letal na comunidade. A comparação com outras áreas demonstrou que, enquanto o Morro das Pedras experimentou uma queda notável nos homicídios, as outras favelas violentas não tiveram redução comparável, e as favelas não violentas e outros bairros viram seus índices de homicídio permanecerem estáveis ou aumentarem. O estudo sugere que o programa pode ser uma alternativa importante para prevenção de homicídios em comunidades com características similares às do Morro das Pedras, enfatizando o sucesso de uma abordagem que combina ações policiais e de engajamento comunitário.

A integração das polícias militar e civil em Minas Gerais entre 2003 e 2006, durante o primeiro governo de Aécio Neves, é o objeto do estudo de Saporì e Andrade (2008). O artigo enfoca os desafios da governança na política de segurança pública, destacando a participação intensa e, por vezes, conflituosa das organizações policiais tanto na formulação quanto na implementação da política de integração. Os autores argumentam que, enquanto outras propostas de unificação das polícias falharam em alcançar o consenso político para mudanças constitucionais, a integração das polícias em Minas Gerais, sem demandar alterações na Constituição, propôs uma transição para um novo modelo de policiamento que induz a integração operacional. A integração, apesar de lenta, resultou em uma política pública de segurança com elevada consistência e institucionalização. E essa abordagem trouxe uma nova dinâmica à segurança pública no estado, marcada por um ritmo e trajetória que refletem o sucesso do modelo de governança adotado refletido sobre as taxas estaduais de homicídio à época.

Ainda em Minas, O estudo de Castro *et al.* (2004) examinam a distribuição espacial das taxas de homicídios utilizando dados do SIM-DATASUS de 1996 a 2000. O estudo sugere a criação de “Núcleos de Gerenciamento em Segurança Pública” por meio da regionalização,

para permitir a implementação de políticas públicas no controle de homicídios em cidades com características similares. Utilizando uma metodologia estatística recentemente desenvolvida e implementada no programa SKATER, o estudo identificou 24 conglomerados espaciais homogêneos. Dentro desses conglomerados, municípios com taxas de homicídios similares foram agrupados, facilitando a análise regional e a aplicação de estratégias de segurança pública específicas. Os resultados destacam a eficácia da regionalização como estratégia para definir políticas públicas. Castro *et al.* (2004) discutem como a divisão de Minas Gerais em áreas homogêneas de homicídios pode subsidiar a criação desses núcleos de gerenciamento, permitindo intervenções mais direcionadas e eficientes. Este método mostrou que certas regiões, como o Triângulo Mineiro e a Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG), têm taxas de homicídios significativamente mais altas, muitas vezes associadas a crimes violentos e tráfico de drogas.

Pereira Filho, Tannuri-Pianto e Sousa (2010) investigam a eficiência com que os estados brasileiros provêm serviços de segurança pública entre 2001 e 2006, usando uma fronteira estocástica de custo. O estudo utiliza dados longitudinais para analisar a relação entre o custo de fornecer segurança pública e a eficácia em reduzir homicídios, considerando salários das polícias como custos de produção e a taxa de homicídios inversa como medida de produto. Os autores observam que São Paulo é o estado mais custo-eficiente, enquanto o Distrito Federal é o menos. Esses resultados foram reiterados quatro anos mais tarde por Schull, Feitosa e Hein (2014) a partir de uma análise envoltória de dados. Observou-se que as ineficiências são maiores onde o mercado de drogas é mais ativo, e a proporção entre polícia militar e civil, a taxa de abandono escolar, e a desigualdade de renda são altas. Por outro lado, maiores despesas com o judiciário e mais vagas no sistema penitenciário tendem a reduzir as ineficiências. Ambos os estudos destacam a importância de uma abordagem regionalizada para a formulação de políticas de segurança pública, considerando a variabilidade das condições socioeconômicas e a necessidade de integração entre diferentes forças policiais e instituições judiciárias para melhorar a eficiência no uso dos recursos públicos na prevenção da violência letal.

2.4 DISCUSSÃO

2.4.1 Principais avanços

Ao longo dos últimos vinte anos, a literatura sobre homicídios no Brasil apresentou avanços significativos em compreender e abordar a natureza multifacetada deste grave problema social. Fundamentalmente, estudos têm reforçado a constatação de que os homicídios no Brasil afetam desproporcionalmente homens jovens, negros e de baixa escolaridade,

situando-se em contextos de pobreza e exclusão social. A sobre-representação destas vítimas indica não apenas uma crise de segurança pública, mas também uma profunda crise social e racial, onde as desigualdades perpetuam ciclos de violência e marginalização.

No aspecto dos determinantes estruturais, foi identificado que condições econômicas adversas, como desemprego e baixa remuneração, estão fortemente correlacionadas com altas taxas de homicídio. Esse cenário é exacerbado pelo crescimento descontrolado e desigual das urbanizações, que promove a segregação e a criação de espaços urbanos marcados pela violência e pelo crime organizado. Além disso, o acesso facilitado a armas de fogo tem sido um fator crucial, elevando as taxas de homicídio de forma alarmante e minando esforços de pacificação.

Em relação ao papel dos grupos criminosos, observou-se uma dualidade no impacto destas organizações sobre a violência. Enquanto alguns estudos apontam que o controle territorial por esses grupos pode reduzir a incidência de crimes violentos através de uma ordem paralela, outros destacam que a disputa por territórios frequentemente resulta em surtos de violência letal, destacando a complexidade das dinâmicas de poder dentro dessas facções.

A contribuição das forças policiais, por outro lado, tem sido paradoxal. Enquanto são essenciais para a manutenção da ordem, estudos mostram que a letalidade policial e o abuso de força são problemas persistentes, especialmente nas periferias urbanas e contra jovens negros. Isso destaca a necessidade urgente de reformas policiais que priorizem o respeito aos direitos humanos e a eficácia na prevenção de crimes.

Por fim, as estratégias de prevenção e redução dos homicídios têm visto alguns sucessos notáveis, como o Programa Estado Presente no Espírito Santo e o Pacto pela Vida em Pernambuco, que demonstraram como intervenções bem gerenciadas e multifacetadas podem resultar em reduções significativas das taxas de homicídio. Essas iniciativas sublinham a importância de uma abordagem integrada que combine ação policial com políticas sociais e educacionais, visando não apenas a redução imediata dos crimes, mas também a melhoria das condições socioeconômicas que fundamentam a violência.

2.4.2 Principais limitações

Identificamos na literatura nacional diversas limitações intrínsecas ao processo de pesquisa, limitações que afetam significativamente a abrangência e a profundidade dos resultados. Primeiramente, uma limitação notável reside na heterogeneidade dos dados disponíveis e na falta de estudos que utilizem abordagens empíricas rigorosas para estabelecer relações causais claras. Muitos dos estudos revisados são predominantemente descritivos,

focando-se em mapear a incidência de homicídios e descrever suas características. Apesar de essenciais para entender o cenário da violência, esses estudos não avançam em análises empíricas profundas que poderiam explicar as dinâmicas causais de forma mais direta. A ausência de estudos empíricos é uma barreira para o desenvolvimento de políticas públicas baseadas em evidências, que exigem uma compreensão clara das causalidades envolvidas.

Adicionalmente, a concentração geográfica dos estudos constitui outra limitação significativa. A maior parte da pesquisa sobre homicídios no Brasil está concentrada em áreas urbanas densamente povoadas, como o eixo Rio-São Paulo. Essa concentração não apenas reflete uma preferência metodológica, mas também limita a generalização dos resultados para todo o país. Regiões com diferentes dinâmicas sociais e econômicas, como o Norte e o Nordeste, são frequentemente sub-representadas, resultando em uma visão parcial que pode não capturar a diversidade de contextos em que os homicídios ocorrem no Brasil.

Outro desafio encontrado é a qualidade dos dados. Os estudos frequentemente dependem de dados fornecidos por órgãos governamentais, que podem ter questões de subnotificação e inconsistências metodológicas. A variação nos métodos de coleta, processamento e apresentação de dados entre diferentes estados e municípios dificulta análises comparativas e longitudinais robustas. Esta limitação é agravada pela falta de transparência e acessibilidade aos dados, que são essenciais para análises detalhadas e replicabilidade dos estudos.

As políticas estaduais de segurança pública são frequentemente citadas nos estudos como fatores importantes no controle das taxas de homicídios. No entanto, a avaliação da eficácia dessas políticas é complicada pela falta de estudos longitudinais que acompanhem as mudanças ao longo do tempo em resposta a tais políticas. Isso se reflete na dificuldade em isolar o efeito das políticas de controle de armas dos outros fatores socioeconômicos que também impactam as taxas de homicídios.

Finalmente, as metodologias empregadas na maioria dos estudos não são suficientemente robustas para lidar com a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno dos homicídios. Modelos estatísticos mais sofisticados, como análises multivariadas ou estudos configuracionais que considerem as interações entre múltiplas variáveis, são raros. Essa carência metodológica impede um entendimento mais profundo das configurações que levam aos homicídios, limitando as análises a correlações simples que não capturam a causalidade complexa.

No que se refere aos estudos configuracionais, uma das principais limitações é a exigência de dados de alta qualidade e bem estruturados. Essa metodologia depende de uma

calibragem precisa das variáveis, que por sua vez requer dados claros, consistentes e completos para cada caso analisado. Nos estudos selecionados, os autores apontam para o fato de que a manutenção dos dados sobre os homicídios são frequentemente fragmentadas entre diversas jurisdições e agências, além de não padronizadas. Isso compromete a compilação dos dados e conseqüentemente a confiabilidade e abrangência das observações, limitando significativamente a aplicabilidade da Análise Qualitativa Comparativa (QCA).

Além disso, a natureza intrínseca da QCA, que busca padrões e combinações de condições que levam a um resultado específico, pode não ser totalmente adequada para entender fenômenos altamente contextualizados e dinâmicos, como os homicídios. Os padrões identificados (restritos ao cenário do estado de Pernambuco) são extremamente sensíveis ao contexto, dificultando a generalização dos resultados para outras localidades ou períodos. Isso é particularmente problemático em um país diverso como o Brasil, onde as dinâmicas de violência podem variar substancialmente de um estado para outro. Por outro lado, essa mesma observação serve na justificativa de estudos como o que desenvolvemos nesta tese.

Uma outra limitação dos estudos configuracionais selecionados diz respeito à complexidade interpretativa. A QCA pode identificar combinações de condições que são necessárias ou suficientes para o resultado de interesse, mas a interpretação dessas condições e a determinação de sua causalidade real exigem uma compreensão profunda do contexto sociopolítico e econômico (um fato que está estreitamente associado com a observação que fizemos anteriormente, sobre a sensibilidade dos padrões observados em relação ao contexto). Isso requer que os dados sejam precedidos ou posteriormente discutidos à luz de dados quantitativos, a fim de dar mais robustez à análise. Podemos dizer que, nesta tese, cumprimos com essa exigência.

De forma geral essas e outras limitações destacam a necessidade de uma abordagem mais integrada e multidisciplinar nos estudos sobre homicídios no Brasil. É importante que estudos futuros abordem essas lacunas a partir de métodos mais robustos, amostras geograficamente diversificadas e um compromisso com a transparência e a acessibilidade dos dados. A superação dessas limitações não apenas enriquecerá a literatura acadêmica, mas também fornecerá uma base mais sólida para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas no combate à violência homicida no Brasil.

2.4.3 Limitações da presente revisão

Nas páginas anteriores, destacamos que devido ao grande volume de literatura sobre homicídios, apenas uma parcela dos estudos pôde ser incluída, o que pode resultar na exclusão

de algumas linhas de pesquisa ou teorias relevantes. Adicionalmente, o foco em determinados temas pode ter preterido áreas emergentes ou menos estudadas, como o impacto das tecnologias digitais na criminalidade ou perspectivas transnacionais sobre a violência.

Outro aspecto a considerar é a dinâmica das publicações acadêmicas, onde estudos mais recentes podem não ter sido ainda publicados ou amplamente reconhecidos no momento desta revisão, a exemplo do que foi relatado na revisão dos estudos internacionais. Embora esta seja uma limitação natural do processo de revisão sistemática da literatura, ela não compromete a qualidade da análise feita, apenas sublinha o caráter progressivo do conhecimento acadêmico.

Em linhas gerais, essas limitações não diminuem a validade do estudo, mas reforçam a importância de continuar a pesquisa e as revisões futuras. A sociologia, como campo dinâmico, está sempre em evolução, e o conhecimento sobre homicídios continua a se desenvolver. Revisões sistemáticas como esta são necessárias para mapear os avanços e moldar o processo contínuo de descoberta no estudo dos homicídios.

CAPÍTULO 3. MACEIÓ NOS CONTEXTOS NACIONAL E LOCAL DE PRODUÇÃO DE MORTES VIOLENTAS

3.1 INTRODUÇÃO

Qualquer pessoa que morasse em Maceió no início dos anos 2000 e prestasse o mínimo de atenção aos noticiários locais teria motivos para viver com medo. A vilã era a criminalidade, que vinha crescendo incessantemente e agora parecia prenunciar o fim do mundo. Homicídios passaram a ser eventos corriqueiros. O mesmo podia se dizer dos roubos, do tráfico de crack e dos estupros. A violência se estabeleceu como uma espécie de entidade nefasta no cotidiano do maceioense. E, de acordo com os especialistas, a situação tendia a piorar consideravelmente.

A causa: as gangues. Não se falava em outra coisa naquela época. Era o que mais se via nas capas dos jornais e nos relatórios oficiais da segurança pública. As autoridades faziam toda sorte de promessas. Mais policiais nas ruas, mais prisões, leis mais rígidas. Nada disso impediu o aumento assombroso do número de assassinatos na capital ao longo dos anos. Em 2006, o historiador Geraldo de Majella, em seu livro intitulado “Execuções sumárias e grupos de extermínio”, elaborou uma breve análise em torno da evolução dos homicídios atribuídos às gangues. Majella apresentou um cenário otimista e um pessimista. No primeiro, a taxa de homicídio crescerá cerca de 12% na década seguinte. No último, ele previa um crescimento de mais que o triplo desse percentual. “A próxima onda de violência vai ser tão terrível que vamos sentir saudades dos anos 1990”, disse ele (*apud* Barros, 2008).

Outros especialistas e observadores igualmente bem-informados previam o mesmo futuro tenebroso, incluindo-se nesse coro o então governador do estado de Alagoas, Teotônio Vilela Filho. “A gente tem, no máximo, uns dois anos para reverter essa situação, ou por outra vamos acabar como o Rio de Janeiro”, disse o governador em referência ao estado sudestino que também amargava altos índices de criminalidade à época (Galvão, 2008). Em ambos os casos, as apostas, nitidamente, se concentravam nos criminosos.

Então, ao invés de aumentar e de continuar aumentando, a taxa de homicídio começou a diminuir. A diminuir e a continuar diminuindo. A redução da taxa surpreendeu em diferentes aspectos: foi geral, no sentido de que foi acompanhada pela redução das taxas de outros crimes, como roubo e tráfico, e não só em Maceió, mas também nas cidades da região metropolitana. Também foi persistente, no sentido de que reduziu cada vez mais a cada ano. E, claro, foi totalmente inesperada, principalmente para aqueles que tinham previsto exatamente o contrário.

Embora os especialistas não tivessem antecipado a queda da taxa de homicídio (que, na verdade, acompanhava a tendência nacional, já observada em outras capitais brasileiras à época de suas previsões apocalípticas), eles se apressaram em explicá-la. De modo geral, havia certa lógica nas teorias. Alguns atribuíam a redução da taxa aos efeitos de longo prazo do crescimento econômico observado no curso dos anos 2000. Outros, ao estatuto do desarmamento ou às estratégias do governo federal, notadamente, o Programa Brasil Mais Seguro, implementado em caráter piloto em Alagoas.

Essas teorias não eram apenas lógicas, mas também encorajadoras, pois associavam a queda da taxa de homicídio a iniciativas específicas e relativamente recentes. Se o avanço da violência em Maceió foi contido pela melhoria dos indicadores socioeconômicos, pelo controle das armas ou pelas políticas de segurança pública, o poder para neutralizar o crime estivera ao nosso alcance o tempo todo. E voltaria a estar, caso a criminalidade voltasse a nos assolar.

Ao que parece, ainda hoje essas teorias são aceitas sem críticas, mas nenhuma delas foi devidamente comprovada. Temos à disposição um conjunto reduzido de estudos muito bem escritos, porém baseados em correlações precárias (leia-se, sem o devido tratamento estatístico). Há muita retórica e uma certa presunção de causalidade que não resiste a um escrutínio mais rigoroso. Entendemos que qualquer tentativa de explicação da dinâmica dos homicídios na capital alagoana será vã se não considerar as particularidades locais que orientam a evolução da taxa ao longo dos anos. Também será mal sucedida qualquer explicação da evolução da taxa local de homicídios que não considere situar a cidade de Maceió no contexto nacional de produção de mortes violentas. E por quê? Porque a violência, especificamente a letal, está imbricada em um conjunto de fatores que variam significativamente em termos de níveis analíticos, processos históricos, recortes geográficos e dimensões socioeconômicas.

No caso maceioense, esses fatores são idiossincráticos e refletem tanto a singularidade da capital alagoana quanto dinâmicas macro e microssociais específicas que caracterizam o estado de Alagoas e mesmo a região Nordeste como um todo. Portanto, para entender apropriadamente a evolução dos homicídios em Maceió é preciso analisá-la comparativamente com outras localidades para, em função das diferenças ou similaridades observadas, pensá-la e explicá-la a partir do contexto local. Nisto consiste o objetivo do presente capítulo.

A explicação que propomos encontra-se estruturada em duas partes. Na primeira parte, comparamos a evolução das taxas de homicídio de Maceió entre 2000 e 2020 com as de outras capitais brasileiras e microrregiões do estado de Alagoas. Pretendemos com isso verificar a posição relativa da capital alagoana nos contextos nacional e local de produção de mortes violentas, bem como destacar diferentes tendências ao longo dos últimos 20 anos. Essa

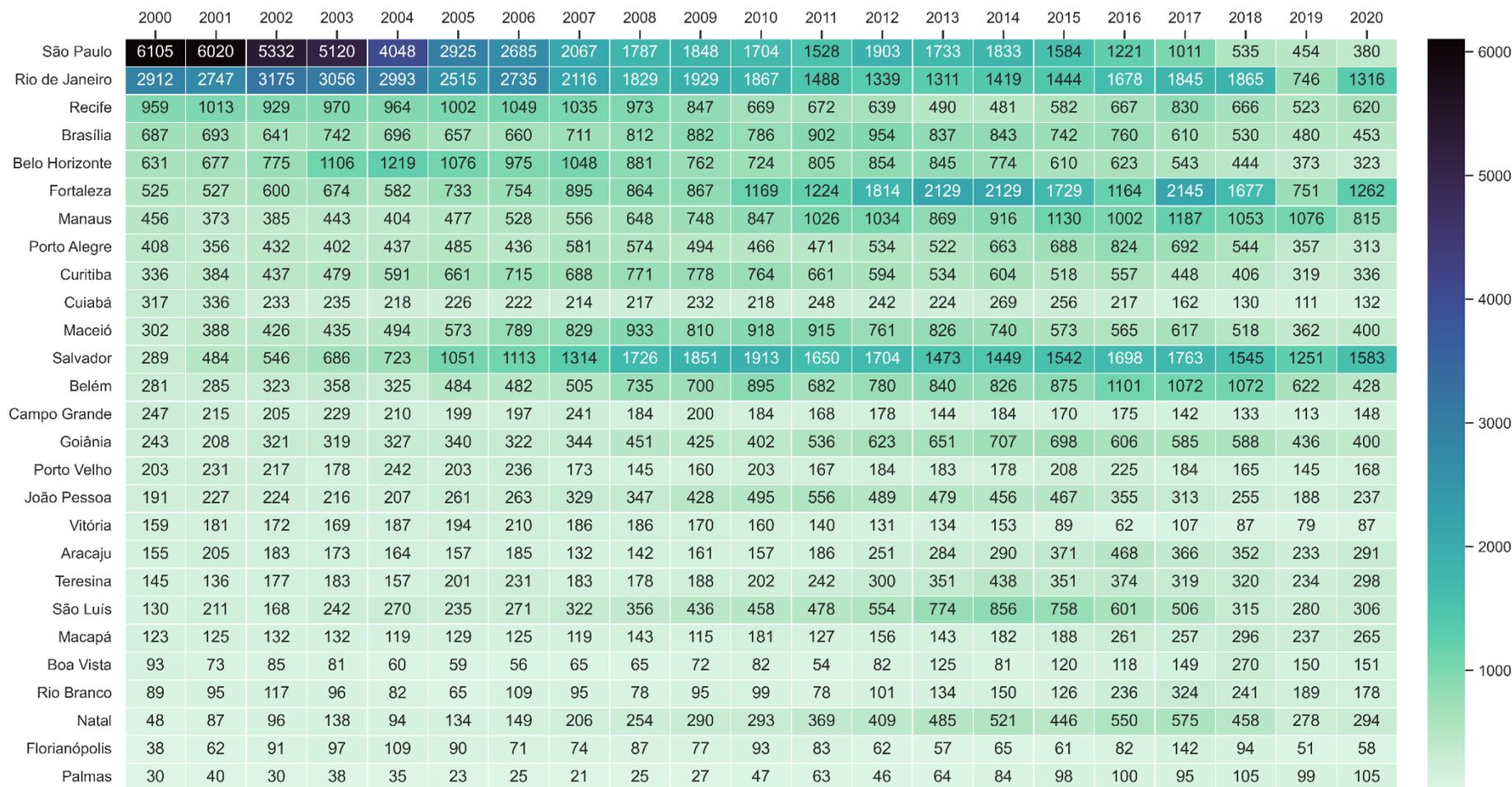
comparação é útil na identificação de possíveis discrepâncias que possam sugerir a influência de dinâmicas locais sobre as taxas. Na segunda parte do capítulo, realizamos alguns exercícios empíricos com o objetivo de explorar os efeitos explicativos de indicadores socioeconômicos e eventos teoricamente referenciados sobre as taxas homicídio em Maceió ao longo das décadas de 2000 e de 2010. Os dados, os mecanismos explicativos e as técnicas são descritos posteriormente.

3.2 HOMICÍDIOS NAS CAPITALS

Historicamente, Rio de Janeiro e São Paulo têm sido retratados prioritariamente na literatura sobre violência urbana no Brasil. Mas as narrativas construídas em torno dos padrões de violência observados nesses centros ignora as dinâmicas de localidades que, embora pouco visíveis aos olhos do grande público, enfrentam sérios desafios no que se refere ao enfrentamento da violência letal. E é na análise das taxas de homicídio que apreendemos a gravidade da situação. As Figuras 12 e 13, dispostas a seguir, compreendem respectivamente os *heatmaps* da evolução do número absoluto e das taxas de homicídio das capitais brasileiras entre os anos 2000 e 2020. Esse tipo de representação gráfica nos permite avaliar a intensidade dos indicadores ao longo do tempo sem comprometer a visualização integral das tendências⁷.

⁷ Dito de outra forma, se plotássemos um gráfico de linhas, seria difícil visualizar a evolução das taxas de homicídio de cada capital em função das sobreposições das linhas. Um *heatmap* permite esse tipo de visualização permitindo também verificar mudanças de intensidade ao longo do tempo.

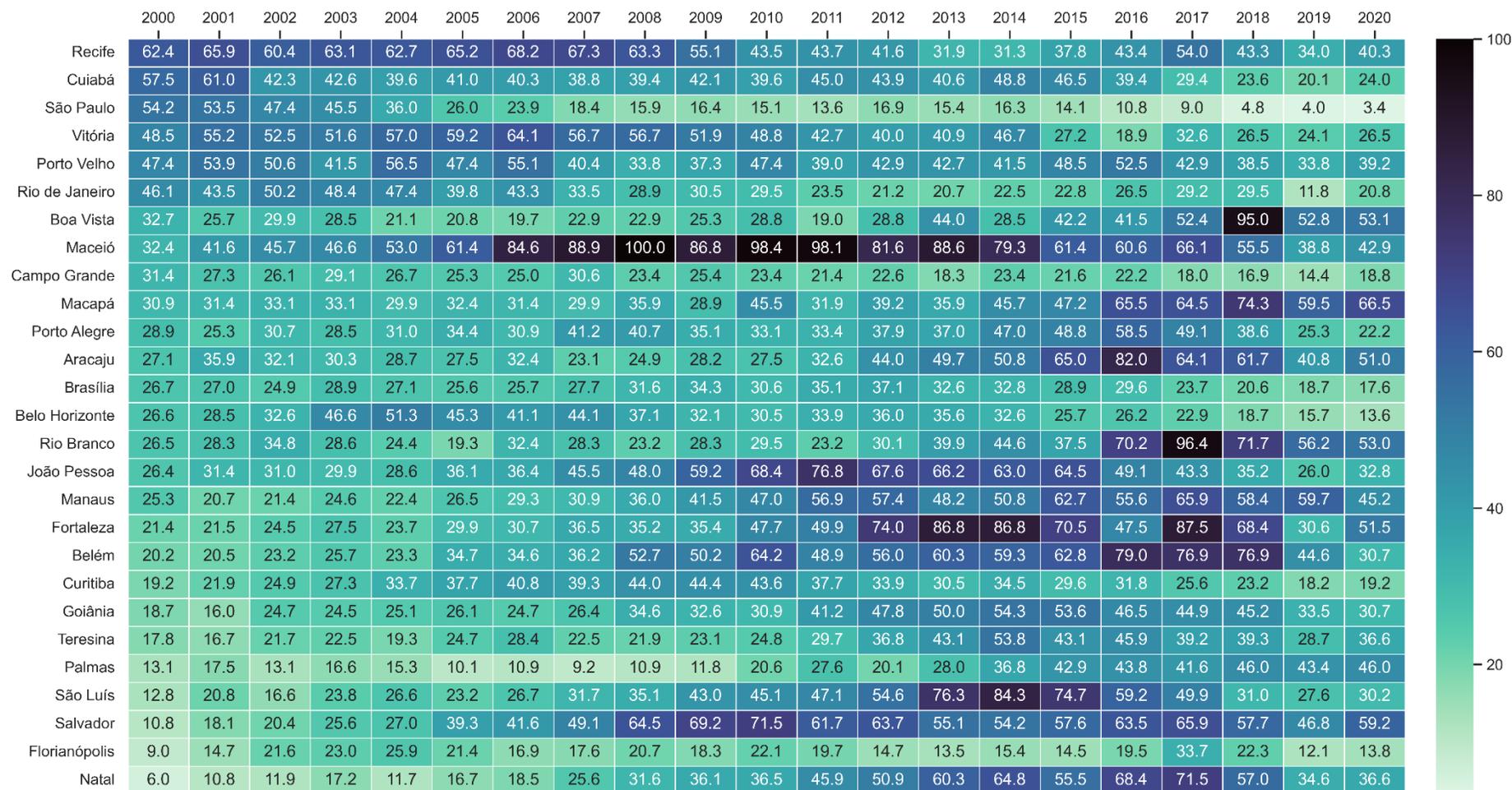
Figura 12 - Heatmap do número absoluto de homicídios das capitais brasileiras (2000-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIM-DATASUS.

Nota: Os dados de homicídios se referem às vítimas de agressão, intervenções legais e operações de guerra (Grande Grupo CID-10 X85-Y09, Y35 e Y36).

Figura 13 - Heatmap das taxas de homicídio das capitais brasileiras (2000-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIM-DATASUS e IBGE.

Nota: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Os dados de homicídios se referem às vítimas de agressão, intervenções legais e operações de guerra (Grande Grupo CID-10 X85-Y09, Y35 e Y36).

As tendências que se inscrevem nas figuras anteriores são, em essência, as mesmas, diferindo apenas em termos de volume (observado a partir do número absoluto de homicídios) e intensidade (observada a partir da taxa de homicídio). Podemos apreender pelo menos três tendências marcantes na evolução dos homicídios nas capitais brasileiras nos últimos 20 anos. A primeira parece estender-se da década de 1990 para a década de 2000, com destaque para três cidades: São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Recife (PE). Essa primeira tendência se caracteriza por uma alta concentração de casos nos primeiros anos da série seguida de uma redução expressiva do número absoluto e das taxas a partir da segunda metade dos anos 2000. Essa redução é ainda mais notável na cidade de São Paulo, que passa de 6105 casos registrados em 2000 (com uma taxa de 54,2 homicídios por 100 mil habitantes) para 1704 casos em 2010 (com uma taxa de 15,1 homicídios por 100 mil habitantes).

A segunda tendência se situa entre a segunda metade dos anos 2000 e a primeira metade dos anos 2010, e é caracterizada pela ascensão e queda acentuadas das taxas de homicídio. Quatro capitais se destacam nessa tendência: Maceió (AL), João Pessoa (PB), Belém (PA) e Salvador (BA). A evolução das taxas da capital alagoana chamam atenção (para não dizer que geram espanto). É Maceió que registra a maior taxa entre as capitais brasileiras, registrando no ano de 2008 cerca de 100 homicídios por 100 mil habitantes. São níveis de violência observados em contextos de guerra. Uma outra observação relevante é a de que Maceió é a capital que apresenta, entre os anos de 2006 e 2014, as mais elevadas taxas de homicídio entre as capitais, distanciando-se, inclusive, de centros como São Paulo e Rio de Janeiro, bem como de grandes cidades da região Nordeste, notadamente, Recife e Salvador.

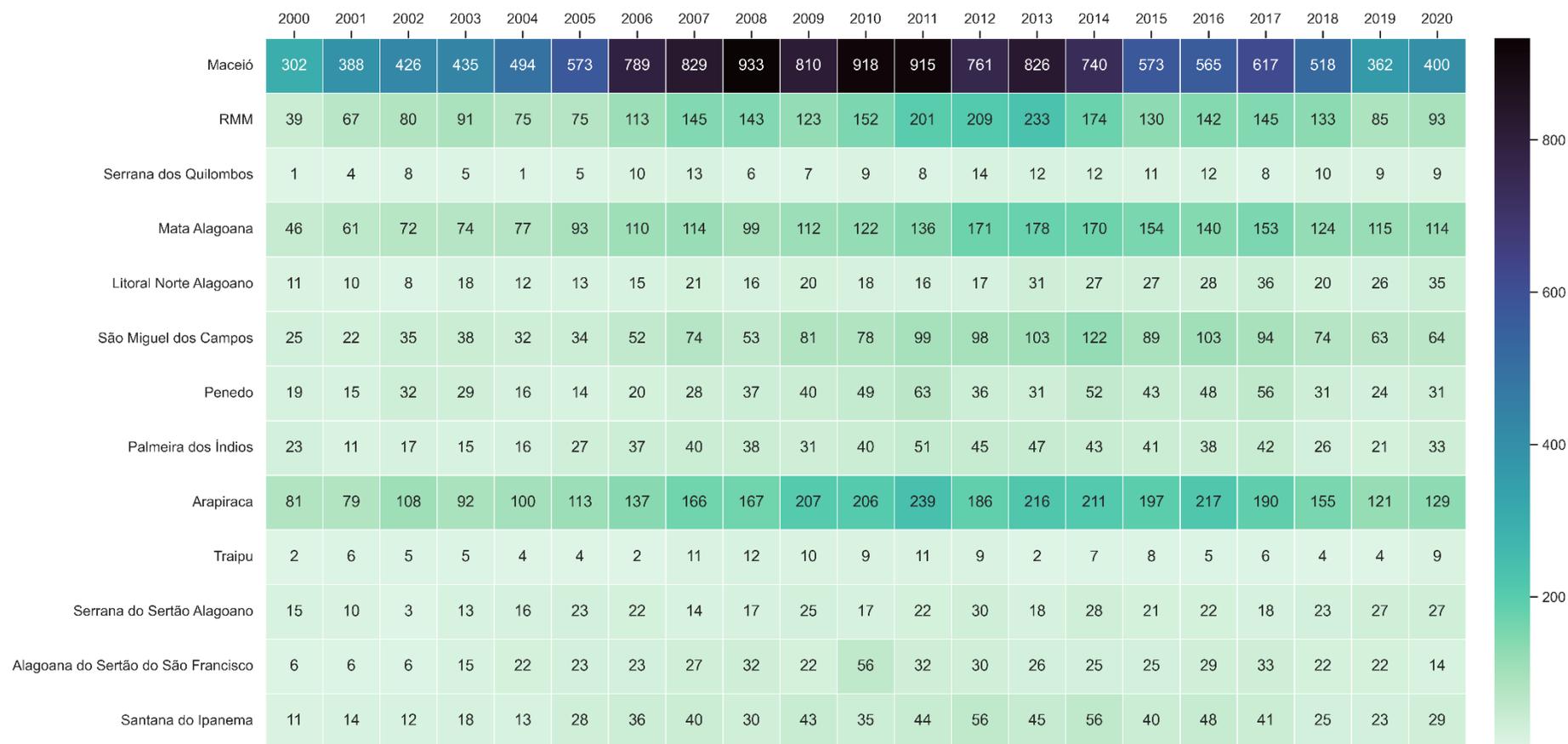
A terceira tendência verificada se dá ao longo da década de 2010. É, portanto, uma tendência relativamente recente e é caracterizada pelo aumento gradual, mas consistente das taxas de homicídio. Cinco capitais ganham destaque nessa tendência, a saber, Rio Branco (AC), Manaus (AM), Fortaleza (CE), Palmas (TO) e Natal (RN). Na literatura especializada, as explicações atribuídas às variações das taxas de homicídios nas capitais brasileiras têm convergido para a identificação de três dinâmicas subjacentes: I) os conflitos faccionais; II) as mudanças nas estruturas e nos processos dos mercados ilegais; e III) os impactos das políticas locais de segurança pública. Não pretendemos discutir aqui os achados dessas pesquisas por dois motivos: primeiro, isso já foi teorizado, exaustivamente, em trabalhos como os de Bittencourt (2022) e Manso (2012); segundo, nosso objetivo é captar empiricamente a aplicação desses conceitos ao contexto específico da capital alagoana, o que será feito logo mais. Cabe, no entanto, a observação de que cada uma dessas dinâmicas oferece um ângulo distinto de

compreensão do problema dos homicídios, mesmo que interajam de diferentes maneiras entre si para produzir o cenário observado nas capitais brasileiras (ver Figura 13).

Nesse mesmo cenário, a análise da situação em Maceió e seu contraste com outras regiões do estado de Alagoas torna-se um estudo de caso relevante. E por quê? Porque precisamos verificar se as elevadas taxas de homicídios observadas em certos períodos são uma singularidade da capital ou uma expressão de uma tendência mais ampla. Reconhecemos que a procura por singularidades ou padrões vai além do da análise quantitativa; ela demanda uma interpretação dedicada dos dados de forma relacional. No entanto, enfrentamos uma contradição fundamental: carecemos de estudos dedicados ao aprofundamento dessas estatísticas. Não há nada além de descritivos. A questão que se impõe (especificamente aos cientistas sociais) é: como podemos aspirar a transcender os números se ainda estamos nos estágios iniciais de compreendê-los? Essa lacuna na pesquisa local não é um mero desafio técnico. Trata-se de uma falha mais profunda em nosso sistema de geração de conhecimento. Depositamos nesta tese a expectativa de superá-la.

Se as altas taxas de homicídio forem identificadas como um fenômeno exclusivo da capital, isso aponta para a necessidade de abordagens direcionadas, que considerem as especificidades locais em suas soluções. Essa singularidade sugere um conjunto de circunstâncias únicas que exigem uma resposta igualmente específica. Por outro lado, a identificação de um padrão de violência que se estende por Alagoas implica em uma realidade mais complexa, onde as soluções requerem uma visão integrada. Isso indicaria que as raízes do problema são mais profundas e aludem a processos sociais mais amplos, o que demandaria estratégias de mobilização de diferentes setores em sua resolução.

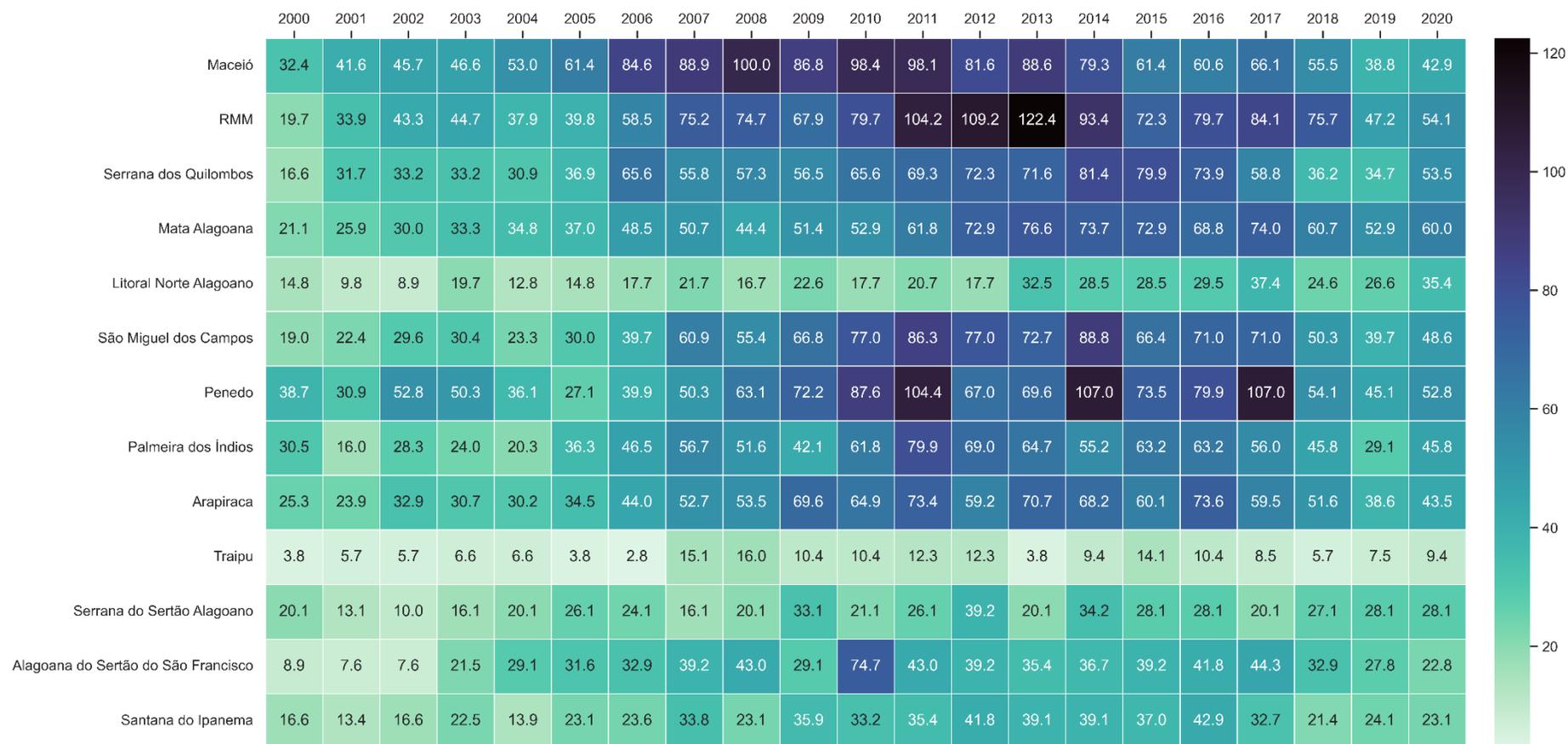
Figura 14 - Heatmap do número absoluto de homicídios das microrregiões do estado de Alagoas (2000-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIM-DATASUS.

Nota: Os dados de homicídios se referem às vítimas de agressão, intervenções legais e operações de guerra (Grande Grupo CID-10 X85-Y09, Y35 e Y36).

Figura 15 - Heatmap das taxas de homicídio das microrregiões do estado de Alagoas (2000-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIM-DATASUS e IBGE.

Nota: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Os dados de homicídios se referem às vítimas de agressão, intervenções legais e operações de guerra (Grande Grupo CID-10 X85-Y09, Y35 e Y36).

Em números absolutos, observamos que a capital concentra grande parte dos homicídios registrados no estado, o que já era esperado. Também era esperado que observássemos uma alta incidência de crimes na região metropolitana e na região onde se localiza a segunda maior cidade do estado, Arapiraca, o que efetivamente aconteceu. A questão é que, a partir da análise das taxas, percebemos que a profusão da violência letal na capital alagoana parece compor uma tendência mais ampla, que se inicia na capital nos primeiros anos da década de 2000 e ao longo do tempo se alastra por todo o Leste Alagoano, sobretudo entre os anos de 2006 e 2018. Na microrregião de Arapiraca esse movimento é ainda mais intenso entre 2009 e 2016.

No que se refere às dinâmicas observadas no estado de Alagoas, há uma clara tendência de descentralização que ultrapassa as fronteiras das grandes cidades, alcançando regiões com menor densidade populacional. A análise da distribuição geográfica dos homicídios reitera a tese da interiorização da violência, relatada em estudos como os de Andrade e Diniz (2013) e Soares Filho, Duarte e Merchan-Hamann (2020). No caso alagoano, o processo de expansão dos homicídios se dá mais especificamente nas microrregiões de Arapiraca, Penedo e São Miguel dos Campos.

Esse processo por ser interpretado de diferentes maneiras, dentre elas, como um *output* da expansão e fortalecimento das facções criminosas no interior do estado, uma vez que, buscando novos territórios para o tráfico e outras atividades ilícitas, podem ter promovido o aumento da violência em municípios anteriormente considerados mais pacatos. É possível que a disputa por território entre estas facções, aliada à escassez de recursos e atenção estatal em áreas menos centrais, tenha contribuído para o aumento dos índices de homicídio nessas localidades. A progressão temporal da violência letal, especialmente intensificada entre os anos de 2006 e 2018 em todo o Leste Alagoano e, de forma ainda mais aguda, entre 2009 e 2016 na microrregião de Arapiraca, sugere um padrão de difusão. Este padrão pode ser parcialmente explicado pela dinâmica das relações sociais e econômicas que conectam o interior aos centros urbanos locais. As redes criminosas aproveitam-se dessas conexões para expandir suas operações, afetando a segurança e a coesão social das comunidades locais.

As poucas referências que se prestam a explorar o processo de interiorização dos homicídios no estado pecam pelo sensacionalismo, apoiando-se em dados e metodologias questionáveis, o que compromete a construção de um entendimento sólido das dinâmicas de expansão da violência. Levando-se em consideração esses aspectos, entendemos que seja necessário reconhecer as limitações desta tese em empreender uma investigação que demandaria um estudo empírico detalhado, capaz de mapear com precisão os processos que desencadeiam a difusão dos conflitos letais em toda Alagoas. Assim, nossa análise se restringe

à capital Maceió, onde nos dedicamos ao tratamento empírico das hipóteses que fundamentam os principais esforços teóricos de discussão da violência, o que fazemos no subtópico a seguir.

3.3 DETERMINANTES DA VIOLÊNCIA LETAL EM MACEIÓ

3.3.1 Uma explicação centrada nos fatores socioeconômicos

Nos capítulos 1 e 2 desta tese, identificamos alguns dos fatores socioeconômicos mobilizados pela literatura especializada na explicação da variação das taxas de homicídio no tempo. No nível macrossocial de análise, urbanização, pobreza, desemprego, juventude, escolaridade e desigualdade socioeconômica são aqueles que demonstram associações consistentes com a incidência de homicídios. Nem sempre a relação entre esses indicadores é linear. Em alguns casos, os mecanismos explicativos envolvidos pressupõem moderadores e mediadores que complexificam as dinâmicas que precedem a variação das taxas.

A urbanização reserva associações positivas com os crimes de homicídio. O crescimento urbano ostensivo muitas vezes resulta em segregação espacial, com a formação de comunidades marginalizadas em áreas que concentram altos níveis de vulnerabilidade social (Souza *et al.*, 2014; Leite *et al.*, 2017). Nessas áreas, as condições infraestruturais são precárias, e o acesso a serviços públicos essenciais como segurança, saúde e educação é restrito. O isolamento social e a fragilização das relações comunitárias (catalisados pelo estado de indiferença emocional que caracteriza as interações nas grandes cidades) inviabilizam o exercício do controle social e dão as bases para a antissociabilidade e a criminalidade (Adorno; Neri, 2019).

A pobreza, o desemprego e a desigualdade socioeconômica são fatores interrelacionados que também apresentam correlações positivas com a incidência de homicídios. A privação econômica condiciona o acesso às oportunidades legítimas melhoria de vida, aumentando as chances de envolvimento com o crime, principalmente para a população jovem (Cerqueira; Moura, 2015). A pobreza eleva os sentimentos de frustração e desesperança, sentimentos estes que podem se traduzir em comportamentos criminosos e potencialmente violentos (Cerqueira; Soares, 2014). As desigualdades intensificam as percepções de injustiça e alimentam conflitos que podem (ou não) ter desfechos letais.

A educação é um dos fatores protetivos mais referenciados pela literatura especializada. Ela eleva o capital humano, dotando os indivíduos de habilidades e competências que aumentam as oportunidades de emprego e renda. Ao melhorar as perspectivas econômicas dos indivíduos, a educação reduz a atratividade das alternativas ilegais que muitas vezes surgem como resposta à privação dos meios legítimos (Andrade *et al.*, 2011). Quanto maior é o nível educacional de uma dada população menores serão as taxas de homicídio observadas. Os efeitos

dessa relação são ainda maiores na parcela jovem da população (Lima *et al.*, 2005; Andrade *et al.*, 2011; Cerqueira; Moura, 2015).

Sabemos que esses indicadores podem ser muito úteis na explicação das variações da taxas de homicídio em Maceió, afinal já tiveram seu potencial explicativo demonstrado por diversos estudos realizados no Brasil e no mundo. A questão que se coloca é: em que medida esses indicadores efetivamente explicam a evolução das taxas de homicídio da capital alagoana? Dedicamos parte deste trabalho a respondê-la.

Segundo Wolf e Best (2015), a regressão é o estudo da dependência de uma variável em relação a uma ou mais variáveis visando estimar ou prever o valor médio da primeira em termos dos valores conhecidos ou fixados das segundas. Neste exercício, aplicamos um modelo de regressão com o objetivo de explorar as associações entre fatores socioeconômicos e a evolução da taxa de homicídio em Maceió, nossa variável dependente.

Elegemos como variáveis explicativas (independentes) a taxa de urbanização, a proporção de homens jovens (15 a 29 anos), a renda *per capita* média, Gini da renda domiciliar *per capita*, a proporção da população com 16 anos ou mais sem rendimentos (como indicador de desocupação), a proporção da população com 18 a 24 anos e até 7 anos de estudo (como indicador de baixa escolarização) e a proporção da população com renda menor ou igual a 1/2 salário mínimo (como indicador de pobreza). Também incorporamos no modelo a proporção da população negra (pretos e pardos) a fim de avaliar o pressuposto da homogeneidade étnico-racial. Comunidades mais homogêneas em termos de composição étnica e racial exibem níveis elevados de confiança e disponibilidade mútuas, atributos que contribuem para a formação de redes coletivas de apoio que atuam como instâncias de controle social, contribuindo para a redução da incidência de crimes, inclusive, violentos, como os homicídios.

Quadro 1 - Descritivo das variáveis selecionadas para a regressão

| Variável | | Fator |
|-----------------|--|--------------|
| tx_homic | Taxa de homicídio | Homicídio |
| tx_urb | Taxa de urbanização | Social |
| hom_jov | % de homens com 15 a 29 anos | Social |
| negros | % de negros | Social |
| baixa_escol | % da população com 18 a 24 anos e até 7 anos de estudo | Social |
| desocup | % da população com 16 anos ou mais sem rendimentos | Econômico |
| pobreza | % da população com renda menor ou igual a 1/2 salário mínimo | Econômico |
| renda | Renda <i>per capita</i> média (R\$ 100,00) | Econômico |
| gini | Gini da renda domiciliar <i>per capita</i> | Econômico |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Todas as variáveis foram levantadas para o nível de bairro (no caso da capital alagoana, 50 bairros). As taxas de homicídio foram obtidas da Secretaria de Segurança Pública do estado de Alagoas. As variáveis explicativas foram obtidas dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Dados os 50 bairros e os dois pontos no tempo (2000 e 2010), a análise contempla 100 observações.

Gujarati (2019) afirma que quando as informações disponíveis relacionam entidades (que podem ser indivíduos, partidos políticos, empresas ou, no nosso caso, bairros) e tempo, pode-se dizer que esses dados estão em painel e que sobre eles tende a haver heterogeneidade. As heterogeneidades são efeitos que não podem ser observados por meio do conjunto de dados, portanto, efeitos que não podem ser estimados em dados *crosssection* ou séries temporais. Nesse sentido, as técnicas de estimação em dados em painel possuem a vantagem de estimar a heterogeneidade contida em cada unidade de análise (Gujarati, 2011).

Há três tipos de métodos de estimativa de modelos de regressão com dados em painel, a saber, o modelo empilhado, o modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios, sendo a análise do comportamento das heterogeneidades fundamental para a escolha do método mais adequado (Gujarati, 2019). Neste caso, optamos pela utilização do modelo de efeitos fixos, uma vez que a probabilidade de as heterogeneidades das unidades de análise estarem correlacionadas com as variáveis explicativas é alta. Um exemplo disso pode ser visualizado na presença de grupos criminosos, que pode variar significativamente de um bairro para outro, impactando as dinâmicas socioeconômicas locais, inclusive a taxa de homicídio.

No presente exercício, o controle para efeito fixo das unidades compreende a inclusão de um termo de interceptação único para cada um dos bairros de Maceió. Essas interceptações atuam como *dummies* no modelo de regressão e têm o objetivo de captar todas as influências constantes ao longo do tempo, dentro de cada bairro, que não são explicadas pelas variáveis independentes explicitamente incluídas no modelo. Nosso modelo se baseia na equação

$$\text{Homicídio}_{it} = \beta_1 \text{Econômicos}_{it} + \beta_2 \text{Sociais}_{it} + \lambda_t + \mu_i + u_{it}$$

onde os parâmetros β_1 e β_2 capturam, respectivamente, o efeito dos fatores econômicos e sociais sobre os homicídios para um bairro i no tempo t ; o termo λ denota o efeito fixo de tempo que captura todas as variações comuns a todos os bairros em um determinado tempo t ; e o termo

μ representa os efeitos fixos específicos para cada bairro i ; e u_{it} é o termo de erro idiossincrático para o bairro i no tempo t .

As hipóteses de trabalho que buscamos averiguar são três basicamente: I) na esteira das principais observações da literatura especializada, todas as variáveis explicativas selecionadas, com exceção da renda *per capita*, apresentam associações positivas fortes com a taxa de homicídio; II) no caso brasileiro, a proporção de indivíduos negros não funciona como indicador de homogeneidade étnico-racial (como preconizado nos estudos internacionais), por isso a relação desse indicador com a taxa de homicídio também é positiva; e III) todos os modelos com as variáveis explicativas selecionadas terão um coeficiente de determinação (R^2) moderado, dado que já assumimos a contribuição de fatores não previstos no modelo de regressão, mas que são relevantes na explicação da variação das taxas de homicídio, notadamente, a presença de facções e os efeitos de políticas de segurança pública.

Na Tabela 5 são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo. A primeira delas é a taxa de homicídio (tx_homic) por bairro em Maceió. A média da taxa é alta (82,6) porque existem três observações atípicas na base, que são os bairros de Benedito Bentes, Cidade Universitária e Jacintinho, sendo os dois primeiros localizados na parte alta da cidade, e o último, na parte baixa, com taxas de 324,7, 264,7 e 311,8 homicídios por 100 mil habitantes, respectivamente. Sem esses três bairros, a taxa média de homicídio cairia para 43,3.

Tabela 5 - Descritivo das variáveis selecionadas para a regressão

| Variável | Média | Desvio padrão | Mínimo | Máximo |
|----------------|--------|---------------|--------|----------|
| tx_homic | 82,6 | 8,3 | 2,1 | 324,7 |
| tx_urb | 92,7 | 19,8 | 83,4 | 100,0 |
| hom_jov | 20,3 | 3,4 | 14,8 | 29,1 |
| $negros$ | 76,8 | 12,5 | 66,9 | 97,5 |
| $baixa_escol$ | 18,3 | 5,0 | 8,4 | 27,6 |
| $desocup$ | 22,8 | 3,6 | 19,7 | 35,2 |
| $pobreza$ | 53,2 | 6,4 | 30,9 | 62,7 |
| $renda$ | 178,28 | 196,74 | 37,15 | 1.236,89 |
| $gini$ | 0,307 | 0,076 | 0,114 | 0,633 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

A taxa de urbanização da cidade (tx_urb) é elevada, com uma cobertura média de 92,7%. O processo de urbanização da capital alagoana é relativamente recente em comparação com outras capitais. Segundo os Censos Demográficos, no ano de 2000, Maceió tinha 796.824

habitantes. Em 2010, a cidade passou a ter 932.748 habitantes (um aumento de 17% em relação a 2000). Em 2023, a população estimada da capital alagoana foi de 1.031.597 habitantes (um aumento de 10,5% em relação a 2010). No final dos anos 1990, Maceió foi o destino de muitas famílias expulsas do trabalho no campo, a maior parte delas de trabalhadores assalariados do corte de cana-de-açúcar e agricultores familiares (Majella, 2019). O processo de urbanização desencadeado no curso dos anos 2000 teve como consequência direta o surgimento de novos bairros (a partir da construção de conjuntos habitacionais financiados pelos governos federal, estadual e municipal, como Benedito Bentes, Cidade Universitária e Tabuleiro do Martins) e o adensamento irregular de bairros antigos (como Jacintinho) (Majella, 2019). Mais recentemente, a verticalização e o superaquecimento do mercado imobiliário local, intensificaram o processo de desenvolvimento urbano da capital, sobretudo nos bairros da parte alta (Antares, Santa Lúcia, Santa Amélia, Petrópolis, Clima Bom e Santos Dumont).

Em média, 1/5 da população dos bairros maceioenses é composta por homens jovens (*hom_jov*). E em média, 3/4 da população dos bairros é negra (composta por pretos e pardos) (*negros*). A concentração desses dois grupos é maior nos bairros periféricos de maior densidade demográfica, como os são Benedito Bentes (97,5% de negros, 29,1% de homens jovens), Cidade Universitária (84,4% de negros, 23,7% de homens jovens) e Jacintinho (86,4% de negros, 26,9% de homens jovens). Também são esses bairros que comportam a maior parte da população pouco escolarizada (*baixa_escol*) e desocupada (*desocup*). Aqui, portanto, conseguimos observar que os bairros com a maior proporção de negros, homens jovens, e indivíduos sem ocupação e com baixa escolaridade são aqueles que apresentam as mais altas taxas de homicídio, no entanto não sabemos em que medida se se dá essa correlação. Não ainda.

Em termos de desigualdade de renda (*gini*), os bairros maceioenses apresentam uma dispersão moderada em torno da média (0,30), já que 0,07 pontos em termos de índice de Gini é algo significativo. Um aspecto importante a ser observado é o de que há em Maceió muitas comunidades pobres vizinhas a áreas com padrões financeiros mais elevados dentro de um mesmo bairro, portanto, há bairros com um elevado grau de heterogeneidade interna. Pescaria (0,633) e Riacho Doce (0,621) se enquadram nos bairros mais desiguais da cidade, ambos localizados na zona Leste, e formados de uma população de pescadores, artesãos e comerciantes. Os bairros de Ponta Verde e Jatiúca são os menos desiguais, com Gini de 0,114 e 0,179, respectivamente.

No que se refere à renda *per capita*, também são os bairros de Ponta Verde e Jatiúca que apresentam os padrões mais elevados, com R\$1.236,89 e R\$1.118,66 respectivamente.

Tratam-se de bairros destinados a residências, embora tenham um setor de serviços bem aquecido, sobretudo no de serviços de turísticos e de hotelaria, levando-se em consideração que são os principais bairros da orla marítima da cidade. A média da renda *per capita* é de R\$178,28, o que é bastante baixa para a cidade, e tem uma dispersão alta (R\$196,74) devido a alguns pontos atípicos. Além disso, cerca de 40% dos bairros da cidade possuem renda *per capita* abaixo de R\$100,00, sendo os casos de Pescaria (R\$ 37,15), Riacho Doce (R\$ 39,71) e Guaxuma (R\$ 40,23) os mais extremos. Esses bairros somam-se aos da orla lagunar da cidade (Vergel do Lago, Levada, Mutange, Bebedouro, Chã da Jaqueira, Bom Parte e Fernão Velho) para compor o grupo de bairros com a maior proporção de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza na capital. Juntos, esses bairros concentram aproximadamente 53% da população com renda menor ou igual a 1/2 salário mínimo.

Na Tabela 6 são apresentados os resultados da regressão. As colunas de 1 a 8 compreendem especificações do modelos com algumas das variáveis explicativas retiradas para examinar a consistência dos parâmetros e resultados em diferentes configurações. Na especificação 1, todas as variáveis foram consideradas. Na especificação 2 consideramos apenas as variáveis sociais, e na 3, apenas as econômicas. Nas especificações 4 a 7 definimos diferentes configurações com a inclusão de algumas variáveis sociais e econômicas. Na especificação 8 consideramos apenas o indicador de desigualdade (índice de Gini). A literatura econométrica⁸ sugere fortemente a utilização de erros-padrão clusterizados em dados de painel a fim de garantir maior precisão e confiabilidade dos resultados. Esse método ajusta as estimativas de variância para levar em conta as correlações intra-grupo, proporcionando uma base mais sólida para a inferência estatística a partir dos coeficientes obtidos (Brüderl; Ludwig, 2015). Trata-se de um método padrão em análises de dados em painel, onde os dados são agrupados naturalmente (como geograficamente em bairros, nosso caso).

⁸ Ver Gujarati (2011, 2019). Ver também Best e Wolf (2015).

Tabela 6 - Sumário do modelo de regressão

| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) |
|-----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|---------------------|---------------------|
| tx_urb | 0,910** (0,053) | 0,755** (0,050) | - - | 0,871** (0,051) | - - | 0,821** (0,062) | - - | - - |
| hom_jov | 2,170*** (0,091) | 2,255*** (0,097) | - - | - - | 2,999*** (0,116) | - - | 2,893*** (0,116) | - - |
| negros | 2,853*** (0,094) | 2,877*** (0,098) | - - | - - | 2,944*** (0,104) | 2,928*** (0,097) | - - | - - |
| baixa_escol | 1,784** (0,021) | 1,199** (0,021) | - - | 1,244** (0,086) | - - | - - | 1,626** (0,117) | - - |
| desocup | 0,604 (0,011) | - - | 0,609 (0,014) | - - | 0,648 (0,028) | 0,657 (0,032) | - - | - - |
| pobreza | 0,585** (0,023) | - - | 0,535** (0,027) | - - | 0,672** (0,021) | - - | 0,661** (0,028) | - - |
| renda | -3,024*** (0,142) | - - | -3,017*** (0,114) | -4,771*** (0,189) | - - | -4,406*** (0,112) | - - | - - |
| gini | 4,403*** (0,184) | - - | 4,444*** (0,173) | 6,471*** (0,223) | - - | - - | 6,170*** (0,191) | 6,164*** (0,168) |
| R ² | 0,541 | 0,324 | 0,363 | 0,389 | 0,399 | 0,341 | 0,358 | 0,223 |
| Within R ² | 0,388 | 0,126 | 0,168 | 0,212 | 0,154 | 0,133 | 0,171 | 0,104 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Nota: Erros-padrão clusterizados em parênteses. Códigos de significância: *** 0,01, ** 0,05, * 0,1.

Em linhas gerais, os coeficientes da regressão coadunam com algumas das hipóteses de trabalho levantadas: todas as variáveis explicativas selecionadas, com exceção da renda média *per capita*, apresentam associações positivas com as taxas de homicídio. A taxa de urbanização, por exemplo, exibe coeficientes de 0,755 a 0,910, ambos significativos ao nível de 5%. Estes coeficientes sugerem um aumento de 1 unidade na taxa urbanização está associado a um aumento de 0,7 a 0,9 unidades na taxa de homicídio. Este achado é consistente com a teoria de desorganização social, que postula que a urbanização rápida e descontrolada pode levar ao aumento da criminalidade devido à erosão das estruturas sociais tradicionais e à fragilidade dos mecanismos de controle social. Maceió serve como um exemplo emblemático dessa dinâmica, tal como evidenciado por estudos anteriores, como os de Gomes (2018) e Delfino (2017). A expansão urbana desordenada empreendida no curso dos últimos 20 anos culmina na formação de zonas densamente povoadas e carentes de serviços básicos, onde a ausência do Estado é palpável. Sob essas condições, grupos criminosos se proliferam, expandem suas operações ilícitas e se engajam em rompantes de violência com o objetivo de impor controle, intimidar a população local e reafirmar seu domínio. O perfil das vítimas dessa violência é o de homens negros jovens.

A proporção de homens jovens, assim como a da população negra, também reserva associações positivas e estatisticamente significativas com as taxas de homicídio da capital: de forma consistente, observa-se que o aumento de 1 unidade na proporção de homens jovens está associado ao crescimento das taxas de homicídio em 2,1 a 2,9 unidades. No caso da proporção de negros, o aumento é de 2,8 a 2,9 unidades. Esse resultado em particular pode ser indicativo de uma pressão demográfica agravada pelas condições socioeconômicas às quais se encontra sujeita essa parcela da população. Contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica, marcados pela falta de empregos, acesso limitado à educação, assistência médica, e a outros serviços básicos podem conduzir um maior engajamento desse segmento da população maceioense (notadamente, homens negros jovens) em atividades criminosas. Confirma-se também aqui a segunda hipótese de trabalho, qual seja, a de que a proporção da população negra não serve como indicador de homogeneidade étnico-racial (pelo menos não nos moldes da literatura internacional), de modo que a taxa de homicídio também se mostra positivamente associada à proporção de indivíduos negros. Esse aspecto pode ser explicado pela interseção de variáveis sociais e econômicas que se acumulam de forma desproporcional sobre esse segmento da população. Visto de outra forma, esse dado sugere que a mera presença física de homogeneidade étnico-racial, pelo menos no caso maceioense, não é suficiente para mitigar os impactos das desigualdades socioeconômicas enraizadas e da discriminação estrutural.

Os coeficientes da variável educacional apontam que o aumento de 1 unidade na proporção de indivíduos com 18 a 24 anos e até 7 anos de estudo, portanto, de jovens pouco escolarizados, está associado a um aumento de 1,2 a 1,7 unidades na taxa de homicídio, com associações significativas ao nível de 5%. A desocupação (estimada a partir da proporção de indivíduos com 16 anos ou mais sem rendimentos), no entanto, não apresentou consistência em significância estatística. Isso sugere que, em Maceió, os níveis educacionais têm um papel mais direto e mensurável nas taxas de homicídio do que a taxa de desocupação. Embora a análise não demonstre uma ligação estatisticamente significativa entre a desocupação e o aumento das taxas, os indicadores educacionais destacam uma conexão relevante: a formação educacional limitada pode aumentar substancialmente a susceptibilidade dos jovens à violência e ao envolvimento criminal. Essa vulnerabilidade pode ser agravada pela escassez de oportunidades de trabalho qualificado para aqueles com baixo nível de escolaridade, forçando-os a recorrer à economia informal ou a se envolverem em atividades ilícitas como estratégia de sobrevivência.

Precisamos reiterar que nossa análise se ateve somente ao tempo da educação, sem entrar no mérito de sua qualidade. Mesmo com mais jovens na escola e concluindo os níveis básicos de ensino, ainda há um grande abismo em termos de qualidade educacional. As disparidades na qualidade do ensino entre diferentes instituições cria um cenário onde nem todos os jovens têm a mesma oportunidade de desenvolvimento e de aquisição de competências para o mercado de trabalho e para o convívio em sociedade. Essas mesmas disparidades contribuem para a perpetuação de ciclos de pobreza e exclusão social, que são fatores conhecidos de risco para o crime e para a violência.

Fatores econômicos como a desigualdade de renda (mensurada pelo Gini da renda domiciliar *per capita*) e pobreza (mensurada pela proporção da população com renda menor ou igual a 1/2 salário mínimo) reservam um potencial explicativo significativo sobre as taxas de homicídio em diferentes cenários. No caso da desigualdade de renda, o efeito sobre as taxas varia de 4,4 a 6,1 unidades, considerando que o índice varia de 0 a 1, onde 0 representa perfeita igualdade (todos têm a mesma renda) e 1 representa a máxima desigualdade (uma pessoa tem toda a renda, enquanto todos os outros não têm nada). Já no caso da pobreza, os efeitos variam de 0,5 a 0,6. Isso quer dizer que na medida em que a desigualdade de renda e a pobreza se acentuam, a taxa de homicídio tende a aumentar de 0,5 a 6,1 unidades, a depender dos fatores associados a essas medidas. A correlação entre esses fatores pode ser explicada por diferentes mecanismos (alguns dos quais já antecipados neste e nos capítulos anteriores). A desigualdade de renda exacerba sentimentos de injustiça e frustração entre aqueles que se veem

permanentemente desfavorecidos, enquanto a pobreza limita o acesso a oportunidades legítimas, empurrando alguns indivíduos para a criminalidade como forma de subsistência.

Nesse mesmo contexto, iniciativas de proteção social, como programas de transferência de renda, têm o potencial de mitigar parte dos efeitos adversos provocados pela desigualdade e pela urbanização ostensiva. O Bolsa Família, em particular, desempenhou (e ainda desempenha) um papel importante na redução das taxas de homicídio, ao prover um piso de renda para famílias em situação de vulnerabilidade, contribuindo, assim, para a redução de algumas tensões sociais que podem resultar em violência. Em certa medida essa contribuição do Bolsa Família é captada pelos dados analisados. Para cada R\$ 100,00 somados à renda *per capita* média da população foi observada uma redução de 3,0 a 4,7 unidades na taxa de homicídios local. Claro, não podemos afirmar que este é um efeito direto do bolsa-família. A eficácia desse programa no combate às causas da violência urbana em Maceió requer uma análise mais aprofundada à luz de outros fatores estruturais e circunstanciais. Podemos afirmar, no entanto, que a renda é um fator significativo no contexto de violência urbana e redução de homicídios. O efeito da renda, principalmente na parcela mais vulnerável da população, vai além do simples aumento do poder de compra. Ele repercute diretamente nas dinâmicas sociais e nas oportunidades disponíveis para os indivíduos.

A utilização de Within R^2 como métrica de avaliação da adequação do nosso modelo de regressão é particularmente relevante. Diferente do R^2 tradicional, que estima quanto da variação total na variável dependente (neste caso, a taxa de homicídio) é explicada pelas variáveis independentes em todo o conjunto de dados, o Within R^2 refina esse entendimento ao se concentrar na variação que ocorre dentro de cada entidade ao longo do tempo (no nosso caso, os 50 bairros maceioenses ao longo dos anos 2000 e 2010). Segundo Silveira Neto (2024), essa distinção é importante nos contextos em que os efeitos fixos são aplicados, pois o R^2 pode ser enganoso ao sugerir uma precisão preditiva que na realidade está inflada por variações entre as entidades que são constantes ao longo do tempo. Estas variações entre entidades são controladas e removidas nos modelos de efeito fixo, permitindo uma análise mais focada nas dinâmicas internas de cada bairro.

Em nosso modelo, os coeficientes Within R^2 indicam que até 38% da variabilidade na taxa de homicídio dos bairros maceioenses está associada às variáveis explicativas selecionadas. Trata-se de um nível moderado de explicação (o que nos serve na confirmação da terceira hipótese de trabalho). Trata-se também de um resultado razoável, considerando que, nos estudos empíricos em ciências sociais, os modelos, por mais completos que sejam, não explicam o comportamento da variável dependente na sua integralidade. Ainda assim, nos

parece necessário ampliar o escopo da pesquisa com o objetivo de identificar outros fatores que reservam potencial explicativo sobre a variação das taxas de homicídio da capital alagoana.

A Tabela 7 reúne os resultados dos diagnósticos de multicolinearidade e da análise de resíduos para cada especificação, a fim de viabilizar a avaliação da robustez e adequação de nosso modelo de regressão.

Tabela 7 - Diagnósticos de multicolinearidade e análise dos resíduos da regressão

| | (1) | (2) | (3) | (4) | (5) | (6) | (7) | (8) |
|-----------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| VIF tx_urb | 2,328 | 2,419 | - | 2,443 | - | 2,439 | - | - |
| VIF hom_jov | 1,896 | 2,322 | - | - | 2,186 | - | 2,264 | - |
| VIF negros | 2,251 | 2,238 | - | - | 2,362 | 2,355 | - | - |
| VIF baixa_escol | 1,744 | 1,826 | - | 1,738 | - | - | 1,776 | - |
| VIF desocup | 1,362 | - | 1,458 | - | 1,373 | 1,312 | - | - |
| VIF pobreza | 1,998 | - | 2,016 | - | 1,819 | - | 1,894 | - |
| VIF renda | 2,523 | - | 2,631 | 2,666 | - | 2,782 | - | - |
| VIF gini | 3,211 | - | 3,349 | 3,345 | - | - | 3,456 | 3,828 |
| Breusch-Pagan | 8,254* | 6,309* | 7,243* | 7,289* | 7,225* | 6,240* | 7,233* | 5,216* |
| Shapiro-Wilk | 0,908* | 0,820* | 0,887* | 0,897* | 0,813* | 0,856* | 0,831* | 0,749* |
| Durbin-Watson | 2,026 | 1,984 | 2,056 | 2,373 | 1,957 | 2,017 | 2,024 | 2,010 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Nota: * p-valor maior ou igual a 0,05.

Vemos que os valores de VIF (Fator de Inflação da Variância) para todas as variáveis nas diferentes especificações do modelo variam de moderados a relativamente altos, mas ainda dentro de limites aceitáveis para análise. De acordo com Meuleman, Loosveldt e Emonds (2015), VIFs abaixo de 5 indicam que a multicolinearidade não está excessivamente inflando a variância dos estimadores dos coeficientes. Neste caso, os valores de VIF sugerem que, embora exista alguma correlação entre as variáveis preditoras, esta não é suficientemente forte para invalidar as conclusões dos modelos, afinal, em regressões com dados em painel e efeitos fixos, altos VIFs podem ser parcialmente atribuídos à inclusão de variáveis de tempo ou outras variáveis fixas em diversos períodos, o que inflaciona artificialmente os VIFs. Por exemplo, a taxa de urbanização (tx_urb) apresenta VIFs ligeiramente acima de 2 em todos os modelos em que é incluída, indicando uma correlação moderada com outras variáveis independentes, mas sem comprometer a integridade das análises. De forma similar, o índice de Gini (gini), embora atinja um VIF de até 3,828, ainda está abaixo do limiar crítico, o que aponta para uma adequada tolerância à multicolinearidade nas análises realizadas.

Na análise dos resíduos, os resultados do teste de Breusch-Pagan indicam a presença de homoscedasticidade nos resíduos de todos os modelos, como demonstrado pelos p-valores acima do limiar de 0,05. Isso implica que a variância dos erros é constante, uma pressuposto que deve ser atendido nos modelos de regressão. A constância da variância é um indicativo de que o modelo está bem especificado. O pressuposto da normalidade é avaliado pelo teste de Shapiro-Wilk. Os resultados do teste indicam que os resíduos estão distribuídos normalmente, com p-valores acima de 0,05. Esta é uma condição importante para a validade da regressão. Observamos que em todos os modelos, as estatísticas estão ligeiramente abaixo do ideal de 1, mas ainda assim, indicam uma adequação razoável à normalidade. Finalmente, a estatística de Durbin-Watson, que verifica a autocorrelação dos resíduos, mostra valores muito próximos de 2,0 para todos os modelos, indicando não haver autocorrelação significativa entre os resíduos. Essa é uma característica desejável em modelos de regressão, pois a autocorrelação pode indicar que informações relevantes para o modelo estão sendo deixadas de fora ou que os dados estão sendo mal especificados temporalmente.

Em síntese, a análise dos diagnósticos da multicolinearidade e dos resíduos sugere que o modelo de regressão é bem especificado, e que as variáveis selecionadas no presente estudo, a saber, já amplamente referenciadas na literatura especializada nacional e internacional, explicam adequadamente a variabilidade interna nas taxas de homicídio em Maceió sem multicolinearidade excessiva, heteroscedasticidade, não-normalidade dos resíduos ou autocorrelação.

3.3.2 Uma explicação centrada nas facções

No capítulo 2, vimos que os estudos sociológicos empíricos nacionais têm abordado o tema dos homicídios sob várias perspectivas. Alguns deles se atêm aos indicadores socioeconômicos e demográficos que podem tanto induzir quanto reduzir a violência letal. Em sua maioria, esses estudos relacionam a incidência de homicídios à urbanização, à desigualdade, à pobreza e a estigmatização. Obtivemos, inclusive, resultados que coadunam com as observações dessa literatura. De um ponto de vista mais institucional, outros estudos têm se prestado a demonstrar que a atuação das forças de segurança pode, contraintuitivamente, exacerbar a violência letal. Essas análises também consideram a construção da verdade jurídica e os fluxos do sistema de justiça, examinando como estas estruturas influenciam as dinâmicas da violência homicida (Portella *et al.*, 2019). Há ainda uma linha de pesquisa que situa o conflito social no contexto das interações entre grupos criminosos e forças estatais, explorando como

questões de poder, política e mesmo de soberania estão estreitamente associadas ao fenômeno dos homicídios (Feltran, 2010; Malvasi, 2013; Magaloni; Franco-Vivanco; Melo, 2020).

Um aspecto que tem recebido relativa atenção nos últimos 20 anos é o da correlação entre o aumento das taxas de homicídio e a emergência de mercados ilícitos. A alta rentabilidade desses mercados os torna objeto de disputa por grupos criminosos armados. Nos anos 1980, no Rio de Janeiro, nos anos 1990, em São Paulo e, mais recentemente, nos estados do Nordeste, a emergência e a competição pelo controle desses mercados coincidiram com aumentos expressivos nas taxas de homicídio (Manso; Godoy, 2014; Manso; Dias, 2018; Ratton; Daudelin, 2018; Feltran, 2018, 2019; Rodrigues, 2019, 2020; Kahn, 2021).

Estudos qualitativos, particularmente aqueles de caráter etnográfico, têm contribuído na elucidação dos mecanismos por trás da dinâmica desses mercados, dos grupos que os regem e de seus impactos sobre a violência letal. Por esses estudos, sabemos que nos últimos 20 anos o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), facções nascidas nas prisões do Sudeste, tornaram-se nacionais e assumiram um papel relevante na regulação de mercados ilícitos em todo o país (Feltran, 2011a, 2011b). Por esses mesmos estudos, sabemos que em áreas onde membros dessas facções não estão diretamente envolvidos no comércio varejista, sua influência na regulamentação dos mercados de drogas no atacado é decisiva para moldar as relações entre grupos armados locais e as forças de segurança (Hirata; Grillo, 2019a, 2019b; Feltran, 2020; Jara, 2021).

Segundo Feltran *et al.* (2022), a reconfiguração das tradições criminais locais, impulsionada pela expansão das redes do PCC e do CV, tem sido determinante na formação de rivalidades e na gestão de conflitos em periferias urbanas de todo o Brasil. Há, no entanto, uma carência de estudos que expliquem sistematicamente os efeitos dessa expansão nas variações das taxas de homicídio. Os poucos estudos disponíveis não resistem à verificação estatística, de tal maneira que não é possível, a partir deles, afirmar com precisão que os acréscimos ou decréscimos observados na evolução das taxas nas localidades analisadas são, efetivamente, efeitos dos eventos referenciados etnograficamente.

Em um exercício de demonstração empírica, trataremos de analisar o caso maceioense à luz da passagem do traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, pela carceragem da Polícia Federal em Maceió, evento este avaliado por autores como Feltran *et al.* (2022), Carvalho (2021) e Rodrigues (2020) como um marco da alteração das dinâmicas do poder paralelo local.

A transferência de Fernandinho Beira-Mar para Maceió, em 27 de março de 2003, foi um movimento logístico altamente coordenado. A operação, conduzida pela Polícia Federal

(PF), durou cerca de 11 horas e envolveu helicópteros e um avião monomotor. Beira-Mar estava a 29 dias em uma cela isolada do Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes, no interior paulista, quando venceu-se o prazo estipulado pelo governo de São Paulo para a sua permanência no estado. O traficante carioca, um dos líderes do Comando Vermelho à época, deixou o presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes às 8h e pousou na capital alagoana por volta das 17h45 (Guibu; Machado, 2003).

O então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, justificou a escolha de Maceió pela capacidade técnica e operacional da superintendência local da PF, tida como a segunda mais bem equipada do país depois de São Paulo. No entanto, a decisão foi recebida com protestos e preocupações por parte da população alagoana, que temia que a presença de um criminoso notório pudesse agravar os problemas de segurança já existentes no estado. Ronaldo Lessa, governador de Alagoas à época, ao aceitar receber Beira-Mar, negociou diretamente com o então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, prioridades no programa federal de segurança pública. “Ninguém recebe isso como um presente. Sem dúvida é um peso e um problema”, disse o governador (Guibu; Machado, 2003). Beira-Mar ficou em Maceió por 40 dias até ser transferido para um presídio federal em Teresina, mas as repercussões de sua passagem foram consistentes o suficiente para desencadear mudanças profundas na cena criminal local.

A transferência do traficante carioca para Maceió foi a primeira de um processo mais amplo de transferências interestaduais de presos que viabilizou a chegada de membros faccionais na capital e em outras regiões do estado de Alagoas (Rodrigues, 2020). Aos poucos as autoridades foram perdendo o controle sobre os detentos, dando espaço para a atuação das lideranças faccionais. E em um sistema penitenciário já fragilizado e sobrecarregado, essas lideranças encontraram um ambiente propício para o estabelecimento de um modelo de gestão compartilhada. Esse modelo não consistia somente na cooperação entre os detentos e a administração, mas, essencialmente, na cooptação do sistema por parte daquelas lideranças, que passaram a exercer significativa influência dentro e fora das prisões, uma vez que esse controle facilitado permitiu a esses grupos organizarem e coordenarem atividades criminosas com maior eficácia (Carvalho, 2021). A comunicação e o planejamento entre os membros foram viabilizados pela mobilidade dos presos entre diferentes unidades no estado, muitas vezes sustentada por laços familiares e alianças estabelecidas atrás das grades. No entanto, essa rede de conexões se estendia para além dos muros das prisões alagoanas (Rodrigues, 2019, 2020).

Nas periferias da capital, o controle exercido pelas facções não se limitou à dimensão territorial. Elas também atuavam na cooptação e no recrutamento de novas gerações de criminosos. Esses jovens, muitos dos quais oriundos de contextos de vulnerabilidade social,

eram particularmente suscetíveis à influência das facções. Alimentados por expectativas de poder e pertencimento, esses jovens aceitaram mais facilmente a nova ordem imposta, em contraste com os criminosos mais antigos, que viam o avanço das facções como uma ameaça às suas próprias lógicas de poder (Feltran *et al.*, 2022).

Esse processo de reconfiguração da cena criminal maceioense não ocorreu de forma pacífica. Pelo contrário, a estruturação das facções e as disputas por elas promovidas para o controle de territórios e mercados intensificaram os confrontos violentos por toda a cidade, não apenas entre membros de facções rivais (notadamente o PCC e o CV), mas também entre antigos e novos agentes do crime. Esses conflitos resultaram na morte de muitos criminosos calouros e veteranos, eliminados tanto por operações policiais intensificadas quanto por ajustes de contas internos (Rodrigues, 2019, 2020). Esse é o complexo mecanismo explicativo por trás do aumento drástico das taxas de homicídio em Maceió no período posterior à passagem de Fernandinho Beira-Mar.

Idealizamos aplicar um modelo de diferença em diferenças (*Difference in Differences* ou DiD) para verificar a hipótese de que a passagem de Beira-Mar por Maceió (como intervenção em março de 2003) impactou positivamente, mesmo que não imediatamente, a taxa de homicídio da capital. Para isso levantamos a série temporal mensal das taxas a partir do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM-Datasus), de 1996 a 2022⁹. Coletamos as séries gerais de homicídio para Maceió e para as demais capitais brasileiras. Também coletamos as séries de homicídios de homens jovens (15 a 29 anos), com o objetivo de verificar efeitos específicos dessa intervenção sobre esse segmento da população. Essa decisão não foi tomada aleatoriamente. Feltran *et al.* (2022, p. 318) observam uma

[...] correspondência evidente entre os momentos de conflito aberto entre grupos armados e as grandes elevações de taxas de homicídios entre homens jovens, especialmente negros. Da mesma forma, as pacificações conjunturais da dinâmica faccional local, verificadas qualitativamente, provocam quedas marcantes nas taxas de homicídios entre esses jovens, marcam as taxas agregadas e corroboram nossa hipótese explicativa. Em suma, a variação das taxas de homicídios entre homens jovens e negros é explicável localmente pela dinâmica de conflitos faccionais, analisada qualitativamente; quantitativamente, demonstramos como essas taxas específicas nitidamente puxam as agregadas, explicando suas variações.

Pareceu-nos pertinente, portanto, também apurar a hipótese das diferenças da extensão do efeito da intervenção sobre os homicídios de homens jovens em Maceió.

Nosso modelo baseava-se na equação

⁹ O fizemos a partir dos CIDs X85-Y09, Y35 e Y36.

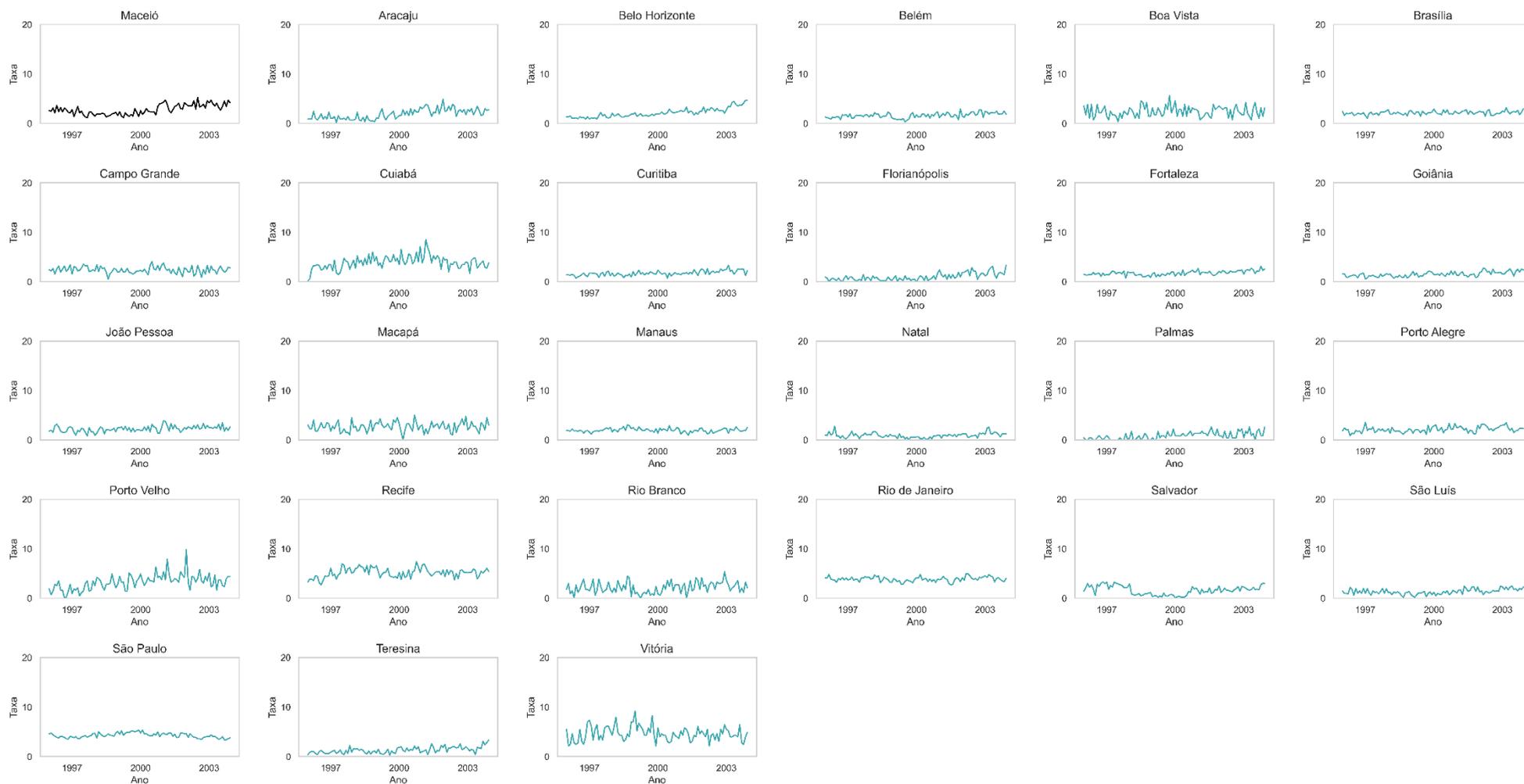
$$\text{Homicídio}_{it} = \alpha + \beta_1 \text{Trat}_i + \beta_2 \text{Post}_t + \beta_3 (\text{Trat}_i \times \text{Post}_t) + \gamma \text{Vetor}_{it} + \varepsilon_{it}$$

onde o parâmetro Homicídio_{it} é a taxa de homicídio na cidade i no tempo t ; Trat_i é uma variável *dummy* que é igual a 1 se a cidade i é Maceió (o grupo tratado), e 0 caso contrário (grupo de controle); Post_t é uma variável *dummy* que é igual a 1 para todos os anos após a intervenção (2003 e depois), e 0 antes da intervenção; $(\text{Trat}_i \times \text{Post}_t)$ é a variável de interação entre o tratamento e o período pós-intervenção, capturando o efeito diferencial da intervenção sobre o grupo tratado em relação ao grupo de controle após a intervenção; γVetor_{it} é um vetor de covariáveis¹⁰ que consistem em fatores que podem afetar as taxas de homicídio independentemente da intervenção; e ε_{it} , que é o termo de erro. O coeficiente β_3 na interação $(\text{Trat}_i \times \text{Post}_t)$ é de particular interesse, pois ele estima o efeito causal da intervenção (neste caso, a passagem de Beira-Mar em Maceió) sobre as taxas de homicídio locais, controlando por outros fatores através de γVetor_{it} e as diferenças fixas entre os grupos e ao longo do tempo.

No entanto, na etapa de verificação do pressuposto fundamental do DiD, o de tendências paralelas, observamos que nenhuma das capitais brasileiras apresentava padrões de variação nas taxas de homicídio consistentes com as de Maceió no período pré-intervenção, portanto, nenhuma capital estava apta a compor o grupo de controle do modelo. Essa avaliação foi feita a partir da visualização das séries temporais das taxas de homicídio e de homicídio de homens jovens entre janeiro de 1996 e fevereiro de 2003 (ver Figuras 16 e 17).

¹⁰ Não muito diferente do modelo de regressão com efeito fixo, consideramos utilizar a taxa de urbanização, a proporção de homens jovens (15 a 29 anos), a renda *per capita* média, a proporção de indivíduos com 16 anos ou mais sem rendimentos, a proporção de indivíduos com 18 a 24 anos com até 7 anos de estudo e proporção da população renda menor ou igual a 1/2 salário mínimo, sendo todas essas covariáveis obtidas ao nível de município a partir do Censo Demográfico de 2000.

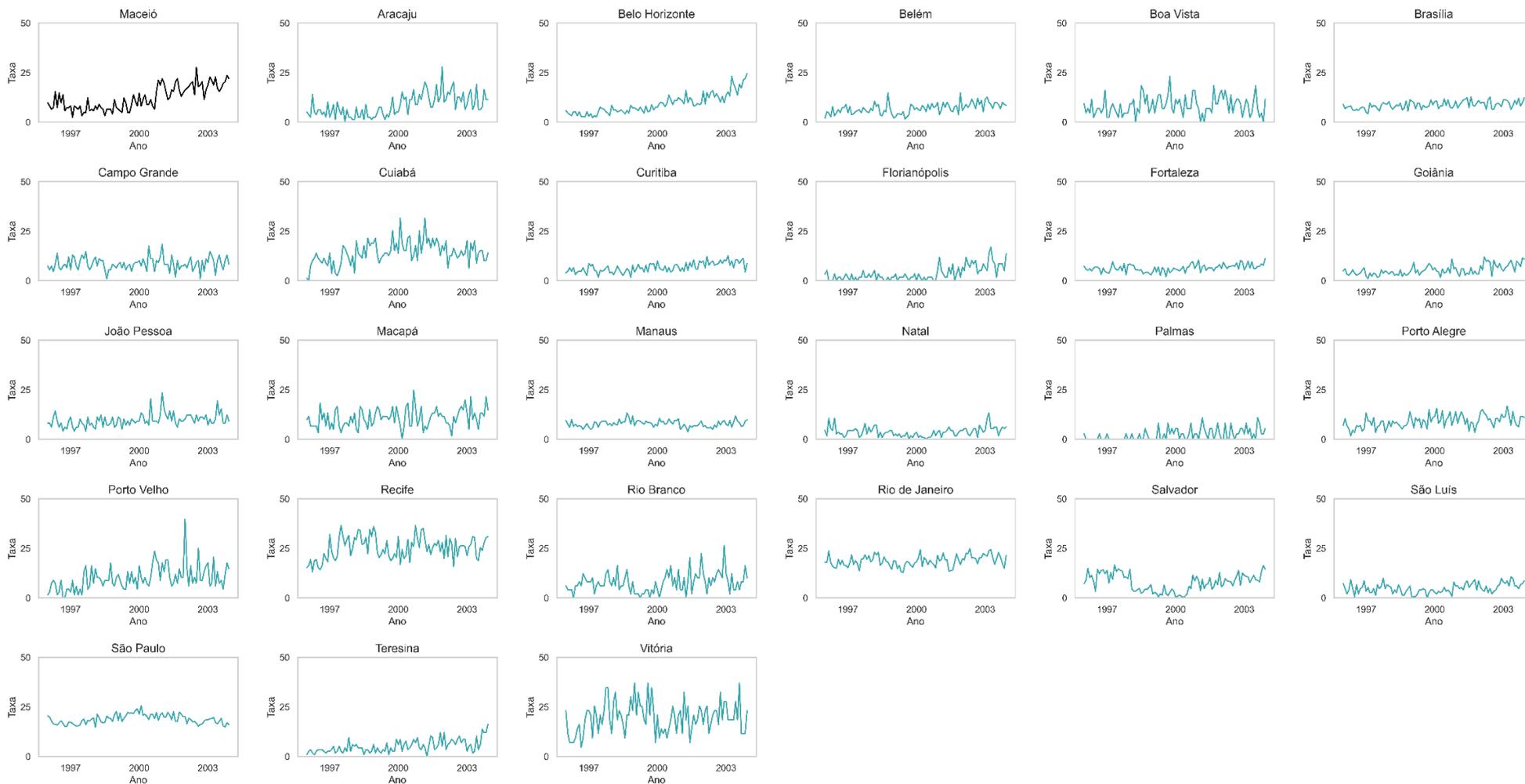
Figura 16 - Série temporal mensal das taxas de homicídio nas capitais (janeiro de 1996 a fevereiro de 2003)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIM-Datasus.

Nota: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Os dados de homicídios se referem às vítimas de agressão, intervenções legais e operações de guerra (Grande Grupo CID-10 X85-Y09, Y35 e Y36).

Figura 17 - Série temporal mensal das taxas de homicídio de homens jovens nas capitais (janeiro de 1996 a fevereiro de 2003)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIM-Datasus.

Nota: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Os dados de homicídios se referem a indivíduos do sexo masculino com idades entre 15 e 29 anos vítimas de agressão, intervenções legais e operações de guerra (Grande Grupo CID-10 X85-Y09, Y35 e Y36).

Diante da impossibilidade de prosseguirmos com o DiD, optamos por desenvolver um controle sintético. O Método de Controle Sintético (*Synthetic Control Method* ou SCM) é uma importante ferramenta estatística dedicada à avaliação do impacto de um evento ou intervenção específica. Quando um grupo de comparação ideal não está disponível, essa metodologia facilita a criação de um contrafactual fictício (sintético). Isso é feito combinando unidades similares para simular uma comparação. A eficácia da intervenção é então avaliada comparando o desempenho da unidade que recebeu a intervenção com esse controle sintético, fornecendo uma estimativa da influência do evento estudado.

Estudos como os de Silveira Neto *et al.* (2022) e Maia e Marinho (2021) demonstram a aplicação do SCM para a análise de intervenções direcionadas à prevenção da violência localizada, abordando os desafios metodológicos típicos em estudos de caso comparativos com pequenas amostras. Esses desafios decorrem de questões como desenhos não randomizados e seleção de amostras não probabilísticas, com os quais abordagens estatísticas tradicionais têm certo resguardo. Entre outras aplicações de controle sintético na avaliação de intervenções sobre a criminalidade destacamos os trabalhos de Saunders *et al.* (2015), Robbins, Saunders e Kilmer (2017) e Donohue, Aneja e Weber (2017).

A utilidade do SCM reside na sua capacidade de construir um contrafactual crível, possibilitando uma inferência mais precisa sobre a eficácia de uma intervenção específica em uma área concentrada, como uma cidade, um estado ou mesmo um país. Dito isso, podemos agora considerar o cenário em que a intervenção específica é a passagem de Fernandinho Beira-Mar em Maceió. Para avaliar seu impacto utilizando o SCM, criamos uma versão sintética da capital alagoana selecionando uma combinação de outras cidades (o chamado “grupo de controle” ou *donor pool*) que combinam de perto suas características pré-intervenção, mas que não receberam a intervenção. Maceió sintética servirá então como o contrafactual, contra o qual os resultados pós-intervenção reais em Maceió serão comparados.

A aplicação do SCM é sustentada pela seleção dos componentes do grupo de controle, que não deve comportar cidades que enfrentaram choques (intervenções possíveis e prováveis) significativos que poderiam afetar a evolução da variável de interesse. Essa seleção também ajuda a evitar vieses de interpolação, garantindo que o controle sintético reflita de perto as características pré-intervenção da localidade-alvo. No método de Controle Sintético, a estimação do impacto de uma intervenção é realizada usando uma formulação matemática específica, que incorpora tanto as variáveis de resultado observadas quanto as características preditivas das unidades não tratadas. A análise começa com a definição das variáveis de

resultado: $Y_{it}(0)$ representa o resultado para a unidade i no tempo t na ausência da intervenção, enquanto $Y_{it}(1)$ representa o resultado com a intervenção.

Para estimar o efeito da intervenção, utilizamos a fórmula

$$\tau_t = Y_{it}(1) - \sum_{j=2}^J w_j^* Y_{jt}(0)$$

onde w_j^* são os pesos que minimizam a diferença entre a unidade tratada e o controle sintético nas características observadas durante o período pré-intervenção. Os pesos são determinados de forma a reproduzir as condições da unidade tratada o mais fielmente possível no controle. O modelo assume que os valores de $Y_{jt}(0)$ para as localidades não tratadas são influenciados por um conjunto de variáveis, descritas pelo modelo

$$Y_{jt}(0) = \delta_t + \theta_t Z_j + \gamma_t \mu_j + \epsilon_{jt}$$

onde δ_t é um fator constante comum a todas as regiões no tempo t ; $\theta_t Z_j$ é um vetor de parâmetros associados às variáveis observáveis que não são afetadas pela intervenção; $\gamma_t \mu_j$ reflete os efeitos específicos da capital j ; e ϵ_{jt} representa choques transitórios não observados.

A estratégia de estimação busca alinhar as características preditivas da unidade tratada com as de unidades de controle não tratadas, ajustando os pesos w_j^* para que $\sum_{j=2}^J w_j^* Y_{jt}(0) = Y_{it}(0)$ para períodos antes da intervenção ($t < T_0$) e $\sum_{j=2}^J w_j^* Z_j = Z_1$, onde Z_1 são as variáveis explicativas observáveis da região tratada. O impacto da intervenção é avaliado comparando o resultado observado na unidade tratada pós-intervenção com o resultado estimado para o controle sintético, usando a diferença τ_t para os períodos após a ocorrência da intervenção ($t > T_0$). Esta abordagem não só proporciona uma estimativa precisa do efeito da intervenção, como também permite verificar a robustez dos resultados através de testes placebo e análises comparativas com outros controles sintéticos. Essa formulação permite uma análise detalhada e estruturada dos efeitos das intervenções, assegurando que as estimativas de impacto sejam baseadas em uma comparação justa e bem fundamentada entre a unidade tratada e uma composição ponderada de unidades não tratadas.

Elegemos como covariáveis as mesmas consideradas para a regressão com dados em painel e efeito fixo e para o DiD, a saber, a taxa de urbanização, a proporção de homens jovens (15 a 29 anos), a renda *per capita* média, a proporção da população com 16 anos ou mais sem

rendimentos, a proporção da população com 18 a 24 anos e até 7 anos de estudo e a proporção da população com renda menor ou igual a 1/2 salário mínimo, todas elas estimadas ao nível de município a partir do Censo Demográfico de 2000. O conjunto das covariáveis foi definido com o objetivo de assegurar que as comparações entre Maceió e Maceió sintética não fossem confundidas por diferenças estruturais que pudessem influenciar as taxas de homicídios.

O modelo e o tratamento dos dados foram executados a partir de um algoritmo construído em Python, disponível no Apêndice V desta tese. A Tabela 8 reúne as médias das covariáveis para Maceió real, Maceió sintética e para a mostra das capitais que compõem o grupo de controle, a saber Brasília, Palmas, Goiânia, Florianópolis e Aracaju. Essas cidades não foram escolhidas aleatoriamente. Como dissemos anteriormente, o grupo de controle não deve comportar cidades que sofreram intervenções que poderiam afetar a evolução da variável de interesse. A literatura especializada atribui as baixas taxas de homicídio¹¹ dessas capitais à ausência de uma tradição de conflitos faccionais (Dias; Manso, 2018), uma observação útil ao nosso tratamento, uma vez que, em certa medida, buscamos estimar o efeito de dinâmicas faccionais, inauguradas pela passagem de Beira-Mar em Maceió, sobre as taxas locais de homicídio.

Tabela 8 - Médias das condicionantes da taxa de homicídio

| Covariável | Maceió real | Maceió sintética | Amostra das capitais |
|--|--------------------|-------------------------|-----------------------------|
| Taxa de urbanização | 92,75 | 93,55 | 86,86 |
| % de homens com 15 a 29 anos | 20,36 | 14,03 | 14,81 |
| Renda <i>per capita</i> média | 184,23 | 120,09 | 98,38 |
| % da população com 16 anos ou mais sem rendimentos | 26,55 | 14,87 | 17,35 |
| % da população com 18 a 24 anos com até 7 anos de estudo | 14,39 | 12,18 | 9,41 |
| % da população com renda menor ou igual a 1/2 salário mínimo | 55,68 | 53,21 | 47,29 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

¹¹ Se voltarmos à Figura 13, veremos que Brasília, Palmas, Goiânia, Florianópolis e Aracaju são as capitais que, até o ano de 2016 (selecionamos para a análise com controle sintético os dados de 1996 a 2016), apresentam taxas abaixo dos 45 por 100 mil habitantes

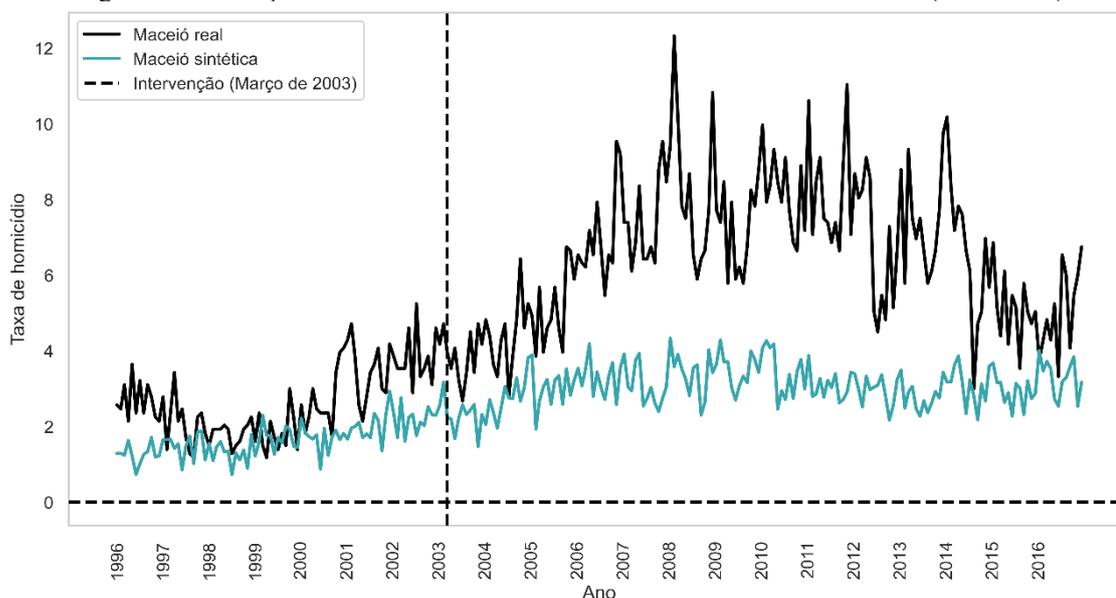
Ademais, tivemos o cuidado de retirar do controle todas as capitais que tiveram alguma intervenção de política de combate ao homicídio, como, por exemplo, Belo Horizonte (Fica Vivo, em 2002), Curitiba (Políticas locais de *buyback* de armas, em 2003), Recife (Pacto pela Vida, em 2007), Rio de Janeiro (Unidades de Polícia Pacificadora, em 2008), Vitória (Estado Presente, em 2011). A Tabela 9 informa os pesos calculados pelo algoritmo atribuídos às capitais que formam o controle sintético, cuja soma é 0,736. Esse valor anuncia que o controle no período pré-intervenção não é tão aderente à unidade real quanto desejável e podemos visualizar isso na Figura 18.

Tabela 9 - Composição da unidade sintética

| Capital | Peso | Capital | Peso |
|------------------|-------------|---------------------|-------------|
| Porto Velho (RO) | 0,000 | Aracaju (SE) | 0,058 |
| Rio Branco (AC) | 0,000 | Salvador (BA) | 0,000 |
| Manaus (AM) | 0,000 | Belo Horizonte (MG) | 0,000 |
| Boa Vista (RR) | 0,000 | Vitória (ES) | 0,000 |
| Belém (PA) | 0,000 | Rio de Janeiro (RJ) | 0,000 |
| Macapá (AP) | 0,000 | São Paulo (SP) | 0,000 |
| Palmas (TO) | 0,180 | Curitiba (PR) | 0,000 |
| São Luís (MA) | 0,000 | Florianópolis (SC) | 0,248 |
| Teresina (PI) | 0,000 | Porto Alegre (RS) | 0,000 |
| Fortaleza (CE) | 0,000 | Campo Grande (MS) | 0,000 |
| Natal (RN) | 0,000 | Cuiabá (MT) | 0,000 |
| João Pessoa (PB) | 0,000 | Goiânia (GO) | 0,221 |
| Recife (PE) | 0,000 | Brasília (DF) | 0,029 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

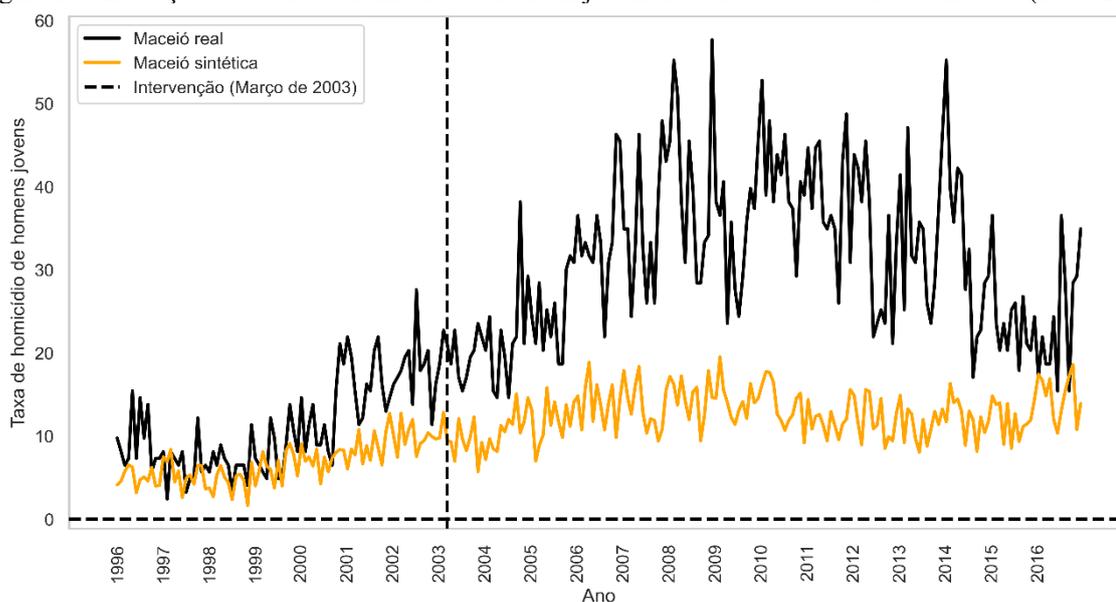
Figura 18 - Evolução das taxas de homicídio de Maceió real e Maceió sintética (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Vemos que, no período pré-intervenção, o melhor ajuste do controle se dá entre o final de 1997 e o início de 2000. Ao longo do ano de 2000, já é possível observar um breve descolamento das tendências, que se estende e se amplia de forma mais acentuada a partir de 2005, reduzindo somente a partir de 2014. As tendências são essencialmente as mesmas para homicídios de homens jovens, muito embora as taxas sejam mais elevadas e haja um virtual ajuste do controle já no final de 1996.

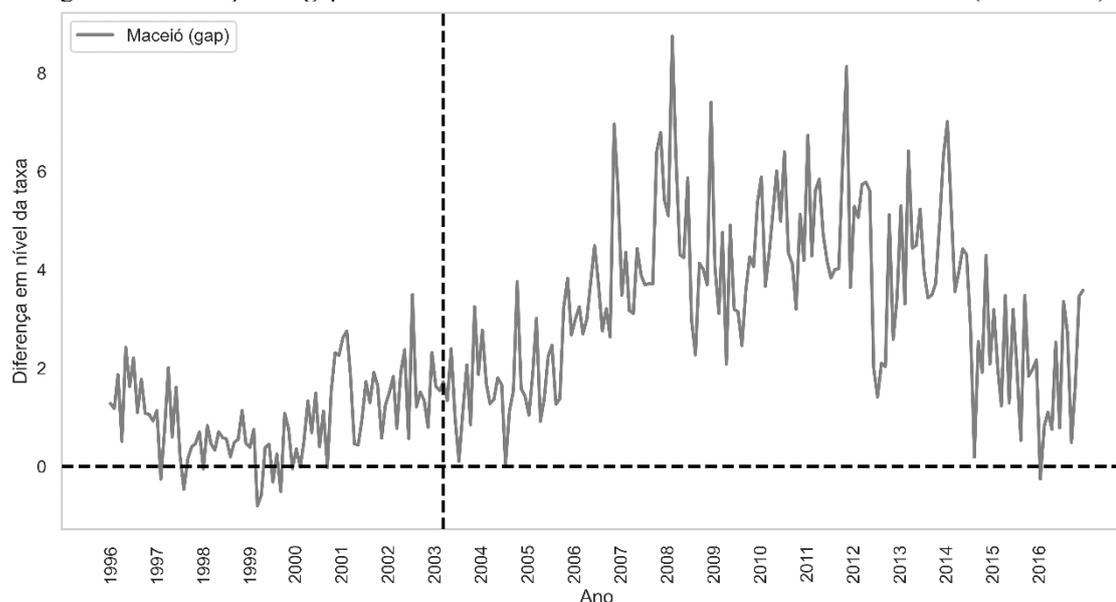
Figura 19 - Evolução das taxas de homicídio de homens jovens de Maceió real e Maceió sintética (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

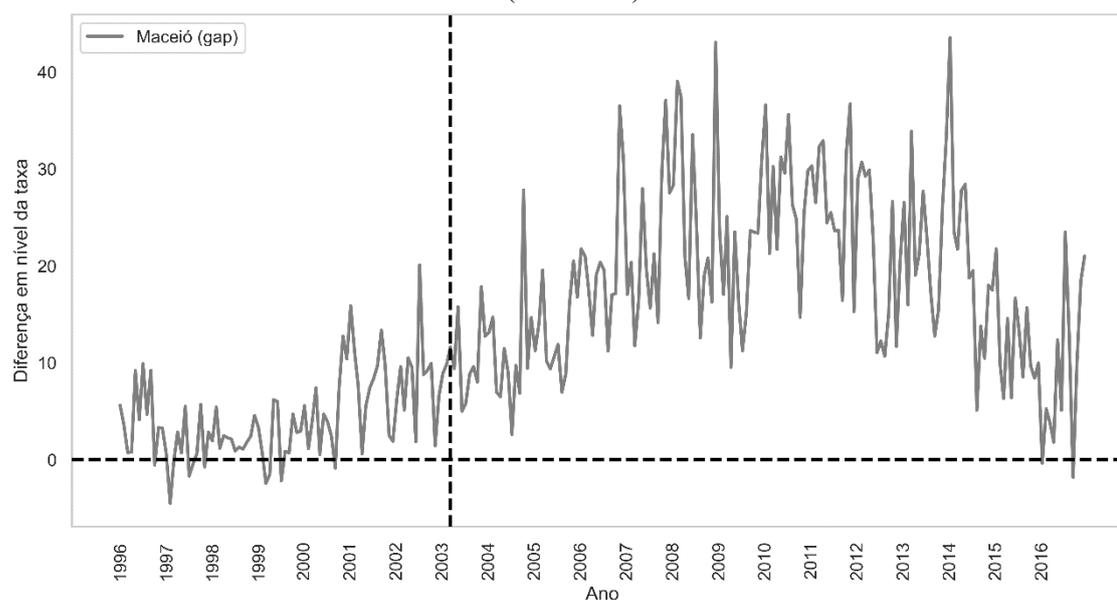
A evolução da distância (*gap*) entre as tendências é ilustrada pela Figura 20, para taxa de homicídio, e pela Figura 21, para a taxa de homicídios de homens jovens. O *gap* entre Maceió real e Maceió sintética antes da intervenção, em março de 2003 (linha tracejada vertical) se mantém próximo a zero entre o final de 1997 e o início de 2000. Essa diferença é significativamente maior na taxa de homicídio de homens jovens. Podemos dizer que é efetivamente a partir de 2001, ou seja, dois anos antes da passagem de Fernandinho Beira-Mar em Maceió, que os *gaps* se ampliam, indicando que Maceió real começou a registrar taxas de homicídios superiores às do modelo sintético, que não recebeu a intervenção. Para a taxa geral de homicídio, a maior diferença é observada em fevereiro de 2008, com um *gap* de 8,74 unidades. No caso da taxa de homicídio de homens jovens, a maior diferença é observada em janeiro de 2014, com um *gap* de 43,5 unidades.

Figura 20 - Evolução do *gap* das taxas de homicídio de Maceió real e Maceió sintética (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Figura 21 - Evolução do *gap* das taxas de homicídio de homens jovens de Maceió real e Maceió sintética (1996-2016)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Observamos algumas diferenças entre as taxas reais e sintéticas de homicídio e homicídio de homens jovens no período pré-intervenção. Isso pode indicar que o modelo de controle sintético não capturou integralmente as dinâmicas da cidade tratada (Maceió) em comparação com as cidades de controle. Na análise de eventos sociais, esse tipo de comportamento é esperado, tendo em vista a modelagem do controle sintético deriva das tendências ajustadas (pelos pesos) do grupo de controle. No nosso caso, dadas as particularidades de Maceió e das demais capitais, assumimos a possibilidade de o controle não exibir um *fit* (ajuste) perfeito. Ainda assim optamos por proceder com a verificação da robustez dos resultados utilizando testes placebo. Essa abordagem é comumente utilizada em análises de controle sintético para avaliar a significância dos efeitos observados, comparando-os com os efeitos gerados em unidades onde não houve intervenção. Ao aplicar os testes placebo, replicamos o processo de criação de uma unidade sintética para outras capitais que não foram afetadas pela intervenção. Em seguida, comparamos a magnitude dos efeitos nas unidades tratadas e não tratadas. Essa comparação permite identificar se o efeito observado na unidade de interesse é de fato significativo ou se poderia ter ocorrido por acaso.

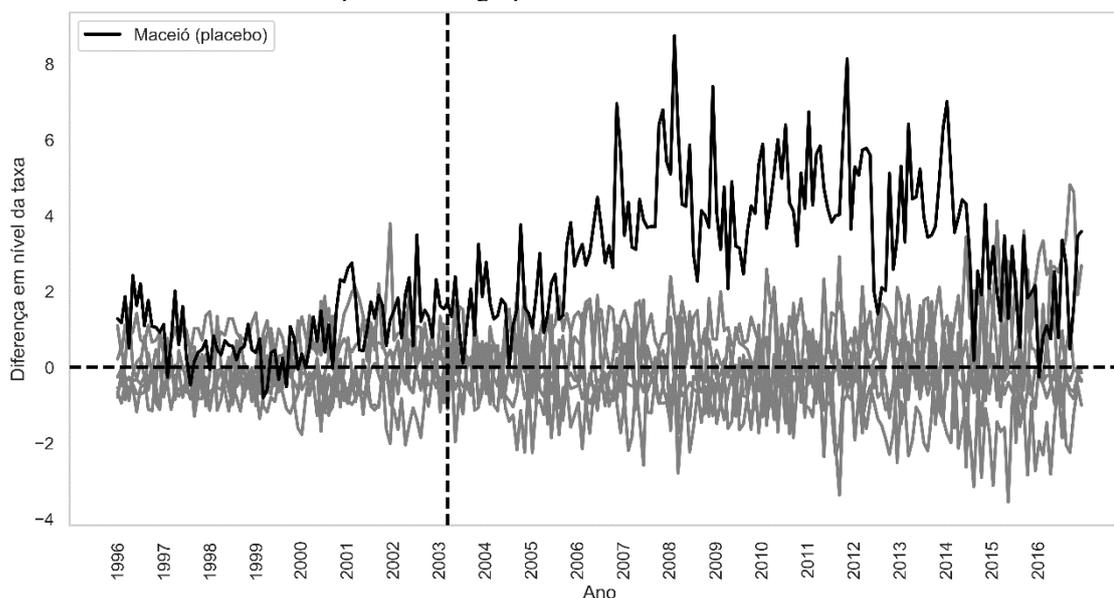
Embora as diferenças nas taxas de homicídio e homicídio de homens jovens no período pré-intervenção possam indicar que os controles sintéticos não capturam perfeitamente as tendências subjacentes, os testes placebo nos fornecem uma camada adicional de confiança. Se o efeito na unidade tratada for significativamente maior do que nos placebos, isso sugere que o impacto observado é consistente e não um artefato das flutuações naturais das taxas de

homicídio. Dessa forma, podemos mitigar as preocupações sobre a qualidade dos controles sintéticos e dar mais credibilidade aos nossos achados.

Tal como indicado por Silveira Neto *et al.* (2022), aplicamos o teste somente nas unidades que tinham um erro quadrático médio de previsão (ou EQMP) 1,5 vezes menor que o EQMP do modelo original, para garantir que as unidades que antes da intervenção tinham pouca aderência ao modelo permanecessem na amostra, levando-se em consideração que nesses casos o modelo é capaz de gerar uma unidade sintética razoável para a cidade em questão. Com base nesses critérios o teste placebo foi realizado em todas as capitais do grupo de controle.

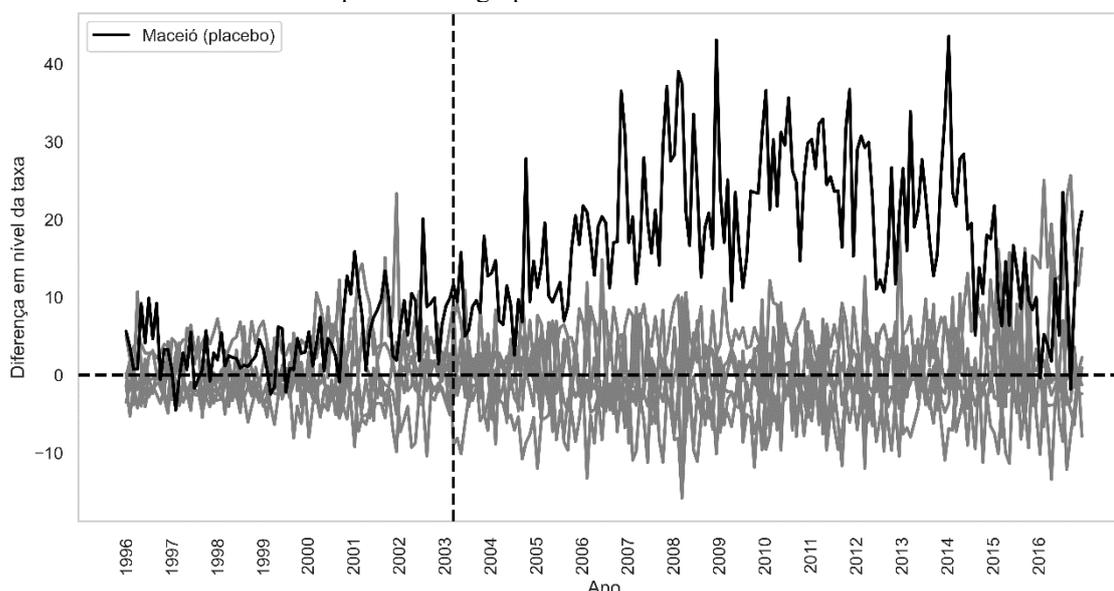
As Figuras 22 e 23 mostram, respectivamente o comportamento das taxas de homicídio e de homicídio de homens jovens das capitais incluídas no tratamento. Segundo os gráficos, a maior parte das tendências das taxas de homicídio e de homicídio de homens jovens em Maceió apresentam, a partir de 2003, um *gap* maior que as tendências de demais capitais do controle, o que indica que a passagem de Beira-Mar pode ter repercutido no aumento das taxas de homicídio locais. Esse “efeito” parece ser mais sensível sobre a taxa de homens jovens. Para calcularmos a probabilidade de o resultado ter sido por acaso, verificamos a quantidade de unidades que tiveram um maior desvio que Maceió durante o período analisado, o que, no caso, não ocorreu. Nesses casos, segundo Maia e Marinho (2022), podemos fazer a divisão de uma unidade (Maceió) pela quantidade de unidades avaliadas (5 capitais), o que, no nosso caso, resulta em 20% (1/5) de probabilidade de o resultado ter sido obtido por acaso, o que é significativo.

Figura 22 - Teste placebo sobre as taxas de homicídio das capitais componentes do grupo de controle e seus sintéticos



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Figura 23 - Teste placebo sobre as taxas de homicídio de homens jovens das capitais componentes do grupo de controle e seus sintéticos



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Os resultados obtidos nos permitem confirmar que os aumentos nas taxas de homicídio em Maceió não são um resíduo do modelo ou resultado de variações aleatórias, mas sim um efeito real da passagem de Beira-Mar pelas carceragens da capital. Essa confirmação vem com ressalvas. A probabilidade de 20% de que o efeito observado seja aleatório destaca a necessidade de considerar a influência de outros fatores que, no mesmo período, podem ter contribuído para o aumento observado na violência. Isso é necessário para garantir o controle desse fator e seus possíveis efeitos sobre o modelo para melhor ajustá-lo.

A análise por controle sintético, embora robusta em muitos aspectos, enfrenta limitações quando os resultados apresentam uma probabilidade significativa de serem aleatórios. Isso também exige uma avaliação crítica dos pesos atribuídos às cidades do grupo de controle e das condições específicas de Maceió que podem diferir das demais capitais. O ajuste dos pesos pode não ter capturado totalmente essas peculiaridades, potencialmente influenciando o resultado.

O teste placebo nos serve como uma verificação de que as outras variáveis controladas não são as principais causadoras das variações nas taxas de homicídio. Isso não exime o modelo dos efeitos de outras variáveis não previstas. Em que pesem essas interveniências e limitações, as evidências aqui reunidas e apresentadas nos permitem sustentar as hipóteses de que a violência aumentada em Maceió esteve relacionada com as dinâmicas faccionais inauguradas

pela passagem de Fernandinho Beira-Mar e de que a violência produzida a partir delas teve um efeito maior e mais significativo sobre a parcela de homens jovens.

3.3.3 Uma explicação centrada na política de segurança pública

No capítulo 2 desta tese vimos que há um conjunto substancial de estudos dedicados à avaliação dos impactos de políticas de segurança pública sobre as taxas de homicídio. Esses estudos, em sua maioria, buscam compreender a eficácia de diferentes estratégias e intervenções implementadas em resposta ao crescimento das taxas de violência no país, especialmente a partir dos anos 1980. No entanto, os resultados apresentados por essas pesquisas variam amplamente, tanto em termos de metodologia quanto de conclusões.

É de se reconhecer que o policiamento ostensivo é a tônica da segurança pública brasileira. A lógica subjacente a essa abordagem é a de que a presença visível da polícia nas ruas, especialmente em áreas de maior incidência criminal, atua como um fator dissuasivo para a prática de delitos, incluindo homicídios. Diversos trabalhos indicam que, em curto prazo, essas estratégias podem, de fato, reduzir as taxas de homicídio em determinadas regiões (Castro *et al.*, 2004; Cano; Ribeiro, 2007; Sapori; Andrade, 2008; Cano; Borges; Ribeiro, 2012; Misse, 2014; Bueno; Lima; Teixeira, 2019). Contudo, os efeitos de longo prazo são frequentemente questionáveis, com alguns estudos sugerindo que, em alguns casos, a presença policial intensificada pode levar ao deslocamento geográfico da criminalidade ou à intensificação de conflitos entre grupos criminosos, resultando, eventualmente, em aumento das taxas de homicídio em outras áreas ou em outros períodos.

Além do policiamento ostensivo, outra abordagem frequentemente analisada é a implementação de programas de prevenção social da violência, que buscam atuar sobre as causas subjacentes da criminalidade. Esses programas compreendem desde intervenções focadas em educação, esporte e cultura para jovens em situação de vulnerabilidade, até políticas habitacionais e de geração de emprego. A premissa fundamental dessas iniciativas é a de que a redução das desigualdades sociais e a criação de oportunidades podem contribuir para a diminuição da violência. Os estudos que avaliam esses programas apresentam resultados mistos. Enquanto algumas intervenções demonstram uma redução significativa nas taxas de homicídio em áreas específicas (Silveira *et al.*, 2010; Godoi *et al.*, 2020), outras não conseguem replicar esses efeitos em diferentes contextos, sugerindo que a eficácia desses programas pode depender de fatores locais, como o engajamento comunitário e a adequação das políticas às necessidades específicas da população alvo (Pereira Filho; Tannuri-Pianto; Souza, 2010).

Outro tema resgatado nas discussões sobre políticas de segurança pública e suas consequências sobre as taxas de homicídio é o do encarceramento em massa. O Brasil, nas últimas décadas, experimentou um crescimento exponencial de sua população carcerária, em parte como resultado de políticas de endurecimento penal e do aumento das penas para crimes violentos e tráfico de drogas. Alguns estudos indicam que o encarceramento em massa pode ter um efeito de contenção temporária sobre as taxas de homicídio, retirando das ruas indivíduos considerados de alta periculosidade (Minhoto, 2020). Mas há também estudos que criticam essa abordagem, argumentando que o encarceramento em massa contribui para a superlotação prisional, que por sua vez, agrava as condições de violência dentro dos presídios e pode fomentar a criação de facções criminosas, que expandem sua influência para além das muralhas das prisões, aumentando a violência nas comunidades (Carvalho, 2018; Borges, 2019).

As políticas de desarmamento também ocupam um lugar relevante nas análises sobre a redução das taxas de homicídio. O Estatuto do Desarmamento, implementado em 2003, é uma das legislações mais discutidas. Estudos como os de Cerqueira e Mello (2012) demonstram que houve uma queda nas taxas de homicídio, principalmente nas das grandes cidades, relacionada à vigência do estatuto. No entanto, o debate sobre a eficácia a longo prazo dessa política continua acirrado. Autores como Pavani (2018) argumentam que o desarmamento civil não é suficiente para conter a violência em um contexto em que o mercado ilegal de armas e a corrupção dentro das forças de segurança perpetuam o armamento de grupos criminosos. Além disso, o aumento recente na flexibilização das leis de posse e porte de armas, promovido pelo governo Bolsonaro despertou preocupações sobre uma possível reversão das conquistas obtidas na primeira década de vigência do Estatuto (Sapori; Ratton, 2024).

A relação entre políticas de segurança e a estruturação das políticas urbanas é um outro aspecto relevante. Cidades com melhores infraestruturas, serviços públicos adequados, e políticas habitacionais bem planejadas tendem a apresentar menores taxas de criminalidade. Há uma corrente de estudos que defende que políticas de segurança pública precisam ser integradas a políticas urbanas visando combater as desigualdades socioespaciais e as consequentes condições que ensejam o crime nas localidades mais desiguais (Costa, 2016; Silva *et al.*, 2018). Vimos que a segregação urbana é um dos fatores que contribuem para o surgimento e para a perpetuação da violência. Assim, a requalificação urbana e a integração de áreas marginalizadas são apontadas como estratégias de longo prazo para a redução da criminalidade.

As políticas de segurança pública no Brasil também enfrentam o desafio da corrupção e da ineficácia institucional. A confiança da população nas forças de segurança é abalada por escândalos de corrupção, violência policial e envolvimento de agentes do Estado com o crime

organizado. Autoras como Szabó e Risso (2018) destacam que, sem uma reforma profunda das instituições de segurança, as políticas implementadas tendem a ser apenas paliativas. A profissionalização das forças de segurança, o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e externo, e a promoção de uma cultura de respeito aos direitos humanos dentro das corporações são apontados como elementos essenciais para que as políticas de segurança pública possam efetivamente contribuir para a redução das taxas de homicídio.

Os Planos Nacionais de Segurança Pública no Brasil têm sido instrumentos centrais na formulação e implementação de políticas voltadas para a redução da criminalidade e a promoção da segurança em todo o país. Nas últimas décadas, diversos governos lançaram suas próprias versões desses planos, cada um com abordagens e ênfases diferentes, refletindo as particularidades dos contextos sociais, econômicos e políticos em que foram concebidos.

O primeiro grande esforço de coordenação nacional para a segurança pública data do final dos anos 1990, quando o governo federal percebeu a necessidade de uma resposta mais coordenada ao aumento das taxas de homicídio e outros crimes no país. Antes disso, a segurança pública era tratada majoritariamente como uma questão de competência estadual, com pouca ou nenhuma coordenação entre os diferentes entes federativos. Isso resultava em uma atuação fragmentada, com cada estado desenvolvendo suas próprias políticas, muitas vezes com foco excessivo no aparelhamento repressivo das forças policiais, sem uma visão estratégica integrada (Soares, 2007).

Um dos marcos mais significativos nesse contexto foi o Plano Nacional de Segurança Pública lançado no governo de Fernando Henrique Cardoso, que procurou articular as ações de segurança com uma agenda mais ampla de cidadania e direitos humanos. Este plano incluía medidas para modernizar as polícias, fortalecer as instituições de justiça e implementar políticas de prevenção social, com foco na redução das desigualdades e na promoção da inclusão social como meios de combater as causas estruturais da violência (Soares, 2007).

No entanto, foi nos governos Lula que os Planos Nacionais de Segurança Pública ganharam maior notoriedade, com o lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) em 2007. O PRONASCI representou uma mudança de paradigma ao combinar ações repressivas com uma forte ênfase na prevenção social. O programa buscava integrar as políticas de segurança com outras áreas, como educação, saúde e assistência social, visando tratar as raízes da criminalidade. Uma de suas principais inovações foi o foco em jovens em situação de vulnerabilidade, com a criação de programas específicos para evitar sua entrada no mundo do crime. O PRONASCI também promoveu uma maior integração entre as esferas

federal, estadual e municipal, buscando uma coordenação mais eficaz das políticas de segurança (Soares, 2007; Sento-Sé, 2009, 2011).

O governo Dilma Rousseff deu continuidade a essa linha, mas enfrentou desafios significativos. Durante o primeiro mandato de Dilma, o lançamento do Plano Nacional de Segurança Pública ocorreu apenas no segundo ano de sua administração, pois o PRONASCI ainda estava em andamento com metas a serem cumpridas. O novo pacote de medidas, inicialmente programado para o final de 2012, foi antecipado em seis meses devido à crescente pressão do governo de Alagoas, que admitiu sua incapacidade de enfrentar sozinho os desafios da violência no estado (Majella, 2019).

O evento que precipitou a implementação antecipada do Plano Nacional de Segurança foi o trágico assassinato de um médico de 67 anos, em 26 de maio de 2012, em bairro nobre da capital. O médico foi abordado por dois assaltantes e, ao tentar escapar, foi fatalmente baleado. O crime gerou uma onda de indignação. Três dias após o ocorrido, amigos e familiares do médico organizaram uma “Caminhada pela Paz” na orla de Maceió, reunindo cerca de 3 mil pessoas em protesto. As imagens dessa manifestação se espalharam rapidamente nas redes sociais e foram destaque na imprensa local (Silva, 2017).

A repercussão do crime levou o então governador Teotônio Vilela a se reunir com a liderança da segurança pública em Alagoas antes de viajar a Brasília para um encontro com a presidente Dilma e membros do Ministério da Justiça, buscando discutir a crise de segurança no estado e solicitar ações emergenciais. O governador expressou publicamente sua preocupação com a escalada da violência e a indignação com o assassinato do médico, solicitando que o governo federal desse atenção especial ao problema da criminalidade em Alagoas (Silva, 2017).

Diante dos altos índices observados no estado, Dilma autorizou o Ministério da Justiça a iniciar a implantação do Plano Nacional de Segurança Pública de forma experimental em Maceió e em outras três cidades do estado, a saber, Arapiraca, Marechal Deodoro e União dos Palmares, onde se situavam as “manchas criminais”. Sob o nome “Brasil Mais Seguro”, o programa foi lançado com o objetivo de dirimir a violência extrema, que era uma das principais prioridades do governo (Silva, 2017).

O Brasil Mais Seguro foi oficialmente introduzido em Maceió em 27 de junho de 2012. O foco principal era a redução da criminalidade violenta, com uma ênfase especial na prevenção de homicídios. O programa pretendia melhorar a eficiência e a qualificação dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, especialmente nos procedimentos de

investigação, para melhorar o combate à criminalidade. Além disso, visava intensificar a cooperação entre as instituições de segurança e modernizá-las.

A implementação do programa se deu em etapas, coordenadas pelo Ministério da Justiça, com a colaboração do estado e dos município na criação e execução das propostas. As fases incluíram: I) a realização de um colóquio estadual para elaborar um diagnóstico preliminar e identificar as necessidades locais; II) o desenvolvimento conjunto de uma Matriz de Responsabilidades; III) a coordenação com o Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e o governo estadual; IV) a assinatura de um Acordo de Cooperação, estabelecendo ações, responsabilidades, cronogramas e indicadores de desempenho; e V) o monitoramento mensal do progresso das iniciativas (Ministério da Justiça, 2013).

Um mês depois da implementação do Brasil Mais Seguro, o Ministério da Justiça divulgou os primeiros resultados do programa, que foram considerados muito positivos. Durante esse período, houve uma redução nas mortes violentas e intencionais, com uma queda de 7,52% em Maceió, de 37,14% em Arapiraca, e de 5,05% no estado de Alagoas como um todo (Ministério da Justiça, 2013).

No presente exercício de demonstração empírica, buscamos avaliar o impacto do programa Brasil Mais Seguro sobre as taxas de homicídio em Maceió. A hipótese de trabalho é a de que a redução observada na taxa de homicídio local a partir de junho de 2012 pode ser creditada ao programa. Para essa verificação recorreremos a um modelo de controle sintético. A fórmula é essencialmente a mesma do exercício anterior. As covariáveis também são as mesmas, no entanto estimadas ao nível de município a partir dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. O modelo e o tratamento dos dados foram executados pelo mesmo algoritmo disposto no Apêndice V desta tese. Também mantivemos o grupo de controle do exercício anterior, exatamente pelo fato de não ter ocorrido, nas capitais que compõem o grupo, intervenções de política de combate ao homicídio ou de outra natureza (conflitos faccionais, por exemplo) que pudessem afetar a evolução das taxas. Na Tabela 10 apresentamos as médias das covariáveis para Maceió real, Maceió sintética e para a mostra das capitais que compõem o grupo de controle.

Tabela 10 - Médias das condicionantes da taxa de homicídio

| Covariável | Maceió real | | Maceió sintética | | Amostra das capitais | |
|--|-------------|--------|------------------|--------|----------------------|--------|
| | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 | 2000 | 2010 |
| Taxa de urbanização | 92,75 | 98,32 | 93,55 | 95,60 | 86,86 | 94,07 |
| % de homens com 15 a 29 anos | 20,36 | 41,18 | 14,03 | 16,87 | 14,81 | 23,18 |
| Renda <i>per capita</i> média | 184,23 | 238,24 | 120,09 | 145,67 | 98,38 | 194,54 |
| % da população com 16 anos ou mais sem rendimentos | 26,55 | 19,34 | 14,87 | 18,23 | 17,35 | 12,33 |
| % da população com 18 a 24 anos com até 7 anos de estudo | 14,39 | 12,26 | 12,18 | 13,02 | 9,41 | 11,79 |
| % da população com renda menor ou igual a 1/2 salário mínimo | 55,68 | 38,91 | 53,21 | 45,89 | 47,29 | 34,56 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

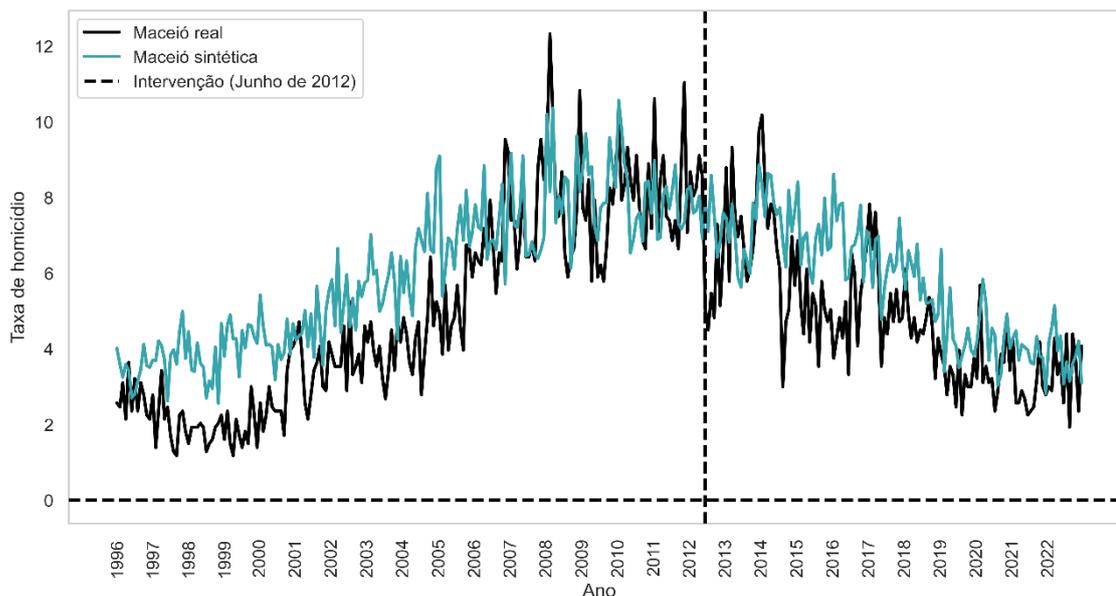
A Tabela 11, por sua vez, informa os pesos calculados pelo algoritmo atribuídos às capitais do grupo de controle. A soma dos pesos obtidos para esse controle é de 0,526. Tanto esse quanto os valores das médias do controle sintético antecipam a falta de aderência do controle sintético no período pré-intervenção. E confirmamos essa observação a partir da visualização da Figura 24.

Tabela 11 - Composição da unidade sintética

| Capital | Peso | Capital | Peso |
|------------------|-------|---------------------|-------|
| Porto Velho (RO) | 0,000 | Aracaju (SE) | 0,075 |
| Rio Branco (AC) | 0,000 | Salvador (BA) | 0,000 |
| Manaus (AM) | 0,000 | Belo Horizonte (MG) | 0,000 |
| Boa Vista (RR) | 0,000 | Vitória (ES) | 0,000 |
| Belém (PA) | 0,000 | Rio de Janeiro (RJ) | 0,000 |
| Macapá (AP) | 0,000 | São Paulo (SP) | 0,000 |
| Palmas (TO) | 0,104 | Curitiba (PR) | 0,000 |
| São Luís (MA) | 0,000 | Florianópolis (SC) | 0,137 |
| Teresina (PI) | 0,000 | Porto Alegre (RS) | 0,000 |
| Fortaleza (CE) | 0,000 | Campo Grande (MS) | 0,000 |
| Natal (RN) | 0,000 | Cuiabá (MT) | 0,000 |
| João Pessoa (PB) | 0,000 | Goiânia (GO) | 0,112 |
| Recife (PE) | 0,000 | Brasília (DF) | 0,098 |

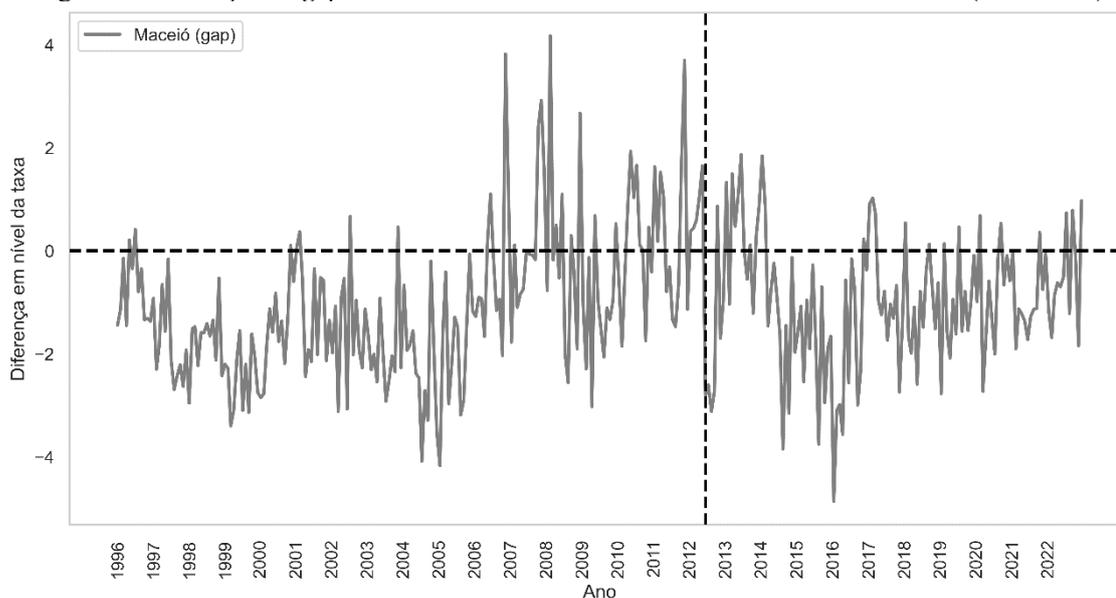
Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Figura 24 - Evolução das taxas de homicídio de Maceió real e Maceió sintética (1996-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

É evidente o descolamento das tendências real e sintética das taxas de homicídio no período pré-intervenção. Esse descolamento se estende de 1997 a 2006. A partir de 2006, as unidades real e sintética encontram maior aderência. Esse descolamento das tendências por si só é problemático, e compromete a credibilidade do contrafactual. Executamos vários testes utilizando diferentes combinações de unidades de controle, e mesmo assim esse descolamento permaneceu consistente, inclusive no mesmo período de 1997 a 2006. Isso sugere que a divergência observada pode não ser um artefato da escolha específica das unidades de controle, mas sim um reflexo de uma particularidade intrínseca a Maceió nesse período. É possível que essa diferença seja um efeito de *spillover* ou contágio da passagem de Beira-Mar em Maceió, o fator interveniente que consideramos no exercício anterior. Após a análise do *gap*, a distância entre Maceió real e Maceió sintética, optamos por abandonar o controle, visto que verificamos valores negativos consistentes no período pré-intervenção, um indicativo de que a unidade tratada (Maceió) estava sistematicamente abaixo das taxas estimadas pelo controle antes da intervenção (ver Figura 25).

Figura 25 - Evolução do *gap* das taxas de homicídio de Maceió real e Maceió sintética (1996-2016)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Diante da impossibilidade de prosseguirmos com o controle sintético, optamos por desenvolver um estudo de evento aplicando um modelo autorregressivo integrado de médias móveis (ARIMA). Trata-se de um modelo estatístico utilizado para análise e previsão de séries temporais. Ele é particularmente eficaz quando os dados da série apresentam tendências e sazonalidades que podem ser ajustadas por componentes de médias móveis e autorregressivas, além de diferenciações para tornar a série estacionária.

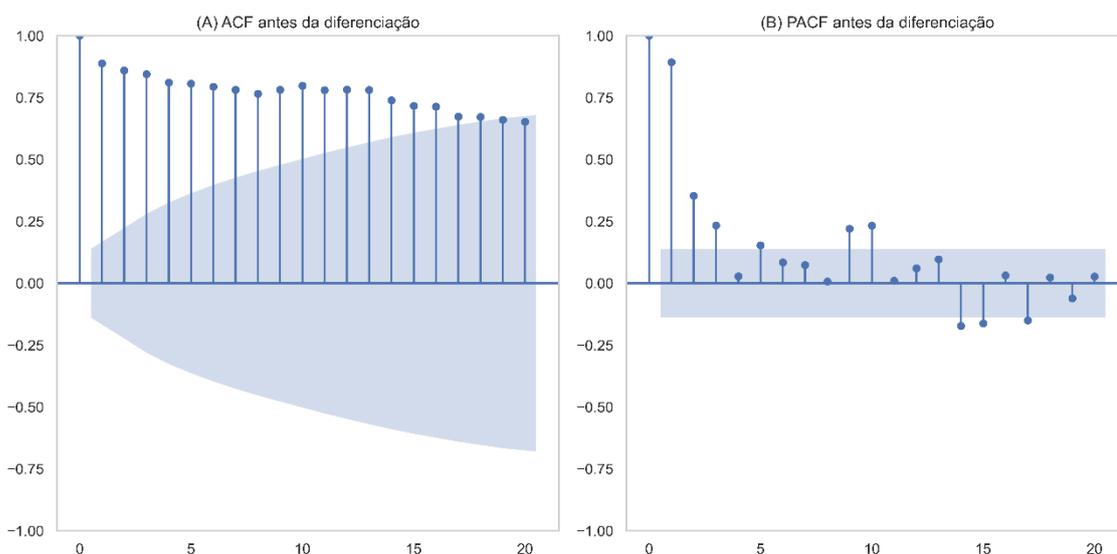
O modelo ARIMA é composto por três partes principais, representadas por três parâmetros: p , d e q . A notação do modelo é comumente expressa como $ARIMA(p, d, q)$, onde p (*AutoRegressive* - AR) indica o número de termos autorregressivos no modelo, ou seja, quantas observações anteriores da série temporal são usadas para prever o valor atual; d (*Integrated* - I) representa o número de diferenciações aplicadas à série para torná-la estacionária, sendo essa diferenciação o processo de subtração do valor anterior de cada observação; e q (*Moving Average* - MA) o número de termos de médias móveis no modelo. Esses termos capturam as dependências entre um ponto de tempo e os resíduos das previsões feitas para os pontos anteriores.

A construção de um modelo ARIMA envolve três etapas, a saber, identificação, estimação e diagnóstico. Na etapa de identificação verificamos se a série temporal é estacionária, isto é, se as propriedades estatísticas da série (média, variância, etc.) não dependem do tempo em que a série é observada. Se não for, aplicamos uma ou mais

diferenciações¹² (definidas pelo parâmetro d) até que a série se torne estacionária. Depois, na etapa de estimação, uma vez que temos uma série estacionária, estimamos os parâmetros p e q . O parâmetro p é escolhido com base na quantidade de dependência linear dos valores passados da série, enquanto o parâmetro q é escolhido com base na correlação dos resíduos de uma média móvel. Por fim, na etapa de diagnóstico, com os parâmetros que foram estimados, avaliamos e ajustamos o modelo para garantir que ele capte bem os padrões na série temporal. Se necessário, refinamos o modelo ajustando os valores de p , d , e q .

No presente estudo de evento, construímos um modelo ARIMA com o objetivo de estimar o efeito do programa Brasil Mais Seguro sobre a taxa de homicídio de Maceió. Utilizamos a série temporal mensal dos homicídios da capital, de janeiro de 1996 a dezembro de 2022, obtida do SIM-Datasus. O tratamento dos dados e análises foram desenvolvidos com Python a partir do algoritmo disposto no Apêndice X da tese. Aplicamos sobre a série o teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF) a fim de identificar a inexistência de tendência. O valor de p do teste foi de aproximadamente 0,94, indicando que a série não era estacionária ao nível de significância comum (5%). Portanto, foi necessário diferenciar a série para torná-la estacionária antes de ajustar um modelo ARIMA. A Figuras 26 e 27 ilustram as funções de autocorrelação e autocorrelação parcial da série antes e depois da diferenciação.

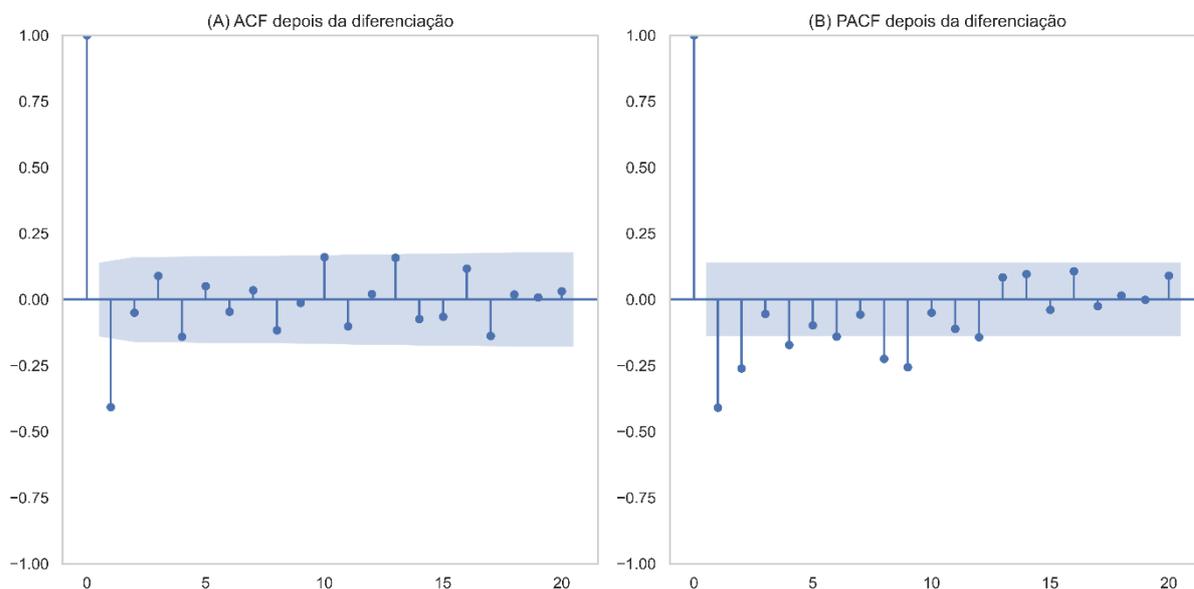
Figura 26 - Funções de autocorrelação da série da taxa de homicídio de Maceió antes da diferenciação (1996-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

¹² Diferenciar uma série temporal significa calcular a diferença entre cada valor e o valor anterior. Isso ajuda a remover tendências ou sazonalidades e a estabilizar a média da série, o que é uma condição necessária para o uso adequado de modelos ARIMA.

Figura 27 - Funções de autocorrelação da série da taxa de homicídio de Maceió depois da diferenciação (1996-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Com base na Figura 27, podemos estimar os parâmetros p e q de nosso modelo. A partir da função de autocorrelação (ACF) (Item A), confirmamos a existência de senoidais estabilizados. E a partir da função de autocorrelação parcial (PACF) (Item B), observamos seis picos fora do intervalo nas *lags* (defasagens), a saber, 1, 2, 4 e 8, o que indica que a série objeto de estudo pode ser denotada como um processo AR(1), AR(2), AR(4) ou mesmo um AR(8). Há também um pico fora do intervalo na função ACF, que sugere a inclusão de um MA(1). Logo os modelos que seguiram para a etapa de estimação foram ARIMA(1,1,1), ARIMA(2,1,1), ARIMA(4,1,1) e ARIMA(8,1,1).

Para estimação dos parâmetros utilizamos o método de máxima verossimilhança, a partir do pacote ARIMA do Python. Os resultados da estimação encontram-se na Tabela 12. O modelo que apresentou o menor AIC (Critério de Informação de Akaike) foi o modelo ARIMA (8,1,1), que seguiu para a etapa de avaliação. Os demais modelos foram descartados dado o fato de seus coeficientes não apresentarem valores estatisticamente significativos ao nível de 5%.

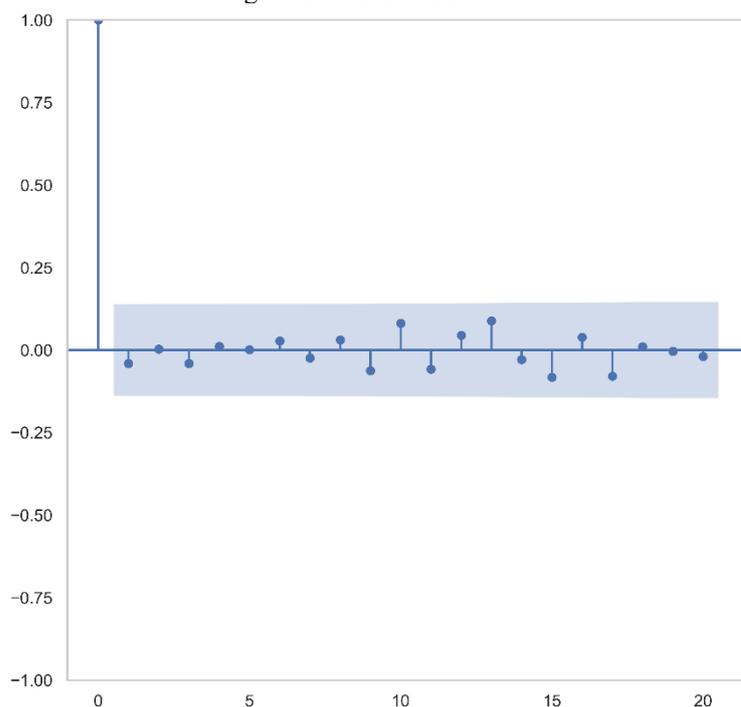
Tabela 12 - Modelos estimados para a previsão da taxa de homicídio de Maceió

| Modelo | Variáveis | Coefficiente | Erro-padrão | Teste t | p-valor |
|----------------|------------------|---------------------|--------------------|----------------|----------------|
| ARIMA(1, 1, 1) | ar.L1 | -0,569 | 0,061 | -9,391 | 0,724 |
| | ma.L1 | -0,404 | 0,054 | -7,493 | 0,313 |
| | sigma2 | 1,195 | 0,100 | 11,944 | 0,592 |
| ARIMA(2, 1, 1) | ar.L1 | -0,508 | 0,058 | -8,788 | 0,002 |
| | ar.L2 | -0,254 | 0,064 | -3,993 | 0,358 |
| | ma.L1 | -0,569 | 0,061 | -9,391 | 0,077 |
| | sigma2 | 1,117 | 0,090 | 12,404 | 0,304 |
| ARIMA(4, 1, 1) | ar.L1 | -0,230 | 0,083 | -2,772 | 0,266 |
| | ar.L2 | -0,155 | 0,089 | -1,728 | 0,084 |
| | ar.L3 | -0,214 | 0,069 | -3,106 | 0,152 |
| | ar.L4 | 1,007 | 0,084 | 11,924 | 0,180 |
| | ma.L1 | -0,677 | 0,046 | -14,727 | 0,090 |
| | sigma2 | 1,074 | 0,082 | 13,099 | 0,161 |
| ARIMA(8, 1, 1) | ar.L1 | -0,060 | 0,169 | -0,353 | 0,000 |
| | ar.L2 | -0,125 | 0,124 | -1,010 | 0,000 |
| | ar.L3 | -0,050 | 0,092 | -0,536 | 0,000 |
| | ar.L4 | -0,226 | 0,073 | -3,094 | 0,002 |
| | ar.L5 | -0,083 | 0,091 | -0,919 | 0,000 |
| | ar.L6 | -0,153 | 0,086 | -1,770 | 0,000 |
| | ar.L7 | -0,095 | 0,092 | -1,028 | 0,000 |
| | ar.L8 | -0,229 | 0,078 | -2,929 | 0,003 |
| | ma.L1 | -0,559 | 0,173 | -3,227 | 0,001 |
| | sigma2 | 0,965 | 0,082 | 11,763 | 0,000 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Como dissemos anteriormente, somente o modelo ARIMA(8, 1, 1) foi selecionado com base nos critérios de AIC. A análise dos resíduos desse modelo não apresentou violação dos pressupostos, tal como representado pela Figura 28, que ilustra o fator de autocorrelação (ACF) dos resíduos. Os resíduos padronizados apresentaram dois valores que ultrapassam 3 desvios-padrão, um fator que não é suficiente para violar a suposição de que os resíduos padronizados seguem uma sequência temporal com média zero (0) e variância um (1).

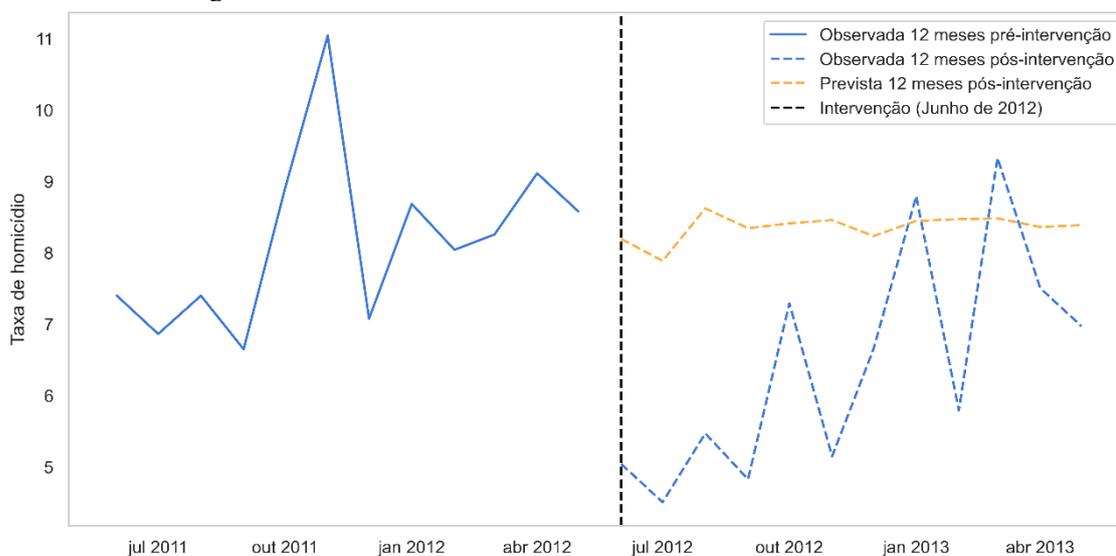
Figura 28 - ACF dos resíduos



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

A previsão para os 12 meses após a intervenção foi modelada a partir de ARIMA(8, 1, 1). A Figura 29 ilustra a diferença da medida da taxa de homicídio observada em relação à medida prevista no pós-intervenção. Já a Tabela 13 sintetiza os valores reais, os valores previstos e o impacto efetivo do programa estimado a partir da diferença das medidas observadas e previstas.

Figura 29 - Previsão com ARIMA sobre a taxa de homicídio de Macció



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Tabela 13 - Impacto do Brasil Mais Seguro em Maceió no primeiro ano do programa

| | Taxa observada | Taxa prevista | Impacto |
|--------|-----------------------|----------------------|----------------|
| jul/12 | 4,503 | 7,886 | -3,383 |
| ago/12 | 5,468 | 8,621 | -3,153 |
| set/12 | 4,824 | 8,344 | -3,520 |
| out/12 | 7,290 | 8,411 | -1,121 |
| nov/12 | 5,146 | 8,458 | -3,312 |
| dez/12 | 6,647 | 8,234 | -1,586 |
| jan/13 | 8,791 | 8,445 | 0,346 |
| fev/13 | 5,789 | 8,471 | -2,682 |
| mar/13 | 9,327 | 8,481 | 0,847 |
| abr/13 | 7,505 | 8,361 | -0,856 |
| mai/13 | 6,969 | 8,386 | -1,418 |
| jun/13 | 7,505 | 8,390 | -0,886 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Vemos que a taxa prevista, aquela sem o efeito da intervenção, no caso, o programa Brasil Mais Seguro, é significativamente maior que a taxa observada. Já no mês de julho, o impacto do programa estimado pelo modelo é de 3,38 unidades, ou seja, a taxa de homicídio foi reduzida em 3,38 unidades no primeiro mês da intervenção. No ano que sucedeu a intervenção, a média mensal da redução da taxa de homicídio foi de 1,73 unidades. Isso implica numa redução anual de 20,76 na taxa de homicídio da capital. Em termos práticos, isso significa que, em Maceió, entre julho de 2012 e junho de 2013, 193 vidas foram poupadas em virtude do Brasil Mais Seguro. Esse foi o efeito imediato produzido pelo programa na capital alagoana.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, nos dedicamos a analisar a posição de Maceió no contexto nacional e local de produção de mortes violentas, investigando a influência de variáveis socioeconômicas e demográficas, assim como o impacto das dinâmicas faccionais e das políticas de segurança pública na evolução das taxas de homicídio. Através da aplicação de um modelo de regressão com dados em painel e efeito fixo, aliado ao uso de controle sintético e de um modelo ARIMA, alcançamos evidências empíricas que elucidam os padrões e fatores determinantes da violência na capital alagoana.

Os resultados do modelo de regressão revelam que os fatores sociodemográficos e econômicos possuem pesos distintos na definição das taxas de homicídio em Maceió. Entre os fatores sociodemográficos, a proporção da população negra e a proporção de homens jovens são as variáveis com maior influência, um dado que sublinha a vulnerabilidade desses grupos em contextos de violência. Este achado não apenas corrobora a literatura existente, que discute

a racialização e a juvenilização da violência no Brasil, mas também enfatiza a necessidade de intervenções direcionadas que possam mitigar esses riscos específicos.

No que diz respeito aos fatores econômicos, a renda *per capita* média e o índice de Gini são identificados como os indicadores de maior impacto sobre as taxas de homicídio. Especificamente, verificamos que a desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, tem uma relação positiva com a taxa de homicídios, sugerindo que aumentos na desigualdade correspondem a elevações nas taxas de homicídio, podendo chegar a até 6,4 unidades a mais, dependendo das variáveis associadas. Em contrapartida, o aumento da renda *per capita* média exerce um efeito mitigador, reduzindo a taxa de homicídios em até 4,7 unidades para cada R\$ 100,00 a mais na renda. Esses achados também são consistentes com a literatura que associa privação econômica a uma maior incidência de crimes.

A análise através do controle sintético destacou um impacto considerável da presença de Fernandinho Beira-Mar nas carceragens de Maceió em março de 2003. Esse evento facilitou a introdução e expansão de agentes faccionais na cidade, processo este que desencadeou conflitos violentos pelo controle de mercados e pela consolidação do poder territorial, resultando em um aumento acentuado nas taxas de homicídio. A análise mostrou que, entre homens jovens, os efeitos dessa intervenção foram particularmente mais sensíveis, com a maior diferença entre o valor previsto e o valor observado atingindo 43,5 unidades no período pós-intervenção. Na população em geral, esse efeito foi também expressivo, mas menos acentuado, resultando em uma diferença de 8,74 unidades.

Por fim, ao empregarmos um modelo ARIMA para estimar o impacto do programa Brasil Mais Seguro sobre as taxas de homicídio em Maceió, verificamos que a intervenção teve um efeito positivo imediato e sustentado. No primeiro mês de implementação do programa, observamos uma redução de 3,38 unidades na taxa de homicídio em comparação ao cenário sem intervenção. Ao longo de um ano, essa redução média atingiu 20,76 unidades, evidenciando o potencial dessa política na redução da violência em nível local.

Os modelos fornecem uma estrutura para entender alguns aspectos da violência em Maceió, mas não substituem a necessidade de uma análise mais aprofundada, qualitativa, que considere a história local, as dinâmicas de poder e outros fatores sociais pouco passíveis de quantificar e inscrever em modelos estatísticos. Na capital alagoana, como em muitos outros contextos urbanos brasileiros, a violência é um processo social pautado em dinâmicas locais e condições socioeconômicas que variam ao longo do tempo e do espaço. Portanto, qualquer análise estatística deve ser complementada por análises qualitativas que possam fornecer um entendimento mais completo das configurações da violência urbana.

CAPÍTULO 4. CONFIGURAÇÕES DA VIOLÊNCIA LETAL EM MACEIÓ

4.1 INTRODUÇÃO

Em que pesem os altos e baixos observados na evolução da taxa da capital alagoana nos últimos 20 anos, os homicídios ocorridos em Maceió reservam um padrão muito consistente no tempo, padrão este também observado em outras cidades brasileiras: as principais vítimas dessa violência são homens com idades entre 15 e 29 anos (jovens), negros (pretos ou pardos), pobres e pouco escolarizados. A predominância desse perfil entre as vítimas, bem como entre os autores dos casos de homicídio (tal como vimos nos capítulos anteriores), é verificável no Brasil desde os anos 1980, mesmo considerando mudanças nos métodos de registro e análise desses crimes. Homens e mulheres brancas, ou mulheres negras, jovens ou adultos, quando envolvidos, representam uma parcela muito menor (ver Figura 30).

Embora as diferenças de gênero, raciais e etárias dos homicídios mostrem pouca mudança no tempo, há um conjunto substancial de estudos que indicam diferenças nas circunstâncias em que homens e mulheres, negros ou brancos, jovens ou adultos matam e morrem. Isso se deve ao fato de que as confluências de gênero, raça e idade contribuem substancialmente na definição das experiências de cada grupo, inclusive na propensão para a agressão ou no risco de vitimização.

Neste capítulo aplicamos Análise Qualitativa Comparativa (QCA) para examinar diferenças e similaridades nas configurações daquilo que denominamos “perfis interseccionais de homicídio”. O conceito de “intersecção”, mas mais precisamente, o de “interseccionalidade”, nos permite entender que o gênero, a raça e a idade (como outros marcadores sociais da diferença, a exemplo da classe) operam simultaneamente dentro de um contexto específico, formando assim as bases para estruturas de privilégio e dominação. A aplicação desse conceito é particularmente útil no exame das configurações de homicídios, onde os padrões de vulnerabilidade são marcados pelas intersecções dessas identidades sociais.

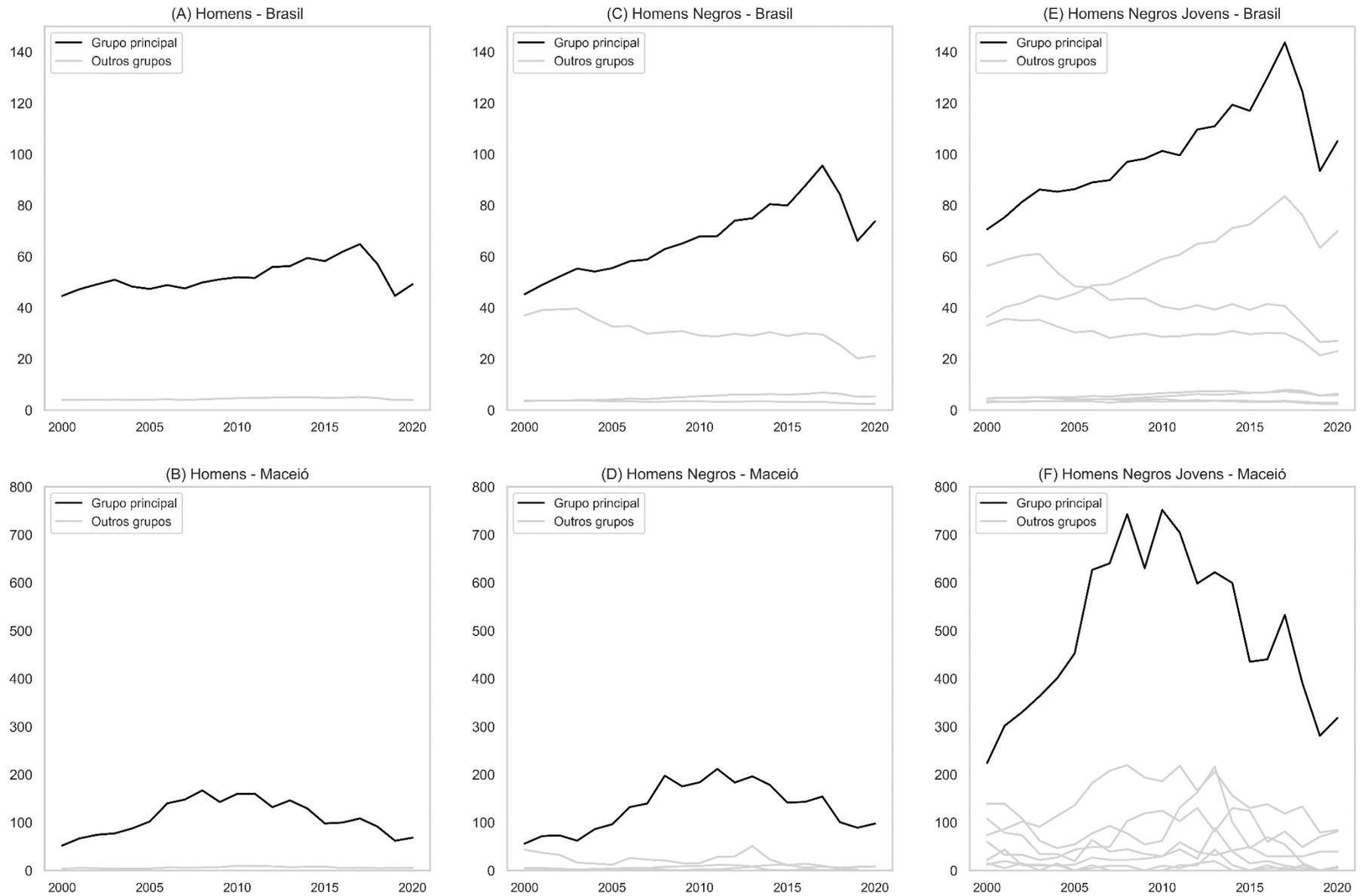
Essa análise se mostra necessária pelo fato de a QCA permitir explorar como diferentes combinações de fatores se associam a padrões específicos de vitimização e agressão. Vimos que os homicídios de jovens negros ocorrem em contextos específicos, como conflitos territoriais associados ao tráfico de drogas, mas os homicídios de homens brancos adultos também se dão desse contexto? Se não, quais são os elementos que constituem os contextos de maior ou menor incidência de homicídios para homens brancos adultos? E para os demais perfis? Estas são algumas das questões que pretendemos responder.

Utilizamos dados de 413 casos ocorridos em Maceió entre os anos de 2016 e 2020, provenientes de uma amostra cedida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas¹³. Todos os casos de homicídio que compõem a referida base tiveram sua autoria identificada e sentenciada. O tratamento e a análise dos dados foram feitos a partir do pacote `scpQCA`, do Python¹⁴. Definimos as estruturas das situações de homicídio a partir da combinação de atributos do agressor, da vítima e da agressão. Geramos comparativos específicos de gênero, raça e idade. Também geramos comparativos agrupados baseados nos oito perfis interseccionais pré-definidos: I) Homens Negros Jovens; II) Homens Negros Adultos; III) Homens Brancos Jovens; IV) Homens Brancos Adultos; V) Mulheres Negras Jovens; VI) Mulheres Negras Adultas; VII) Mulheres Brancas Jovens; e VIII) Mulheres Brancas Adultas. Em ambos os comparativos, buscamos mapear e analisar as configurações de homicídio mais frequentes (comuns) e as mais esporádicas (únicas) e potenciais mudanças em sua estrutura em função da posição de vítima e da posição de agressor e do curso do tempo. Discutimos as implicações dos achados obtidos na presente pesquisa para pesquisas futuras.

¹³ Para mais detalhes sobre o procedimento de coleta, tratamento e análise dos dados utilizados na QCA, ver Apêndice VI.

¹⁴ Para mais detalhes sobre os critérios adotados na calibragem dos dados para a QCA e o algoritmo utilizado, ver Apêndice VII.

Figura 30 - Taxas de homicídio por grupos de gênero, raça e faixa etária sobrepostos (2000-2020)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIM-DATASUS e IBGE.

4.2 DESVENDANDO AS CIRCUNSTÂNCIAS DO HOMICÍDIO: CONTEXTO TEÓRICO DA DISCUSSÃO

Como na investigação criminal, a análise sociológica sobre crimes, principalmente sobre crimes violentos com desfecho letal, exige um olhar atento às diferentes dimensões que compõem cada caso. Isso envolve não apenas a compreensão das características individuais dos envolvidos, mas também o exame detalhado das circunstâncias que envolveram o fato. Temos reiterado que esses esforços servem no reconhecimento das estruturas dos atos de violência, permitindo um entendimento mais adequado dos padrões que se inscrevem nesses atos.

4.2.1 A situação como nível de análise

As teorias sobre homicídio e outros comportamentos criminosos podem ser classificadas em três níveis de explicação: I) as explicações em nível individual concentram-se nas características dos sujeitos e na influência que essas características têm sobre a percepção de risco e a vitimização; II) as teorias de nível macro explicam as taxas diferenciais de homicídio entre unidades geográficas, como países, estados, cidades e bairros; III) a maioria das teorias de nível situacional examina o contexto dos episódios de homicídio, concentrando-se e se concentra nas circunstâncias do ato e sua delimitação espaço-temporal.

No que se refere a este último nível, duas lacunas podem ser verificadas. Em primeiro lugar, há uma grande ambiguidade tanto na definição da “situação de homicídio” quanto no que se constitui como “análise situacional”. Em segundo lugar, a maioria das pesquisas sobre homicídio não integra as unidades que definem a situação do crime (isto é, o agressor, a vítima e as características da agressão). Essas limitações impediram que estudos anteriores contemplassem a natureza empírica do homicídio e que as teorias existentes explicassem consistentemente a mudança e a estabilidade desses eventos delitivos ao longo do tempo e entre subgrupos.

O conceito de situação é um dos conceitos centrais da sociologia e da psicologia. Trata-se de uma preocupação nos escritos de Parsons, Mead e Goffman. A situação também é o principal elo entre as disciplinas das quais deriva a psicologia social e continua a ser uma importante fonte de controvérsia na teoria clássica da personalidade e na psicologia experimental. Dada a importância do conceito de situação nas tradições disciplinares, é curioso que ele não tenha uma definição uniforme. Pervin (1978) afirma que uma situação sempre inclui um organismo, um lugar e uma ação. Diferentes situações são definidas por quem está envolvido, pelo espaço onde a ação ocorre e pelo tipo de atividade em curso. Mudanças em qualquer um desses componentes resultam em uma mudança da situação.

No campo do interacionismo simbólico, o significado subjetivo associado às ações e às condições sociais são extremamente necessários na definição da situação: toda ação humana ocorre em situações, e as diferenças na interpretação subjetiva de atores objetivamente situados (e os objetivos, necessidades e experiências particulares desses atores) são os motivos pelos quais as mesmas condições sociais não resultam em comportamento idêntico. Enquanto as situações sociais têm propriedades objetivas (por exemplo, compreendem indivíduos e são definidas no tempo e no espaço), para os interacionistas o comportamento seria produzido, em grande parte, pela forma como o ator recebe, interpreta e transforma significados anteriores e recém-adquiridos na situação. O interacionismo simbólico contribui para a análise situacional do crime na medida em que direciona nossa atenção para o significado atribuído pelos atores às situações, conjugando a motivação do agressor e as oportunidades situacionais, e conceituando o crime e o desvio como resultados situacionalmente precários.

Nos estudos criminológicos o significado dado ao conceito de “situação” também é variado. Três abordagens se destacam nos referidos estudos: I) a abordagem que examina as características físicas e temporais objetivas de lugares que concentram uma alta incidência de crimes; II) a abordagem que concentra a atenção nas motivações, nas circunstâncias ou na “síndrome do homicídio” como elementos situacionais preponderantes dos quais derivam classificações de homicídios; e III) a abordagem integrada, isto é, a que incorpora características do agressor, da vítima e da agressão na definição e análise da situação de homicídio.

Para os estudos que adotam a primeira abordagem, as características físicas específicas dos *hot spots* (“pontos quentes”, em tradução livre) envolvem propriedades que aumentam a probabilidade de ocorrência do crime. Em outros termos, a forma e a função dos espaços servem na explicação contextual do crime. Por exemplo, espaços fechados e confinados tanto podem impedir a fuga de vítimas de um ataque potencial quanto reduzir as expectativas da motivação criminosa na medida em que também limitam a fuga do potencial agressor. Essa mesma configuração espacial pode contribuir para o aumento da incidência de atos impulsivos ou espontâneos de violência uma vez que as aglomerações que podem se dar nesses locais alimentam a tensão, a ansiedade e a frustração do público presente (Miethe; Meier, 1994).

É possível observar três limitações nessa abordagem: I) ela ignora outros elementos situacionais que podem alterar drasticamente o risco objetivo de qualquer situação particular; II) o foco sobre as propriedades físicas dos espaços na definição das situações, em muitas das vezes, resulta em inferências grosseiras sobre os atributos do agressor, da vítima e da agressão para explicar a periculosidade de espaços específicos; III) essa visão objetiva das situações

permite sustentar que haverá respostas comportamentais idênticas nos casos em que são verificadas as mesmas características espaço-temporais.

Outro tipo de abordagem situacional nas pesquisas sobre homicídios é a que compreende a análise das motivações, das circunstâncias e das “síndromes de homicídio”. Categorias de motivos e circunstâncias como brigas conjugais, disputas entre gangues, episódios de agressão sexual, entre outras, fornecem roteiros e, ao mesmo tempo, estereótipos imediatos aos observadores sobre “quem”, “o quê”, “onde” e “por que” está envolvido na situação. No entanto, semelhante aos estudos sobre locais perigosos, a literatura especializada sobre motivos e circunstâncias de homicídios muitas vezes esquece de abordar a prevalência e a natureza de outros elementos inseridos no evento delitivo (ou seja, agressor, vítima e atributos do crime) que, conjugados, definem tipos específicos de situações de homicídio.

Ainda nessa abordagem, uma subclassificação primária das motivações em situações de homicídio reconhece atos instrumentais e expressivos. Crimes instrumentais seriam aqueles conduzidos para objetivos explícitos e futuros, enquanto os crimes expressivos seriam atos não planejados de raiva, raiva ou frustração. A noção de “síndromes de homicídio” compreende um esquema de classificação que deriva da combinação entre o motivo do agressor, a relação da vítima com este agressor e de *sibling offenses* (“incidentes semelhantes não-letais” em tradução livre). Exemplos de síndromes incluem episódios de abuso infantil por cuidadores, brigas entre conhecidos, crimes instrumentais, entre outros.

Destacamos três teorias (ou conjuntos de teorias) como subclassificações da abordagem integrativa, quais sejam: I) a *theory of closure on deviant acts* (TCDA); II) as teorias da oportunidade criminal; e III) a perspectiva dos eventos criminais.

Com relação à TCDA, partindo do interacionismo simbólico, John Lofland (1969) buscou explorar as estruturas situacionais e os processos interpretativos que sustentam a decisão de um indivíduo de cometer atos desviantes. Nessa perspectiva, os atores teriam a capacidade de cometer uma ampla série de atos convencionais e desviantes, mas as condições de ameaça e o risco de apreensão aumentariam a probabilidade de cometimento de um determinado ato defensivo desviante, sobretudo quando situado em ambientes facilitadores, com acesso a dispositivos facilitadores e com a presença de indivíduos facilitadores. Fiel ao interacionismo simbólico, no entanto, Lofland (1969) sustentava que as experiências subjetivas do ator e as interpretações daquelas condições seriam determinantes da probabilidade de efetivação do ato desviante.

Ao contrário das concepções objetivas e estritas de locais perigosos, a abordagem de Lofland enfatiza a interpretação subjetiva do ator sobre condições sociais que, em última

análise, determinam a avaliação das situações como perigosas ou facilitadoras da violência. Para o autor, lugares facilitadores, dispositivos e outros indivíduos são condições necessárias para o desfecho de certos atos desviantes. Além disso, deveria haver algum nível de motivação para a ação (seja incitada pela ameaça de apreensão ou por outro fator subjetivo) e um mínimo de conhecimento e habilidade para cometer o ato desviante. A ausência de qualquer uma dessas condições seria suficiente para impedir a “escolha” pelo desvio no rol das ações alternativas.

As teorias da oportunidade criminal são explicações de eventos de crime que cobrem níveis micro e macro de análise. A “teoria das atividades rotineiras”, cuja autoria é atribuída a Lawrence Cohen e Marcus Felson (1979), foi desenvolvida para explicar as mudanças temporais nas taxas de criminalidade nos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial. Uma variedade de testes empíricos desta teoria por seus autores originais e por outros pesquisadores envolvem previsões sobre os riscos dos indivíduos de vitimização de uma propriedade ou crime violento.

Da perspectiva da teoria das atividades rotineiras, mudanças macroestruturais nos padrões das atividades cotidianas fornecem uma estrutura de oportunidades para o crime, afetando a convergência no tempo e no espaço de três elementos mínimos necessários para os casos de crimes predatórios de contato direto: I) criminosos motivados; II) vítimas ou alvos disponíveis; e III) a ausência de guardião capaz. A subtração de qualquer um desses elementos é suficiente para encerrar a possibilidade de um ato criminoso.

A premissa básica da *lifestyle-exposure theory* (ou “teoria da exposição ao estilo de vida” em tradução livre, também inserida no rol das teorias da oportunidade criminal) é a de que as diferenças nos estilos de vida repercutem em diferenças demográficas na probabilidade de vitimização (Hindelang *et al.*, 1978). Variações nos estilos de vida estão relacionadas a uma espécie de exposição diferencial a lugares, horários e sujeitos e dispositivos perigosos. Em outros termos, determinados estilos de vida estão diretamente relacionados a situações com maiores riscos de vitimização. De acordo com essa teoria, tanto as características de status atribuídas quanto as alcançadas (por exemplo, idade, sexo, raça, renda, estado civil, educação) são os principais correlatos do risco de vitimização porque carregam consigo expectativas compartilhadas sobre comportamento apropriado e obstáculos estruturais que permitem ou restringem escolhas comportamentais.

Da teoria das atividades rotineiras e da teoria da exposição aos estilos de vida são identificados dois pressupostos aplicados por Miethe e Meier (1990) na elaboração do modelo de vitimização por escolha estrutural. O primeiro pressuposto assume que padrões de atividades rotineiras e de estilos de vida criam uma estrutura de oportunidades para o crime, aumentando

a proximidade de criminosos motivados e a exposição a situações de risco. O segundo pressuposto é o de que o valor subjetivo de uma pessoa ou objeto e seu nível de vigilância determinam sua seleção por parte do criminoso. Com base nesses pressupostos é possível afirmar que a proximidade e a exposição são consideradas características estruturais (porque modelam a natureza da interação social e predisõem os indivíduos a situações mais arriscadas), enquanto a atratividade e a vigilância representam o componente de escolha (porque determinam a seleção do alvo de crime particular dentro de um contexto socioespacial).

Outra abordagem integrativa adotada nos estudos sobre situações de homicídio envolve a perspectiva dos eventos criminais desenvolvida por Vincent Sacco e Leslie Kennedy. Semelhante às demais abordagens integrativas, uma suposição básica dessa perspectiva é a de que os eventos criminais não podem ser isolados dos ambientes físicos e sociais em que ocorrem. Como eventos sociais, crimes estão estreitamente associados às atividades rotineiras das vítimas e de agressores, aos locais em que essas atividades ocorrem, ao comportamento de espectadores e às circunstâncias particulares da situação. Como muitos outros aspectos da vida, os eventos criminais “são mais ou menos prováveis pelas escolhas que as pessoas fazem sobre como e onde gastam seu tempo, energia e dinheiro” (Sacco; Kennedy, 1994, p. 116, tradução nossa). Esses autores afirmam que existem três estágios de eventos criminais: I) os precursores do evento (os fatores locais e situacionais que unem as pessoas no tempo e no espaço); II) as transações (as interações entre os participantes que definem os resultados de suas ações); e III) as consequências do evento.

A abordagem que aqui adotamos pressupõe que os homicídios são fenômenos sociais multidimensionais, produtos da interação entre tempo, espaço, indivíduos e suas ações. Essas situações têm propriedades estruturais que promovem e restringem certas ações e fornecem um *loco* no qual as expectativas compartilhadas de determinado comportamento são interpretadas como apropriadas ou ambíguas. Uma compreensão abrangente das situações de homicídio requer um tratamento holístico, isto é, um tratamento abrangente, que integre fatores associados ao agressor, à vítima e às circunstâncias do crime, pois são esses elementos que definem as estruturas das situações de homicídio.

O uso do termo “estrutura” para definir essas combinações de características do agressor, da vítima e da agressão em si requer alguns esclarecimentos. Entendemos que a combinação de cada um desses atributos “estruturam” a natureza da transação de homicídio. Nesse sentido, expectativas de papéis particulares e padrões comportamentais são frequentemente associados a características de status determinadas e alcançadas (por exemplo, idade, sexo, raça, renda). Tipificações particulares e imagens compartilhadas também estão

relacionadas com circunstâncias particulares de ofensa (por exemplo, armas provocam medo ou respostas defensivas; o uso de álcool implica maior impulsividade situacional; espectadores fornecem uma sensação de proteção externa). É nesse contexto de habilitação e restrição de padrões comportamentais e da natureza das interações entre as partes que o termo “estrutura” é empregado, ou seja, para definir combinações de características pessoais e circunstanciais da agressão.

Para além da identificação de padrões e descrição de particularidades, a análise situacional dos homicídios também prevê uma avaliação da mudança ou da estabilidade na natureza da estrutura dessas ocorrências ao longo do tempo. Por exemplo, essa abordagem permite questionar se os homicídios expressivos são qualitativamente distintos dos homicídios instrumentais em relação aos atributos do agressor, da vítima e da agressão. Também permite questionar se alguns subtipos de situações de homicídio (por exemplo, homicídios cometidos por familiares ou amigos íntimos) são mais homogêneos do que outros subtipos (por exemplo, homicídios cometidos por estranhos) em suas estruturas particulares e esses padrões mudaram ao longo do tempo. Os homicídios, em geral, tornaram-se mais ou menos diversificados em suas estruturas ao longo do tempo? Em caso afirmativo, quais são as características únicas das tendências situacionais desses homicídios? Essas são algumas questões secundárias que este estudo se propõe a responder.

4.2.2 A configuração como unidade de análise

Nos estudos sociológicos quantitativos existem essencialmente duas abordagens metodológicas. A primeira, mais comum, foca na relação entre variáveis, que são medidas para identificar diferenças em casos e situações. Essa abordagem usa a linguagem de variáveis para estabelecer causalidade, isto é, a influência direta entre variáveis dependentes e independentes. Blumer (1956) reconhece limitações nesta abordagem, pois, segundo o autor, ela não abrange os processos interpretativos e contextos da vida social. As variáveis sociológicas representam apenas parcialmente a complexidade e o dinamismo social.

Com a Análise Qualitativa Comparativa (QCA na sigla em inglês), Ragin (1987) inaugurou uma tradição de métodos orientados a casos e não a variáveis. Nesse tipo de abordagem, um caso é visto como uma configuração de características, não apenas como uma relação entre variáveis. As categorias de variáveis são vistas como características que informam configurações, expressando fenômenos específicos em contextos históricos. Apesar de limitações no número de casos analisados, o autor argumenta que o método ganha força pela sua natureza combinatória.

Na análise comparativa, cada unidade observacional é interpretada como uma combinação de partes, e as explicações se voltam para as condições que interagem na produção de eventos. Nesse sentido a causalidade é concebida como um vínculo dinâmico entre fenômenos distintos. Cada combinação de fatores é vista como uma situação única, não apenas como um conjunto de valores ou de variáveis. Elias (1970), de certa forma, já abordou essa questão ao propor uma mudança de foco do tipo de informação coletada para o tipo de tratamento analítico adotado. Ele argumentava que a análise baseada em variáveis, derivada das pesquisas estatísticas, poderia ser eficaz no estudo de processos configuracionais. Isso seria possível desde que a análise fosse guiada teoricamente pela noção de interdependência entre indivíduos e entre outros elementos que compõem uma configuração específica. Esse método iria além das dicotomias tradicionais entre o material e o ideal, as causas e os efeitos, enfatizando a importância de entender o contexto mais amplo e as interações dentro de um dado sistema ou “configuração” (Elias; Dunning, 1992).

Ragin (1987), por sua vez, sugere que os fenômenos sociais possuem uma ordem intrínseca em meio à sua complexidade, acessível através da pesquisa comparativa. Esse entendimento é útil na identificação de diferentes tipos de casos para formar tipologias empíricas, simplificando assim a complexidade inerente às diversas características dos casos. Dito de outra forma, a causalidade na vida social é algo conjuntural, e para apreendê-la precisamos compreender as diferentes condições ou os diferentes elementos que a antecedem e como estas condições e elementos interagem. Os eventos sociais raramente possuem causas únicas e isoladas. Do contrário, as causas geralmente interagem de diferentes formas em diferentes contextos. O desafio dos cientistas sociais, segundo Ragin (1987), é exatamente o desafio de desvendar quais combinações causais são empiricamente significativas.

Nesta tese, definimos um “caso” como uma configuração formada pela junção de várias características de diferentes incidentes de homicídio em Alagoas. Essas características são determinadas pelas categorias de variáveis disponíveis nos dados coletados. E aqui é importante diferenciar dois tipos de casos. Primeiro, temos os casos individuais de homicídios, como registrados nos dados, que não são o foco principal deste trabalho. E em segundo lugar, e mais importante para nossa análise, estão os casos que emergem da combinação dessas características individuais, conforme as variáveis selecionadas. Estes são referidos como “configurações” e representam o principal objeto de estudo. Enquanto a base de dados original contém uma grande quantidade de casos individuais, essas configurações, formadas pela combinação de características, constituem um número bem menor de unidades para análise.

Neste estudo nos dedicamos a um número limitado de casos. Esses casos são gerados pela análise estatística das informações disponíveis e são teoricamente definidos como configurações. Essas configurações são vistas como totalidades que precisam ser comparadas umas com as outras, visando alcançar um certo nível de generalização. O objetivo é identificar instâncias comparáveis entre diferentes casos de morte violenta, examinando semelhanças e diferenças que são teoricamente relevantes. Isso serve para estabelecer um certo grau de generalização empírica relativa aos homicídios, considerando-os como fenômenos sociais historicamente definidos.

Precisamos reiterar que o exame das configurações de homicídio é relevante por dois motivos: o primeiro é por permitir avaliar a dimensão e a natureza dos tipos de homicídio. O segundo motivo é por possibilitar comparações dentro e entre grupos e subgrupos sociais específicos para determinar se alguns tipos de homicídio têm uma estrutura mais complexa e diversificada do que outros. E a análise dessas configurações de grupos ao longo do tempo também pode ser conduzida para identificar padrões historicamente extintos, emergentes ou estáveis.

A identificação e análise das configurações de homicídio requer uma metodologia que permita a descrição das correlações entre os conjuntos de variáveis de interesse. Também requer uma abordagem analítica que seja orientada a casos em vez de uma abordagem orientada a variáveis. Testes estatísticos multivariados que estimam os efeitos principais ou um número limitado de efeitos interativos não são capazes de lidar com esse tipo de particularidade. Séries temporais podem até ser úteis na identificação de mudanças e estabilidades na dinâmica dos homicídios ao longo do tempo, mas não contribuem na identificação e discussão dos elementos contextuais que a orientam nem em seus efeitos interativos. Redes sociais têm potencial para mapear e descrever as relações entre vítima e agressor, mas não para o exame das circunstâncias, contextos e fatores envolvidos em cada incidente.

Como método analítico para o estudo comparativo de casos, a QCA considera cada ocorrência como configurações complexas de atributos medidos por um conjunto de variáveis. Ela também assume que eventos ou resultados são produzidos por variáveis que atuam em interação. Nesse sentido, o efeito de qualquer variável em particular pode ser diferente de um caso para outro, dependendo dos atributos que informam cada caso. A QCA dá importância ao contexto total dos elementos para avaliar se o mesmo resultado pode ser produzido por diferentes combinações de variáveis. Prosseguiremos com uma explicação detalhada deste método após a apresentação dos dados que utilizamos nesta pesquisa.

4.2.3 Estudos configuracionais referenciais

A escassez de estudos configuracionais, especificamente aqueles que empregam QCA para investigar os padrões de homicídio no Brasil, pode ser atribuída a várias razões, mas duas delas se destacam: a indisponibilidade de dados e a inconsistência dos dados disponíveis. Estes desafios não apenas limitam a aplicabilidade da QCA como metodologia de pesquisa, mas também refletem problemas mais amplos no campo da pesquisa sobre violência e criminalidade no Brasil.

A indisponibilidade de dados é um problema crítico para estudos dessa natureza (leia-se estudos configuracionais), tendo em vista que a QCA requer um conjunto de dados bem definido e sistematicamente coletado, com variáveis claras e consistentes para cada caso analisado. No contexto brasileiro, onde a coleta de dados sobre criminalidade e violência muitas vezes não é padronizada ou é fragmentada entre diversas jurisdições e agências, a tarefa de compilar um conjunto de dados confiável e abrangente é árdua. Soma-se a isso o fato de o acesso a informações detalhadas sobre crimes ser restrito, devido a questões jurídicas de integridade, segurança, limitando a capacidade dos pesquisadores de realizar análises mais dedicadas.

Por outro lado, a inconsistência dos dados disponíveis também representa um sério entrave. Quando os dados são acessíveis, frequentemente se deparam com problemas de qualidade, como erros de entrada, categorizações inconsistentes e lacunas informativas. Essa heterogeneidade e falta de padronização complicam significativamente o processo de calibragem das variáveis, um procedimento que, tal qual veremos a seguir, define como os valores das variáveis são interpretados e analisados. Uma calibragem imprecisa pode levar a interpretações errôneas das configurações de causas e efeitos, comprometendo a validade das conclusões da pesquisa.

Em que pesem estas adversidades, é notável que existam pesquisas nacionais relevantes que se destacam no emprego da QCA para abordar a complexidade dos homicídios no Brasil. Dentre esses estudos, as teses de doutorado de Ana Paula Portella (2014) e de Rayane Andrade (2015) se colocam como referências fundamentais para a construção da base teórica e metodológica da presente tese.

Em “Como morre uma mulher?”, Portella (2014) se dedica a compreender e analisar as dinâmicas sociais que produzem a violência letal contra as mulheres no estado de Pernambuco. A pesquisa se atém a dados de homicídios de mulheres ocorridos no referido estado entre 2004 e 2012, com fontes de informação variadas incluindo o banco de crimes violentos letais intencionais da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, DATASUS e IBGE.

A partir da QCA a autora identifica quatro configurações principais de homicídios: criminalidade, violência doméstica e familiar, violência interpessoal e violência cometida por parceiro íntimo. Portella (2014) conclui que a distribuição destas configurações pelo território do estado não é homogênea e está associada a fatores macrossociais como desigualdade de renda e taxa de urbanização, além de fatores ligados às desigualdades de gênero, tais como chefia feminina do domicílio e taxa de fecundidade total.

Em uma outra dimensão de seu trabalho, a autora busca não apenas descrever as situações em que as mulheres são assassinadas, mas também compreender os contextos nos quais esses homicídios ocorrem, levando em consideração a diversidade e complexidade das dinâmicas sociais envolvidas. Sua pesquisa destaca o papel central do gênero nas configurações de homicídios femininos, mostrando que, embora o marcador de gênero esteja sempre presente, sua influência varia conforme o contexto.

As contribuições teóricas e metodológicas do estudo de Portella (2014) se situam nas abordagens configuracionais e situacionais, dialogando com a teoria social feminista e a sociologia do crime no Brasil. O trabalho oferece reflexões importantes sobre as potencialidades explicativas para o estudo da vitimização feminina, apresentando um modelo de análise para a violência letal contra as mulheres e comparando os fatores determinantes dos homicídios entre homens e mulheres em Pernambuco.

A tese de doutorado de Andrade (2015), intitulada “Configurações de homicídios dolosos em Pernambuco”, por sua vez, se propõe a elucidar os padrões, processos e dinâmicas que caracterizam os homicídios dolosos em Pernambuco, sem focar exclusivamente na identificação de fatores causais isolados. Tal qual Portella (2014), Andrade (2015) utiliza dados do banco de crimes violentos letais intencionais da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, do DATASUS e do IBGE.

A autora utiliza a Análise de Correspondência como técnica principal para examinar as combinações entre os atributos dos casos estudados. Essa abordagem possibilita explorar as inter-relações entre diversas variáveis, oferecendo uma perspectiva global sobre os dados coletados. A interpretação dos resultados é realizada à luz das principais referências nacionais no campo da sociologia do crime.

Os principais achados de seu estudo indicam uma maior incidência de homicídios contra homens jovens nas áreas urbanas, especialmente no Recife e sua região metropolitana. Esses crimes, frequentemente associados à violência de rua e ocorrendo principalmente à noite e nos finais de semana, são majoritariamente perpetrados com armas de fogo. Essa tendência aponta para um contexto de violência urbana que afeta desproporcionalmente os jovens masculinos,

refletindo questões relacionadas à criminalidade organizada, disputas territoriais ou conflitos interpessoais.

Andrade (2015) também identifica uma segunda configuração de homicídios, envolvendo homens em idade adulta, que são vitimados por armas brancas e cujos crimes tendem a ocorrer no período da manhã, em estabelecimentos de lazer ou em localidades rurais do interior do estado. Este padrão sugere dinâmicas de violência que podem estar associadas a conflitos pessoais ou sociais específicos dessas áreas, contrastando com as características da violência urbana.

A violência contra mulheres adultas também é destacada pela autora, com homicídios frequentemente ocorrendo no espaço doméstico e perpetrados com armas brancas. A maior incidência desses crimes no Sertão e, em menor medida, no Agreste, ressalta a violência de gênero como uma preocupação crítica, revelando a presença de dinâmicas de violência doméstica que transcendem as fronteiras urbanas.

Há também a menção aos homicídios de adolescentes femininas, que, similares aos padrões observados entre os jovens masculinos, ocorrem predominantemente em espaços públicos e à noite ou madrugada, utilizando-se armas de fogo, com uma concentração maior desses casos no Recife e na região metropolitana.

Por fim, a pesquisa aponta para homicídios cometidos contra meninas em áreas rurais, durante a manhã, e com o uso de objetos variados. Este padrão sugere a vulnerabilidade de meninas em localidades menos urbanizadas, onde a violência pode assumir formas distintas das observadas em contextos urbanos.

Na presente pesquisa, buscamos avançar no entendimento das configurações de homicídio, com uma abordagem distintiva em relação aos trabalhos de Andrade (2015) e Portella (2014). A principal diferença entre esta pesquisa e os estudos mencionados reside em dois aspectos principais: o recorte espacial e temporal e a metodologia aplicada na análise dos dados.

Diferentemente dos estudos focados em Pernambuco, nossa investigação se concentra exclusivamente em Maceió, a capital de Alagoas, e abrange um intervalo temporal mais recente, de 2016 a 2020. Esse recorte específico permite uma análise detalhada das dinâmicas de homicídios em um contexto urbano com características únicas, inclusive desafios socioeconômicos e padrões de violência que podem diferir significativamente dos encontrados em outras regiões do Nordeste brasileiro. Ao focar em Maceió, a pesquisa visa descrever as particularidades locais que influenciam a ocorrência de homicídios, considerando diferentes fatores específicos da cidade.

Nossa abordagem metodológica também se diferencia pela decisão consciente de não aplicar análise fatorial ou análise de correspondência. Embora essas técnicas sejam bem úteis para destacar características únicas de cada observação e tenham sido utilizadas com sucesso pelas autoras mencionadas, elas se baseiam em médias e dependem dos coeficientes de correlação. E o que há demais nisso? Essa abordagem pode dificultar a identificação de diferenças importantes entre casos individuais, pois as técnicas tendem a homogeneizar os dados, potencialmente obscurecendo particularidades nas configurações dos homicídios. Além disso, a maneira como os escores dos fatores são calculados é fortemente influenciada pela distribuição das observações, o que pode restringir a capacidade de capturar as especificidades de cada caso de homicídio em Maceió.

Nossa pesquisa visa uma apreciação mais granular dos contextos nos quais os homicídios ocorrem e por isso adotamos uma abordagem diferenciada que será melhor descrita no curso deste capítulo. Por fim, ao aliarmos um recorte espacial e temporal específico a uma abordagem metodológica que prioriza a individualidade dos casos sobre generalizações baseadas em médias, esta pesquisa dá sua contribuição ao campo dos estudos sobre homicídios no Brasil.

4.3 DADOS E MÉTODO

Neste estudo nos baseamos em uma amostra de 413 casos de homicídios dolosos, com autoria identificada e sentenciada, ocorridos entre 2016 e 2020 na cidade de Maceió. Os dados foram obtidos a partir de pedidos de acesso à informação feitos ao Tribunal de Justiça do estado de Alagoas. As variáveis principais do estudo incluem características dos agressores, das vítimas e detalhes dos crimes. Essas variáveis representam aspectos amplamente analisados em estudos anteriores.

Analisamos características como o gênero, a raça e o grupo etário das vítimas e dos agressores. O gênero foi categorizado em “masculino” e “feminino”; a raça em “branca”, “negra” (pretos e pardos) ou “outras” (amarelos e indígenas); e o grupo etário em “jovens” (menores de 20 anos) e “adultos” (com 20 anos ou mais). Também consideramos a relação entre a vítima e o agressor, que foi categorizada em “familiares” (incluindo familiares indiretos e parceiros íntimos), “conhecidos” e “desconhecidos”.

As características dos crimes compreendem a motivação (categorizada em “expressiva” e “instrumental”¹⁵), tipo de arma utilizada (“fogo”, “branca” e “outras”, como força física,

¹⁵ Como dissemos anteriormente, homicídios (ou crimes, de modo geral) instrumentais são aqueles cometidos com intenções claras e futuras, como a obtenção de recursos financeiros ou ascensão social. Já os homicídios tidos

venenos e outras não especificadas) e detalhes situacionais como o local do crime (ambientes “interno” ou “externo”), turno (“dia” para manhã e tarde ou “noite” para noite e madrugada) e ano do crime. A escolha desses períodos específicos se deve à necessidade de capturar contrastes ao longo do tempo nos padrões de homicídio em Maceió.

Estudos anteriores já comprovaram que os homens negros jovens são maioria entre as vítimas e os autores de homicídios. No entanto, ainda não está claro se homens e mulheres, negros ou brancos, jovens ou adultos cometem esses atos sob circunstâncias qualitativamente similares ou distintas entre si. Embora aqueles estudos tenham se debruçado sobre as características dos agressores, os atributos das vítimas ou os detalhes dos crimes, são poucas as análises que combinam esses elementos para identificar padrões exclusivos de homicídios, considerando as diferenças de gênero, raciais e etárias. Nisto consiste o objetivo deste capítulo.

4.4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.4.1 Estatísticas descritivas

A Tabela 14, disposta a seguir, sintetiza as frequências relativa e absoluta das características das vítimas nos casos de homicídio que integram nossa amostra.

como expressivos são aqueles que normalmente resultam de impulsos de ira, frustração ou raiva (Miethe; Regoeczi, 2004).

Tabela 14 - Frequência relativa e absoluta das características das vítimas

| Variável | Categoria | 2016 (n = 128) | | 2017 (n = 107) | | 2018 (n = 90) | | 2019 (n = 55) | | 2020 (n = 33) | |
|----------------------|------------------|----------------|------|----------------|------|---------------|------|---------------|------|---------------|------|
| | | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Sexo | Masculino | 117 | 91,4 | 97 | 75,8 | 83 | 64,8 | 49 | 38,3 | 31 | 24,2 |
| | Feminino | 11 | 8,6 | 10 | 7,8 | 7 | 5,5 | 6 | 4,7 | 2 | 1,6 |
| | Sem informação | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Cor/Raça | Branca | 23 | 18,0 | 31 | 24,2 | 28 | 21,9 | 6 | 4,7 | 5 | 3,9 |
| | Negra* | 88 | 68,8 | 73 | 57,0 | 56 | 43,8 | 37 | 28,9 | 26 | 20,3 |
| | Outras** | 6 | 4,7 | 3 | 2,3 | 4 | 3,1 | 8 | 6,3 | 1 | 0,8 |
| | Sem informação | 11 | 8,6 | 0 | 0,0 | 2 | 1,6 | 4 | 3,1 | 1 | 0,8 |
| Faixa etária | ≤ 14 anos | 6 | 4,7 | 6 | 4,7 | 4 | 3,1 | 4 | 3,1 | 2 | 1,6 |
| | 15 a 24 anos | 45 | 35,2 | 38 | 29,7 | 33 | 25,8 | 19 | 14,8 | 12 | 9,4 |
| | 25 a 59 anos | 64 | 50,0 | 54 | 42,2 | 48 | 37,5 | 24 | 18,8 | 17 | 13,3 |
| | ≥ 60 anos | 12 | 9,4 | 7 | 5,5 | 5 | 3,9 | 6 | 4,7 | 2 | 1,6 |
| | Sem informação | 1 | 0,8 | 2 | 1,6 | 0 | 0,0 | 2 | 1,6 | 0 | 0,0 |
| Grau de escolaridade | Analfabeto | 5 | 3,9 | 6 | 4,7 | 7 | 5,5 | 7 | 5,5 | 3 | 2,3 |
| | Ens. infantil | 3 | 2,3 | 2 | 1,6 | 2 | 1,6 | 1 | 0,8 | 0 | 0,0 |
| | Ens. fundamental | 62 | 48,4 | 53 | 41,4 | 46 | 35,9 | 24 | 18,8 | 23 | 18,0 |
| | Ens. médio | 28 | 21,9 | 33 | 25,8 | 11 | 8,6 | 17 | 13,3 | 7 | 5,5 |
| | Ens. superior | 1 | 0,8 | 1 | 0,8 | 0 | 0,0 | 6 | 4,7 | 0 | 0,0 |
| | Sem informação | 29 | 22,7 | 12 | 9,4 | 24 | 18,8 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Estado civil | Solteiro(a) | 37 | 28,9 | 69 | 53,9 | 59 | 46,1 | 35 | 27,3 | 22 | 17,2 |
| | Casado(a) | 42 | 32,8 | 33 | 25,8 | 27 | 21,1 | 17 | 13,3 | 10 | 7,8 |
| | Outras*** | 5 | 3,9 | 3 | 2,3 | 4 | 3,1 | 1 | 0,8 | 1 | 0,8 |
| | Sem informação | 44 | 34,4 | 2 | 1,6 | 0 | 0,0 | 2 | 1,6 | 0 | 0,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do TJ/AL.

Nota: * obtida a partir da união entre pretos e pardos; ** obtida a partir da união entre amarelos e indígenas; *** obtida a partir da união entre divorciados(as), viúvos(as) e separados(as) judicialmente (categorias disponíveis).

Os dados da Tabela 14 indicam tendências consistentes em nossa amostra: entre os anos de 2016 e 2020, as principais vítimas da violência homicida em Maceió eram homens (91,3%), negros (pretos e pardos, 67,2%), jovens (25 a 29 anos, 50,1%), pouco instruídos (ensino fundamental, 50,4%) e sem vínculo matrimonial (solteiros, 53,8%). A amostra não é representativa, portanto, não podemos inferir que esses resultados se estendem por toda a população maceioense. Estudos como os de Nascimento e Silva Neto (2024), Silva (2020) e Nascimento e Gaudêncio (2013), no entanto, já confirmaram essas tendências no perfil das vítimas de homicídio doloso em amostras representativas.

De modo geral, essas tendências apontam para a persistência de uma grave questão social que afeta de maneira desproporcional determinados segmentos da população. A predominância de homens entre as vítimas de homicídios, por exemplo, não é um fenômeno exclusivo do Brasil, mas é particularmente acentuada no país. Essa tendência é frequentemente associada a fatores como normas de gênero que associam masculinidade a comportamentos de risco, disputas territoriais e conflitos relacionados ao tráfico de drogas (Cecchetto, 2004; Machado, 2004).

A questão racial também se destaca como um fator preponderante nas estatísticas de homicídios no Brasil. A maior vulnerabilidade da população negra, sobretudo de homens jovens negros, aos homicídios reflete as profundas desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Estudos como os de Alba Zaluar (2007, 2004) já apontavam a discriminação racial, o racismo institucional e a marginalização socioeconômica como fatores de sobredeterminação e sujeição de indivíduos negros à violência.

Além disso, a baixa escolaridade das vítimas de homicídios aponta para a educação como um fator crítico na prevenção da violência. A falta de acesso à educação de qualidade e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional aumenta a vulnerabilidade dos jovens à inserção em dinâmicas de violência. Este fato, em particular, reforça a importância de políticas educacionais inclusivas e integradas a estratégias de prevenção à violência, oferecendo aos jovens alternativas viáveis ao envolvimento com atividades criminosas¹⁶.

A condição marital das vítimas, com um alto percentual de solteiros, pode refletir, em parte, a juventude da maioria das vítimas, mas também sugere a complexidade das redes de apoio social e dos vínculos familiares. A fragilidade desses vínculos pode aumentar a exposição à violência, o que indica uma necessidade de fortalecer as estruturas de suporte social como parte das estratégias de prevenção ao crime.

¹⁶ Para uma ampla discussão sobre a relação entre educação e violência letal, ver Zaluar e Leal (2001).

Os estudos recentes sobre o perfil das vítimas de homicídios no Brasil reiteram o perfil de homens negros jovens como predominante e estável ao longo do tempo. Esse é basicamente o mesmo perfil em mais de 30 anos. No entanto as pesquisas recentes têm destacado a participação crescente de jovens armados em grupos e a prevalência de vítimas vinculadas a mercados ilegais, como o tráfico de drogas. O estudo de Feltran *et al.* (2022), por exemplo, indica que operar nesses mercados ilegais aumenta em 19 vezes a chance de ser vítima de um homicídio, superando, inclusive, outros preditores sociais. Tal padrão sugere que os homicídios no Brasil são parcialmente explicados pela relação com grupos armados, em que pesem regularidades sociológicas claras quanto ao perfil das vítimas, regularidades que refletem em maior ou em menor medida estruturas sociais desiguais, racistas e sexistas

A Tabela 15, por sua vez, sintetiza as frequências relativa e absoluta das características dos agressores nos casos de homicídio que integram nossa amostra.

Tabela 15 - Frequência relativa e absoluta das características dos agressores

| Variável | Categoria | 2016 (n = 128) | | 2017 (n = 107) | | 2018 (n = 90) | | 2019 (n = 55) | | 2020 (n = 33) | |
|----------------------|--------------------|----------------|------|----------------|------|---------------|------|---------------|------|---------------|------|
| | | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Sexo | Masculino | 118 | 92,2 | 84 | 78,5 | 63 | 70,0 | 43 | 78,2 | 27 | 81,8 |
| | Feminino | 10 | 7,8 | 23 | 21,5 | 27 | 30,0 | 12 | 21,8 | 6 | 18,2 |
| | Sem informação | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Cor/Raça | Branca | 25 | 19,5 | 36 | 33,6 | 26 | 28,9 | 18 | 32,7 | 12 | 36,4 |
| | Negra* | 89 | 69,5 | 62 | 57,9 | 63 | 70,0 | 33 | 60,0 | 20 | 60,6 |
| | Outras** | 14 | 10,9 | 9 | 8,4 | 1 | 1,1 | 4 | 7,3 | 1 | 3,0 |
| | Sem informação | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Faixa Etária | ≤ 14 anos | 6 | 4,7 | 5 | 4,7 | 11 | 12,2 | 7 | 12,7 | 7 | 21,2 |
| | 15 a 24 anos | 52 | 40,6 | 37 | 34,6 | 29 | 32,2 | 17 | 30,9 | 11 | 33,3 |
| | 25 a 59 anos | 64 | 50,0 | 61 | 57,0 | 47 | 52,2 | 28 | 50,9 | 15 | 45,5 |
| | ≥ 60 anos | 6 | 4,7 | 4 | 3,7 | 3 | 3,3 | 3 | 5,5 | 0 | 0,0 |
| | Sem informação | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Grau de Escolaridade | Analfabeto | 12 | 9,4 | 9 | 8,4 | 3 | 3,3 | 4 | 7,3 | 2 | 6,1 |
| | Educação infantil | 1 | 0,8 | 14 | 13,1 | 18 | 20,0 | 8 | 14,5 | 9 | 27,3 |
| | Ensino fundamental | 65 | 50,8 | 43 | 40,2 | 37 | 41,1 | 23 | 41,8 | 10 | 30,3 |
| | Ensino médio | 43 | 33,6 | 35 | 32,7 | 29 | 32,2 | 17 | 30,9 | 10 | 30,3 |
| | Ensino superior | 7 | 5,5 | 6 | 5,6 | 3 | 3,3 | 3 | 5,5 | 2 | 6,1 |
| | Sem informação | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Estado Civil | Solteiro(a) | 89 | 69,5 | 81 | 75,7 | 64 | 71,1 | 42 | 76,4 | 17 | 51,5 |
| | Casado(a) | 31 | 24,2 | 19 | 17,8 | 20 | 22,2 | 9 | 16,4 | 13 | 39,4 |
| | Outras*** | 8 | 6,3 | 7 | 6,5 | 6 | 6,7 | 4 | 7,3 | 3 | 9,1 |
| | Sem informação | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do TJ/AL.

Nota: * obtida a partir da união entre pretos e pardos; ** obtida a partir da união entre amarelos e indígenas; *** obtida a partir da união entre divorciados(as), viúvos(as) e separados(as) judicialmente (categorias disponíveis).

Tendências consistentes também são observáveis no perfil do autor do agressor. Conforme os dados dispostos na Tabela 2, podemos verificar que, entre os anos de 2016 e 2020, os autores dos homicídios cometidos em Maceió eram homens (81,1%), negros (pretos e pardos, 64,6%), jovens (25 a 29 anos, 52,1%), pouco instruídos (ensino fundamental, 43,1%) e sem vínculo matrimonial (solteiros, 70,9%). Aqui também não podemos inferir que esses resultados se estendem por toda a população pelo fato de a amostra não ser representativa. Silva (2020), contudo, já observou as mesmas tendências em amostras efetivamente representativas.

A correspondência entre o perfil da vítima e o perfil do autor do crime de homicídio chama atenção. Mas essa tendência não é uma particularidade do caso maceioense. Do contrário, é algo observável em todo o Brasil. Na literatura especializada nacional, há pelo menos três argumentos dedicados a esclarecer essa correspondência em diferentes níveis. No primeiro nível, o situacional, o foco recai sobre as circunstâncias imediatas e os contextos específicos em que os homicídios ocorrem. Homens jovens, negros e pouco escolarizados compõem a maior parte do público que reside em áreas com elevados índices de violência, onde a exposição a atividades ilícitas, conflitos territoriais e policiamento ostensivo é elevada (Schilltler, 2016). Esses ambientes podem facilitar encontros violentos, tanto por razões de defesa pessoal (Santos, 2012) quanto por disputas ligadas ao contexto local, como tráfico de drogas ou rivalidades entre grupos armados (Zilli; Beato, 2015).

No nível interpessoal, o que está em questão são as dinâmicas das relações e interações entre indivíduos. A similaridade nos perfis de vítimas e autores pode refletir normas culturais e sociais que valorizam a masculinidade agressiva (Zaluar, 2004) e a resolução de conflitos por meio da violência, especialmente em contextos em que outras formas de mediação são escassas ou ineficazes (Feltran, 2014). A baixa escolaridade contribui para a limitação de oportunidades socioeconômicas e a marginalização, exacerbando tensões e conflitos interpessoais (Cerqueira; Lobão, 2004). Assim, a violência pode ser vista como um meio de afirmação dentro desses grupos, onde a força é frequentemente empregada como uma forma de resolução de disputas, reforçando a correspondência entre os perfis de vítimas e autores.

O argumento centrado nos componentes estruturais debita a correspondência do perfil da vítima e do agressor das desigualdades socioeconômicas que assolam desproporcionalmente a homens jovens negros com baixa escolaridade. São estes que aprioristicamente sofrem com a carência de políticas públicas, com a segregação residencial, com a discriminação sistêmica e o acesso limitado a recursos educacionais e econômicos (Cerqueira; Lobão, 2004). É bem verdade que uma grande parte da população negra no Brasil está sujeita a essas condições, exposta à violência, ancorada na pobreza e na marginalização. Mas são os homens jovens

negros pouco escolarizados que, sob essas mesmas condições, privados de qualquer perspectiva, se lançam às atividades criminosas e nelas se envolvem em violência.

A correspondência entre o perfil da vítima e do autor do crime de homicídio reflete, portanto, não apenas problemas imediatos ou de ordem individual, mas a processos anteriores, mais amplos, que revelam a complexidade do problema da violência no Brasil e sua persistência histórica.

Já na Tabela 16, observamos as frequências relativa e absoluta das características da agressão, isto é, das circunstâncias dos casos de homicídio que compõem nossa amostra.

Tabela 16 - Frequência relativa e absoluta das características da agressão

| Variável | Categoria | 2016 (n = 128) | | 2017 (n = 107) | | 2018 (n = 90) | | 2019 (n = 55) | | 2020 (n = 33) | |
|---------------|-------------------|----------------|------|----------------|------|---------------|------|---------------|------|---------------|------|
| | | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Mês | Janeiro | 22 | 17,2 | 11 | 10,3 | 13 | 14,4 | 3 | 5,5 | 2 | 6,1 |
| | Fevereiro | 13 | 10,2 | 19 | 17,8 | 7 | 7,8 | 2 | 3,6 | 5 | 15,2 |
| | Março | 18 | 14,1 | 10 | 9,3 | 16 | 17,8 | 0 | 0,0 | 6 | 18,2 |
| | Abril | 11 | 8,6 | 7 | 6,5 | 0 | 0,0 | 11 | 20,0 | 0 | 0,0 |
| | Maió | 0 | 0,0 | 5 | 4,7 | 11 | 12,2 | 4 | 7,3 | 1 | 3,0 |
| | Junho | 14 | 10,9 | 2 | 1,9 | 10 | 11,1 | 7 | 12,7 | 7 | 21,2 |
| | Julho | 10 | 7,8 | 0 | 0,0 | 9 | 10,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| | Agosto | 5 | 3,9 | 4 | 3,7 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 6 | 18,2 |
| | Setembro | 0 | 0,0 | 15 | 14,0 | 1 | 1,1 | 3 | 5,5 | 1 | 3,0 |
| | Outubro | 9 | 7,0 | 6 | 5,6 | 3 | 3,3 | 4 | 7,3 | 0 | 0,0 |
| | Novembro | 12 | 9,4 | 18 | 16,8 | 8 | 8,9 | 8 | 14,5 | 5 | 15,2 |
| | Dezembro | 14 | 10,9 | 10 | 9,3 | 12 | 13,3 | 13 | 23,6 | 0 | 0,0 |
| Dia | Segunda-feira | 8 | 6,3 | 6 | 5,6 | 1 | 1,1 | 0 | 0,0 | 2 | 6,1 |
| | Terça-feira | 4 | 3,1 | 9 | 8,4 | 0 | 0,0 | 3 | 5,5 | 0 | 0,0 |
| | Quarta-feira | 1 | 0,8 | 3 | 2,8 | 8 | 8,9 | 1 | 1,8 | 0 | 0,0 |
| | Quinta-feira | 11 | 8,6 | 10 | 9,3 | 5 | 5,6 | 4 | 7,3 | 2 | 6,1 |
| | Sexta-feira | 21 | 16,4 | 4 | 3,7 | 16 | 17,8 | 6 | 10,9 | 6 | 18,2 |
| | Sábado | 53 | 41,4 | 48 | 44,9 | 37 | 41,1 | 26 | 47,3 | 13 | 39,4 |
| | Domingo | 30 | 23,4 | 27 | 25,2 | 23 | 25,6 | 15 | 27,3 | 10 | 30,3 |
| Turno | Manhã | 21 | 16,4 | 10 | 9,3 | 4 | 4,4 | 9 | 16,4 | 1 | 3,0 |
| | Tarde | 30 | 23,4 | 19 | 17,8 | 16 | 17,8 | 5 | 9,1 | 5 | 15,2 |
| | Noite | 48 | 37,5 | 56 | 52,3 | 37 | 41,1 | 24 | 43,6 | 16 | 48,5 |
| | Madrugada | 29 | 22,7 | 22 | 20,6 | 33 | 36,7 | 17 | 30,9 | 11 | 33,3 |
| Local do fato | Domicílio | 33 | 25,8 | 26 | 24,3 | 19 | 21,1 | 13 | 23,6 | 8 | 24,2 |
| | Via pública | 74 | 57,8 | 51 | 47,7 | 48 | 53,3 | 24 | 43,6 | 15 | 45,5 |
| | Estab. comercial | 11 | 8,6 | 17 | 15,9 | 15 | 16,7 | 9 | 16,4 | 7 | 21,2 |
| | Estab. industrial | 0 | 0,0 | 7 | 6,5 | 5 | 5,6 | 6 | 10,9 | 3 | 9,1 |
| | Estab. de saúde | 8 | 6,3 | 6 | 5,6 | 2 | 2,2 | 2 | 3,6 | 0 | 0,0 |

| | | | | | | | | | | | |
|-------------------------|-------------------|----|------|----|------|----|------|----|------|----|------|
| | Estab. de ensino | 2 | 1,5 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| | Estab. religioso | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1 | 1,1 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| | Sem informação | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1 | 1,8 | 0 | 0,0 |
| Motivação | Ocasional | 19 | 14,8 | 27 | 25,2 | 15 | 16,7 | 7 | 12,7 | 2 | 6,1 |
| | Passional | 24 | 18,8 | 16 | 15,0 | 24 | 26,7 | 11 | 20,0 | 8 | 24,2 |
| | Pistolagem | 14 | 10,9 | 3 | 2,8 | 7 | 7,8 | 0 | 0,0 | 1 | 3,0 |
| | Queima de arquivo | 7 | 5,5 | 12 | 11,2 | 11 | 12,2 | 3 | 5,5 | 0 | 0,0 |
| | Tráfico de drogas | 51 | 39,8 | 40 | 37,4 | 32 | 35,6 | 28 | 50,9 | 22 | 66,7 |
| | Vingança | 13 | 10,2 | 9 | 8,4 | 1 | 1,1 | 6 | 10,9 | 0 | 0,0 |
| | Sem informação | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Instrumento | Arma de fogo | 86 | 67,2 | 72 | 67,3 | 46 | 51,1 | 31 | 56,4 | 20 | 60,6 |
| | Arma branca | 22 | 17,2 | 23 | 21,5 | 28 | 31,1 | 19 | 34,5 | 7 | 21,2 |
| | Força física | 14 | 10,9 | 8 | 7,5 | 11 | 12,2 | 2 | 3,6 | 1 | 3,0 |
| | Outros | 6 | 4,7 | 3 | 2,8 | 5 | 5,6 | 3 | 5,5 | 5 | 15,2 |
| | Sem informação | 0 | 0,0 | 1 | 0,9 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Relação agressor-vítima | Familiar direto | 16 | 12,5 | 8 | 7,5 | 13 | 14,4 | 3 | 5,5 | 2 | 6,1 |
| | Familiar indireto | 21 | 16,4 | 11 | 10,3 | 20 | 22,2 | 6 | 10,9 | 0 | 0,0 |
| | Conhecido | 56 | 43,8 | 61 | 57,0 | 34 | 37,8 | 32 | 58,2 | 13 | 39,4 |
| | Desconhecido | 35 | 27,3 | 27 | 25,2 | 23 | 25,6 | 13 | 23,6 | 18 | 54,5 |
| | Sem informação | 0 | 0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 1 | 1,8 | 0 | 0,0 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do TJ/AL.

Nota: Para a análise apresentada, decidimos não incluir a variável “natureza do fato”, já que todos os incidentes investigados são homicídios dolosos, tornando esta especificação redundante. Da mesma forma, optamos por omitir a variável “cidade do fato”, considerando que todos os eventos analisados ocorreram exclusivamente em Maceió. Quanto à variável “bairro do fato”, optamos por omiti-la da nossa análise devido à ausência de variações qualitativas significativas entre os três bairros apontados que pudessem demandar uma exploração detalhada a partir da QCA.

Há em nossa amostra uma virtual concentração de casos de homicídio entre os meses de novembro a março (59,8%). No que se refere aos dias da semana, os dados apontam uma maior incidência nos sábados e domingos, que juntos concentram cerca de 68% dos casos. O turno de maior incidência dos homicídios é o turno da noite (43,8%). Quando ampliamos a análise para compreender os períodos sem iluminação natural (noite e madrugada), temos 70% dos casos concentrados.

A maior parte dos homicídios de nossa amostra ocorreram em vias públicas (48,4%) seguidos daqueles que ocorreram no domicílio da vítima (24%). As dinâmicas do tráfico de drogas (como aqui são entendidos os conflitos por controle territorial, por descumprimentos de acordos, dívidas ou mesmo com as forças de segurança) são a principal motivação dos casos de homicídio que compõem nossa amostra (41,9%), seguidos daqueles que foram passionalmente motivados (20,1%), isto é, homicídios cometidos sob a influência de intensas emoções ou paixões, geralmente associadas a relações afetivas, sexuais ou íntimas.

No que se refere às motivações, é importante que saibamos distinguir entre motivações instrumentais e motivações expressivas, pois cada uma delas implica diferentes entendimentos sobre as causas desses crimes. Motivações instrumentais estão geralmente associadas a crimes cometidos com o objetivo de obter algum ganho material ou vantagem específica. Nesses casos, o homicídio é meio para um fim, seja este a obtenção de dinheiro, poder, controle de territórios relacionados ao tráfico de drogas ou mesmo a eliminação de um rival ou obstáculo dentro de uma estrutura organizacional criminoso ou empresarial. A violência instrumental é calculada e planejada, com o agressor vendo a vítima como um impedimento para a consecução de seus objetivos. Este tipo de motivação é comum nos contextos em que prevalecem a criminalidade organizada, conflitos por recursos e disputas territoriais. Em nossa amostra, as categorias “pistolagem”, “queima de arquivo” e “tráfico de drogas” configuram motivações instrumentais.

Por outro lado, as motivações expressivas estão ligadas à expressão de emoções ou sentimentos intensos, tais como raiva, vingança, ciúmes ou honra. Ao contrário das motivações instrumentais, onde a violência é um meio para alcançar um determinado fim, nas motivações expressivas, o ato violento é um fim em si mesmo. A ação é impulsionada pelo desejo de expressar uma emoção, resolver uma percepção de injustiça ou afirmar uma identidade. Homicídios motivados expressivamente são frequentemente associados a conflitos interpessoais, tensões familiares ou sociais, e questões de identidade pessoal ou coletiva. A impulsividade e a falta de planejamento são características comuns nesses casos, refletindo a predominância de emoções intensas que levam ao ato homicida. Em nossa amostra, as categorias “ocasional”, “passional” e “vingança” configuram motivações expressivas.

A compreensão dessas motivações é útil não só ao entendimento dos objetivos o presente estudo, mas também, e principalmente, ao desenvolvimento de estratégias de prevenção e intervenção. Abordagens voltadas para a redução da violência instrumental podem focar na limitação de oportunidades para o crime, por meio de políticas de segurança pública e medidas de controle. Já as estratégias dedicadas a mitigar a violência expressiva podem requerer intervenções focadas no apoio psicológico, na mediação de conflitos e em programas educativos que visem à regulação emocional e ao desenvolvimento de habilidades sociais.

Voltando à amostra, observamos que a arma de fogo é o principal instrumento utilizado nos homicídios, se fazendo presentes em pouco mais de 60% dos casos, seguidas das armas brancas (24%). Tendências similares foram observadas em amostras representativas locais (Cerqueira; Mello, 2012; Szwarcwald; Castilho, 1998) e nacionais (Trindade *et al.*, 2015; Waiselfiz, 2013). Com relação à afinidade entre agressor e vítima, é possível apreender uma preponderância de indivíduos conhecidos (47,5%) na condição de autores do crime. Mortes cometidas por desconhecidos da vítima vêm a seguir (28,1%). Também chama atenção o envolvimento de familiares nesses casos (24,2%), sendo esse envolvimento maior entre familiares indiretos, isto é, familiares sem vínculo de sangue (consanguinidade), como cunhados, enteados, padrastos e afins.

Vimos até aqui um panorama detalhado das ocorrências de homicídios em Maceió, identificando um padrão predominante que delinea um perfil específico tanto para as vítimas quanto para os agressores, caracterizado majoritariamente por homens jovens, negros, com baixa escolaridade e solteiros. As agressões são preponderantemente motivadas por questões associadas ao tráfico de drogas, e se dão aos finais de semana, no período noturno, envolvendo armas de fogo por parte de um agressor conhecido da vítima. Essa é a configuração primária da violência letal na capital alagoana. Mas o que há para além do componente probabilístico que define essa configuração?

A complexidade dos homicídios não pode ser apreendida sem considerar as diferenças de tipo, notadamente aquelas associadas ao sexo, à cor/raça e às faixas etárias. Por exemplo, embora o padrão predominante envolva homens jovens e negros, como diferem as circunstâncias e motivações dos homicídios quando as vítimas são mulheres, ou indivíduos de outras raças ou de faixas etárias distintas? Estas diferenças podem revelar outros padrões de violência igualmente relevantes. Para explorar essas dimensões adicionais e desvendar as variadas configurações de homicídio presentes em Maceió, a Análise Qualitativa Comparativa (QCA) se coloca como uma metodologia promissora.

4.4.2 Análise Comparativa Qualitativa

4.4.2.1 Diferenças interespecíficas

As Tabelas 17 a 24 a seguir sintetizam os resultados da QCA para os oito perfis interseccionais. A leitura dos resultados é feita a partir da posição dos envolvidos (vítima e agressor) e da recorrência das configurações de homicídio (mais recorrente e menos recorrente). Esse esquema visa facilitar a compreensão das estruturas e processos que caracterizam os diferentes tipos de homicídios analisados.

Tabela 17 - QCA sobre homicídios de homens jovens negros (Maceió, 2016-2020)

| Vítima - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------|---------------|
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Negro | Jovem | Conhecido | Masculino | Negro | Jovem | Instrumental | Fogo | Externo | Noite | 68 | 16,5 |
| Vítima - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Negro | Jovem | Familiar | Feminino | Negro | Adulto | Expressivo | Branca | Interno | Dia | 1 | 0,2 |
| Agressor - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Negro | Jovem | Conhecido | Masculino | Negro | Jovem | Instrumental | Fogo | Externo | Noite | 68 | 16,5 |
| Agressor - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Branco | Adulto | Desconhecido | Masculino | Negro | Jovem | Instrumental | Fogo | Externo | Noite | 19 | 4,6 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Homens negros jovens compõem o Perfil 1, um dos perfis interseccionais com maior cobertura em nossa amostra. A configuração mais recorrente entre indivíduos com esse perfil, seja na condição de vítima, seja na condição de agressor, é exatamente a mesma, um dado que ressalta a prevalência da violência letal entre homens negros jovens, tal como evidenciado pela literatura nacional. Nessas configurações (as mais recorrentes), a relação entre vítima e agressor é tipicamente de “conhecidos”, o que indica que esses homicídios ocorrem dentro de redes de contato ou comunidades onde as vítimas e agressores interagem regularmente.

A motivação predominante nos homicídios é instrumental, sugerindo que esses crimes são cometidos com o objetivo de obter algum ganho ou resultado específico. Essa natureza é reforçada pelo fato de serem aplicadas armas de fogo na execução, um dado que também sublinha questões mais amplas relacionadas ao acesso e circulação de armamentos nos contextos urbanos brasileiros, também previamente discutido. Os ambientes externos (vias públicas) e o turno noturno (noite e madrugada) compõem o cenário de maior vulnerabilidade.

No extremo oposto, as configurações menos recorrentes mostram uma dinâmica diferente: na condição de vítima, homens negros jovens têm um agressor familiar. Trata-se de um agressor adulto do sexo feminino, cuja motivação para o assassinato é de natureza expressiva, o que sugere que o homicídio foi resultado de desavenças de cunho emocional ou de conflitos pessoais intensos. Esses crimes envolvem o uso de armas brancas e se dão em locais fechados durante o dia, dado que suscita e reforça a hipótese de violência doméstica, o que, por sua vez, contrasta fortemente com o caráter mais violento e público da configuração mais recorrente.

Curiosamente, na condição de agressor, a configuração menos recorrente compreende um homem branco adulto como vítima. Este não possui nenhum tipo de relação prévia com o agressor, é um desconhecido. Nessa configuração, a motivação é instrumental, a arma empregada é uma arma de fogo e o crime ocorre durante a noite em ambientes externos. Mesmo sendo a configuração menos recorrente entre agressores do Perfil 1, ela chega a ser a que tem a maior cobertura entre as configurações menos recorrentes de agressores, com uma medida de 4,6% em relação às demais.

Tabela 18 - QCA sobre homicídios de homens negros adultos (Maceió, 2016-2020)

| Vítima - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------|---------------|
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Negro | Adulto | Conhecido | Masculino | Negro | Adulto | Instrumental | Fogo | Externo | Noite | 101 | 24,4 |
| Vítima - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Negro | Adulto | Familiar | Masculino | Negro | Adulto | Expressivo | Outras | Externo | Dia | 1 | 0,2 |
| Agressor - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Negro | Adulto | Conhecido | Masculino | Negro | Adulto | Instrumental | Fogo | Externo | Noite | 101 | 24,4 |
| Agressor - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Feminino | Negro | Adulto | Familiar | Masculino | Negro | Adulto | Expressivo | Fogo | Interno | Noite | 8 | 1,9 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Na condição de vítima, homens negros adultos, indivíduos que compõem o Perfil 2, têm agressores com as mesmas características, isto é, também homens negros adultos. Há, no entanto, diferenças qualitativas no contexto de ocorrência do crime. Nos casos mais recorrentes, homens negros adultos são vitimados por conhecidos, o que sugere que muitos desses homicídios ocorrem dentro de círculos sociais ou comunitários. Esses casos são os que exibem maior cobertura, com uma medida de 24,4% em relação às 87 configurações identificadas. Esses crimes acontecem durante a noite, em ambientes externos, e envolvem o uso de armas de fogo, sob motivações instrumentais, o que indica que as razões por trás do homicídio são mais estruturadas, isto é, dedicadas ao alcance de objetivos claros. O contexto de ocorrência pode também refletir uma tática para evitar a detecção e captura, aproveitando a reduzida vigilância e iluminação durante esses períodos, o que ressalta o caráter premeditado dessas ocorrências.

Nos casos menos recorrentes, a relação entre vítima e agressor é uma relação de familiaridade, o que pressupõe a existência de prévios conflitos de cunho doméstico. A natureza expressiva desses crimes realça essa hipótese. O uso de outros meios de execução do crime (força física, drogas, entre outros), em ambientes externos, durante o todo no dia (manhã e tarde) são outros componentes que realçam o caráter pouco estruturado desses crimes, isto é, condicionado por impulsos que pouco relevam os riscos envolvidos na execução do crime, riscos estes que são levados em consideração nos casos que ocorrem sob motivação instrumental.

Alternativamente, na condição de agressores, a configuração menos recorrente com homens negros adultos envolve vítimas negras do sexo feminino, adultas, com as quais os agressores mantêm uma relação familiar. A baixa cobertura desses casos sugere que a violência homicida em contextos domésticos que envolvem homens negros adultos é relativamente rara. Ainda assim, nesses casos, as motivações são expressivas, relacionadas a emoções ou disputas pessoais, e a dinâmica do crime muda significativamente, com a ocorrência em ambientes fechados e durante o dia, além do uso de armas brancas, fator que reitera por coerência o caráter expressivo do delito e o situa em um conjunto restrito de homicídios com maior nível de agressividade.

Tabela 19 - QCA sobre homicídios de homens brancos jovens (Maceió, 2016-2020)

| Vítima - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------|---------------|
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Branco | Jovem | Desconhecido | Masculino | Negro | Jovem | Instrumental | Fogo | Externo | Noite | 22 | 5,3 |
| Vítima - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Branco | Jovem | Conhecido | Masculino | Branco | Jovem | Expressivo | Branca | Interno | Dia | 1 | 0,2 |
| Agressor - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Negro | Jovem | Desconhecido | Masculino | Branco | Jovem | Instrumental | Fogo | Externo | Noite | 17 | 4,1 |
| Agressor - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Feminino | Negro | Jovem | Desconhecido | Masculino | Branco | Jovem | Instrumental | Outras | Interno | Noite | 1 | 0,2 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

O Perfil 3, que engloba homens brancos jovens, destaca um conjunto diferente de dinâmicas em operação na comparação com os Perfis 1 e 2. Esse grupo apresenta interações raciais e etárias específicas que são importantes na diferenciação das configurações da violência letal. A configuração mais recorrente identifica as vítimas e os agressores como sendo predominantemente jovens, mas com uma diferença racial significativa: homens brancos jovens têm, na maioria dos casos que compõem nossa amostra, agressores negros jovens. Esses homicídios ocorrem majoritariamente no turno da noite e em espaços abertos (ambientes externos), e a motivação para esses crimes é instrumental, indicando um certo grau de premeditação.

O uso de armas de fogo como principal meio para a execução reforça a seriedade e a premeditação envolvida. A recorrência desses crimes em ambientes externos no período noturno pode estar relacionada tanto à tentativa de evitar a detecção pelas autoridades quanto a uma maior vulnerabilidade das vítimas durante esses horários e locais. Por outro lado, a configuração menos recorrente apresenta uma dinâmica em que tanto vítimas quanto agressores compartilham características demográficas similares (ambos são jovens). Nesse cenário, as motivações são classificadas como expressivas, sugerindo que os crimes são impulsionados por razões emocionais ou pessoais. O uso de armas brancas e a ocorrência de crimes em locais internos durante o dia destacam a natureza íntima e impulsiva desses homicídios, diferindo significativamente do padrão mais comum.

Parece haver nas configurações que envolvem vítimas do Perfil 3 uma susceptibilidade distinta tanto para vitimização quanto para agressão, comparativamente a outros perfis demográficos. Na maioria dos casos analisados, esses indivíduos são frequentemente vítimas de agressores jovens negros, sugerindo uma dinâmica racial específica que intensifica o risco durante interações particularmente no ambiente noturno e em locais abertos. Este padrão de vitimização pode estar associado à vulnerabilidade desses indivíduos em cenários onde a visibilidade é reduzida e a supervisão policial pode ser menos efetiva, aumentando assim as chances de crimes premeditados com o uso de armas de fogo. Tendências semelhantes não são observáveis nos casos em que esses indivíduos assumem a posição de agressor.

Tabela 20 - QCA sobre homicídios de homens brancos adultos (Maceió, 2016-2020)

| Vítima - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------|---------------|
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Branco | Adulto | Desconhecido | Masculino | Negro | Jovem | Instrumental | Fogo | Externo | Noite | 40 | 9,6 |
| Vítima - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Branco | Adulto | Familiar | Feminino | Branco | Adulto | Expressivo | Outras | Interno | Noite | 1 | 0,2 |
| Agressor - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Negro | Jovem | Desconhecido | Masculino | Branco | Adulto | Instrumental | Fogo | Externo | Dia | 35 | 8,4 |
| Agressor - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Branco | Adulto | Familiar | Masculino | Branco | Adulto | Expressivo | Fogo | Interno | Noite | 1 | 0,2 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Na análise das configurações do Perfil 4, observamos que a configuração mais recorrente mostra que as vítimas são predominantemente homens brancos adultos, e os agressores são majoritariamente homens negros jovens. Esse padrão já esclarece diferenças raciais e etárias notáveis nos homicídios desse perfil. Os crimes são frequentemente cometidos à noite e em locais externos, utilizando armas de fogo. A motivação destes homicídios é classificada como instrumental, indicando que os crimes são planejados.

Essa tendência de agressão entre grupos raciais e etários distintos pode ser um indício qualitativo de desigualdades estruturais em operação. O uso de armas de fogo e a prevalência de crimes em espaços abertos e durante a noite ressaltam a racionalidade desses crimes. Por outro lado, a configuração menos recorrente envolve uma dinâmica completamente diferente, onde os homicídios ocorrem em contextos familiares e envolvem apenas indivíduos brancos, tanto vítimas quanto agressores, que são adultos. As motivações são expressivas, indicando que esses crimes são impulsionados por razões pessoais ou emocionais, como conflitos domésticos ou disputas familiares. A utilização de outras armas (como a força física) e a ocorrência dos crimes em ambientes internos durante a noite sugerem uma natureza mais íntima e potencialmente impulsiva desses homicídios.

É possível que a vitimização de homens brancos adultos reflita vulnerabilidades específicas associadas a comportamentos de risco ou a contextos sociais particulares. Esses indivíduos podem estar mais expostos ao risco devido a fatores como o consumo abusivo de álcool e drogas, muito embora essas fatores pareçam ser menos significativos para homens adultos na comparação com homens jovens, sobretudo quando levadas em consideração as configurações que envolvem vítimas familiares, seja na condição de vítima ou de agressor. Isso não encerra as possibilidades em que as agressões de familiares são propelas pelo consumo de entorpecentes, mas sem um maior detalhamento dos casos, não podemos estender essas observações para além do nível das possibilidades.

Tabela 21 - QCA sobre homicídios de mulheres negras jovens (Maceió, 2016-2020)

| Vítima - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------|---------------|
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Feminino | Negro | Jovem | Familiar | Masculino | Negro | Jovem | Expressivo | Fogo | Interno | Noite | 13 | 3,1 |
| Vítima - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Feminino | Negro | Jovem | Desconhecido | Masculino | Branco | Jovem | Instrumental | Outras | Interno | Noite | 1 | 0,2 |
| Agressor - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Negro | Jovem | Conhecido | Feminino | Negro | Jovem | Expressivo | Fogo | Interno | Noite | 6 | 1,4 |
| Agressor - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Branco | Jovem | Conhecido | Feminino | Negro | Jovem | Expressivo | Branca | Interno | Noite | 1 | 0,2 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Na configuração mais recorrente do Perfil 5, mulheres negras jovens na condição de vítimas têm como agressores homens negros jovens. A relação entre vítima e agressor é familiar, o que indica que a violência ocorre dentro de um contexto doméstico conhecido. A motivação é expressiva, sugerindo que os homicídios são impulsionados por conflitos pessoais ou emocionais intensos. O uso predominante de armas de fogo e o local do crime sendo interno, geralmente à noite, aponta para uma dinâmica de violência doméstica que ocorre em ambientes privados, onde a vítima pode se sentir mais vulnerável e com menos possibilidades de escape ou ajuda externa.

Na configuração menos recorrente com vítimas do Perfil 5, os agressores passam a ser homens brancos jovens e a relação entre eles é descrita como desconhecida, isto é, não há nenhum tipo de vínculo prévio entre o agressor e a vítima. A motivação instrumental e o uso de “outras” armas (notadamente a força física) em um ambiente fechado durante a noite sugerem uma forma de violência onde o objetivo pode ser diferente, possivelmente relacionado a crimes de oportunidade ou circunstanciais, menos pessoais e mais aleatórios em comparação com a configuração mais recorrente.

Agora nos casos em que Mulheres Negras Jovens matam, as vítimas são em sua maioria homens negros jovens com uma relação de conhecimento prévio entre eles. A motivação expressiva e o uso de armas de fogo em locais internos à noite reforçam a natureza emocional e impulsiva desses crimes, frequentemente desencadeados por conflitos interpessoais. Nos casos menos recorrentes, agressoras do Perfil 5 vitimam homens brancos jovens que também são conhecidos. A motivação continua sendo expressiva, com o uso de armas brancas e crimes ocorrendo em ambientes fechados durante a noite. Ambas as configurações sugerem que, para mulheres negras jovens, seja na condição de vítima ou de agressora, a violência experimentada é intensamente pessoal e potencialmente ancorada em dinâmicas de poder ou controle dentro de relações conhecidas.

Tabela 22 - QCA sobre homicídios de mulheres negras adultas (Maceió, 2016-2020)

| Vítima - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------|---------------|
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Feminino | Negro | Adulto | Conhecido | Masculino | Negro | Jovem | Expressivo | Fogo | Interno | Noite | 18 | 4,3 |
| Vítima - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Feminino | Negro | Adulto | Familiar | Feminino | Negro | Adulto | Expressivo | Outras | Interno | Noite | 1 | 0,2 |
| Agressor - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Negro | Jovem | Desconhecido | Feminino | Negro | Adulto | Instrumental | Fogo | Externo | Dia | 7 | 1,6 |
| Agressor - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Feminino | Branco | Jovem | Familiar | Feminino | Negro | Adulto | Expressivo | Branca | Interno | Noite | 1 | 0,2 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

O Perfil 6 compreende casos cujas vítimas e agressores são mulheres negras adultas. Nas configurações mais recorrentes que incluem esse perfil entre as vítimas, os agressores são majoritariamente homens negros jovens. Semelhante ao que foi observado nas configurações do Perfil 5, os agressores de vítimas do Perfil 6 são conhecidos das vítimas, o que sugere que muitos desses crimes ocorrem dentro de um contexto de relações pré-existentes, possivelmente marcadas por tensões prolongadas ou conflitos emergentes. Esses homicídios tendem a ser motivados por razões expressivas, indicando que os conflitos emocionais ou pessoais desempenham um papel central na relação de mulheres negras jovens ou adultas. A natureza interna dos crimes, ocorrendo predominantemente à noite e envolvendo armas de fogo, aponta para uma combinação de violência doméstica.

Por outro lado, a configuração menos recorrente mostra um cenário onde as vítimas e os agressores são do mesmo sexo e raça, mas as vítimas são adultas enquanto os agressores são jovens, com uma relação familiar entre eles. Os crimes, ainda são motivados por razões expressivas, usam a força física para consumar o homicídio e também ocorrem em ambientes fechados durante a noite. Esse padrão menos frequente destaca a violência intrafamiliar que transcende as gerações, revelando um aspecto perturbador da violência doméstica que é menos sobre o controle imediato e mais sobre conflitos arraigados que podem ter se desenvolvido ao longo do tempo.

Na condição de agressoras, a configuração de homicídio mais comum tem homens negros jovens entre vítimas, as quais não reservavam qualquer tipo de relação com a agressora. Esses crimes se dão preponderantemente pelo dia, em vias públicas, sob o uso de armas de fogo, e carregam uma motivação instrumental. Na configuração menos recorrente, mulheres negras adultas vitimam homens brancos adultos, conhecidos da agressora, com armas brancas sob motivações expressivas, durante o dia em ambientes fechados. Essa configuração específica, embora pouco frequente, pode ser indicativa de conflitos pessoais marcados por tensões de raça e de gênero.

Tabela 23 - QCA sobre homicídios de mulheres brancas jovens (Maceió, 2016-2020)

| Vítima - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------|---------------|
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Feminino | Branco | Jovem | Familiar | Masculino | Branco | Adulto | Expressivo | Fogo | Interno | Noite | 6 | 1,4 |
| Vítima - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Feminino | Branco | Jovem | Familiar | Feminino | Branco | Adulto | Expressivo | Outras | Interno | Noite | 1 | 0,2 |
| Agressor - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Branco | Adulto | Familiar | Feminino | Branco | Jovem | Expressivo | Fogo | Interno | Dia | 2 | 0,4 |
| Agressor - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Branco | Jovem | Familiar | Feminino | Branco | Jovem | Expressivo | Branca | Interno | Noite | 1 | 0,2 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

O Perfil 7, focado em mulheres brancas jovens, traz consigo outras dinâmicas relevantes no entendimento do contexto dos homicídios analisados. Esse grupo específico mostra uma vulnerabilidade dentro de um contexto familiar e íntimo, revelando padrões de violência que são pessoais e marcados por emoções intensas. Na condição de vítima, a configuração mais recorrente do Perfil 7 aponta para agressores do sexo masculino brancos adultos. Os crimes com esses envolvidos tendem a ocorrer durante a noite em ambientes internos (notadamente a residência). A motivação expressiva desses crimes sugere que são impulsionados por questões emocionais, como ciúmes ou disputas familiares que escalam para violência letal.

A configuração menos recorrente que envolve uma mulher branca jovem como vítima tem quase todas as características da configuração mais comum, exceto pela arma empregada no crime, que no caso em questão é a força física. Na condição de agressoras, a configuração mais recorrente aponta para homens brancos adultos entre as vítimas. Nesses casos, elas agem durante o dia, em ambientes internos (residência), sob motivação expressiva e utilizando armas de fogo. Essa configuração pode refletir uma escalada de violência em situações de conflito doméstico que não são resolvidas pacificamente.

Por fim, a configuração menos recorrente envolve homens jovens brancos conhecidos da vítima, uma dinâmica onde tanto a agressora quanto a vítima são do mesmo sexo e faixa etária, o que pode revelar uma camada adicional de complexidade nas relações pessoais que se tornam letais. Esses incidentes, marcados pela expressividade e o uso de armas brancas, podem ser indicativos de conflitos interpessoais intensos que culminam em atos de violência extrema.

Tabela 24 - QCA sobre homicídios de mulheres brancas adultas (Maceió, 2016-2020)

| Vítima - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------------|-------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------------|---------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|----------|---------------|
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Feminino | Branco | Adulto | Familiar | Masculino | Branco | Adulto | Instrumental | Fogo | Interno | Noite | 1 | 0,2 |
| Vítima - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Feminino | Branco | Adulto | Familiar | Masculino | Branco | Adulto | Instrumental | Fogo | Interno | Noite | 1 | 0,2 |
| Agressor - Configuração mais recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Branco | Adulto | Familiar | Feminino | Branco | Adulto | Expressivo | Outras | Interno | Dia | 1 | 0,2 |
| Agressor - Configuração menos recorrente | | | | | | | | | | | | |
| Sexo da vítima | Cor da vítima | Grupo etário da vítima | Rel. vítima-agressor | Sexo do agressor | Cor do agressor | Grupo etário do agressor | Motivação do crime | Arma do crime | Local do crime | Turno do crime | n | % Conf |
| Masculino | Branco | Adulto | Familiar | Feminino | Branco | Adulto | Expressivo | Outras | Interno | Dia | 1 | 0,2 |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

Mulheres brancas adultas compõem o Perfil 8, o último perfil interseccional da análise. Trata-se também do perfil com menor representação na amostra. Tanto na configuração mais recorrente quanto na menos recorrente de vítimas, observamos um padrão em que as mulheres brancas adultas são agredidas por homens brancos adultos em um contexto familiar. O fato de todas essas ocorrências serem classificadas com a mesma motivação instrumental e acontecerem no interior de residências durante a noite sugere que esses crimes podem estar relacionados a questões como heranças, disputas financeiras ou outras tensões que não estão diretamente ligadas a conflitos emocionais típicos, mas que acabam por escalar para a violência.

A utilização de armas de fogo indica uma premeditação e uma disposição para infligir dano grave, o que é especialmente preocupante considerando o contexto doméstico desses atos. Nas configurações de agressores, encontramos uma inversão nos papéis tradicionais, com mulheres brancas adultas perpetrando violência contra homens brancos adultos, ainda dentro de um contexto familiar. Aqui, as motivações são classificadas como expressivas, indicando que, ao contrário dos cenários das vítimas, os crimes são impulsionados por emoções intensas ou conflitos pessoais. O uso de “outras” armas e a ocorrência desses crimes durante o dia podem refletir um elemento de oportunidade ou resposta a uma provocação imediata, sugerindo que essas mulheres podem estar agindo em momentos de grande tensão ou como uma forma de autodefesa.

A análise dos perfis interseccionais de homicídios em Maceió entre 2016 e 2020 revela um conjunto de dinâmicas que caracterizam a violência letal na capital alagoana. Os perfis de homens negros jovens (Perfil 1) e homens negros adultos (Perfil 2) mostram uma predominância de conflitos entre conhecidos, com a violência ocorrendo principalmente em espaços externos e à noite. A motivação predominante nessas configurações é instrumental, muitas vezes relacionada a disputas territoriais ou vinganças. O uso de armas de fogo é uma constante, evidenciando questões relacionadas ao acesso e controle de armamentos. Esses perfis destacam a problemática das dinâmicas de gangues e a influência de estruturas criminais.

Já nos perfis de homens brancos jovens (Perfil 3) e homens brancos adultos (Perfil 4), observa-se uma intersecção racial significativa nos padrões de violência, onde agressores de diferentes raças se envolvem em homicídios marcados também pela motivação instrumental. Contudo, as vítimas brancas muitas vezes enfrentam agressores desconhecidos, o que pode sugerir uma dinâmica de violência mais aleatória ou menos pessoal, diferentemente dos perfis anteriores onde há uma clara relação entre conhecidos.

Em contraste, os perfis envolvendo mulheres, tanto jovens quanto adultas, de diferentes grupos raciais (mulheres negras jovens (Perfil 5), mulheres negras adultas (Perfil 6), mulheres

brancas jovens (Perfil 7) e mulheres brancas adultas (Perfil 8)), revelam um padrão alarmante de violência doméstica e familiar. Nestes casos, as motivações são majoritariamente expressivas, indicando crimes de paixão ou conflitos pessoais intensos. Notavelmente, os crimes contra mulheres tendem a ocorrer em ambientes internos e durante a noite, sugerindo uma vulnerabilidade particular em espaços privados.

Em termos de diferenças, enquanto os homens frequentemente enfrentam agressores fora de contextos familiares, as mulheres são predominantemente vítimas dentro deste contexto, o que sublinha a importância de abordar a violência doméstica como um componente central das políticas de prevenção de homicídios. Além disso, a relação entre vítima e agressor nos perfis femininos frequentemente envolve relações de poder e controle, que podem não ser tão explícitas nos conflitos entre homens.

A influência de gênero, raça e idade nos padrões de homicídios varia significativamente dependendo do contexto social, econômico e cultural específico de cada comunidade ou região. No caso de Maceió, com base na análise dos perfis interseccionais discutidos, observamos que cada um desses fatores desempenha um papel crucial, mas de maneiras distintas.

O gênero parece ser um fator determinante nos padrões de violência, especialmente na forma como os crimes são cometidos e as motivações por trás deles. Os homicídios envolvendo mulheres frequentemente ocorrem em contextos domésticos e são motivados por questões expressivas, como conflitos pessoais ou emocionais. Isso contrasta com os homicídios envolvendo homens, que muitas vezes estão relacionados a motivações instrumentais, como disputas territoriais ou criminais, sugerindo que o gênero pode influenciar significativamente a natureza e o contexto da violência.

A raça também é um fator significativo, particularmente na forma como diferentes grupos raciais estão envolvidos em diferentes tipos de violência. Em Maceió, por exemplo, os padrões de violência entre homens negros jovens e adultos frequentemente envolvem outras pessoas de sua própria comunidade racial, indicando possíveis tensões internas ou conflitos relacionados a fatores socioeconômicos e culturais. Além disso, as interações inter-raciais, como entre homens brancos e negros, também sugerem que a raça pode ser um fator na origem dos conflitos.

A idade influencia principalmente a dinâmica dos relacionamentos entre vítimas e agressores, bem como a possível motivação para o crime. Jovens tendem a estar envolvidos em violência com motivações instrumentais e em contextos externos, o que pode refletir dinâmicas juvenis específicas como gangues ou disputas entre grupos de pares. Em contrapartida, adultos estão mais frequentemente envolvidos em situações de violência doméstica ou em conflitos de

longa duração que culminam em homicídios, refletindo uma evolução nas causas subjacentes de conflitos conforme a idade.

Não podemos afirmar categoricamente que um fator seja mais determinante que os outros, pois eles interagem de maneira complexa e entrelaçada. No entanto, em ambientes onde a violência doméstica é prevalente e os conflitos são mais pessoais e emocionais, o gênero pode ter uma influência mais direta. Já em contextos em que os conflitos são mais públicos e relacionados a questões territoriais ou de gangues, raça e idade podem desempenhar papéis mais significativos.

4.4.2.2 Diferenças intraespecíficas

O perfil geral das diferenças de gênero nas configurações de homicídio se alinham com as representações gerais de homicídio destacadas em estudos similares, como os de Lima (2018), Andrade (2015) e Portella (2014). Mas ao estendermos a análise sobre as 87 configurações prevalentes é possível identificar padrões adicionais sobre as assinaturas únicas entre subtipos específicos de homicídio. Em primeiro lugar, homicídios com motivação instrumental são quase sempre cometidos por homens, portanto, não surpreende o fato de que a grande maioria desses homicídios ocorre em situações únicas para infratores masculinos.

Esses assassinatos são frequentemente agressões entre indivíduos conhecidos, com armas de fogo, à noite e em espaços abertos. Em segundo lugar, agressões a estranhos são outro subtipo de homicídio cometido principalmente por homens e frequentemente envolvem uma motivação instrumental, vítimas do mesmo perfil do agressor (homens negros jovens) e se dão à noite e em locais abertos, também com a presença de armas de fogo. Em contraste, mulheres que matam estranhos o fazem principalmente em situações em que a vítima é do sexo oposto, instrumentalmente motivadas, em espaços fechados e com armas brancas.

Quanto às diferenças raciais, entre indivíduos negros, a principal configuração de homicídio permanece sem alterações: agressores negros tendem a fazer vítimas do mesmo sexo, raça e faixa etária, sob motivos instrumentais, com arma de fogo, em ambientes externos à noite. As diferenças observadas nas configurações de homicídios perpetrados por indivíduos negros são virtuais e sempre observada em relação à faixa etária dos agressores. Dito de outra forma, as configurações de homicídios cometidos por agressores negros muda em função da faixa etária do agressor. Com agressores com idades entre 20 e 29 anos, a proporção de casos é maior e concentrada no perfil anteriormente descrito.

Com agressores com idades menores que 20 anos, já é possível observar um número maior de casos com motivações expressivas e cometidos em ambientes internos durante o dia.

Com agressores com idades maiores que 30 anos, por sua vez, é possível constatar casos com vítimas mais novas do sexo oposto, mesmo que em um menor proporção à de agressores brancos (cerca de 3% para agressores negros).

Por fim, em relação às diferenças etárias, aproximadamente 1/3 das configurações de homicídio são únicas para agressores jovens, muito embora esses perfis representem apenas cerca de 22% do total de homicídios da amostra. Pouco mais de 1/10 das situações de homicídio são específicas de infratores adultos, mas essas características únicas representam somente cerca de 17% de todos os homicídios. Quase 2/3 das situações de homicídio são comuns a ambas as faixas etárias, abrangendo a vasta maioria dos homicídios nos anos analisados.

A despeito do fato de as distribuições univariadas indicarem algumas diferenças relacionadas à idade (como maior uso de armas e ocorrência em áreas externas no turno noturno), a maioria dos homicídios em Maceió acontece em contextos que são comuns a agressores jovens e adultos. Essa observação é importante do ponto de vista teórico, pois indica que explicações baseadas nas especificidades de grupos etários podem não ser tão abrangentes a ponto de explicar devidamente as estruturas das situações de homicídio.

Homicídios com configurações comuns entre os grupos etários geralmente envolvem conflitos dentro do mesmo grupo, com vítimas e infratores de características semelhantes. Esses perfis frequentemente incluem infratores do sexo masculino que assassinam indivíduos de seu próprio grupo etário, raça ou sexo. Conhecidos como vítimas, motivos instrumentais, armas de fogo e ambientes externos são elementos estruturais observados mais frequentemente em situações comuns a ambos os grupos. Infratores do sexo masculino que matam conhecidos do mesmo sexo, idade e raça são muito mais prevalentes em contextos situacionais comuns do que em situações específicas de jovens ou adultos.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo reserva limitações significativas. A principal delas reside na composição da amostra. Com aproximadamente 65% dos agressores identificados como negros e 82% como homens, a distribuição da amostra reflete desproporcionalidades que podem influenciar a interpretação das configurações de homicídios em Maceió. A predominância de agressores negros e masculinos nos casos analisados pode, por um lado, ressaltar questões sociais e econômicas latentes que, como vimos, têm um potencial explicativo sobre o envolvimento de certos grupos em atividades criminais com desfechos violento; mas, por outro lado, pode limitar a compreensão da dinâmica dos homicídios entre grupos raciais e de gênero. Além disso, a escolha de não excluir nenhum tipo de combinação de características dos crimes,

dado o tamanho da amostra, introduz complexidades adicionais na análise, dificultando a distinção entre padrões efetivamente significativos e variações marginais.

A composição da amostra também afeta a capacidade de realizar comparações significativas entre diferentes subgrupos dentro da amostra. Por exemplo, a análise de padrões específicos de homicídio entre diferentes faixas etárias, contextos socioeconômicos, ou entre diferentes motivações para o crime (como ganho financeiro versus conflitos pessoais) pode ser prejudicada pela insuficiência de casos em certas categorias. Isso pode levar à sub-representação de determinados tipos de homicídio ou à superestimação da prevalência de outros, distorcendo potencialmente a compreensão das verdadeiras dinâmicas em jogo.

Uma outra limitação da análise tange à capacidade de capturar a dinâmica temporal dos homicídios. Apesar da tentativa de examinar a estabilidade e mudança ao longo do tempo, a análise limita-se a uma janela de cinco anos. Esta restrição temporal pode não ser suficiente para identificar tendências de longo prazo ou mudanças significativas nas práticas e contextos dos homicídios. As variações observadas nos perfis dos agressores e nas circunstâncias dos crimes ao longo dos anos são interpretadas com cautela, uma vez que flutuações a curto prazo podem não refletir mudanças estruturais sustentáveis.

Em que pesem essas limitações, os resultados obtidos realçam a importância de uma abordagem com ênfase contextual para compreender as complexidades inerentes à violência letal. Sublinhamos a relevância crítica de integrar teorias combinatórias, que consideram a união de características específicas do ofensor, da vítima e do crime, para entender de maneira mais completa os atos criminosos. Essa abordagem nos permite reconhecer as nuances das situações de homicídio, destacando como locais, relações entre agressor e vítima, e contextos sociais desempenham papéis fundamentais na expressão da violência letal. Assim, torna-se evidente que qualquer esforço para prevenir homicídios deve levar em conta essas variáveis complexas e interligadas, sugerindo uma necessidade urgente de estratégias de prevenção customizadas e baseadas em evidências.

CONCLUSÕES

A motivação para o desenvolvimento desta tese veio de uma observação feita por Teixeira e Ribeiro (2017): a escassez de estudos quantitativos com foco causal nas principais revistas de sociologia. Eles apontaram essa deficiência como um “calcanhar de Aquiles metodológico”, uma fragilidade que compromete tanto a fundamentação teórica quanto as análises empíricas, deixando-as sem o suporte metodológico necessário para dar mais consistência e precisão às conclusões.

Diante desse diagnóstico, o projeto de pesquisa começou a tomar forma, com o desafio central de preencher essa lacuna. A direção mais clara para a tese só se definiu após a etapa de qualificação, quando o projeto foi reformulado para focar na explicação das variações da taxa de homicídio em Maceió nos últimos 20 anos. Em última instância, buscávamos construir hipóteses amplas, visando testá-las por meio de dados, buscando alcançar uma generalização, ainda que provisória, dos resultados.

No entanto, essa mesma falta de estudos quantitativos com orientação causal, que inicialmente inspirou a pesquisa, também apresentou desafios nas primeiras etapas do trabalho. Com a raridade dessa abordagem na sociologia brasileira, foi preciso buscar referências em outras disciplinas e na produção sociológica internacional. Além disso, houve um esforço em extrair o máximo possível das análises qualitativas ou mistas disponíveis na produção sociológica brasileira.

Nossa análise das literaturas quantitativa (econômica, epidemiológica e sociológica) e qualitativa e mista (sociológica, antropológica e histórica) foi conduzida com base em uma revisão sistemática seguindo o protocolo PRISMA. Esse método permitiu uma identificação rigorosa e detalhada das abordagens mais representativas (quantitativas) e dos resultados mais relevantes (qualitativos e mistos). Embora alguns aspectos possam ter sido subestimados ou superestimados, essa abordagem foi intencional: nosso objetivo não era mapear toda a produção sociológica no Brasil e no mundo, mas sim identificar limitações em algumas abordagens principais. Percebemos, no entanto, que há uma interação entre a economia do crime e a epidemiologia da violência. Além disso, notamos que alguns economistas e epidemiologistas utilizam conceitos sociológicos, embora esses não sejam considerados “típicos”. A aplicação do protocolo PRISMA nos ajudou a ter uma visão mais detalhada dos métodos, variáveis e resultados, especialmente nas pesquisas quantitativas.

Para os exercícios empíricos, utilizamos dados pré-tratados de fontes como o IBGE, DATASUS, IPEA, secretaria de segurança pública, entre outros. Partimos do pressuposto de que as variáveis construídas a partir desses dados possuíam uma relação causal mediada por outra variável, ou seja, um processo causal (mecanismo) que não pôde ser observado diretamente, mas que já havia sido descrito por estudos qualitativos anteriores ou por uma modelagem teórica prévia.

Testes mais específicos das teorias, utilizando questionários baseados em conceitos teóricos, podem aumentar a validade interna das evidências. Isso permite abordar questões em níveis individual, comunitário e estrutural, com medições que refletem diretamente os conceitos teóricos passíveis de verificação a partir de análises comparativas. Por exemplo, os vínculos entre o desemprego e homicídios: no caso maceioense, eles se dão mais pela tensão entre metas hegemônicas e os meios legítimos para alcançá-las, ou pela formação de grupos de jovens desempregados que acabam formando gangues, enquanto os jovens empregados interagem mais entre si, ou ambas as coisas? Gênero, raça e faixa etária intermediam as desigualdades que se mostram associadas às violências letal? A exclusão socioeconômica gera violência porque leva as pessoas a se compararem com as mais afortunadas, porque cria um ambiente de polarização e fragmentação social que enfraquece a solidariedade, porque o acesso à justiça e à segurança é condicionado pelas propriedades e rendas, ou porque a estigmatização dos pobres é tão intensa que podem ser mortos impunemente?

Nos concentramos na análise das causas da violência, mas explorar os efeitos da violência poderia ser uma alternativa. Isso inclui desde prejuízos econômicos, anos de vida perdidos e desperdício de recursos em políticas ineficazes, até impactos como o medo, o desejo de vingança, a desorganização social e a estigmatização moral que reforçam o ciclo de violência. Investigar esses efeitos ajudaria a compreender a forte dependência de trajetória, que frequentemente desafia a validade dos resultados empíricos em análises quantitativas causais sobre homicídios intencionais.

A QCA nos permitiu explorar a complexidade dos casos de homicídio e identificar múltiplos fatores que contribuem para resultados semelhantes e diferentes nas ocorrências notificadas em Maceió, a capital do estado de Alagoas. Entretanto, a composição de nossa amostra pode ter afetado a capacidade de realizar comparações ainda mais impactantes entre diferentes perfis interseccionais, inviabilizando uma análise ainda mais precisa das dinâmicas dos homicídios.

O foco nas dinâmicas de homicídio em Maceió também suscita dúvidas sobre a aplicabilidade dos achados em outros contextos. Embora os padrões identificados em Maceió

sejam relevantes, eles podem não refletir completamente as dinâmicas de homicídio em outras áreas urbanas do Brasil, onde as variáveis socioculturais, econômicas e políticas criminais diferem significativamente. Portanto, replicar este estudo em diferentes localidades com amostras mais amplas é crucial para confirmar e expandir a compreensão dessas dinâmicas.

Essa necessidade de replicação é vital não apenas para a validação dos padrões observados, mas também para a adaptação de intervenções baseadas em evidências que possam ser eficazes em diferentes contextos brasileiros. Além disso, a expansão das amostras permitirá uma análise mais refinada das variáveis que influenciam os homicídios, incluindo fatores culturais, socioeconômicos e de política criminal, que são essenciais para desenvolver estratégias mais eficazes de prevenção e redução da violência.

Além de considerar as limitações e necessidade de estudos adicionais, é importante destacar a relevância de abordagens interdisciplinares nas pesquisas sobre homicídios. É certo que esta é uma tese de doutorado em sociologia e que em algum momento dialogamos com as observações da literatura criminológica, mas reconhecemos que integrar outras perspectivas como as da psicologia, da antropologia ou da saúde coletiva, pode enriquecer nossa compreensão sobre as causas e consequências da violência letal, assim como sobre as melhores práticas para seu enfrentamento.

A cobrança por reformas sociais e econômicas profundas sobre as áreas urbanas “menos favorecidas” é uma tônica dos estudos sociológicos brasileiros. Sabemos que são nessas áreas que onde os ciclos de violência são mais intensos e frequentes. Nesse sentido, a provisão de alternativas para o desenvolvimento pessoal e profissional de jovens, tais como programas de capacitação profissional e oportunidades de avanço educacional, são alternativas. Essas iniciativas podem desviar os jovens de caminhos que levam à criminalidade e à violência, oferecendo-lhes perspectivas mais promissoras de vida.

As armas de fogo são frequentemente associadas a um aumento na letalidade dos confrontos, particularmente entre homens negros jovens. O efeito das leis de controle de armas sobre as taxas de homicídio é amplamente referenciado pela literatura especializada. Esse efeito é ainda mais significativo nas comunidades urbanas onde o acesso a esses dispositivos é facilitado.

A relação entre narcotráfico e violência armada também é deve ser levada em consideração, uma vez que o comércio ilegal de drogas muitas vezes sustenta e fomenta o uso de armas em conflitos urbanos. Políticas públicas que visam o controle de armas devem, portanto, ser acompanhadas de estratégias integradas que também abordem as raízes socioeconômicas do narcotráfico. A implementação de alternativas legais e seguras para a

juventude é de grande importância na dissuasão da adesão às redes criminosas e, por consequência, na redução da violência relacionada ao tráfico de drogas.

Todas essas recomendações soam como clichês. Há um conjunto substancial de estudos que apontam para a importância e a eficácia potencial dessas medidas. A experiência internacional demonstra que muitas dessas recomendações têm um embasamento empírico sólido, capaz de produzir mudanças significativas quando implementadas com sucesso. Falta, no entanto, disposição política para adotar e sustentar essas iniciativas a longo prazo.

Governos de diferentes espectros ideológicos, local e nacionalmente, têm demonstrado ora incompetência, ora hesitação em se comprometer com a agenda de reformas na segurança pública. Isso ocorre mesmo diante de evidências claras de que abordagens multidimensionais podem efetivamente reduzir os índices de criminalidade e violência. A implementação dessas políticas, contudo, exige mais do que reconhecimento retórico da necessidade de mudança; requer uma ação decisiva, recursos adequados e, sobretudo, uma liderança comprometida com a execução de longo prazo.

A resistência à implementação dessas políticas se deve a uma combinação de fatores, incluindo interesses políticos que priorizam agendas de curto prazo em detrimento de soluções mais duradouras e estruturais. A mobilização de recursos para essas iniciativas é vista como onerosa e politicamente arriscada, sobretudo nos contextos em que os resultados das políticas públicas não são imediatamente visíveis ou quantificáveis no curto prazo. E, claro, a corrupção e a falta de transparência em muitos níveis governamentais podem desviar recursos essenciais e minar a confiança pública nas iniciativas de reforma.

A eficácia das políticas de segurança pública está diretamente associada à capacidade dos governos de atuar de forma responsável. Sem um compromisso com a reforma e sem a intenção de enfrentar os desafios estruturais que precedem e perpetuam a violência, não há perspectiva de progresso. Portanto, embora as recomendações possam parecer repetitivas, o verdadeiro desafio reside não em superar a falta de conhecimento sobre o que é necessário fazer, mas em superar a falta de disposição política para implementar essas medidas de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABADIE, A. Semiparametric difference-in-differences estimators. **The Review of Economic Studies**, v. 72, n. 1, p. 1-19, 2005.
- ABADIE, A.; DIAMOND, A.; HAINMUELLER, J. Synth: An R package for synthetic control methods in comparative case studies. **Journal of Statistical Software**, v. 42, n. 13, p. 1-17, 2011.
- ABRAHAMS, N. *et al.* Intimate partner femicide in South Africa in 1999 and 2009. **PLoS Medicine**, v. 10, n. 4, p. e1001412, 2013.
- ADJORLOLO, S.; CHAN, H. The nature of instrumentality and expressiveness of homicide crime scene behaviors: A review. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 18, n. 2, p. 119-133, 2017.
- ADORNO, A.; BORDINI, E.; LIMA, R. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo em Perspectiva**, v. 13, p. 62-74, 1999.
- ADORNO, S.; NERY, M. Crime e violências em São Paulo: retrospectiva teórico-metodológica, avanços, limites e perspectivas futuras. **Cadernos MetrÓpole**, v. 21, p. 169-194, 2019.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- AMARAL, N.; AMARAL, C.; AMARAL, T. Mortalidade feminina e anos de vida perdidos por homicídio/agressão em capital brasileira após promulgação da Lei Maria da Penha. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 22, p. 980-988, 2013.
- ANDRADE, L. de *et al.* Homicídios juvenis e informalidade em um município brasileiro da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 31, p. 380-387, 2012.
- ANDRADE, L.; DINIZ, A. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, p. S171-S191, 2013.
- ANDRADE, R. **Configurações de homicídios dolosos em Pernambuco**: Uma investigação sociológica. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.
- ANDRADE, S. *et al.* Homicídios de homens de quinze a 29 anos e fatores relacionados no estado do Paraná, de 2002 a 2004. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, p. 1281-1288, 2011.
- ANDRESEN, M.; MALLESON, N. Crime seasonality and its variations across space. **Applied Geography**, v. 43, p. 25-35, 2013.
- ANDRESEN, M.; MALLESON, N. Intra-week spatial-temporal patterns of crime. **Crime Science**, v. 4, p. 1-11, 2015.

ARAÚJO, E. *et al.* Spatial distribution of mortality by homicide and social inequalities according to race/skin color in an intra-urban Brazilian space. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 13, p. 549-560, 2010.

AZEVEDO, R.; CIPRIANI, M. Um estudo comparativo entre facções: O cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. **Sistema Penal & Violência**, v. 7, n. 2, p. 161-174, 2015.

BALLER, R. *et al.* Structural covariates of US county homicide rates: Incorporating spatial effects. **Criminology**, v. 39, n. 3, p. 561-588, 2001.

BALLESTEROS, P. Gestão de políticas de segurança pública no Brasil: Problemas, impasses e desafios. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, n. 1, p. 6-22, 2014.

BARATA, R.; RIBEIRO, M. Relação entre homicídios e indicadores econômicos em São Paulo, Brasil, 1996. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 7, n. 2, p. 118-124, 2000.

BARCELLOS, C.; ZALUAR, A. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, p. 94-102, 2014.

BARROS, D. **Alagoas tem 24 dos 556 municípios mais violentos do país**. Alagoas 24 horas, 24 de março de 2008. Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/753695/alagoas-tem-24-dos-556-municipios-mais-violentos-do-pais/>. Acesso em: 4 de maio de 2024.

BEATO, C. *et al.* Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 5, p. 1163-1171, 2001.

BEATO, C. **Crime e cidades**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

BEAUREGARD, E. *et al.* Sexual murderers of children: Developmental, precrime, crime, and postcrime factors. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 52, n. 3, p. 253-269, 2008.

BEAUREGARD, E.; MARTINEAU, M. A descriptive study of sexual homicide in Canada: Implications for police investigation. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 57, n. 12, p. 1454-1476, 2013.

BEAUREGARD, E.; PROULX, J. A classification of sexual homicide against men. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 51, n. 4, p. 420-432, 2007.

BEAUREGARD, E.; PROULX, J. Profiles in the offending process of nonserial sexual murderers. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 46, n. 4, p. 386-399, 2002.

BELETSKY, L. America's favorite antidote: drug-induced homicide in the age of the overdose crisis. **Utah Law Review**, p. 833, 2019.

BETARELLI JÚNIOR, 2016.

BIDERMAN, C. *et al.* Pax monopolista and crime: the case of the emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 35, p. 573-605, 2019.

BIONDI, K. Tecendo as tramas do significado: as facções prisionais enquanto organizações fundantes de padrões sociais. **Antropologia e Direitos Humanos**, v. 4, p. 303-350, 2006.

BITTENCOURT, M. **Criminalidade violenta e estrutura social: Uma análise dos homicídios intencionais no Brasil (1979-2019)**. 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

BLUMER, H. Sociological analysis and the “variable”. **American Sociological Review**, v. 21, n. 6, p. 683-690, 1956.

BLUMER, H. **Symbolic interactionism: Perspective and method**. Los Angeles: University of California Press, 1986.

BOITEUX, L. Brasil: reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva. **Revista Sur**, v. 12, n. 21, 2015.

BRAGA, A.; PAPACHRISTOS, A.; HUREAU, D. The concentration and stability of gun violence at micro places in Boston, 1980-2008. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 26, p. 33-53, 2010.

BRASIL, G.; SANTIAGO, É.; BRANDÃO, M. A banalidade da violência policial contra jovens pobres, pretos e periféricos na cidade de Fortaleza. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 13, n. 1, p. 169-193, 2020.

BRAUMOELLER, B. Causal Complexity and the Study of Politics. **Political Analysis**, v. 11, p. 209-233, 2003.

BRICEÑO-LEÓN, R.; VILLAVECES, A.; CONCHA-EASTMAN, A. Understanding the uneven distribution of the incidence of homicide in Latin America. **International Journal of Epidemiology**, v. 37, n. 4, p. 751-757, 2008.

BUENO, S.; LIMA, R.; TEIXEIRA, M. Limites do uso da força policial no Estado de São Paulo. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, p. 783-799, 2019.

BYE, E. Alcohol and homicide in Eastern Europe: A time series analysis of six countries. **Homicide Studies**, v. 12, n. 1, p. 7-27, 2008.

CAMAN, S. *et al.* Differentiating male and female intimate partner homicide perpetrators: A study of social, criminological and clinical factors. **International Journal of Forensic Mental Health**, v. 15, n. 1, p. 26-34, 2016.

CAMAN, S. *et al.* Trends in rates and characteristics of intimate partner homicides between 1990 and 2013. **Journal of Criminal Justice**, v. 49, p. 14-21, 2017.

- CAMPBELL, J.; WEBSTER, D.; GLASS, N. The danger assessment: Validation of a lethality risk assessment instrument for intimate partner femicide. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 24, n. 4, p. 653-674, 2009.
- CANO, I.; DUARTE, T. **No sapatinho**. A evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011), 2012.
- CARDIA, N.; SCHIFFER, S. Violência e desigualdade social. **Ciência e Cultura**, v. 54, n. 1, p. 25-31, 2002.
- CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 17, p. 43-73, 2003.
- CARDOSO, F. *et al.* Homicídios no Rio de Janeiro, Brasil: uma análise da violência letal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1277-1288, 2016.
- CAREY, D.; TORRES, M. Precursors to femicide: Guatemalan women in a vortex of violence. **Latin American Research Review**, v. 45, n. 3, p. 142-164, 2010.
- CARVALHO, A. **Cadeias de tensão**: Repertórios disciplinares de facções e do sistema em unidades de internação alagoanas. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- CARVALHO, A. *et al.* Taxas bayesianas para o mapeamento de homicídios nos municípios brasileiros. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, p. 1249-1262, 2012.
- CARVALHO, V.; SILVA, M. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálysis**, v. 14, p. 59-67, 2011.
- CASTRO, M. *et al.* Regionalização como estratégia para a definição de políticas públicas de controle de homicídios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 5, p. 1269-1280, 2004.
- CECCATO, V. Homicide in Sao Paulo, Brazil: Assessing spatial-temporal and weather variations. **Journal of Environmental Psychology**, v. 25, n. 3, p. 307-321, 2005.
- CECCATO, V.; HAINING, R.; KAHN, T. The geography of homicide in São Paulo, Brazil. **Environment and Planning A**, v. 39, n. 7, p. 1632-1653, 2007.
- CECCHETTO, F. **Violência e estilos de masculinidade**. [s. l.]: FGV Editora, 2004.
- CERETTI, A. *et al.* Homicides and Violent Deaths in the world. **Cahiers de Défense Sociale**, v. 2016, p. 16-87, 2016.
- CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência 2019**: Retrato dos municípios brasileiros. [s. l.]: [s. n.], 2019.
- CERQUEIRA, D. *et al.* **Atlas da violência no campo no Brasil**: Condicionantes Socioeconômicos e Territoriais. [s. l.]: [s. n.], 2020.

CERQUEIRA, D. Mapa dos homicídios ocultos no Brasil. **Texto para Discussão**, [s. l.]: [s. n.], 2013.

CERQUEIRA, D. **Causas e consequências do crime no Brasil**. [s. l.]: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014.

CERQUEIRA, D. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. Texto para Discussão, [s. l.]: [s. n.], 2013.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida**. Texto para discussão, [s. l.]: [s. n.], 2017.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Dados**, v. 47, p. 233-269, 2004.

CERQUEIRA, D.; MELLO, J. **Menos armas, menos crimes**. [s. l.]: [s. n.], 2012.

CERQUEIRA, D.; MELLO, J.; SOARES, R. Homicídios no Brasil: uma tragédia em três atos. **Prêmio BNDES de Economia**, v. 33, 2014.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. O efeito das oportunidades no mercado de trabalho sobre as taxas de homicídios no Brasil. **Anais do Encontro Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia**, Florianópolis (SC), p. 942-697, 2015.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. **O efeito das oportunidades no mercado de trabalho sobre as taxas de homicídios no Brasil**. Encontros da ANPEC, [s. l.]: [s. n.], 2016.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. **Oportunidades laborais, educacionais e homicídios no Brasil**. Texto para Discussão, [s. l.]: [s. n.], 2019.

CHAN, H.; BEAUREGARD, E.; MYERS, W. Single-victim and serial sexual homicide offenders: Differences in crime, paraphilias and personality traits. **Criminal Behaviour and Mental Health**, v. 25, n. 1, p. 66-78, 2015.

CHAN, H.; HEIDE, K. Weapons used by juveniles and adult offenders in sexual homicides: An empirical analysis of 29 years of US data. **Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling**, v. 5, n. 3, p. 189-208, 2008.

CHAN, H.; HEIDE, K.; BEAUREGARD, E. Male and female single-victim sexual homicide offenders: Distinguishing the types of weapons used in killing their victims. **Sexual Abuse**, v. 31, n. 2, p. 127-150, 2019.

CHERMAK, S. *et al.* American terrorism and extremist crime data sources and selectivity bias: An investigation focusing on homicide events committed by far-right extremists. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 28, n. 1, p. 191-218, 2012.

CHIAVEGATTO FILHO, A.; BELTRÁN-SÁNCHEZ, H.; KAWACHI, I. Racial disparities in life expectancy in Brazil: challenges from a multiracial society. **American Journal of Public Health**, v. 104, n. 11, p. 2156-2162, 2014.

CHIES, L.; RIVERO, S. Facções e cena criminal na Zona Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 1, 2019.

CHIODA, L.; MELLO, J.; SOARES, R. Spillovers from conditional cash transfer programs: Bolsa Família and crime in urban Brazil. **Economics of Education Review**, v. 54, p. 306-320, 2016.

CIPRIANI, M. Da “Falange Gaúcha” aos “Bala nos Bala”: a emergência das “facções criminais” em Porto Alegre (RS) e sua manifestação atual. **Direito e Democracia**, v. 17, n. 1, 2016.

CLARK, W.; GILLIGAN, M.; GOLDBERGER, M. A simple multivariate test for asymmetric hypotheses. **Political Analysis**, v. 14, n. 3, p. 311-331, 2006.

CLARKE, R. Situational crime prevention. **Crime and Justice**, v. 19, p. 91-150, 1995.

CLARKE, R. Situational crime prevention: Its theoretical basis and practical scope. **Crime and Justice**, v. 4, p. 225-256, 1983.

COHEN, D.; NISBETT, R. Field experiments examining the culture of honor: The role of institutions in perpetuating norms about violence. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 23, n. 11, p. 1188-1199, 1997.

COHEN, L.; FELSON, M. Social change and crime rate trends: A routine activity approach. **American Sociological Review**, v. 44, p. 588-608, 1979.

COOK, S.; WINFIELD, T. The urban–rural divide, regional disaggregation and the convergence of crime. **Applied Economics**, v. 47, n. 47, p. 5072-5087, 2015.

COOPER, A. *et al.* **Homicide trends in the United States, 1980-2008**. Washington, DC: Bureau of Justice Statistics, 2011.

CORNISH, D.; CLARKE, R. **The reasoning criminal: Rational choice perspectives on offending**. New York, NY: Springer-Verlag, 1986.

COSTA, A.; CUNHA, V. **Reflexões iniciais sobre a necropolítica da produção de dados no Brasil: aportes para pensar a mortalidade violenta na juventude**. Encontro Virtual do CONPEDI. Criminologias e política criminal I. Florianópolis: CONPEDI, 2021.

COSTA, D.; NJAINE, K.; SCHENKER, M. Repercussões do homicídio em famílias das vítimas: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 3087-3097, 2017.

COSTA, F.; TRINDADE, R.; SANTOS, C. Muertes por homicidios: serie histórica. [s. l.]: [s. n.], 2014.

COSTELLO, B.; VOWELL, P. Testing control theory and differential association: A reanalysis of the Richmond Youth Project data. **Criminology**, v. 37, n. 4, p. 815-842, 1999.

CRENSHAW, K. The first decade: Critical reflections, or a foot in the closing door. **UCLA Law Review**, v. 49, p. 1343, 2001.

CRESSEY, D. Application and verification of the differential association theory. **Journal of Criminal Law, Criminology and Police Science**, v. 43, p. 43, 1952.

CROSSAN, M.; APAYDIN, M. A multi-dimensional framework of organizational innovation: A systematic review of the literature. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, p. 1154-1191, 2010.

CRUZ, J.; DURÁN-MARTÍNEZ, A. Hiding violence to deal with the state: Criminal pacts in El Salvador and Medellín. **Journal of Peace Research**, v. 53, n. 2, p. 197-210, 2016.

DAUDELIN, J.; RATTON, J. Mercados de drogas, guerra e paz no Recife. **Tempo Social**, v. 29, p. 115-134, 2017.

DEATON, A.; CARTWRIGHT, N. Reflections on randomized control trials. **Social Science and Medicine**, v. 210, 2018.

DECKER, D.; PYROOZ, D. On the validity and reliability of gang homicide: A comparison of disparate sources. **Homicide studies**, v. 14, n. 4, p. 359-376, 2010.

DECKER, S.; CURRY, G. David. Gangs, gang homicides, and gang loyalty: Organized crimes or disorganized criminals. **Journal of Criminal Justice**, v. 30, n. 4, p. 343-352, 2002.

DECKER, S.; MELDE, C.; PYROOZ, D. What do we know about gangs and gang members and where do we go from here? **Justice Quarterly**, v. 30, n. 3, p. 369-402, 2013.

DEFRONZO, J. *et al.* Male serial homicide: The influence of cultural and structural variables. **Homicide Studies**, v. 11, n. 1, p. 3-14, 2007.

DEJONG, C.; PIZARRO, J.; MCGARRELL, E. Can situational and structural factors differentiate between intimate partner and “other” homicide? **Journal of Family Violence**, v. 26, p. 365-376, 2011.

DEL RIO, J.; DOUCET, J.; CHAUVIN, C. Violent and vindictive women: A re-analysis of the southern subculture of violence. **Sociological Spectrum**, v. 30, n. 5, p. 484-503, 2010.

DEPPMAN, A. Scaling properties of firearm homicides in Brazilian cities. **arXiv preprint arXiv:1905.11483**, 2019.

DONOHUE, J.; ANEJA, A.; WEBER, K. Right-to-carry laws and violent crime: A comprehensive assessment using panel data and a state-level synthetic control analysis. **NBER**, Working Paper n. 23510, 2017.

DRURY, A.; DELISI, M. Gangkill: An exploratory empirical assessment of gang membership, homicide offending, and prison misconduct. **Crime & Delinquency**, v. 57, n. 1, p. 130-146, 2011.

DUQUE, D. *et al.* Vidas negras importam? Desigualdade racial na violência In: FRANÇA, M.; PORTELLA, A. **Números da discriminação racial: Desenvolvimento humano, equidade e políticas públicas**. São Paulo: Jandaíra, 2023, p. 378-404.

DURÁN-MARTÍNEZ, A. To kill and tell? State power, criminal competition, and drug violence. **Journal of Conflict Resolution**, v. 59, n. 8, p. 1377-1402, 2015.

EBBINGHAUS, B. When less is more: Selection problems in large-N and small-N cross-national comparisons. **International Sociology**, v. 20, n. 2, p. 133-152, 2005.

ECKHARDT, K; PRIDEMORE, W. Differences in female and male involvement in lethal violence in Russia. **Journal of Criminal Justice**, v. 37, n. 1, p. 55-64, 2009.

EISNER, M. Crime, problem drinking, and drug use: Patterns of problem behavior in cross-national perspective. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 580, n. 1, p. 201-225, 2002.

EITLE, D; D'ALESSIO, S.; STOLZENBERG, L. Economic segregation, race, and homicide. **Social Science Quarterly**, v. 87, n. 3, p. 638-657, 2006.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa, Edições, v. 70, 1970.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ERIKSSON, L.; MAZEROLLE, P. A general strain theory of intimate partner homicide. **Aggression and Violent Behavior**, v. 18, n. 5, p. 462-470, 2013.

FEITÓSA, C.; SCHULL, A.; HEIN, A. Análise da eficiência dos gastos em segurança pública nos estados brasileiros através da análise envoltória de dados (DEA). **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**-ISSN 2177-4153, v. 12, n. 3, p. 91-105, 2014.

FELDMEYER, B. The effects of racial/ethnic segregation on Latino and Black homicide. **The Sociological Quarterly**, v. 51, n. 4, p. 600-623, 2010.

FELSON, M.; POULSEN, E. Simple indicators of crime by time of day. **International Journal of Forecasting**, v. 19, n. 4, p. 595-601, 2003.

FELSON, R.; STAFF, J. The effects of alcohol intoxication on violent versus other offending. **Criminal Justice and Behavior**, v. 37, n. 12, p. 1343-1360, 2010.

FELTRAN, G. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, v. 23, p. 59-73, 2010.

FELTRAN, G. Valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, v. 27, p. 495-512, 2014.

FELTRAN, G. *et al.* Variações nas taxas de homicídios no Brasil: Uma explicação centrada nos conflitos faccionais. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, p. 311-348, 2022.

FERREIRA, M. Brazilian criminal organizations as transnational violent non-state actors: a case study of the Primeiro Comando da Capital (PCC). **Trends in Organized Crime**, v. 22, n. 2, p. 148-165, 2019.

FERREIRA, M.; FRAGMENTO, R. Degradação da Paz no Norte do Brasil: o conflito entre Primeiro Comando da Capital (PCC) e Família do Norte (FDN). **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, v. 4, n. 2, p. 91-114, 2019.

FIELD, C. *et al.* Women accused of homicide: The impact of race, relationship to victim, and prior physical abuse. **Advances in Applied Sociology**, v. 7, n. 8, p. 281-304, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança 2020**, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em 5 de maio de 2024.

FOX, J.; SAVAGE, J. Mass murder goes to college: An examination of changes on college campuses following Virginia Tech. **American Behavioral Scientist**, v. 52, n. 10, p. 1465-1485, 2009.

FOX, K.; ALLEN, T. Examining the instrumental-expressive continuum of homicides: Incorporating the effects of gender, victim-offender relationships, and weapon choice. **Homicide Studies**, v. 18, n. 3, p. 298-317, 2014.

FOX, J.; FRIDEL, E. Gender differences in patterns and trends in US homicide, 1976-2015. **Violence and Gender**, v. 4, n. 2, p. 37-43, 2017.

FRIDEL, E.; FOX, J. Gender differences in patterns and trends in US homicide, 1976-2017. **Violence and Gender**, v. 6, n. 1, p. 27-36, 2019.

GALVÃO, C. **Vilela afirma estar “incomodado” e “indignado” com a violência**. Alagoas 24 horas, 28 de maio de 2008. Disponível em: <https://www.alagoas24horas.com.br/539629/vilela-afirma-estar-incomodado-e-indignado-com-a-violencia/>. Acesso em: 4 de maio de 2024.

GAWRYSZEWSKI, V.; COSTA, L. Homicídios e desigualdades sociais no Município de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, p. 191-197, 2005.

GILLESPIE, L. *et al.* Framing deadly domestic violence: Why the media's spin matters in newspaper coverage of femicide. **Violence Against Women**, v. 19, n. 2, p. 222-245, 2013.

GODOI, R. *et al.* Letalidade policial e respaldo institucional: perfil e processamento dos casos de "resistência seguida de morte" na cidade de São Paulo. **Revista de Estudos Sociais**, n. 73, p. 58-72, 2020.

GOERTZ, G.; MAHONEY, J. Two-level theories and fuzzy-set analysis. **Sociological Methods & Research**, v. 33, n. 4, p. 497-538, 2005.

GOFFMAN, E. **Relations in public**: Microstudies of the public order. New York: Basic Books, 1971.

GOFFMAN, E. Response cries. **Language**, p. 787-815, 1978.

GOMES, J. **Habitação, desorganização social e violência: situação e perspectiva no bairro Benedito Bentes, Maceió-AL.** 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

GOTTFREDSON, M.; HIRSCHI, T. **A general theory of crime.** Stanford University Press, 1990.

GRAHAM, L. *et al.* Explanatory theories of intimate partner homicide perpetration: A systematic review. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 23, n. 2, p. 408-427, 2022.

GRIFFITHS, E.; CHAVEZ, J. Communities, street guns and homicide trajectories in Chicago, 1980-1995: Merging methods for examining homicide trends across space and time. **Criminology**, v. 42, n. 4, p. 941-978, 2004.

GROFMAN, B.; SCHNEIDER, C. An introduction to crisp set QCA, with a comparison to binary logistic regression. **Political Research Quarterly**, v. 62, n. 4, p. 662-672, 2009.

GRUENEWALD, J.; KELLEY, K. Exploring anti-LGBT homicide by mode of victim selection. **Criminal Justice and Behavior**, v. 41, n. 9, p. 1130-1152, 2014.

GURGEL, M. **Configurações estratégicas de empresas de alto desempenho: análise qualitativa comparativa das imperfeições de mercado por elas exploradas.** 2011. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

HAGEDORN, J. RAUNCH, B. Housing, gangs, and homicide. What we can learn from Chicago. **Urban Affairs Review**, v. 42, n. 4, p. 435-456, 2007.

HAWKINS, D. Black and white homicide differentials: Alternatives to an inadequate theory. In: **Race, Crime, and Justice.** [s. l.]: Routledge, 2013. p. 245-262.

HEALEY, J. *et al.* Is the sexual murderer a unique type of offender? A typology of violent sexual offenders using crime scene behaviors. **Sexual Abuse**, v. 28, n. 6, p. 512-533, 2016.

HEALEY, J.; LUSSIER, P.; BEAUREGARD, E. Sexual sadism in the context of rape and sexual homicide: An examination of crime scene indicators. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 57, n. 4, p. 402-424, 2013.

HEIDE, K. *et al.* Male and female juveniles arrested for murder: A comprehensive analysis of US data by offender gender. **International Journal of Offender Therapy And Comparative Criminology**, v. 56, n. 3, p. 356-384, 2012.

HIBBELN, J. *et al.* Increasing homicide rates and linoleic acid consumption among five Western countries, 1961-2000. **Lipids**, v. 39, n. 12, p. 1207-1213, 2004.

HILL, A. *et al.* Criminal recidivism in sexual homicide perpetrators. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 52, n. 1, p. 5-20, 2008.

HINDELANG, M.; GOTTFREDSON, M.; GAROFALO, J. **Victims of personal crime: An empirical foundation for a theory of personal victimization.** Cambridge, MA: Ballinger Publishing Company, 1978.

HIRATA, D.; GRILLO, C. Sintonia e amizade entre padrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo Social**, v. 29, p. 75-98, 2017.

HOHL, B. *et al.* Association of drug and alcohol use with adolescent firearm homicide at individual, family, and neighborhood levels. **JAMA Internal Medicine**, v. 177, n. 3, p. 317-324, 2017.

HOLMES, M.; PAINTER, M.; SMITH, B. Race, place, and police-caused homicide in US municipalities. **Justice Quarterly**, v. 36, n. 5, p. 751-786, 2019.

HUDSON, J.; KÜHNER, S. Innovative methods for policy analysis: QCA and fuzzy sets. **Policy and Society**, v. 32, n. 4, p. 279-356, 2013.

JARVIS, B. Monsters Inc.: Serial killers and consumer culture. **Crime, Media, Culture**, v. 3, n. 3, p. 326-344, 2007.

JONES-WEBB, R.; WALL, M. Neighborhood racial/ethnic concentration, social disadvantage, and homicide risk: an ecological analysis of 10 US cities. **Journal of Urban Health**, v. 85, p. 662-676, 2008.

JORDAN, E. *et al.* Use and misuse of qualitative comparative analysis. **Construction Management and Economics**, v. 29, n. 11, p. 1159-1173, 2011.

JUODIS, M. *et al.* A comparison of domestic and non-domestic homicides: Further evidence for distinct dynamics and heterogeneity of domestic homicide perpetrators. **Journal of Family Violence**, v. 29, p. 299-313, 2014.

KING, R.; MESSNER, S.; BALLER, R. Contemporary hate crimes, law enforcement, and the legacy of racial violence. **American Sociological Review**, v. 74, n. 2, p. 291-315, 2009.

KING, R.; SUTTON, G. High times for hate crimes: Explaining the temporal clustering of hate-motivated offending. **Criminology**, v. 51, n. 4, p. 871-894, 2013.

KIRKWOOD, D. Female perpetrated homicide in Victoria between 1985 and 1995. **Australian & New Zealand Journal of Criminology**, v. 36, n. 2, p. 152-172, 2003.

KNOPOV, A. *et al.* The role of racial residential segregation in black-white disparities in firearm homicide at the state level in the United States, 1991-2015. **Journal of the National Medical Association**, v. 111, n. 1, p. 62-75, 2019.

KODATO, S.; SILVA, A. Homicídios de adolescentes: refletindo sobre alguns fatores associados. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, p. 505-515, 2000.

KOSSAK, R. Set Theory. In: **Mathematical Logic: On Numbers, Sets, Structures, and Symmetry.** [s.l.]: Springer International Publishing, 2024. p. 73-81.

KOZIOL-MCLAIN, J. *et al.* Risk factors for femicide-suicide in abusive relationships: Results from a multisite case control study. **Violence and Victims**, v. 21, n. 1, p. 3-21, 2006.

KRAEMER, G.; LORD, W.; HEILBRUN, K. Comparing single and serial homicide offenses. **Behavioral Sciences & the Law**, v. 22, n. 3, p. 325-343, 2004.

LAND, K.; MCCALL, P.; COHEN, L. Structural covariates of homicide rates: Are there any invariances across time and social space? **American Journal of Sociology**, v. 95, n. 4, p. 922-963, 1990.

LAPPI-SEPPÄLÄ, T; LEHTI, M. Global homicide mortality trends by gender 1950-2010. **Women and Children as Victims and Offenders: Background, Prevention, Reintegration: Suggestions for Succeeding Generations**, v. 1, p. 427-478, 2016.

LEE, M.; MARTINEZ, R.; ROSENFELD, R. Does immigration increase homicide? Negative evidence from three border cities. **The Sociological Quarterly**, v. 42, n. 4, p. 559-580, 2001.

LEGEWIE, N. *et al.* **An introduction to applied data analysis with qualitative comparative analysis**. [s. l.]: Forum Qualitative Sozialforschung, 2013.

LEITE, F. *et al.* Análise da tendência da mortalidade feminina por agressão no Brasil, estados e regiões. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 2971-2978, 2017.

LEITES, G.; MENEGHEL, S.; HIRAKATA, V. Homicídios femininos no Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 17, p. 642-653, 2014.

LESSING, B. As facções cariocas em perspectiva comparativa. **Novos Estudos CEBRAP**, p. 43-62, 2008.

LEVIN, J.; MCDEVITT, J. The Law. In: **Hate crimes: The rising tide of bigotry and bloodshed**. Boston, MA: Springer US, 1993. p. 179-203.

LIEM, M.; KOENRAADT, F. **Domestic homicide: Patterns and dynamics**. [s. l.]: Routledge, 2018.

LIMA, A. **Estudo configuracional dos assassinatos cometidos contra mulheres na cidade de Maceió, Alagoas**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

LIMA, M. *et al.* Análise espacial dos determinantes socioeconômicos dos homicídios no Estado de Pernambuco. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, p. 176-182, 2005a.

LIMA, M. *et al.* Conglomerados de violência em Pernambuco, Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 18, p. 122-128, 2005b.

LIMA, R.; RATTON, J.; AZEVEDO, R. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. [s. l.]: Editora Contexto, 2012.

LIMA, R.; SINHORETTO, J.; BUENO, S. A gestão da vida e da segurança pública no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 123-144, 2015.

LISBOA, M.; ANDRADE, M. Desesperança de vida: homicídio em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo: 1981 a 1997. 2000.

LO, C.; HOWELL, R.; CHENG, T. Explaining Black-White differences in homicide victimization. **Aggression and Violent Behavior**, v. 18, n. 1, p. 125-134, 2013.

LOCHE, A. A letalidade da ação policial: parâmetros para análise. **Revista Tomo**, n. 17, p. 39-56, 2010.

LOFLAND, J. **Deviance and identity**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1969.

LOFLAND, J. Styles of reporting qualitative field research. **The American Sociologist**, p. 101-111, 1974.

LOTUFO, P.; BENSENOR, I. Income inequality and male homicide rates: São Paulo, Brazil, 1996–2007. **The European Journal of Public Health**, v. 19, n. 6, p. 602-604, 2009.

LOURENÇO, L.; ALMEIDA, O. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”: gangues prisionais na Bahia. **Tempo Social**, v. 25, p. 37-59, 2013.

MACEDO, A. *et al.* Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, p. 515-522, 2001.

MACHADO FILHO, A.; SILVA, M.; ZEBENDE, G. Autocorrelation and cross-correlation in time series of homicide and attempted homicide. **Physica A: Statistical Mechanics and its Applications**, v. 400, p. 12-19, 2014.

MACHADO, D. *et al.* Conditional cash transfer programme: Impact on homicide rates and hospitalisations from violence in Brazil. **PloS one**, v. 13, n. 12, p. e0208925, 2018.

MACHADO, E.; NORONHA, C. A polícia dos pobres: violência policial em classes populares urbanas. **Sociologias**, p. 188-221, 2002.

MACHADO, L. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. p. 35-78.

MAGALONI, B.; FRANCO-VIVANCO, E.; MELO, V. Killing in the slums: Social order, criminal governance, and police violence in Rio de Janeiro. **American Political Science Review**, v. 114, n. 2, p. 552-572, 2020.

MAIA, I.; MARINHO, A. Uma nota sobre o impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no município do Rio de Janeiro com o uso de controle sintético. **Revista Brasileira de Economia**, v. 75, p. 15-28, 2021.

MALTA, D. *et al.* Association between firearms and mortality in Brazil, 1990 to 2017: a global burden of disease Brazil study. **Population Health Metrics**, v. 18, p. 1-14, 2020.

MALVASI, P. A 'mente' e o homicídio: a gestão da violência no tráfico de drogas em São Paulo. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 6, n. 4, p. 675-698, 2013.

MANSANO, N. *et al.* Homicídios em homens jovens de 10 a 24 anos e condições sociais em municípios do Paraná e Santa Catarina, Brasil, 2001-2010. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 22, n. 2, p. 203-214, 2013.

MANSO, B. **Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010**. Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MANSO, B. **A república das milícias: dos esquadrões da morte à era Bolsonaro**. Todavia, 2020.

MATHEWS, S. *et al.* Intimate femicide-suicide in South Africa: a cross-sectional study. **Bulletin of the World Health Organization**, v. 86, p. 542-558, 2008.

MATIAS, A. *et al.* Intimate partner homicide: A meta-analysis of risk factors. **Aggression and Violent Behavior**, v. 50, p. 101358, 2020.

MCCALL, P.; LAND, K.; PARKER, K. An empirical assessment of what we know about structural covariates of homicide rates: A return to a classic 20 years later. **Homicide Studies**, v. 14, n. 3, p. 219-243, 2010.

MCCALL, P.; LAND, K.; PARKER, K. Heterogeneity in the rise and decline of city-level homicide rates, 1976-2005: a latent trajectory analysis. **Social Science Research**, v. 40, n. 1, p. 363-378, 2011.

MCDEVITT, J.; LEVIN, J.; BENNETT, S. Hate crime offenders: An expanded typology. **Journal of Social Issues**, v. 58, n. 2, p. 303-317, 2002.

MCDOWALL, D.; LOFTIN, C.; PATE, M. Seasonal cycles in crime, and their variability. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 28, p. 389-410, 2012.

MCFARLANE, J.; CAMPBELL, J.; WATSON, K. Intimate partner stalking and femicide: Urgent implications for women's safety. **Behavioral Sciences & The Law**, v. 20, n. 1-2, p. 51-68, 2002.

MCGARRELL, E. *et al.* Reducing homicide through a "lever-pulling" strategy. **Justice Quarterly**, v. 23, n. 02, p. 214-231, 2006.

MELO, S. *et al.* Spatial/temporal variations of crime: A routine activity theory perspective. **International Journal of Offender Therapy And Comparative Criminology**, v. 62, n. 7, p. 1967-1991, 2018.

MENDES, W.; SILVA, C. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1709-1722, 2020.

MENESES-REYES, R. *et al.* On lethal interactions: differences between expressive and instrumental homicides in Mexico City. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 36, n. 1-2, p. NP359-NP383, 2021.

MERRY, S.; HARSENT, L. Intruders, pilferers, raiders and invaders: the interpersonal dimension of burglary. In: **Profiling property crimes**. [s. l.]: Routledge, 2018. p. 41-66.

MESSING, J.; HEEREN, J. Another side of multiple murder: Women killers in the domestic context. **Homicide Studies**, v. 8, n. 2, p. 123-158, 2004.

MIECZKOWSKI, T.; BEAUREGARD, E. Lethal outcome in sexual assault events: A conjunctive analysis. **Justice Quarterly**, v. 27, n. 3, p. 332-361, 2010.

MIETHE, T.; DRASS, K. Exploring the social context of instrumental and expressive homicides: An application of qualitative comparative analysis. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 15, p. 1-21, 1999.

MIETHE, T.; MEIER, R. **Crime and its social context: Toward an integrated theory of offenders, victims, and situations**. [s. l.]: Suny Press, 1994.

MIETHE, T.; MEIER, R. Opportunity, choice, and criminal victimization: A test of a theoretical model. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 27, n. 3, p. 243-266, 1990.

MIETHE, T.; REGOECZI, W. **Rethinking homicide: Exploring the structure and process underlying deadly situations**. [s. l.]: Cambridge University Press, 2004.

MINAMISAVA, R. *et al.* Spatial clusters of violent deaths in a newly urbanized region of Brazil: highlighting the social disparities. **International Journal of Health Geographics**, v. 8, p. 1-10, 2009.

MINAYO, M.; CONSTANTINO, P. Visão ecossistêmica do homicídio. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 3269-3278, 2012.

MINGARDI, G. O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado. **Estudos Avançados**, v. 21, p. 51-69, 2007.

MISSE, D. Cinco anos de UPP: Um breve balanço. [s. l.]: [s. n.], 2014.

MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime: Dossiê Crime organizado. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 20, 2007.

MISSE, M. O inquérito policial no Brasil: resultados gerais de uma pesquisa. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 7, p. 35-50, 2010.

MISSE, M. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, p. 13-25, 2011.

MONTEIRO, J.; FAGUNDES, E.; GUERRA, J. Letalidade policial e criminalidade violenta. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1772-1783, 2020.

MORENOFF, J.; SAMPSON, R.; RAUDENBUSH, S. Neighborhood inequality, collective efficacy, and the spatial dynamics of urban violence. **Criminology**, v. 39, n. 3, p. 517-558, 2001.

MUFTIĆ, L.; BAUMANN, M. Female versus male perpetrated femicide: An exploratory analysis of whether offender gender matters. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 14, p. 2824-2844, 2012.

MYERS, W. *et al.* The motivation behind serial sexual homicide: Is it sex, power, and control, or anger?. **Journal of Forensic Sciences**, v. 51, n. 4, p. 900-907, 2006.

NADANOVSKY, P. O aumento no encarceramento e a redução nos homicídios em São Paulo, Brasil, entre 1996 e 2005. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, p. 1859-1864, 2009.

NASCIMENTO, E.; GAUDÊNCIO, J. Homicídios em Alagoas: desafios e evidências empíricas. **Latitude**, v. 7, n. 2, 2013.

NASCIMENTO, F.; SILVA NETO, A. Configurações de homicídio em Maceió (AL): Um estudo de caso. **Revista Hygeia**, v. 20, e2013, 2024.

NERY, M. *et al.* Regimes espaciais: dinâmica dos homicídios dolosos na cidade de São Paulo entre 2000 e 2008. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 32, p. 405-412, 2012.

NÓBREGA JÚNIOR, J.; ZAVERUCHA, J.; ROCHA, E. Homicídios no Brasil: revisando a bibliografia nacional e seus resultados empíricos. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 67, p. 75-94, 2009.

NYHOLM, H. *et al.* Finnish sexual homicides: Offence and offender characteristics. **Forensic Science International**, v. 188, n. 1-3, p. 125-130, 2009.

OSSE, A.; CANO, I. Police deadly use of firearms: an international comparison. **The International Journal of Human Rights**, v. 21, n. 5, p. 629-649, 2017.

OUSEY, G. Homicide, structural factors, and the racial invariance assumption. **Criminology**, v. 37, n. 2, p. 405-426, 1999.

PAIVA, L. "AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO": as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, v. 32, p. 165-184, 2019.

PAIVA, L.; BARROS, J.; CAVALCANTE, R. Violência no Ceará: As chacinas como expressão da política e do conflito entre facções. **O Público e o Privado**, v. 17, n. 33 jan-jun, p. 73-98, 2019.

PALMBERGER, M.; GINGRICH, A. Qualitative comparative practices: Dimensions, cases and strategies. In: **The Sage Handbook of Qualitative Data Analysis**. London: Sage, 2014. p. 94-108

PAPACHRISTOS, A. Murder by structure: Dominance relations and the social structure of gang homicide. **American Journal of Sociology**, v. 115, n. 1, p. 74-128, 2009.

PAPACHRISTOS, A.; HUREAU, D.; BRAGA, A. The corner and the crew: The influence of geography and social networks on gang violence. **American Sociological Review**, v. 78, n. 3, p. 417-447, 2013.

PAPACHRISTOS, A.; KIRK, D. Changing the street dynamic: Evaluating Chicago's group violence reduction strategy. **Criminology & Public Policy**, v. 14, n. 3, p. 525-558, 2015.

PARK, J. Differentiating Crime-Scene Behaviors of Sexual Homicide. **Korean Journal of Psychology**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2010.

PASINATO, W.; ADORNO, S. Estudo da impunidade penal no município de São Paulo, 1991-1997: da criminalidade detectada à criminalidade investigada. **Programa e Resumos**, 2009.

PASSOS, E.; SOUZA, T. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 154-162, 2011.

PEREIRA FILHO, O.; TANNURI-PIANTO, M.; SOUSA, M. Medidas de custo-eficiência dos serviços subnacionais de segurança pública no Brasil: 2001-2006. **Economia Aplicada**, v. 14, p. 313-338, 2010.

PEREIRA, D.; ANDRESEN, M.; MOTA, C. A temporal and spatial analysis of homicides. **Journal of Environmental Psychology**, v. 46, p. 116-124, 2016.

PEREIRA, F.; OSÓRIO, F. **Crime organizado e sua infiltração nas instituições governamentais**. [s. l.]: Editora Atlas SA, 2015.

PERES, M. *et al.* Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 23, p. 268-276, 2008.

PERES, M. *et al.* Queda dos homicídios em São Paulo, Brasil: uma análise descritiva. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 29, p. 17-26, 2011.

PERES, M.; SANTOS, P. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, p. 58-66, 2005.

PERRY, B.; ALVI, S. 'We are all vulnerable' The in terrorem effects of hate crimes. **International Review of Victimology**, v. 18, n. 1, p. 57-71, 2012.

PERVIN, Lawrence A. Definitions, measurements, and classifications of stimuli, situations, and environments. **Human Ecology**, v. 6, p. 71-105, 1978.

PIERCE, Glenn L. *et al.* Race and the construction of evidence in homicide cases. **American journal of criminal justice**, v. 39, p. 771-786, 2014.

PINTO, I. *et al.* Adolescências feridas: retrato das violências com arma de fogo notificadas no Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200002. SUPL. 1, 2020.

PORTELLA, A. **Como morre uma mulher?** Configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

PORTELLA, A. *et al.* Análise configuracional de homicídios: velhas e novas situações de violência letal contra as mulheres em Recife. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 4, n. 3, p. 403-439, 2011.

PORTELLA, D. *et al.* Homicídios dolosos, tráfico de drogas e indicadores sociais em Salvador, Bahia, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 631-639, 2019.

PORTER, S. *et al.* Characteristics of sexual homicides committed by psychopathic and nonpsychopathic offenders. **Law and Human Behavior**, v. 27, p. 459-470, 2003.

PRIDEMORE, W. Demographic, temporal, and spatial patterns of homicide rates in Russia. **European Sociological Review**, v. 19, n. 1, p. 41-59, 2003.

PRIDEMORE, W. Vodka and violence: alcohol consumption and homicide rates in Russia. **American Journal of Public Health**, v. 92, n. 12, p. 1921-1930, 2002.

RAGIN, C. Comment: Lucas and Szatrowski in critical perspective. **Sociological Methodology**, v. 44, n. 1, p. 80-94, 2014.

RAGIN, C. Set relations in social research: Evaluating their consistency and coverage. **Political Analysis**, v. 14, n. 3, p. 291-310, 2006.

RAGIN, C. **The comparative method.** Moving beyond qualitative and quantitative strategies. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1987.

RAGIN, C. Using qualitative comparative analysis to study causal complexity. **Health Services Research**, v. 34, n. 5, p. 1225, 1999.

RAGIN, C. **Fuzzy-set social science.** University of Chicago Press, 2000.

RAMÃO, F.; WADI, Y. Espaço urbano e criminalidade violenta: análise da distribuição espacial dos homicídios no município de Cascavel/PR. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 207-230, 2010.

RATTON, J. *et al.* Configurações de homicídios em Recife: um estudo de caso. **Segurança, Justiça e Cidadania: O panorama dos homicídios no Brasil**, v. 3, n. 6, p. 73-90, 2011.

RAZVODOVSKY, Y. Association between distilled spirits consumption and violent mortality rate. **Drugs: Education, prevention and policy**, v. 10, n. 3, p. 235-250, 2003.

REICHENHEIM, M. *et al.* Saúde no Brasil. Violência e lesões no Brasil: efeitos, avanços alcançados e desafios futuros. **Veja**, v. 6736, n. 11, p. 60053-6, 2011.

RESIGNATO, A. Violent crime: a function of drug use or drug enforcement? **Applied Economics**, v. 32, n. 6, p. 681-688, 2000.

RIBEIRO, E.; CANO, I. Vitimização letal e desigualdade no Brasil: evidências em nível municipal. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p. 285-305, 2016.

RIBEIRO, E.; CANO, I. Vitimização letal e desigualdade no Brasil: evidências em nível municipal. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, p. 285-305, 2016.

RIBEIRO, L. A produção decisória do sistema de justiça criminal para o crime de homicídio: análise dos dados do estado de São Paulo entre 1991 e 1998. **Dados**, v. 53, p. 159-194, 2010.

RIHOUX, B. Qualitative comparative analysis (QCA) and related systematic comparative methods: Recent advances and remaining challenges for social science research. **International Sociology**, v. 21, n. 5, p. 679-706, 2006.

RIHOUX, B; RAGIN, C. **Configurational comparative methods: Qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques**. London: Sage, 2009.

RIVERA, M. The sources of social violence in Latin America: An empirical analysis of homicide rates, 1980-2010. **Journal of Peace Research**, v. 53, n. 1, p. 84-99, 2016.

RIVERO, P. Segregação urbana e distribuição da violência: Homicídios georreferenciados no município do Rio de Janeiro. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 9, p. 117-142, 2010.

RIZZINI, I. *et al.* Infância e juventude: processos de vulnerabilização e estratégias de resistência na América Latina. **O Social em Questão**, v. 35, p. 9-14, 2016.

ROBBINS, M.; SAUNDERS, J.; KILMER, B. Framework for synthetic control methods with high-dimensional, micro-level data: Evaluating a neighborhood specific crime intervention. **Journal of the American Statistical Association**, v. 112, n. 517, p. 109-126, 2017.

RODRIGUES, F. “Corro com o PCC”, “Corro com o CV”, “Sou do crime”: Facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, p. e3510216, 2020.

RODRIGUES, F. J.; SILVA, A.; SANTOS, A. Notas sobre redes de proteção: facção, família e crime em periferias urbanas de Alagoas. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 3, p. 2297-2316, 2020.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto Internacional**, v. 34, p. 9-41, 2012.

ROSSOW, I. Alcohol and homicide: a cross-cultural comparison of the relationship in 14 European countries. **Addiction**, v. 96, n. 1s1, p. 77-92, 2001.

ROUCHY, E. *et al.* Characteristics of homicide-suicide offenders: A systematic review. **Aggression and violent behavior**, v. 55, p. 101490, 2020.

SACCO, V.; KENNEDY, L. **The criminal event**. Toronto: ITP Nelson, 1998.

SACHSIDA, A.; MENDONÇA, M. Evolução e determinantes da taxa de homicídios no Brasil. **Texto para Discussão**, 2013.

SAFARIK, M.; JARVIS, J.; NUSSBAUM, K. Sexual homicide of elderly females: Linking offender characteristics to victim and crime scene attributes. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 17, n. 5, p. 500-525, 2002.

SALFATI, C.; TAYLOR, P. Differentiating sexual violence: A comparison of sexual homicide and rape. **Psychology, Crime & Law**, v. 12, n. 2, p. 107-125, 2006.

SALFATI, G.; BATEMAN, A. Serial homicide: An investigation of behavioural consistency. **Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling**, v. 2, n. 2, p. 121-144, 2005.

SAMPSON, R. **Great American city: Chicago and the enduring neighborhood effect**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

SANDES-FREITAS, V; BIZZARRO-NETO, F. Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos e aplicações do método. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 2, p. 103-118, 2015.

SANT'ANNA, A.; AERTS, D.; LOPES, M. Homicídios entre adolescentes no Sul do Brasil: situações de vulnerabilidade segundo seus familiares. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, p. 120-129, 2005.

SANTOS, M. **Violência, juventude e mídia: Um estudo de recepção de um programa televisivo policial por jovens do bairro de Bebedouro, Maceió-Alagoas**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013.

SANTOS, M.; KASSOUF, A. Avaliação de Impacto do Estatuto do Desarmamento na Criminalidade: Uma abordagem de séries temporais aplicada à cidade de São Paulo. **Economic Analysis of Law Review**, v. 3, n. 2, p. 307-322, 2012.

SANTOS, R. “Cidadãos de bem” com armas: Representações sexuadas de violência armada,(in) segurança e legítima defesa no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 96, p. 133-164, 2012.

SANTOS, S. *et al.* Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, p. 1141-1151, 2001.

SAPORI, L. Mercado das drogas ilícitas e homicídios no Brasil: um estudo comparativo das cidades de Belo Horizonte (MG) e Maceió (AL). **Dados**, v. 63, p. e20180191, 2020.

SAPORI, L.; ANDRADE, S. Integração policial em Minas Gerais: desafios da governança da política de segurança pública. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 3, p. 428-453, 2008.

SAPORI, L.; RATTON, J. Mais armas e... nada mais! Ausência de projeto, déficit de governança e improvisado da política de segurança pública no governo Bolsonaro. In FARIA, C.; LIMA, L. (Orgs). **As políticas públicas do governo Bolsonaro**. Porto Alegre: Jacarta Produções, 2024.

SAUNDERS, A. *et al.* A synthetic control approach to evaluating place-based crime interventions. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 31, n. 3, p. 413-434, 2015.

SCHILDKRAUT, J.; MUSCHERT, G. Media salience and the framing of mass murder in schools: A comparison of the Columbine and Sandy Hook massacres. **Homicide Studies**, v. 18, n. 1, p. 23-43, 2014.

SCHILLING, F. Corrupção, crime organizado e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 36, p. 1980-1992, 2001.

SCHLESINGER, L. *et al.* Ritual and signature in serial sexual homicide. **Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law Online**, v. 38, n. 2, p. 239-246, 2010.

SCHLITTLER, M. “Matar muito, prender mal”: a produção da desigualdade racial como efeito do policiamento ostensivo militarizado em SP. [s. l.]: [s. n.], 2016.

SCHNEIDER, C. Realists and Idealists in QCA. **Political Analysis**, v. 26, n. 2, p. 246-254, 2018.

SCHNEIDER, C.; GROFMAN, B. It might look like a regression equation... but its not! An intuitive approach to the presentation of QCA and fs/QCA results. In: **Conference on “Comparative Politics: Empirical Applications of Methodological Innovations”**, Sophia University, Tokyo (Japan). 2006. p. 15-17.

SCHNEIDER, C.; WAGEMANN, C. Doing justice to logical remainders in QCA: Moving beyond the standard analysis. **Political Research Quarterly**, p. 211-220, 2013.

SCHNEIDER, C.; WAGEMANN, C. Standards of good practice in qualitative comparative analysis (QCA) and fuzzy-sets. **Comparative sociology**, v. 9, n. 3, p. 397-418, 2010.

SCHWARTZ, J.; STEFFENSMEIER, D. Gendered opportunities and risk Preferencesfor offending across the life course. **Journal of Developmental and Life-Course Criminology**, v. 3, p. 126-150, 2017.

SCORZAFAVE, L.; SOARES, M.; DORIGAN, T. Vale a pena pagar para desarmar? Uma avaliação do impacto da campanha de entrega voluntária de armas sobre as mortes com armas de fogo. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 45, p. 475-497, 2015.

SEA, J.; YOUNGS, D.; TKAZKY, S. Sex difference in homicide: comparing male and female violent crimes in Korea. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 62, n. 11, p. 3408-3435, 2018.

SERRA, C. *et al.* Letalidade policial e insegurança pública: o caso paulista. **Revista de Ciências Sociais e Jurídicas**, v. 2, n. 2, p. 79-93, 2020.

SHACKELFORD, T. Partner-killing by women in cohabiting relationships and marital relationships. **Homicide Studies**, v. 5, n. 3, p. 253-266, 2001.

SHAW, J. *et al.* The role of alcohol and drugs in homicides in England and Wales. **Addiction**, v. 101, n. 8, p. 1117-1124, 2006.

SHIMIZU, B. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas: um estudo criminológico à luz da psicologia das massas.** 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SILVA, B. **Desorganização, oportunidade e crime: uma análise “ecológica” dos homicídios em Belo Horizonte.** 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, B.; MARINHO, F. Urbanismo, desorganização social e criminalidade. In: **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, p. 23-29, 2014.

SILVA, F. **Dinâmicas intraurbanas e mobilidade criminal: uma análise “ecológica” da criminalidade em Maceió (AL).** 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SILVA, L. *et al.* Anos potenciais de vida perdidos por mulheres vítimas de homicídio na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 1721-1730, 2011.

SILVEIRA NETO, R. *et al.* Políticas públicas e redução da criminalidade: uma avaliação do Programa Pacto pela Vida do Estado de Pernambuco. **Economia Aplicada**, v. 26, n. 2, p. 175-202, 2022.

SILVEIRA, A. *et al.* Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. **Revista de Saúde Pública**, v. 44, p. 496-502, 2010.

SINHORETTO, J. Violência, controle do crime e racismo no Brasil contemporâneo. **Novos Olhares Sociais**, v. 1, n. 2, p. 4-20, 2018.

SINHORETTO, J.; MORAIS, D. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. **Revista de Estudos Sociais**, n. 64, p. 15-26, 2018.

SINHORETTO, J.; SCHLITTLER, M.; SILVESTRE, G. Juventude e violência policial no município de São Paulo. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 1, p. 10-35, 2016.

SIQUEIRA, I.; PAIVA, L. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 125-154, 2019.

SKOTT, S.; BEAUREGARD, E.; DARJEE, R. Female sexual homicide offenders: A descriptive and comparative study. **Journal of Forensic Sciences**, v. 64, n. 1, p. 154-162, 2019.

SOARES FILHO, A. *et al.* Análise da mortalidade por homicídios no Brasil. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 16, n. 1, p. 7-18, 2007.

SOARES FILHO, A. Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, p. 745-755, 2011.

SOARES FILHO, A. Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, p. 745-755, 2011.

SOARES FILHO, A.; DUARTE, E.; MERCHAN-HAMANN, E. Tendência e distribuição da taxa de mortalidade por homicídios segundo porte populacional dos municípios do Brasil, 2000 e 2015. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 1147-1156, 2020.

SOUSA, C.; SILVA, C.; SOUZA, E. Determinantes dos homicídios no Estado da Bahia, Brasil, em 2009. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 17, p. 135-146, 2014.

SOUSA, G. *et al.* Determinantes sociais e sua interferência nas taxas de homicídio em uma metrópole do nordeste brasileiro. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 17, p. 194-203, 2014.

SOUZA, E. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, p. 59-70, 2005.

SOUZA, E.; LIMA, M. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p. 1211-1222, 2006.

SOUZA, M. *et al.* Reductions in firearm-related mortality and hospitalizations in Brazil after gun control. **Health Affairs**, v. 26, n. 2, p. 575-584, 2007.

SPANIOL, M.; MORAES, M.; RODRIGUES, C. Como tem sido planejada a Segurança Pública no Brasil? Análise dos planos e programas nacionais de segurança implantados pós-redemocratização. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 14, n. 2, p. 100-127, 2020.

STÖCKL, H. *et al.* The global prevalence of intimate partner homicide: a systematic review. **The Lancet**, v. 382, n. 9895, p. 859-865, 2013.

STRETESKY, P.; HOGAN, M. Columbine and student perceptions of safety: A quasi-experimental study. **Journal of Criminal Justice**, v. 29, n. 5, p. 429-443, 2001.

SUN, Y. *et al.* Deep learning versus conventional methods for missing data imputation: A review and comparative study. **Expert Systems with Applications**, p. 120201, 2023.

SUTHERLAND, E. The theory of differential association. In: **Readings in criminology and penology**. Columbia University Press, 1972. p. 365-371.

SZABÓ, I; RISSO, M. **Segurança pública para virar o jogo**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2018.

SZWARCWALD, C.; CASTILHO, E. Mortalidade por armas de fogo no estado do Rio de Janeiro, Brasil: uma análise espacial. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 4, n. 3, 1998.

TAVARES, R. *et al.* Homicídios e vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 923-934, 2016.

TAVARES, R. *et al.* Homicídios e vulnerabilidade social. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 923-934, 2016.

TAYLOR, R. Slain and slandered: A content analysis of the portrayal of femicide in crime news. **Homicide Studies**, v. 13, n. 1, p. 21-49, 2009.

TCHERNI, M. Structural determinants of homicide: The big three. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 27, p. 475-496, 2011.

TELLES, V. *et al.* Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, p. 173-191, 2007.

TELLES, V.; HIRATA, D. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social**, v. 22, p. 39-59, 2010.

THE WORLD BANK. **World Development Indicators**. 2022. Disponível em: <https://ourworldindata.org/>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

THIEM, A. Qualitative comparative analysis (QCA). In: **Handbook of research methods in international relations**. [s. l.]: Edward Elgar Publishing, 2022. p. 607-628.

THOMANN, E.; MAGGETTI, M. Designing research with qualitative comparative analysis (QCA): Approaches, challenges, and tools. **Sociological Methods & Research**, v. 49, n. 2, p. 356-386, 2020.

TITA, G.; GRIFFITHS, E. Traveling to violence: The case for a mobility-based spatial typology of homicide. **Journal of Research in Crime and Delinquency**, v. 42, n. 3, p. 275-308, 2005.

TITTLE, C.; BURKE, M.; JACKSON, E. Modeling Sutherland's theory of differential association: Toward an empirical clarification. **Social Forces**, v. 65, n. 2, p. 405-432, 1986.

TONSO, K. Violent masculinities as tropes for school shooters: The Montréal massacre, the Columbine attack, and rethinking schools. **American Behavioral Scientist**, v. 52, n. 9, p. 1266-1285, 2009.

TRINDADE, R. *et al.* Mapa dos homicídios por arma de fogo: perfil das vítimas e das agressões. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, p. 0748-0755, 2015.

TRINDADE, R. *et al.* Mapa dos homicídios por arma de fogo: perfil das vítimas e das agressões. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, p. 0748-0755, 2015.

TROJAN, C.; SALFATI, G. Linking criminal history to crime scene behavior in single-victim and serial homicide: Implications for offender profiling research. **Homicide Studies**, v. 15, n. 1, p. 3-31, 2011.

UITTENBOGAARD, A.; CECCATO, V. Space-time clusters of crime in Stockholm, Sweden. **Review of European Studies**, v. 4, p. 148, 2012.

ULMER, J.; HARRIS, C.; STEFFENSMEIER, D. Racial and ethnic disparities in structural disadvantage and crime: White, Black, and Hispanic comparisons. **Social Science Quarterly**, v. 93, n. 3, p. 799-819, 2012.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME [UNODC]. **World Drug Report. 2022.** Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/wdr-2022---previous-reports.html>). Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

VILLARREAL, A. Political competition and violence in Mexico: Hierarchical social control in local patronage structures. **American Sociological Review**, v. 67, n. 4, p. 477-498, 2002.

WASELFIZ, J. **Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo.** [s. l.]: [s. n.], 2013.

WELTE, J. *et al.* Substance involvement and the trajectory of criminal offending in young males. **The American Journal of Drug and Alcohol Abuse**, v. 31, n. 2, p. 267-284, 2005.

WILLIAMS, J. **Subcultural theory: Traditions and concepts.** [s. l.]: Polity, 2011.

WILLIS, G. Before the body count: Homicide statistics and everyday security in Latin America. **Journal of Latin American Studies**, v. 49, n. 1, p. 29-54, 2017.

WOZNIAK, J.; MCCLOSKEY, K. Fact or fiction? Gender issues related to newspaper reports of intimate partner homicide. **Violence Against Women**, v. 16, n. 8, p. 934-952, 2010.

WRIGHT, M. Necropolitics, narcopolitics, and femicide: Gendered violence on the Mexico-US border. **Signs - Journal of Women in Culture And Society**, v. 36, n. 3, p. 707-731, 2011.

YANG, S. Assessing the spatial-temporal relationship between disorder and violence. **Journal of Quantitative Criminology**, v. 26, p. 139-163, 2010.

YE, X.; WU, L. Analyzing the dynamics of homicide patterns in Chicago: ESDA and spatial panel approaches. **Applied Geography**, v. 31, n. 2, p. 800-807, 2011.

YOUNGS, D.; IOANNOU, M.; EAGLES, J. Expressive and instrumental offending: Reconciling the paradox of specialisation and versatility. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 60, n. 4, p. 397-422, 2016.

YOURSTONE, J.; LINDHOLM, T.; KRISTIANSSON, M. Women who kill: A comparison of the psychosocial background of female and male perpetrators. **International Journal of Law and Psychiatry**, v. 31, n. 4, p. 374-383, 2008.

ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos Avançados**, v. 21, p. 31-49, 2007.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ZALUAR, A.; BARCELLOS, C. Mortes prematuras e conflito armado pelo domínio das favelas no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, p. 17-31, 2013.

ZALUAR, A.; LEAL, M. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, p. 145-164, 2001.

ZAVERUCHA, J.; NÓBREGA JÚNIOR, J. O Pacto pela Vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 8, n. 2, p. 235-252, 2015.

ZEOLI, A. *et al.* Homicide as infectious disease: Using public health methods to investigate the diffusion of homicide. **Justice Quarterly**, v. 31, n. 3, p. 609-632, 2014.

ZILLI, L.; BEATO, C. Gangues juvenis, grupos armados e estruturação de atividades criminosas na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, Especial, v. 1, p. 73-110, 2015.

ZILLI, L. O "mundo do crime" e a "lei da favela": aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. **Etnográfica - Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 19, n. 3, p. 463-487, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE I - Quadro sinótico dos estudos internacionais selecionados na revisão do Capítulo 1

| Tema 1: Variações espaço-temporais dos homicídios (n = 17) | | | |
|--|------|---|---|
| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
| Andresen e Malleson | 2013 | Dados de chamadas de serviço do Departamento de Polícia de Vancouver, Canadá | Quantitativa, Testes de padrão pontual espacial |
| Andresen e Malleson | 2015 | Dados de chamadas de serviço do Departamento de Polícia de Vancouver, Canadá | Quantitativa, Testes de padrão pontual espacial |
| Baller, Anselin, Messner, Deane e Hawkins | 2001 | Dados de mortalidade do <i>National Center for Health Statistics</i> (NCHS) e do sistema WONDER do <i>Center for Disease Control and Prevention</i> (CDC), EUA | Quantitativa, Econometria espacial |
| Braga, Papachristos e Hureau | 2009 | Registros informatizados de relatórios oficiais do Departamento de Polícia de Boston, EUA | Quantitativa, Regressões binomiais negativas multinível |
| Briceño-León, Villaveces e Concha-Eastman | 2008 | Diferentes bases de dados públicas com informações sobre mortes violentas no mundo, com foco sobre a América Latina (bases não especificadas no estudo), Diversos | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Cook e Winfield | 2012 | Dados do <i>Uniform Crime Reporting Statistics</i> , do <i>Federal Bureau of Investigation</i> (FBI), EUA | Quantitativa, b-convergência, s-convergência e regressões Barro-Baumol de corte transversal |
| Griffiths e Chavez | 2004 | Dados do <i>Chicago Homicide Data Set</i> , ICPSR 6399, EUA | Quantitativa, Análises de séries temporais com extrapolação linear |
| McCall, Land e Parker | 2010 | Dados do <i>Uniform Crime Reporting Statistics</i> , do FBI, EUA | Quantitativa, Regressões de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) |
| McCall, Land e Parker | 2011 | Dados do <i>Supplemental Homicide File</i> , do FBI, e do <i>Sourcebook of Criminal Justice Statistics</i> , EUA | Qualitativa, Análise de trajetória latente |

| | | | |
|--------------------------------|------|---|---|
| McDowall, Loftin e Pate | 2011 | Dados do <i>Uniform Crime Reporting Statistics</i> , do FBI, EUA | Quantitativa, Regressão com dados de painel |
| Morenoff, Sampson e Raudenbush | 2001 | Dados do Censo de 1990 e uma pesquisa com 8.872 residentes de Chicago em 1995 para prever variações de homicídios entre 1996 e 1998 em 343 bairros, EUA | Quantitativa, Distribuições de Poisson |
| Pridemore | 2003 | Dados de estatísticas vitais do Comitê Estadual Russo de Estatísticas e dados criminais do Ministério do Interior da Rússia (MVD), Rússia | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Tita e Griffiths | 2005 | Registros informatizados de relatórios oficiais do Departamento de Polícia de Pittsburgh, EUA | Quantitativa, Regressões logísticas e regressões logísticas multinomiais |
| Uittenbogaard e Ceccato | 2012 | Registros informatizados de relatórios oficiais do Departamento de Polícia de Estocolmo, Suécia | Quantitativa, Testes A-nova (com teste Scheffe), distribuições de Poisson e teste de varredura espacial-temporal de Kulldorff |
| Yang | 2009 | Registros informatizados de relatórios oficiais do Departamento de Polícia de Seattle, Canadá | Qualitativa, Análise de trajetória baseada em grupo e análise de trajetória conjunta |
| Ye e Wu | 2011 | Registros informatizados de relatórios oficiais do Departamento de Polícia de Boston, EUA | Quantitativa, Econometria espacial |
| Zeoli, Pizarro, Grady e Melde | 2012 | Registros informatizados de relatórios oficiais do Departamento de Polícia de Newark, EUA | Quantitativa, Detecção retrospectiva de clusters espaciais e temporais |

Tema 2: Homicídios sexuais (n = 16)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|-------------------------------------|------------|--|--|
| Beauregard, Stone, Proulx e Michaud | 2007 | Dados de assassinos sexuais encarcerados na província de Quebec entre 1998 e 2005, obtidos pelo <i>Computerized Questionnaire for Sexual Aggressors</i> (CQSA), Canadá | Mista, Estatística descritiva e entrevistas estruturadas |
| Beauregard e Martineau | 2012 | Dados nacionais de homicídio sexual ocorridos entre 1948 e 2010, cedidos pela <i>Royal Canadian Mounted Police</i> , Canadá | Quantitativa, Estatística descritiva |

| | | | |
|---|------|---|--|
| Beauregard e Proulx | 2002 | Dados de assassinos sexuais encarcerados na província de Quebec em 1998, obtidos CQSA, Canadá | Mista, Estatística descritiva e entrevistas estruturadas |
| Beauregard e Proulx | 2007 | Dados de assassinos sexuais encarcerados na província de Quebec entre 1998 e 2000, obtidos pelo CQSA, Canadá | Mista, Estatística descritiva e entrevistas estruturadas |
| Chan, Beauregard e Myers | 2014 | Dados de assassinos sexuais encarcerados na província de Quebec entre 1994 e 2005, obtidos pelo CQSA, Canadá | Mista, Estatística descritiva e entrevistas estruturadas |
| Chan e Heide | 2008 | Dados do <i>Supplemental Homicide File</i> , do FBI, EUA | Quantitativa, Correlações (qui-quadrado) |
| Healey, Beauregard, Beech e Vettor | 2014 | Dados de 229 assassinos sexuais canadenses e 113 ingleses, Canadá e Inglaterra | Quantitativa, Análise de Classe Latente (LCA) |
| Healey, Lussier e Beauregard | 2012 | Dados de 268 assassinos sexuais, cedidos por uma penitenciária federal de Quebec, Canadá | Quantitativa, Análise da validade convergente e preditiva |
| Hill, Habermann, Klusmann, Berner e Briken | 2007 | Relatórios psiquiátricos forenses de 166 homicidas sexuais na Alemanha, de casos registrados entre 1945 e 1991, Alemanha | Quantitativa, Estatística descritiva e análises de sobrevivência de Kaplan-Meier |
| Mieczkowski e Beauregard | 2010 | Dados de assassinos sexuais encarcerados na província de Quebec entre 1994 e 2005, obtidos pelo CQSA, Canadá | Mista, Estatística descritiva, análise qualitativa comparativa e entrevistas estruturadas |
| Myers, Husted, Safarik e O'Toole | 2006 | Relatórios forenses de homicidas sexuais nos EUA, EUA | Mista, Estatística descritiva e análise comparativa de casos |
| Nyholm, Repo-Tiihonen, Lindberg, Salenius e Weizmann-Henelius | 2009 | Dados de relatórios oficiais e exames forenses de 676 casos de homicídios sexuais cometidos entre 1995 e 2004 na Finlândia, Finlândia | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Porter, Woodworth, Earle, Drugge e Boer | 2003 | Descrições oficiais de homicídios sexuais de 18 ofensores psicopáticos e 20 não psicopáticos. Dados obtidos de dois presídios federais canadenses, Canadá | Mista, Análise de arquivos (incluindo o PCL-R para medir psicopatia), codificação cega dos casos por codificadores treinados, análise de variância multivariada (MANOVA) e correlações |

| | | | |
|--|------|--|---|
| Safarik, Jarvis e Nussbaum | 2002 | Dados de 128 homicídios sexuais de mulheres idosas, coletados dos <i>Supplementary Homicide Reports</i> , do FBI, e da <i>National Center for the Analysis of Violent Crime</i> (NCAVC), EUA | Quantitativa, Estatística descritiva e regressões logísticas |
| Salfati e Taylor | 2007 | Informações da cena do crime de 74 casos resolvidos de agressão sexual (37 homicídios sexuais e 37 estupros) coletados dos arquivos de várias forças policiais inglesas, Inglaterra | Quantitativa, Análise Multidimensional de Escalas Menores (SSA-I) e análise discriminante |
| Schlesinger, Kassen, Mesa e Pinizzotto | 2010 | Amostra nacional de 38 homicidas sexuais e suas 162 vítimas, com foco na consistência comportamental e temática, bem como na evolução e unicidade das ações da cena do crime, dados cedidos pela Unidade de Ciências Comportamentais do FBI, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva |

Tema 3: Homicídios associados ao consumo de drogas (n = 12)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|--|------------|---|---|
| Beletsky | 2019 | Dados de casos de homicídio induzido por drogas publicados e dados originais sobre o impacto dessas leis na crise de overdose nos Estados Unidos, EUA | Qualitativa, Análise documental e categorização instrumental |
| Bye | 2008 | Dados estatísticos anuais de taxas de homicídio e consumo per capita de álcool de seis países europeus, Bielorrússia, Bulgária, ex-Tchecoslováquia, Hungria, Polónia e Rússia | Quantitativa, Análise de séries temporais com ARIMA (modelos Box e Jenkins) |
| Eisner | 2002 | Estatísticas da <i>European Sourcebook of Crime and Criminal Justice Statistics</i> e da <i>Fifth United Nations Survey of Crime Trends and Operations of Criminal Justice Systems</i> , Diversos | Quantitativa, Estatística descritiva e análise de cluster |
| Felson e Staff | 2010 | Dados de um survey com mais de 16 mil detentos em todos os Estados Unidos, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva e regressões logísticas multinomiais |
| Hibbeln, Nieminen e Lands | 2004 | Dados da Organização Mundial da Saúde sobre o desaparecimento de 12 principais óleos de semente no fornecimento de alimentos de 1961 a 2000 em Argentina, Austrália, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos. Taxas de mortalidade por homicídio ajustadas por idade obtidas da autoridade judicial central de cada país | Quantitativa, Estatística descritiva e regressões lineares |
| Hohl, Wiley, Wiebe, Alison, Culyba, Drake e Branas | 2017 | Dados sobre homicídios por armas de fogo na Filadélfia entre os anos de 2010 e 2012 e reportes locais de consumo abusivo de álcool, EUA | Quantitativa, Regressões logísticas multinomiais |
| Pridemore | 2002 | Dados vitais e socioeconômicos disponíveis publicamente das 89 regiões da Rússia, Rússia | Quantitativa, Estatística descritiva e modelos log-log |

| | | | |
|---|------|---|--|
| Razvodovsky | 2003 | Dados de mortalidade violenta e consumo de bebidas alcoólicas por tipo na Bielorrússia de 1970 a 1999, Bielorrússia | Quantitativa, Análise de séries temporais, fator e análise de cluster |
| Resignato | 2000 | Dados criminais, socioeconômicos e de legislações adversas à venda e consumo de drogas de 24 áreas metropolitanas dos Estados Unidos, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva e regressão linear múltipla |
| Rossow | 2001 | Dados estatísticos de vendas de álcool e taxas de homicídio de 15 países europeus, Diversos | Quantitativa, Análise de séries temporais com ARIMA |
| Shaw, Hunt, Flynn, Amos, Meehan, Robinson, Bickley, Parsons, McCann, Burns, Kapur e Appleby | 2006 | Dados da amostra nacional de homicídios, de relatórios psiquiátricos de indivíduos condenados por homicídio e dados clínicos de pessoas em contato com serviços de saúde mental, na Inglaterra e País de Gales, registrados entre 1996 e 1999, Inglaterra e País de Gales | Quantitativa, Estatística descritiva e regressões logísticas |
| Welte, Barnes, Hoffman, Wiczorek e Zhang | 2005 | Dados de 625 homens jovens de Buffalo, Nova Iorque, entrevistados três vezes em intervalos de 18 meses, EUA | Mista, Entrevistas semiestruturadas e Modelagem Linear Hierárquica (HLM) |

Tema 4: Homicídios cometidos por mulheres (n = 12)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|-------------------------------------|------------|--|--|
| Chan, Heide, Beauregard | 2019 | Dados do <i>Supplementary Homicide Reports</i> , do FBI, abrangendo um período de 37 anos (1976-2012) | Quantitativa, Estatística descritiva, ANOVA e regressões logísticas multinomiais |
| D'Antonio-Del Rio, Doucet, Chauvin | 2010 | Dados do Censo dos EUA, do <i>Supplementary Homicide Reports</i> , do FBI, e do <i>Glenmary Research Center</i> , EUA | Quantitativa, Regressão binomial negativa |
| Eckhardt, Pridemore | 2009 | Dados de casos de homicídio obtidos de sentenças judiciais na República de Udmurtia, Rússia | Quantitativa, Regressões logísticas |
| Field, Cherukuri, Kimuna e Berg | 2017 | Dados de um escritório de Defensores Públicos em uma cidade do Meio-Atlântico dos EUA, representando mulheres acusadas de homicídio entre 1994 e 2011, EUA | Mista, Entrevistas estruturadas, estatística descritiva e correlações |
| Heide, Roe-Sepowitz, Solomon e Chan | 2011 | Dados do <i>Supplementary Homicide Reports</i> , do FBI, EUA | Quantitativa, Análises de tabelas cruzadas e regressões logísticas |

| | | | |
|------------------------------------|------|--|--|
| Kirkwood | 2003 | Dados de homicídios cedidos pelo Instituto Médico Legal de Victoria e informações complementares do Gabinete de Promotores Públicos, Austrália | Misto, Estatística descritiva e análise comparativa de casos |
| Messing e Heeren | 2004 | Banco de dados de notícias (Lexis-Nexis e ProQuest) | Qualitativa, Análise de conteúdo de notícias de jornais |
| Muftic e Baumann | 2012 | Dados do <i>Dallas Homicide Unit</i> , EUA | Quantitativa, Testes-T independentes e correlações (qui-quadrado) |
| Sea, Youngs e Tkazky | 2017 | Dados do <i>Scientific Crime Analysis System</i> (SCAS), incluindo questionários e avaliações psicológicas, Coreia do Sul | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Shackelford | 2001 | Dados do <i>Supplementary Homicide Reports</i> , do FBI, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Skott, Beauregard e Darjee | 2018 | Dados da <i>Scottish Homicide Database</i> , Escócia | Quantitativa, Teste exato de Fisher e análise de tamanho de efeito com Cohen's d |
| Yourstone, Lindholm e Kristiansson | 2008 | Dados do <i>National Council for Crime Prevention</i> , Suécia | Quantitativa, Testes-T independentes e correlações (qui-quadrado) |

Tema 5: Homicídios associados à atuação de grupos criminosos (n = 11)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|-----------------------|------------|--|---|
| Cruz e Duran-Martinez | 2016 | Dados qualitativos sobre tréguas e pactos criminais em El Salvador e Medellin, focando na redução da violência homicida e o papel do estado e da coesão organizacional dos grupos criminosos, El Salvador e Colômbia | Qualitativa, Análise comparativa de casos |
| Decker e Curry | 2002 | Dados de homicídios de gangues em Saint Louis durante os anos 1990, com foco nas diferenças entre homicídios de gangues e não gangues e na organização social do homicídio de gangues, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Decker e Pyrooz | 2010 | Dados de homicídios de gangues coletados de <i>Uniform Crime Reports</i> , <i>Supplementary Homicide Reports</i> e <i>National Gang Center</i> , abrangendo os anos de 2002 a 2006, EUA | Quantitativa, <i>Multitrait-multimethod</i> |

| | | | |
|--------------------------------------|------|---|--|
| Drury e DeLisi | 2011 | Dados de infração oficial de 1005 detentos selecionados de instalações correccionais estaduais no Sudoeste dos Estados Unidos em 2001, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva e correlações (qui-quadrado, gamma, rho de Spearman) |
| Duran-Martinez | 2015 | Dados de 175 entrevistas com membros de cartéis mexicanos e colombianos, México e Colômbia | Qualitativa, Observação participante, entrevistas e etnografia |
| Hagedorn e Rauch | 2007 | Dados de taxas de homicídios de Chicago e outras cidades dos EUA, EUA | Mista, Compilação e análise de dados quantitativos, geocodificação e mapeamento, análise gráfica integrada, entrevistas com membros de gangues, análise temática e codificação qualitativa dos dados de entrevistas |
| McGarrell, Chermak, Wilson e Corsaro | 2006 | Dados de homicídios em Indianapolis e outras seis cidades sem intervenção, obtidos do <i>Supplementary Victim-Level Homicide Database</i> , EUA | Quantitativa, Análises de séries temporais com ARIMA |
| Papachristos | 2009 | Dados de homicídios em Chicago de 1994 a 2002, com foco em homicídios relacionados a gangues, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva e georreferenciamento |
| Papachristos, Hureau e Braga | 2013 | Dados sobre tiroteios fatais e não fatais, além de mapas geográficos detalhados dos territórios de gangues em Chicago e Boston, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva e Modelos de Gráficos Aleatórios Exponenciais (ERGMs) para prever a violência de gangues com base na proximidade geográfica |
| Papachristos e Kirk | 2015 | Dados de 149 facções de gangues de Chicago, participantes de 18 reuniões <i>call-in</i> entre 2010 e 2013, visando reduzir a violência armada, EUA | Quantitativa, Estudo quase-experimental, com <i>propensity score matching</i> para comparar comportamentos de tiro de facções de gangues que participaram do programa com facções similares que não participaram; e análise dos comportamentos de tiro nos 12 meses após a participação em <i>call-ins</i> |
| Villarreal | 2002 | Dados de eleições municipais de 1987 a 1999 para 1800 municípios mexicanos e dados de homicídios provenientes das estatísticas vitais do Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (INEGI) do México, México | Quantitativa, Estatística descritiva e regressões lineares para a análise da relação entre competição eleitoral e violência homicida, com um foco especial em áreas rurais e a influência de redes de patronato político. |

Tema 6: Feminicídios (n = 9)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|---|------------|---|--|
| Abrahams, Mathews, Martin, Lombard e Jewkes | 2013 | Dados de 38 mortuários em diversas áreas urbanas e rurais, África do Sul | Quantitativa, Estatística descritiva e regressões logísticas |
| Campbell, Webster e Glass | 2011 | Dados de homicídio de parceiros íntimos e mulheres abusadas em 11 cidades americanas, EUA | Quantitativa, Regressões lineares multivariadas |

| | | | |
|--|------|--|--|
| Carey Jr. e Torres | 2010 | Registros de tribunais e arquivos públicos, Guatemala | Qualitativa, Análises documental e histórica |
| Gillespie, Richards, Givens e Smith | 2013 | Dados de inquéritos de 226 casos de feminicídio na Carolina do Norte, EUA | Mista, Estatística descritiva e análises de conteúdo e de enquadramento |
| Koziol-McLain, Webster, McFarlane, Block, Ulrich, Glass e Campbell | 2006 | Dados secundários de casos de feminicídio-suicídio e dados primários de entrevistas com mulheres vivendo em comunidades com histórico de abuso físico não fatal, EUA | Mista, Estatística descritiva, entrevistas semiestruturadas, estudo de caso-controle e regressões logísticas |
| Mathews, Abrahams, Jewkes, Martin, Lombard e Vetten | 2008 | Dados de 25 mortuários em diversas áreas urbanas e rurais, África do Sul | Quantitativa, Estatística descritiva |
| McFarlane, Campbell e Watson | 2002 | Dados de casos de intimidação de parceiros íntimos e feminicídios em 10 cidades americanas, EUA | Quantitativa, Análises de caso-controle e regressões logísticas |
| Taylor | 2009 | Dados de 292 artigos do jornal <i>The Orlando Sentinel</i> , EUA | Qualitativa, Análise de conteúdo |
| Wright | 2011 | Dados primários de pesquisa de campo na fronteira EUA-México, EUA e México | Qualitativa, Entrevistas semiestruturadas e análise crítica do discurso |

Tema 7: Múltiplos homicídios (assassinatos em série e massacres) (n = 9)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|------------------------------------|------------|---|--|
| DeFronzo, Ditta, Hannon e Prochnow | 2007 | Banco de dados construído por Kim Rossmo (2000) compilando pesquisas do FBI, notícias e relatórios policiais, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva e regressões de Poisson |
| Fox e Savage | 2009 | Dados do FBI, registros do Departamento de Educação dos EUA e notícias de mídias diversas, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Jarvis | 2007 | Dados do <i>The Internet Movie Database</i> , EUA | Qualitativa, Análises de conteúdo e do discurso |

| | | | |
|--------------------------|------|---|---|
| Kraemer, Lord e Heilbrun | 2004 | Dados de infratores seriais a partir de arquivos de casos do FBI e relatos da mídia, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva e correlações (qui-quadrado) |
| Salfati e Bateman | 2005 | Dados do <i>Homicide Investigation and Tracking System database</i> (HITS), EUA | Mista, Estatística descritiva e análises de correspondência múltipla (ACM) e de espaços mínimos (AEM) |
| Schildkraut e Muschert | 2014 | Artigos do <i>The New York Times</i> sobre os tiroteios de Sandy Hook, EUA | Qualitativa, Análise de conteúdo |
| Stretesky e Hogan | 2001 | Dados primários obtidos de entrevistas com alunos do RIT (<i>Rochester Institute of Technology</i>), EUA | Mista, Estudo quase-experimental |
| Tonso | 2009 | Dados de casos de tiroteios em escolas, incluindo o Massacre de Montréal e o tiroteio em <i>Columbine High School</i> , Canadá e EUA | Qualitativa, Análise comparativa de casos |
| Trojan e Salfati | 2011 | Dados obtidos a partir de casos de homicídios em série fechados e totalmente julgados em âmbito estadual e local coletados usando o <i>Homicide Profiling Index</i> , EUA | Mista, Estatística descritiva e análises de correspondência múltipla (ACM) e de espaços mínimos (AEM) |

Tema 8: Homicídios associados ao preconceito (crimes de ódio) (n = 6)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|----------------------------------|------------|---|---|
| Chermak, Freilich, Parki e Lynch | 2012 | <i>United States Extremist Crime Database</i> (ECDB) e outras 10 fontes de dados sobre terrorismo e atividades criminosas extremistas violentas (<i>Global Terrorism Database</i> ; <i>American Terrorism Study</i> ; <i>Hewitt's Chronology</i> ; FBI; <i>State and Local Anti-Terrorism Training listings</i> (SLATT); <i>Anti-Defamation League</i> (ADL); <i>Southern Poverty Law Center</i> (SPLC); Lexis-Nexis (sistema de busca na mídia); <i>Ross Institute Internet Archives for the Study of Destructive Cults</i> ; Fontes de mídia sistemáticas, EUA | Quantitativa, Análise de captura-re-captura (<i>catchment-re-catchment</i>) para avaliar a confiabilidade dos métodos de captura de homicídios cometidos por extremistas de direita |
| Gruenewald e Kelley | 2014 | Dados do ECDB, Diversos | Quantitativa, Estatística descritiva e tabulações cruzadas |
| King, Messner e Baller | 2009 | Banco de dados construído por Tolnay e Beck (1995) sobre linchamentos históricos e respostas atuais da aplicação da lei a crimes de ódio nos Estados Unidos, EUA | Quantitativa, Estatística descritiva e regressões binomiais negativas |
| King e Sutton | 2013 | Dados do <i>Uniform Crime Reports</i> (UCR), EUA | Quantitativa, Estatística descritiva, regressões binomiais negativas e séries temporais |

| | | | |
|---------------------------|------|--|--|
| McDevitt, Levin e Bennett | 2002 | Dados de casos da Unidade de Distúrbios Comunitários do Departamento de Polícia de Boston, EUA | Mista, Estatística descritiva e análise comparativa de casos |
| Perry e Alvi | 2012 | Dados primários obtidos de entrevistas com pessoas de grupos-alvo de preconceito, Canadá | Mista, Estatística descritiva e entrevistas semiestruturadas |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

APÊNDICE II - Quadro sinótico dos estudos nacionais selecionados na revisão do Capítulo 2

| Tema 1: Vítimas de homicídio (n = 20) | | | |
|--|------------|---|--|
| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
| Amaral, Amaral e Amaral | 2013 | Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM-DATASUS), Acre | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Cardia, Adorno e Poletto | 2001 | Dados do Censo Demográfico de 1991 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), ambas do IBGE, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva, correlações de Pearson, regressões lineares múltiplas e análise fatorial VARIMAX |
| Cardia e Schiffer | 2002 | Dados da Fundação SEADE de São Paulo e do Censo de 2000 (IBGE), São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Cardoso, Cecchetto, Corrêa e Souza | 2016 | Dados da Área Integrada de Segurança Pública 16 (AISP 16) cedidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), Rio de Janeiro | Quantitativa, Análise de séries temporais e regressões <i>Joinpoint</i> |
| Cerqueira | 2013 | Dados do SIM-DATASUS, Brasil | Quantitativa, Análise de séries temporais e modelagem estatística |
| Cerqueira e Coelho | 2017 | Dados do SIM-DATASUS, Rio de Janeiro | Quantitativa, Regressões lineares e logarítmicas |
| Costa, Schenker, Njaine e Souza | 2017 | Dados primários obtidos de entrevistas com familiares de jovens assassinados em dez cidades brasileiras, Brasil | Qualitativa, Entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo |
| Gawryszewski e Costa | 2005 | Dados da Fundação SEADE de São Paulo e do Censo de 2000 (IBGE), São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva, correlações de Pearson e regressões lineares múltiplas |
| Kodato e Silva | 2000 | Dados primários de pesquisa documental com 101 processos de homicídios de adolescentes e entrevistas com 8 adolescentes internados pela prática de homicídio, São Paulo | Qualitativa, Pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas |

| | | | |
|---|------|--|---|
| Leites, Meneghel e Hirakata | 2014 | Dados do SIM-DATASUS e dos Censos de 2000 e 2010, Rio Grande do Sul | Quantitativa, Análises de séries temporais, correlações de Pearson e regressões lineares múltiplas |
| Macedo, Paim, Silva e Costa | 2001 | Declarações de óbito do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues e dados do Censo de 1991, Bahia | Quantitativa, Estatística descritiva, análises de intervalos de confiança e estimativas de risco relativo |
| Mendes e Silva | 2020 | Dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) e do Disque 100, Bahia | Quantitativa, Estatística descritiva e análises espaço-temporais |
| Portella, Galvão, Abath e Ratton Jr. | 2011 | Dados do Sistema de Informação Policial (Infopol) da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco e de inquéritos policiais da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Pernambuco | Mista, Estatística descritiva e <i>Qualitative Comparative Analysis (QCA)</i> |
| Ribeiro e Cano | 2016 | Dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010; da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic); do Sistema de Contas Nacionais; do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013; da Secretaria do Tesouro Nacional; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); do Observatório das Metrôpoles; e do SIM-DATASUS, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva, correlações de Pearson e regressões lineares múltiplas |
| Sant'Anna, Aerts e Lopes | 2005 | Dados primários de entrevistas com familiares de 68 vítimas adolescentes de homicídios e secundários do SIM-DATASUS, Rio Grande do Sul | Mista, Estatística descritiva e entrevistas semiestruturadas |
| Soares Filho, Souza, Carvalho, Alencar, Silva e Morais Neto | 2007 | Dados do SIM-DATASUS, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva e análises de séries temporais |
| Soares Filho | 2011 | Dados do SIM-DATASUS, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva, análises de séries temporais e regressões polinomiais |
| Souza | 2005 | Dados do SIM-DATASUS, do Sistema de Autorização para Internação Hospitalar (SIH-DATASUS) e dos Censos de 1991 e 2000, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Souza e Lima | 2016 | Dados do SIM e do SIH-DATASUS, do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) do Ministério das Cidades e da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), ligada ao Ministério da Justiça à época, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Tavares, Catalan, Romano e Melo | 2016 | Dados do SIM-DATASUS, Minas Gerais | Quantitativa, Estatística descritiva e análises de autocorrelação espacial (índice de Moran) |

Tema 2: Determinantes estruturais dos homicídios (n = 20)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|--|------------|--|---|
| Andrade, Soares, Souza, Matsuo e Souza | 2011 | Dados do SIM-DATASUS, do Censo de 2010 e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Paraná | Quantitativa, Estatística descritiva, correlações de Spearman e análises espaciais |
| Andrade, Nihei, Peloso e Carvalho | 2012 | Dados do SIM-DATASUS e do Censo de 2010, Paraná | Quantitativa, Estatística descritiva, correlações de Pearson e análises espaciais |
| Barata e Ribeiro | 2000 | Dados do Censo de 1991 e de mortalidade da Fundação SEADE, São Paulo | Quantitativa; Estatística descritiva, correlações de Pearson e estimativas de risco relativo |
| Cerqueira e Moura | 2015 | Dados do SIM-DATASUS e dos Censos de 1991, 2000 e 2010, Brasil | Quantitativa, Análise econômica com um modelo de painel de efeitos fixos temporais e espaciais |
| Cerqueira e Soares | 2014 | Dados do SIM-DATASUS e dos Censos de 1991, 2000 e 2010, Brasil | Quantitativa, Modelo de disposição marginal a pagar, análise econômica, variáveis instrumentais, heterogeneidade em idade, gênero, educação, região |
| Chiavegatto Filho, Beltrán-Sánchez e Kawachi | 2014 | Dados do SIM-DATASUS e do Censo de 2010, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva, decomposição de Arriaga e análise de sensibilidade |
| Chioda, Mello e Soares | 2012 | Dados do INFOCRIM, sistema automatizado de registros criminais no nível de coordenadas, administrado pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, e do Censo Escolar de 2010 (INEP), São Paulo | Quantitativa, Modelos econométricos e análise de dados em painel |
| Lima, Ximenes, Souza, Luna e Albuquerque | 2005 | Dados do SIM-DATASUS e dos Censos de 1991 e 2000, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva, análises de autocorrelação espacial (índice de Moran), regressões múltiplas e modelos CAR e Loess |
| Lisboa e Andrade | 2010 | Dados do SIM-DATASUS, dos Censos de 1991 e 2000, da Fundação SEADE e da polícia militar de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro | Quantitativa, Modelo Logit, análise de séries temporais, análise de coortes, regressão múltipla |
| Lotufo e Bensenor | 2009 | Dados do SIM-DATASUS, dos Censos de 1991 e 2000 e da polícia militar do estado de São Paulo, São Paulo | Quantitativa, Análise de séries temporais, regressão de Poisson, teste de permutação de Monte Carlo e modelo log-linear |

| | | | |
|---|------|--|---|
| Machado, Rodrigues, Rasella, Barreto e Araya | 2018 | Dados do SIM e do SIH-DATASUS, do Censo de 2010 e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasil | Quantitativa, Modelos de regressão binomial negativa, análise de painel, análise de diferença em diferenças, testes de sensibilidade |
| Mansano, Gutierrez, Ramalho e Duarte | 2013 | Dados do SIM-DATASUS e dos Censos de 1991 e 2000, Paraná e Santa Catarina | Quantitativa, Estatística descritiva, cálculo de médias móveis trienais, análise de correlação espacial, análise de séries temporais |
| Minayo e Constatino | 2012 | Dados primários obtidos a partir de observações, entrevistas e grupos focais com familiares de vítimas de homicídio em duas cidades brasileiras e duas cidades argentinas, Brasil e Argentina | Qualitativa, Observação participante, entrevistas semiestruturadas e grupos focais |
| Nadanovsky | 2009 | Dados do SIM-DATASUS e da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva, análise de séries temporais, teste de causalidade de Granger e regressões lineares |
| Peres, Cardia, Mesquita Neto, Santos e Adorno | 2008 | Dados do Programa de Aprimoramento das Informações sobre Mortalidade da prefeitura do Município de São Paulo; do Censo de 2000; e do Banco de Dados da Imprensa sobre as Graves Violações de Direitos Humanos do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva, regressões lineares simples e múltipla e correlações de Spearman |
| Reichenheim, Souza, Moraes, Mello Jorge, Silva e Minayo | 2011 | Dados do SIM-DATASUS e do Censo de 2010, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva, análise de séries temporais, regressões lineares múltiplas, correlações de Pearson e modelos de efeitos fixos |
| Sachsida e Mendonça | 2013 | Dados do SIM-DATASUS; dos Censos de 1991, 2000 e 2010; da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic); do Sistema de Contas Nacionais; do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013; da Secretaria do Tesouro Nacional; do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; do Observatório das Metrôpoles; e do INFOPEN, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, Brasil | Quantitativa, Modelagem econométrica |
| Silva, Menezes, Lopes e Corrêa | 2011 | Dados do SIM-DATASUS e da Gerência Operacional de Informação de Mortalidade e Natalidade da Secretaria de Saúde do Recife, Pernambuco | Quantitativa, Estatística descritiva e análises transversais e retrospectivas |
| Sousa, Magalhães, Gama, Lima, Almeida, Vieira e Bezerra Filho | 2014 | Dados do SIM-DATASUS, do Censo de 2010 e do Instituto Médico Legal (IML) de Fortaleza, Ceará | Quantitativa, Estatística descritiva, correlações de Spearman e regressões lineares múltiplas |
| Sousa, Silva e Souza | 2014 | Dados do SIM-DATASUS e do Censo de 2010, Bahia | Quantitativa, Estatística descritiva, análises de autocorrelação espacial (índice de Moran), regressões múltiplas e modelos CAR e Loess |

Tema 3: Variações espaço-temporais dos homicídios (n = 20)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|----------------|------------|----------------------|--------------------|
|----------------|------------|----------------------|--------------------|

| | | | |
|--|------|--|--|
| Adorno e Nery | 2019 | Dados do SIM-DATASUS, do INFOCRIM e de duas pesquisas de vitimização não especificadas, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva e análise especial |
| Andrade e Diniz | 2013 | Dados do SIM-DATASUS e dos Censos de 2000 e 2010, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Araújo, Costa, Oliveira, Santana, Barreto, Hogan e Araújo | 2010 | Dados do SIM-DATASUS; do Censo de 2000; do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues; do Fórum Comunitário de Combate à Violência; e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Bahia | Quantitativa, Estatística descritiva, análises de autocorrelação espacial (índice de Moran), regressões múltiplas e modelos CAR e Loess |
| Beato Filho, Assunção, Silva, Marinho, Reis e Almeida | 2001 | Dados do Centro de Operações da Polícia Militar do estado de Minas Gerais (COPOM) e do Censo de 1991, Minas Gerais | Quantitativa, Estatística descritiva e análise espacial com estimadores bayesianos |
| Carvalho, Silva, Almeida Jr. e Albuquerque | 2012 | Dados do SIM-DATASUS, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva e análise espacial com estimadores bayesianos |
| Ceccato | 2005 | Dados do INFOCRIM, São Paulo | Quantitativa, Regressões de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) |
| Ceccato, Haining e Kahn | 2007 | Dados do INFOCRIM, do IML (Instituto Médico Legal) e da pesquisa de vitimização de 2002 desenvolvida pelo GSI/ILANUD/FIA-USP, São Paulo | Quantitativa, Regressões de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) |
| Leite, Mascarello, Almeida, Fávero, Santos, Silva e Wehrmeister | 2017 | Dados do SIM-DATASUS e do Censo de 2010, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva com regressões lineares e modelos de polinômios fracionais |
| Lima, Ximenes, Feitosa, Souza, Albuquerque, Barros, Souza e Lapa | 2005 | Dados do SIM-DATASUS, Pernambuco | Quantitativa, Estatística descritiva, análises de autocorrelação espacial (índice de Moran), regressões múltiplas e modelos CAR e Loess |
| Machado Filho, Silva e Zebende | 2014 | Dados de homicídio da cidade de Salvador, cedidos pela Secretaria de Segurança Pública do estado da Bahia, Bahia | Quantitativa, Análise de séries temporais com DCCA (<i>Detrended Cross-Correlation Analysis</i>) e DFA (<i>Detrended Fluctuation Analysis</i>) |
| Melo, Pereira, Andresen e Matias | 2017 | Dados do Censo de 2010 e do INFOCRIM, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva, ANOVA, regressões lineares e teste scan de Kulldorff |

| | | | |
|--|------|---|---|
| Melo, Pereira, Andresen e Matias | 2017 | Dados do INFOCRIM e da Polícia Civil de Campinas, São Paulo | Quantitativa, Regressões binomiais negativas multinível |
| Minamisava, Nouer, Moraes Neto, Melo e Andrade | 2009 | Dados do SIM-DATASUS, do Censo de 2000 e da empresa de processamento de dados do estado de Goiás, Goiás | Quantitativa, Estatística descritiva e análise espacial com regressão de Poisson |
| Nery, Peres, Cardia, Vicentin e Adorno | 2012 | Dados do INFOCRIM e dos Censos de 1991 e 2000, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva e análises de autocorrelação espacial (índice de Moran) e com estimadores bayesianos |
| Pereira, Mota e Andresen | 2016 | Dados de homicídio da cidade de Recife, cedidos pela Secretaria de Defesa Social do estado de Pernambuco, Brasil | Quantitativa, Testes de padrão pontual espacial |
| Peres, Vicentin, Nery, Lima, Souza, Cerda, Cardia e Adorno | 2011 | Dados do Programa de Aprimoramento das Informações sobre Mortalidade da Prefeitura do Município de São Paulo, da Fundação SEADE de São Paulo e do Censo de 2000 (IBGE), São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Rivero | 2010 | Dados do SIM-DATASUS, do Censo de 2000 e das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP) cedidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), Rio de Janeiro | Quantitativa, Estatística descritiva e análise espacial |
| Santos, Barcellos, Carvalho e Flôres | 2001 | Dados do SIM-DATASUS, do Censo de 1991, do IML e da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul | Quantitativa, Estatística descritiva e análise espacial |
| Soares Filho, Duarte e Merchan-Hamann | 2020 | Dados do SIM-DATASUS, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva e estimativas de risco relativo |
| Trindade, Costa, Silva, Caminiti e Santos | 2015 | Dados do SIM-DATASUS e do Censo de 2010, Alagoas | Quantitativa, Estatística descritiva e análise espacial |

Tema 4: Homicídios associados à atuação de grupos criminosos (n = 18)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|--------------------|------------|---|---|
| Barcellos e Zaluar | 2014 | Dados de mortalidade por homicídios na cidade do Rio de Janeiro de 2006 a 2009, avaliando riscos em favelas e seus entornos em relação à localização, domínio de grupos armados e tráfico de drogas, Brasil | Mista, Estatística descritiva, observação participante, entrevistas, georreferenciamento e etnografia |

| | | | |
|--|------|--|---|
| Biderman, Mello, Lima e Schneider | 2013 | Dados do INFOCRIM, do disque-denúncia e de um <i>dataset</i> não especificado sobre as favelas de São Paulo, São Paulo | Quantitativa, Diferenças em diferenças e modelagem econométrica |
| Chies e Rivero | 2019 | Dados do SIM e do SIH-DATASUS e da Superintendência dos Serviços Penitenciários, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Feltran | 2010 | Dados primários obtidos de etnografias e entrevistas e dados secundários de pesquisa documental, São Paulo | Qualitativa, Etnografia, entrevistas semiestruturadas, análise documental e estudo de trajetórias |
| Hirata e Grillo | 2017 | Dados primários obtidos de etnografias e entrevistas e dados secundários de pesquisa documental, São Paulo e Rio de Janeiro | Qualitativa, Etnografia, entrevistas semiestruturadas e análise documental |
| Lourenço e Almeida | 2013 | Dados primários obtidos de etnografias e entrevistas e dados secundários de pesquisa documental, Bahia | Qualitativa, Etnografia, entrevistas semiestruturadas e análise documental |
| Magaloni, Franco-Vivanco e Melo | 2020 | Dados primários obtidos de surveys, entrevistas semiestruturadas e grupos focais em comunidades específicas do Rio de Janeiro; Dados secundários obtidos da Polícia Militar e da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio, Rio de Janeiro | Mista, Estatística descritiva, surveys, entrevistas semiestruturadas e grupos focais |
| Malvasi | 2013 | Dados primários obtidos de etnografias e entrevistas e dados secundários de pesquisa documental, São Paulo | Qualitativa, Etnografia, entrevistas semiestruturadas e análise documental |
| Misse | 2007 | Dados primários obtidos de etnografias e entrevistas e dados secundários de pesquisa documental, Rio de Janeiro | Qualitativa, Etnografia, entrevistas semiestruturadas e análise documental |
| Misse | 2011 | Dados primários obtidos de etnografias e entrevistas e dados secundários de pesquisa documental, Rio de Janeiro | Qualitativa, Etnografia, entrevistas semiestruturadas e análise documental |
| Paiva | 2019 | Dados primários obtidos de etnografias e entrevistas e dados secundários de pesquisa documental, Ceará | Qualitativa, Etnografia, entrevistas semiestruturadas e análise documental |
| Portella, Araújo, Oliveira, Chaves, Rocha e Oliveira | 2019 | Dados da polícia civil da Bahia e do Censo de 2010, Bahia | Quantitativa, Estatística descritiva e regressão binomial negativa |

| | | | |
|--------------------|------|---|--|
| Rodrigues | 2020 | Dados primários obtidos de etnografias e entrevistas e dados secundários de pesquisa documental, Alagoas | Qualitativa, Etnografia, entrevistas semiestruturadas e análise documental |
| Siqueira e Paiva | 2019 | Dados primários obtidos de etnografias e entrevistas e dados secundários de pesquisa documental, Amazonas | Qualitativa, Etnografia, entrevistas semiestruturadas e análise documental |
| Willis | 2016 | Dados de pesquisa etnográfica multi-anual com a detetives e agentes da Polícia Civil de São Paulo entre 2009 e 2012, São Paulo | Qualitativa, Etnografia |
| Zaluar e Barcellos | 2013 | Dados do SIM-DATASUS; de pesquisa de vitimização não especificada realizada entre 2005 e 2006; e do Instituto Pereira Passos sobre as 965 favelas do Rio à época, Rio de Janeiro | Quantitativa, Estatística descritiva e análise espacial |
| Zilli | 2015 | Dados primários de entrevistas com jovens e adolescentes envolvidos com grupos criminosos armados e dados secundários do SIM-DATASUS e da Secretaria de Estado de Defesa Social, Minas Gerais | Mista, Estatística descritiva e entrevistas em profundidade |
| Zilli e Beato | 2015 | Dados primários de entrevistas com jovens e adolescentes envolvidos com grupos criminosos armados e dados secundários do SIM-DATASUS e da Secretaria de Estado de Defesa Social, Minas Gerais | Mista, Estatística descritiva e entrevistas em profundidade |

Tema 6: Homicídios associados à disponibilidade de armas (n = 10)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|---|------------|---|--|
| Cerqueira e Mello | 2012 | Dados do SIM-DATASUS e do Censo de 2010, São Paulo | Quantitativa, Modelagem econométrica |
| Costa, Trindade e Santos | 2014 | Dados do SIM-DATASUS e dos Censos de 2000 e 2010, Bahia | Quantitativa, Estatística descritiva e análise de séries temporais |
| Deppman | 2019 | Dados do SIM-DATASUS e do Censo de 2010, Brasil | Quantitativa, Funções super-lineares |
| Malta, Soares Filho, Pinto, Minayo, Lima, Machado, Teixeira, Morais Neto, Ladeira, Merchan-Hamann, Souza, Vasconcelos, Vidotti, Cousin, Glenn, Bisignano, | 2020 | Dados do SIM-DATASUS e do Censo de 2010, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva, análise espacial, correlações de Pearson e regressões lineares múltiplas |

Chew, Ribeiro e
Naghavi

| | | | |
|--|------|--|--|
| Peres e Santos | 2005 | Dados do SIM-DATASUS e dos Censos de 1991 e 2000, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Pinto, Ribeiro, Santos, Bevilacqua, Lachtim, Pereira e Malta | 2020 | Dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva, correlações de Pearson e regressões lineares múltiplas |
| Santos e Kassouf | 2012 | Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo e do IBGE, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva e modelos ARIMA |
| Scorzafave, Soares e Dorigan | 2015 | Dados do SIM-DATASUS e dos Censos de 1991 e 2000, Paraná | Quantitativa, Diferenças em diferenças com <i>Propensity Score Matching</i> (PSM) |
| Souza, Macinko, Alencar, Malta e Morais Neto | 2007 | Dados do SIM e do SIH-DATASUS, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo | Quantitativa, Regressões lineares série-temporais |
| Waiselfisz | 2014 | Dados do SIM-DATASUS, do IBGE (Censos, estimativas populacionais) e do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) - População e Desenvolvimento, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Brasil | Quantitativa, Estatística descritiva |

Tema 7: Homicídios associados à atuação das polícias (n = 10)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|---|------------|---|---|
| Brasil, Santiago e Brandão | 2020 | Dados primários de entrevistas semiestruturadas com jovens periféricos e policiais, Ceará | Qualitativa, Entrevistas semiestruturadas |
| Bueno, Lima e Teixeira | 2019 | Dados da Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva e análises espacial e de séries temporais |
| Godoi, Grillo, Tonche, Mallart, Ramachiotti e Braud | 2020 | Dados de 316 boletins de ocorrência (BOs) de casos classificados como “resistência seguida de morte”, registrados pelo Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) da polícia civil o de São Paulo, São Paulo | Mista, Estatística descritiva, análise espacial, análise documental e análise de conteúdo |

| | | | |
|------------------------------------|------|--|---|
| Loche | 2010 | Dados do <i>Uniform Crime Report</i> e do departamento de polícia da cidade de Nova Iorque (EUA) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Machado e Noronha | 2002 | Dados primários de pesquisa etnográfica, Bahia | Qualitativa, Observação participante, etnografia e entrevistas em profundidade |
| Monteiro, Fagundes e Guerra | 2020 | Dados do ISP do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro | Quantitativa, Estatística descritiva e regressões lineares com efeito fixo de tempo |
| Osse e Cano | 2017 | Dados do <i>Global Study on Homicide 2013</i> , do Escritório da ONU sobre Drogas e Crime (que reúne dados de homicídios de diferentes países a partir de diferentes fontes), Brasil | Quantitativa, Regressões lineares |
| Serra, Romero, Souza e Battibugli | 2020 | Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Sinhoretto e Morais | 2018 | Dados do Mapa da Violência, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Sinhoretto, Schlittler e Silvestre | 2016 | Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo, São Paulo | Quantitativa, Estatística descritiva |

Tema 8: Estratégias de prevenção dos homicídios (n = 10)

| Autores | Ano | Base de dados | Metodologia |
|---------------------------------------|------------|--|---|
| Cano e Ribeiro | 2007 | Dados do SIM-DATASUS e dos Censos de 1991 e 2000 | Quantitativa, Estatística descritiva e regressões lineares múltiplas |
| Cano, Borges e Ribeiro | 2012 | Dados primários obtidos de entrevistas semiestruturadas com policiais e residentes de favelas do Rio de Janeiro e dados secundários do SIM-DATASUS, Rio de Janeiro | Mista, Estatística descritiva, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo |
| Castro, Silva, Assunção e Beato Filho | 2004 | Dados do SIM-DATASUS, Minas Gerais | Quantitativa, Análise espacial com estimadores bayesianos |

| | | | |
|---|------|---|---|
| Cerqueira, Silva Neto, Coelho e Lins | 2020 | Dados do SIM-DATASUS e dos Censos de 2000 e 2010, Espírito Santo | Quantitativa, Método de controle sintético |
| Misse | 2014 | Dados do ISP do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro | Quantitativo, Estatística descritiva |
| Pereira Filho, Tannuri-Pianto e Souza | 2010 | Dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI); de Secretarias Estaduais de Administração e Segurança Pública e sindicatos representativos das polícias civis dos estados brasileiros, Brasil | Quantitativa, Modelagem econométrica |
| Sapori e Andrade | 2008 | Dados do Sistema Integrado de Defesa Social, Minas Gerais | Quantitativa, Estatística descritiva |
| Schull, Feitosa e Hein | 2014 | Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2012), Brasil | Quantitativa, Análise envoltória de dados |
| Silveira, Assunção, Silva e Beato Filho | 2010 | Dados do SIM-DATASUS, Minas Gerais | Quantitativa, Análise espacial com estimadores bayesianos |
| Zaverucha e Nóbrega Filho | 2015 | Dados do SIM-DATASUS, do INFOPEN e do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa do estado de Pernambuco, Pernambuco | Quantitativa, Estatística descritiva |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

APÊNDICE III - Algoritmo do modelo de regressão com dados em painel e efeito fixo

```

import pandas as pd
import statsmodels.api as sm
import statsmodels.formula.api as smf

# Carregar dados do Excel
df = pd.read_excel()

# Renomear colunas conforme as siglas e nomes que você quer usar
df.rename(columns={
    'renda_per_capita': 'ECO1', # Renda per capita média (R$ 100,00)
    'taxa_desemprego': 'ECO2', # Taxa de desemprego
    'gini_renda_domiciliar': 'SOC1', # Gini da renda domiciliar per capita
    'apropriacao_renda': 'ECO3', # Apropriação de renda entre os 10% mais
ricos e os 40% mais pobres
    'taxa_urbanizacao': 'DEM1', # Taxa de urbanização
    'prop_homem_15_29': 'DEM2', # Proporção de homens com 15 a 29 anos
    'prop_jovens_ensino_medio_completo': 'SOC2' # Proporção de jovens com 18
a 24 anos e ensino médio completo
}, inplace=True)

# Adicionando um termo de intercepto e o efeito fixo de tempo
df['Intercept'] = 1
df['TimeEffect'] = pd.Categorical(df['ano'])

# Modelos
models = {
    1: 'TaxaHomicidio ~ ECO1 + SOC1 + DEM1 + DEM2 + SOC2 + TimeEffect',
    2: 'TaxaHomicidio ~ ECO1 + ECO3 + DEM1 + DEM2 + SOC2 + TimeEffect',
    3: 'TaxaHomicidio ~ SOC1 + ECO3 + DEM1 + DEM2 + SOC2 + TimeEffect',
    4: 'TaxaHomicidio ~ ECO2 + SOC1 + DEM1 + DEM2 + SOC2 + TimeEffect',
    5: 'TaxaHomicidio ~ SOC1 + DEM1 + DEM2 + SOC2 + TimeEffect',
    6: 'TaxaHomicidio ~ ECO1 + ECO2 + SOC1 + DEM1 + DEM2 + SOC2 +
TimeEffect',
    7: 'TaxaHomicidio ~ ECO2 + ECO3 + DEM1 + DEM2 + SOC2 + TimeEffect',
    8: 'TaxaHomicidio ~ ECO1 + ECO2 + ECO3 + DEM1 + DEM2 + SOC2 + TimeEffect'
}

results = {}
for key, formula in models.items():
    model = smf.mixedlm(formula, df, groups=df['TimeEffect'])
    results[key] = model.fit()

# Mostrar os resultados
for key, result in results.items():
    print(f'Resultados do Modelo {key}:')
    print(result.summary())
    print('\n' + '-'*80 + '\n')

```

APÊNDICE IV - Algoritmo do método de controle sintético

```

import pandas as pd
import numpy as np
from scipy.optimize import minimize
import matplotlib.pyplot as plt
import seaborn as sns

# Configurar estilo do Seaborn
sns.set(style="whitegrid")

# Carregar a planilha
file_path = '[CAMINHO]' # Substitua pelo caminho correto
taxa_df = pd.read_excel(file_path, sheet_name='TAXA')

# Definir as cidades de controle
control_capitals = ["Brasília", "Palmas", "Goiânia", "Florianópolis",
"Curitiba", "Aracaju"]

# Filtrar os dados para Maceió e as cidades de controle
treated_capital = "Maceió"
df_treated = taxa_df[taxa_df['Capital'] == treated_capital].iloc[:, 2:].T
df_controls = taxa_df[taxa_df['Capital'].isin(control_capitals)].iloc[:,
2:].T

# Converter os nomes das colunas em formato de data
df_treated.index = pd.to_datetime(df_treated.index)
df_controls.index = pd.to_datetime(df_controls.index)

# Filtrar os dados para o período de 1996 a 2016
df_treated = df_treated.loc["1996-01-01":"2016-12-01"]
df_controls = df_controls.loc["1996-01-01":"2016-12-01"]

# Converter os DataFrames para arrays numpy
y_treated = df_treated.values.flatten()
X_controls = df_controls.values

# Definir função para calcular o erro quadrático
def sse(weights, X, y):
    synthetic = X.dot(weights)
    return np.sum((y - synthetic) ** 2)

# Função para otimizar os pesos e gerar o controle sintético
def generate_synthetic_control(y_treated, X_controls):
    initial_weights = np.ones(X_controls.shape[1]) / X_controls.shape[1]
    bounds = [(0, 1) for _ in range(X_controls.shape[1])]
    constraints = [{'type': 'eq', 'fun': lambda w: np.sum(w) - 1}]
    result = minimize(sse, initial_weights, args=(X_controls, y_treated),
constraints=constraints, bounds=bounds)
    return X_controls.dot(result.x)

# Gerar o controle sintético para Maceió
y_synthetic_optimized = generate_synthetic_control(y_treated, X_controls)

# Calcular o gap de Maceió
gap_maceio = y_treated - y_synthetic_optimized

# Definir ticks do eixo x para todos os anos de 1996 a 2016
years = pd.date_range(start="1996-01-01", end="2016-12-01", freq='YS').year

```

```

# Gráfico 1 - Plotar o controle sintético para Maceió
plt.figure(figsize=(12, 6))
plt.plot(df_treated.index, y_treated, label='Maceió real', color='black',
         linewidth=2, zorder=5)
plt.plot(df_treated.index, y_synthetic_optimized, label='Maceió sintética',
         color='#37a5ac', linestyle='-', linewidth=2, zorder=5)
plt.axvline(x=pd.to_datetime('2003-03-01'), color='black', linestyle='--',
            label='Intervenção (Março de 2003)', linewidth=2, zorder=5)
plt.axhline(y=0, color='black', linestyle='--', zorder=5, linewidth=2)
plt.xlabel('Ano')
plt.ylabel('Taxa de homicídio')
plt.xticks(ticks=pd.date_range(start="1996-01-01", end="2016-12-01",
                               freq='YS'), labels=years, rotation=90)
plt.legend()
plt.grid(True, color='white')

plt.show()

# Gráfico 2 - Plotar o gap para Maceió
plt.figure(figsize=(12, 6))
plt.plot(df_treated.index, gap_maceio, label='Maceió (gap)', color='gray',
         linewidth=2, zorder=5)
plt.axvline(x=pd.to_datetime('2003-03-01'), color='black', linestyle='--',
            zorder=5, linewidth=2)
plt.axhline(y=0, color='black', linestyle='--', zorder=5, linewidth=2)
plt.xlabel('Ano')
plt.ylabel('Diferença em nível da taxa')
plt.xticks(ticks=pd.date_range(start="1996-01-01", end="2016-12-01",
                               freq='YS'), labels=years, rotation=90)
plt.legend(loc='upper left')
plt.grid(True, color='white')

plt.show()

# Gráfico 3 - Gerar e plotar os gaps para o teste placebo
gaps_corrected = {}
for control_city in control_capitals:
    if control_city != 'Maceió':
        X_controls_no_city =
taxa_df[taxa_df['Capital'].isin(control_capitals) & (taxa_df['Capital'] !=
control_city)].iloc[:, 2:].T
        X_controls_no_city.index = pd.to_datetime(X_controls_no_city.index)
        X_controls_no_city = X_controls_no_city.loc["1996-01-01":"2016-12-
01"].values

        df_control_treated = taxa_df[taxa_df['Capital'] ==
control_city].iloc[:, 2:].T
        df_control_treated.index = pd.to_datetime(df_control_treated.index)
        df_control_treated = df_control_treated.loc["1996-01-01":"2016-12-
01"]

        y_control_treated = df_control_treated.values.flatten()

        y_synthetic_control = generate_synthetic_control(y_control_treated,
X_controls_no_city)
        gaps_corrected[control_city] = y_control_treated -
y_synthetic_control

# Plotar o teste placebo com Maceió e as cidades de controle
plt.figure(figsize=(12, 6))
plt.plot(df_treated.index, gap_maceio, label='Maceió (Gap)', color='black',
         linewidth=2, zorder=5)

```

```
for city, gap in gaps_corrected.items():
    plt.plot(df_treated.index, gap, color='gray', linestyle='-',
             linewidth=2)
    plt.axvline(x=pd.to_datetime('2003-03-01'), color='black', linestyle='--',
               zorder=5, linewidth=2)
    plt.axhline(y=0, color='black', linestyle='--', zorder=5, linewidth=2)
    plt.xlabel('Ano')
    plt.ylabel('Diferença em nível da taxa')
    plt.xticks(ticks=pd.date_range(start="1996-01-01", end="2016-12-01",
                                   freq='YS'), labels=years, rotation=90)
    plt.legend(['Maceió (placebo)'], loc='upper left')
    plt.grid(True, color='white')

plt.show()
```

APÊNDICE V - Algoritmo do modelo ARIMA

```

import pandas as pd
import numpy as np
import matplotlib.pyplot as plt
from statsmodels.tsa.arima.model import ARIMA
from statsmodels.graphics.tsaplots import plot_acf, plot_pacf
import matplotlib.dates as mdates
import seaborn as sns
from scipy.stats import shapiro
from statsmodels.tsa.stattools import acf, q_stat
import locale

# Definir a localidade para português do Brasil
locale.setlocale(locale.LC_TIME, 'pt_BR.UTF-8')

# Carregar os dados
file_path = '[CAMINHO]'
xls = pd.ExcelFile(file_path)
taxa_df = pd.read_excel(xls, 'TAXA')

# Filtrar os dados para Maceió
maceio_df = taxa_df[taxa_df['Capital'] == 'Maceió']

# Transpor a série temporal para ter datas como índice
maceio_series = maceio_df.iloc[0, 2:].T

# Converter o índice para datetime
maceio_series.index = pd.to_datetime(maceio_df.columns[2:])
maceio_series.name = 'Taxa de Homicídio'

# Verificar se a série contém apenas valores numéricos
print(maceio_series.dtypes)
print(maceio_series.head())

# Garantir que a série seja de tipo float
maceio_series = maceio_series.astype(float)

# Verificar se há valores faltantes e removê-los
print(maceio_series.isna().sum())
maceio_series = maceio_series.dropna()

# Dividir a série em pré e pós-intervenção
pre_intervention_series = maceio_series[:'2012-05-01']
post_intervention_series = maceio_series['2012-06-01':]

# Gráficos ACF e PACF antes da diferenciação
plt.figure(figsize=(12,6))
plt.subplot(121)
plot_acf(pre_intervention_series, lags=20, ax=plt.gca())
plt.grid(True, color='white')
plt.title('ACF antes da diferenciação')

plt.subplot(122)
plot_pacf(pre_intervention_series, lags=20, ax=plt.gca())
plt.title('PACF antes da diferenciação')
plt.tight_layout()
plt.grid(True, color='white')
plt.show()

```

```

# Diferenciar a série (ordem 1)
differenced_series = pre_intervention_series.diff().dropna()

# Gráficos ACF e PACF após a diferenciação
plt.figure(figsize=(12,6))
plt.subplot(121)
plot_acf(differenced_series, lags=20, ax=plt.gca())
plt.grid(True, color='white')
plt.title('ACF depois da diferenciação')

plt.subplot(122)
plot_pacf(differenced_series, lags=20, ax=plt.gca())
plt.title('PACF depois da diferenciação')
plt.tight_layout()
plt.grid(True, color='white')
plt.show()

# Ajustar o modelo ARIMA(8,1,1)
arima_model_8_1_1 = ARIMA(pre_intervention_series, order=(8,1,1))
arima_fit_8_1_1 = arima_model_8_1_1.fit()

# Fazer previsões para o período pós-intervenção
forecast_8_1_1 =
arima_fit_8_1_1.forecast(steps=len(post_intervention_series))

# Calcular a diferença entre o previsto e o observado para medir o impacto
impact_8_1_1 = post_intervention_series - forecast_8_1_1

# Preparar o DataFrame para visualização
result_df_8_1_1 = pd.DataFrame({
    'Observada': post_intervention_series,
    'Prevista': forecast_8_1_1,
    'Impacto': impact_8_1_1
})

# Plotar a série original e a previsão com 12 meses antes e 12 meses depois
pre_12_months = pre_intervention_series[-12:]
post_12_months = post_intervention_series[:12]
forecast_12_months = forecast_8_1_1[:12]

plt.figure(figsize=(14, 7))
plt.plot(pre_12_months.index, pre_12_months, label='Observada 12 meses pré-
intervenção', color='#3c78d8')
plt.plot(post_12_months.index, post_12_months, label='Observada 12 meses
pós-intervenção', color='#3c78d8', linestyle='--')
plt.plot(post_12_months.index, forecast_12_months, label='Prevista 12 meses
pós-intervenção', color='#ffad46', linestyle='--')
plt.title('Taxa de Homicídios em Maceió: 12 Meses Antes e Depois da
Intervenção')
plt.xlabel('')
plt.ylabel('Taxa de homicídio')
plt.grid(True, color='white')
plt.axvline(x=pd.Timestamp('2012-06-01'), color='black', linestyle='--',
label='Intervenção (Junho de 2012)')

# Formatar os rótulos do eixo x para mostrar o mês e o ano em português
plt.gca().xaxis.set_major_formatter(mdates.DateFormatter('%b %Y'))

plt.legend()
plt.show()

```

```
# Diagnóstico dos Resíduos

# 1. Gráfico de ACF dos resíduos
fig, ax = plt.subplots(figsize=(8, 8)) # Criar a figura e os eixos ao
mesmo tempo
plot_acf(arima_fit_8_1_1.resid, lags=20, ax=ax) # Associar o gráfico ACF
ao eixo 'ax'
ax.set_title('')
ax.grid(True, color='white')
plt.show()

# 2. Histograma dos resíduos
plt.figure(figsize=(10, 4))
sns.histplot(arima_fit_8_1_1.resid, kde=True)
plt.title('Histograma dos Resíduos')
plt.grid(True, color='white')
plt.show()

# 3. Gráfico de Resíduos vs. Ajustados
plt.figure(figsize=(10, 4))
plt.scatter(arima_fit_8_1_1.fittedvalues, arima_fit_8_1_1.resid)
plt.axhline(y=0, color='r', linestyle='--')
plt.title('Resíduos vs. Ajustados')
plt.xlabel('Valores Ajustados')
plt.ylabel('Resíduos')
plt.grid(True, color='white')
plt.show()

# 4. Teste de Shapiro-Wilk para normalidade dos resíduos
shapiro_test = shapiro(arima_fit_8_1_1.resid)
print(f'Teste de Shapiro-Wilk: p-valor = {shapiro_test.pvalue}')

# 5. Teste de Ljung-Box para autocorrelação nos resíduos
ljung_box_test = q_stat(acf(arima_fit_8_1_1.resid, fft=False, nlags=20),
len(arima_fit_8_1_1.resid))
p_values = ljung_box_test[1]
print(f'Teste de Ljung-Box (p-valores): {p_values}')

# Exportar os resultados do ARIMA para uma planilha Excel
result_df_8_1_1.to_excel('ARIMA_8_1_1_Results2.xlsx', index=True)
```

APÊNDICE VI - Procedimentos de coleta dos dados para a análise qualitativa comparativa (QCA)

O que coletamos

Como na investigação criminal, a análise sociológica sobre crimes, principalmente sobre crimes violentos com desfecho letal, exige um olhar atento às diferentes dimensões que compõem cada caso. Isso envolve não apenas a compreensão das características individuais dos envolvidos, mas também o exame detalhado das circunstâncias que envolveram o fato. Temos reiterado que esses esforços servem no reconhecimento das estruturas dos atos de violência, permitindo um entendimento mais adequado dos padrões que se inscrevem nesses atos.

Para reconstituirmos uma configuração de homicídio precisamos, em primeiro lugar, ter acesso aos dados que caracterizam a vítima, o agressor e a agressão. Nos estudos de referência sobre o tema há um entendimento pacificado sobre os dados que são estritamente necessários à análise: I) no que se refere à dimensão da vítima, o sexo, a cor/raça/etnia e a idade; II) no que se refere à dimensão do agressor, o sexo, a cor/raça/etnia e a idade; e III) no que se refere à dimensão da agressão, o local em que ocorreu o fato (em diferentes níveis, como estado, município, bairro ou rua), a natureza deste local (se área urbana ou rural, se via pública, domicílio, estabelecimento comercial, entre outros), o período em que se deu o fato (ano, mês, dia ou hora), a motivação (se instrumental ou expressiva, categorias que trataremos de melhor explicar posteriormente), o instrumento utilizado na agressão (arma de fogo, arma branca, força física, entre outros) e a natureza da relação entre o agressor e a vítima (se familiar indireto ou direto, ou se desconhecido ou conhecido da vítima, por exemplo).

Para facilitar a visualização, esquematizamos no Quadro 3 as variáveis de interesse da pesquisa em função de suas categorias e das dimensões de referência.

Quadro B - Dimensões, variáveis e categorias básicas para a análise configuracional dos homicídios

| Dimensão | Variável | Categoria |
|---|-------------------------------|----------------------------|
| Vítima | Sexo | Masculino |
| | | Feminino |
| | Cor/Raça/Etnia | Branca |
| | | Preta |
| | | Amarela |
| Parda | | |
| Faixa etária | Indígena | |
| | Criança (0-14 anos) | |
| | Jovem (15 a 24 anos) | |
| | Adulto (25 a 59 anos) | |
| | Idoso (60 anos ou mais) | |
| Agressor | Sexo | Masculino |
| | | Feminino |
| | Cor/Raça/Etnia | Branca |
| | | Preta |
| | | Amarela |
| Parda | | |
| Faixa etária | Indígena | |
| | Criança (0-14 anos) | |
| | Jovem (15 a 24 anos) | |
| | Adulto (25 a 59 anos) | |
| | Idoso (60 anos ou mais) | |
| Agressão | Local do fato | UF, município, bairro, rua |
| | Natureza do local do fato (a) | Urbana |
| | | Rural |
| | Natureza do local do fato (b) | Via pública |
| | | Domicílio |
| | Data do fato | Outros |
| | | Ano, mês dia, hora |
| | Motivação | Expressiva |
| | | Instrumental |
| | Instrumento empregado no fato | Arma de fogo |
| Arma branca | | |
| Outros | | |
| Natureza da relação entre vítima e agressor | Familiar direto | |
| | Familiar indireto | |
| | Conhecido | |
| | | Desconhecido |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Lima (2018), Portella (2014) e Andrade (2015).

Nota: As categorias da variável “faixa etária” foram definidas pelo autor.

Onde coletamos

Idealmente, todas essas informações deveriam estar sistematizadas em um banco de dados unificado (nos moldes do *Uniform Crime Reports* ou do *National Violent Death Reporting System*, ambos dos EUA), facilitando o acesso e a análise por parte de pesquisadores, legisladores e profissionais da segurança pública. No entanto, a realidade do sistema de justiça criminal brasileiro e a infraestrutura de dados existente impõem grandes desafios para a concretização desse ideal. A fragmentação das fontes de dados, com diferentes órgãos desempenhando diferentes funções, levantando diferentes informações a partir de diferentes metodologias e finalidades gera um cenário de dispersão único (para não dizermos “caótico”) e, muitas vezes, produz incompatibilidade entre os dados disponíveis. Isso acaba comprometendo o desenvolvimento de análises mais precisas sobre os padrões da violência letal no país e, no que se refere à presente pesquisa, acaba dificultando o processo de reconstituição das configurações.

No Brasil, a demanda por uma plataforma comum para o registro e análise dos dados tanto de homicídios quanto de outros crimes tem sido há muito tempo colocada por autoras como Ludmilla Ribeiro (2010) e Vívian Paes (2013), por exemplo, que destacam a fragmentação e a falta de interoperabilidade dos sistemas de informação das polícias e secretarias estaduais de segurança pública como barreiras significativas para a compreensão integral da criminalidade no país. A ausência de um sistema unificado e de protocolos padronizados para coleta, armazenamento e compartilhamento de dados entre as diferentes jurisdições e instituições, em última instância, resulta em lacunas no conhecimento disponível sobre as dinâmicas criminais. Por exemplo, dados mais específicos sobre as circunstâncias da agressão (como a motivação do agressor), raramente são sistematizados de maneira que possam ser facilmente acessados e utilizados.

Não pretendemos discutir essa questão (qual seja, a da gestão dos dados criminais no Brasil) porque já há um conjunto de estudos que o fazem com excelência (Spaniol *et al.*, 2020; Adorno; Nery, 2019; Sinhoretto, 2018; Szabó; Risso, 2018; Costa; Lima, 2017; Lima; Sinhoretto; Bueno, 2015; Ballesteros, 2014; Lima; Ratton; Azevedo, 2012; Carvalho; Silva, 2011). Agora, é de se observar que, a despeito de todas as contribuições desses estudos, pouco foi feito no sentido de concretizar suas recomendações (e sabemos que essa não é necessariamente uma responsabilidade dos acadêmicos). Por essas e outras, nos parece muito mais pertinente nesse momento apontar o que fizemos para superar essas “limitações operacionais”.

Uma vez que tínhamos definido os tipos de dado a coletar (Quadro 3), procedemos com o mapeamento das bases disponíveis. No momento em que esta pesquisa foi idealizada, tínhamos considerado trabalhar com os dados de homicídios dolosos registrados no estado de Alagoas no período de 1980 a 2020 (ou seja, mais de 40 anos de dados sobre homicídio), tomando como referência a disponibilidade dessas informações no Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, o SIM-DATASUS, que, por sua vez, serviria no levantamento dos dados referentes à dimensão da vítima. O que não tínhamos previsto era a relativa indisponibilidade de dados nos repositórios nacionais para compor as dimensões do agressor e da agressão. Lidamos com o mesmo problema em relação à plataforma do SINASP, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública.

Com relação às características do agressor, nossa expectativa era a de que pudessemos acessar o perfil dos indivíduos presos por homicídio doloso em Alagoas entre os anos 1980 e 2020 a partir dos dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN). No entanto, constatamos que o INFOPEN não dispunha dos registros completos para o estado para aquele período, e que as poucas informações disponíveis apresentavam lacunas substanciais que, inevitavelmente, comprometeriam a fidelidade e a robustez dos modelos de análise a serem desenvolvidos posteriormente.

Com relação às características da agressão, muito embora o SIM-DATASUS dispusesse de dados sobre o tipo de morte (incluindo categorizações detalhadas como morte por arma de fogo, instrumento contundente, entre outras úteis no reconhecimento do tipo de instrumento utilizado no fato), o sistema passou a incluir outras informações relevantes (como, por exemplo, o local de ocorrência do crime) somente a partir dos anos 2000 e não necessariamente tudo a partir de 2000. Essa característica limitava a aplicabilidade dos dados para uma parcela do período que pretendíamos estudar. Também era problemático era o fato de o SIM-DATASUS não dispor de informações mais detalhadas como a motivação do crime, a natureza da relação entre agressor e vítima, ou mesmo o horário de ocorrência do fato, dados fundamentais para a análise configuracional.

Essas limitações impuseram a necessidade de repensar nossas estratégias de coleta de dados e adaptar nossos recortes analíticos. Cogitamos, então, trabalhar com dados das secretarias estaduais, visando a Secretaria de Segurança Pública do estado de Alagoas (SSP/AL) para ter acesso às informações das vítimas e das agressões; e a Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (SERIS/AL) para ter acesso às informações dos agressores.

Em conversas com servidores da SSP/AL¹⁷, fomos alertados de que dificilmente obteríamos um arquivo digital (uma planilha) com dados anteriores ao ano de 2012. De fato, estávamos cientes de que o processo de digitalização dos dados sobre homicídios no estado se dera a partir da criação do Núcleo de Estatística e Análise Criminal (NEAC), em 2012, por ocasião da implantação do Programa Brasil Mais Seguro em Alagoas. Qualquer dado anterior à 2012 estaria disponível somente na versão física, portanto, pouco passíveis de serem levantados em tempo para esta pesquisa.

No caso da SERIS a situação mostrou-se ainda mais sensível porque, segundo a assessoria de comunicação da secretaria, até abril de 2016, o modelo adotado no gerenciamento das informações dos detentos, por recomendação do Conselho Estadual de Segurança Pública (CONSEG), não reunia qualquer outro tipo de dado senão aqueles relacionados ao perfil do preso e ao tipo de crime por ele cometido. Além disso, os registros anteriores a abril de 2016 ainda não tinham sido inseridos por completo no sistema da GPESP, a Gerência de Pesquisa e Estatística do Sistema Prisional de Alagoas, e por isso não podiam ser disponibilizados integralmente.

Chegamos a formalizar pedidos eletrônicos de acesso à informação via SIC, o Serviço de Informação ao Cidadão, mas tivemos os pedidos negados sob a alegação de que pedidos desproporcionais ou que ocasionassem trabalho adicional às instituições prestadoras da informação não seriam respondidos.

Em conversas subsequentes com servidores da SSP/AL, fomos questionados sobre a necessidade de utilizarmos diferentes bases de dados. Nesse momento nos demos conta de uma problemática questão de natureza operacional: a falta de integração entre as bases. Por mais que tivéssemos acesso às bases das secretarias, e mesmo que fosse possível trabalhar com dados do mesmo período, como os dados de 2017 em diante, não teríamos como associar os dados dos casos de homicídio da base da SSP com os dados dos agressores na base da SERIS por não haver entre as bases uma variável comum de identificação. Lidaríamos com essa mesma situação se tivéssemos acessado as bases do SIM-DATASUS, do SINASP ou do INFOPEN.

Reconhecemos que não poderíamos proceder com a QCA em bases de dados não relacionais sem lidar com um conjunto de desafios, a começar pela impossibilidade de definir as condições comparáveis para a análise. Diferenças nos padrões de codificação e de classificação poderiam levar a discrepâncias significativas na interpretação e na calibração das condições necessárias para a análise. Além disso, a imputação de dados ou o tratamento de

¹⁷ Com quem estabelecemos um diálogo aberto e desenvolvemos parcerias no curso de pesquisas anteriores.

lacunas informacionais afetariam diretamente a calibração e, conseqüentemente, os resultados. Assim sua validade e a confiabilidade poderiam ser postas em questão, sobretudo se a integração das bases de dados induzisse a interpretações forçadas das condições.

Claro, todas essas reflexões sobre a integração das bases de dados foram feitas *a posteriori*, pois na ocasião com os servidores da SSP/AL alegamos desconhecer a existência de uma base que dispusesse de todas as informações que buscávamos sobre os homicídios ocorridos no estado no período proposto. Fomos então instruídos a contatar a Polícia Civil (PC/AL) a fim de verificarmos, em primeiro lugar, a disponibilidade de bases digitais com dados dos inquéritos policiais, a possibilidade de termos acesso a essas bases ou, na ausência delas, a possibilidade de termos acesso ao acervo físico da PC/AL, notadamente, aos inquéritos policiais. Obtivemos da Assessoria Técnica de Estatística e Análise Criminal (ASSTEAC) da PC/AL a informação de que não poderíamos ter acesso ao acervo físico da instituição, mas que havia em poder da Diretoria Adjunta de Tecnologia da Informação (DIATI) do Tribunal de Justiça do estado de Alagoas (TJ/AL) uma base com dados de inquéritos concluídos com autoria definida, de homicídios ocorridos na cidade de Maceió entre os anos de 2016 e 2020.

Como coletamos

Pelo SIC, solicitamos ao TJ/AL o envio da referida base sem qualquer tipo de dado que possibilitasse a identificação dos agressores ou das vítimas (como nome completo ou filiação, por exemplo), em respeito aos termos do art. 7º, inciso IV e do art. 11, inciso II, alínea “c” da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). No dia 20 de setembro de 2023, recebemos a base, sobre a qual realizamos uma primeira avaliação.

Em termos de apresentação, a base mostrou-se devidamente estruturada, com cada coluna representando uma variável (20 variáveis) e cada linha representando um caso (413 casos). A exemplo de Andrade (2015), qualificamos as variáveis em três tipos, a saber I) variáveis de identificação, com dados de identificação do inquérito e da delegacia de origem; II) variáveis de perfil, com dados do perfil sociodemográfico das vítimas e dos agressores; e III) variáveis de contexto, com dados acerca das circunstâncias de ocorrência do crime. Para facilitar a visualização, no Quadro 4 descrevemos as variáveis identificadas na base de dados primária em função de seus tipos.

Quadro C - Variáveis da base de dados do TJ/AL

| Variáveis de identificação | Variáveis de perfil | Variáveis de contexto |
|-----------------------------------|----------------------------|------------------------------|
| Nº do processo | Data de nasc. da vítima | Natureza do fato |
| Delegacia de origem | Sexo da vítima | Data do fato |
| - | Cor da vítima | Cidade do fato |
| - | Escolaridade da vítima | Bairro do fato |
| - | Estado civil da vítima | Local do fato |
| - | Data de nasc. do agressor | Motivação |
| - | Sexo do agressor | Instrumento |
| - | Cor do agressor | Afinidade com o agressor |
| - | Escolaridade do agressor | - |
| - | Estado civil do agressor | - |

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa.

A partir dessa primeira avaliação, decidimos adaptar, mais uma vez, nossos recortes analíticos. Consideramos trabalhar com a amostra do Tribunal de Justiça, reduzindo o intervalo temporal da análise de 2016 a 2020 (5 anos de dados) e restringindo a unidade espacial à cidade de Maceió. Decidimos trabalhar com essa amostra por dois motivos essencialmente: as exigências da QCA e o uso eficiente de nossos recursos, notadamente, tempo e capacidade de análise.

A QCA requeria bases de dados bem integradas, pois a metodologia se baseia na comparação de casos para identificar padrões e condições que levam a determinados resultados. As bases de dados não relacionais disponíveis (leia-se as bases das secretarias, do SIM-DATASUS e do INFOPEN) representavam um impeditivo à execução da pesquisa, uma vez que, como já dissemos, a falta de integração entre elas poderia comprometer tanto o rendimento dos resultados quanto a profundidade da análise. A fragmentação dos dados nessas bases dificultaria a construção de um panorama coeso dos casos, o que é fundamental para a aplicação eficaz da QCA.

A base de dados do Tribunal de Justiça, por outro lado, mostrou-se totalmente alinhada com a exigência de integração de dados da QCA. Ela sintetizava as informações necessárias em um conjunto mais coeso, embora em um volume de casos significativamente menor. Essa coesão e integração facilitaram a identificação de padrões e relações necessárias em nossa análise. Nesse sentido, a base do TJ/AL nos permitiu manter um certo equilíbrio ideal entre qualidade e quantidade de dados, adequando-se perfeitamente às necessidades metodológicas da nossa pesquisa. Os dados utilizados foram codificados e calibrados a partir das categorias do Quadro A do Apêndice I.

No que diz respeito ao tempo e à capacidade de análise, a escolha pela base do TJ também implicou a necessidade de otimização das etapas de tratamento, análise e descrição dos resultados. O recebimento tardio da base nos colocou diante de um desafio de tempo, obrigando-nos a ajustar nosso cronograma de trabalho para cumprir com os prazos regulares de defesa da tese. Isso significou acelerar certos processos sem comprometer a qualidade da análise. As etapas de tratamento dos dados foram simplificadas, priorizando técnicas de análise que maximizassem a eficiência sem sacrificar a consistência e robustez da pesquisa. A descrição dos resultados também foi adaptada para garantir que a essência dos achados fosse comunicada de forma clara e objetiva.

APÊNDICE VII - Procedimento para tratamento e avaliação dos dados da análise qualitativa comparativa (QCA)

Um dos principais procedimentos adotados no tratamento dos dados da tese consiste na definição das categorias das variáveis da matriz de dados em condições para aplicação em QCA. Por exemplo, se antes tínhamos na matriz uma única coluna informando o sexo da vítima de forma nominal (“masculino” ou “feminino”), após a definição, passamos a ter uma coluna referente à condição “sexo masculino da vítima” informada de forma binária, de modo que o valor um (1) seria indicativo da presença dessa condição e zero (0) de sua ausência (no caso, do sexo feminino). A mesma lógica foi aplicada a outras categorias da matriz com os devidos ajustes, como disposto detalhadamente no Quadro A, tomando como referência parte das condições propostas por Miethe e Regoeczi (2004).

Quadro A - Códigos e condições para calibragem da base

| CARACTERÍSTICAS DA VÍTIMA | | |
|------------------------------------|--------------------|--|
| Código | Condição | Descrição |
| VIT_MAS | Masculino | Masculino = 1; Outras = 0 |
| VIT_FEM | Feminino | Feminino = 1; Outras = 0 |
| VIT_NEG | Negra | Preta e Parda = 1; Outras = 0 |
| VIT_BRA | Branca | Branca = 1; Outras = 0 |
| VIT_OCR | Outras | Amarela ou Indígena = 1; Outras = 0 |
| VIT_A20 | > 20 anos | Se idade (recodificada) < 20 = 1; Outras = 0 |
| VIT_20A29 | 20 a 29 | Se idade (recodificada) ≥ 20 e ≤ 29 = 1; Outras = 0 |
| VIT_30A | 30 ou mais | Se idade (recodificada) ≥ 30 = 1; Outras = 0 |
| CARACTERÍSTICAS DO AGRESSOR | | |
| Código | Condição | Descrição |
| AGR_MAS | Masculino | Masculino = 1; Feminino = 0 |
| AGR_FEM | Feminino | Feminino = 1; Outras = 0 |
| AGR_NEG | Negro | Preta e Parda = 1; Outras = 0 |
| AGR_BRA | Branco | Branca = 1; Outras = 0 |
| AGR_OCR | Outros | Amarela ou Indígena = 1; Outras = 0 |
| AGR_A20 | > 20 anos | Se idade (recodificada) < 20 = 1; Outras = 0 |
| AGR_20A29 | 20 a 29 | Se idade (recodificada) ≥ 20 e ≤ 29 = 1; Outras = 0 |
| AGR_30A | 30 ou mais | Se idade (recodificada) ≥ 30 = 1; Outras = 0 |
| RELAÇÃO VÍTIMA-AGRESSOR | | |
| Código | Condição | Descrição |
| VEA_MSEX | Mesmo sexo | Se VIT_MASC = AGR_MASC = 1; Outras = 0 |
| VEA_MCOR | Mesma cor/raça | Se VIT_NEG = AGR_NEG ou VIT_BRA = AGR_BRA ou VIT_OCR = AGR_OCR = 1; Outras = 0 |
| VEA_MFAI | Mesma faixa etária | |

Se VIT_A20 = AGR_A20 ou VIT_20A29 = AGR_20A29 ou
VIT_30A = AGR_30A = 1; Outras = 0

| VEA_FAM | Familiar | Familiar = 1; Outras = 0 |
|------------------------------------|------------------------|--|
| VEA_CON | Conhecido | Conhecido = 1; Outras = 0 |
| VEA_DES | Desconhecido | Desconhecido = 1; Outras = 0 |
| CARACTERÍSTICAS DA AGRESSÃO | | |
| Código | Condição | Descrição |
| AGO_INS | Motivação instrumental | Instrumental = 1; Outras = 0 |
| AGO_EXP | Motivação expressiva | Expressiva = 1; Outras = 0 |
| AGO_FOG | Arma de fogo | Arma de fogo = 1; Outras = 0 |
| AGO_ABR | Arma branca | Arma branca = 1; Outras = 0 |
| AGO_OAR | Outras armas | Outras armas = 1; Outras = 0 |
| AGO_EXT | Ambientes externos | Ambientes externos (outdoor) = 1; Outras = 0 |
| AGO_INT | Ambientes internos | Ambientes internos (indoor) = 1; Outras = 0 |
| AGO_DIA | Turno do dia | Manhã e Tarde = 1; Outras = 0 |
| AGO_NOI | Turno da noite | Noite e Madrugada = 1; Outras = 0 |

Fonte: Elaborado pelo autor.

Algumas das condições foram definidas a partir da redução ou da agregação das categorias em seus valores originais na matriz de dados, como, por exemplo, as categorias das faixas etárias das vítimas e dos agressores, obtidas a partir de suas respectivas datas de nascimento; ou as categorias da cor/raça das vítimas e dos agressores, onde a condição “negro” foi obtida da agregação das categorias “preto” e “pardo”, e a condição “outros”, da agregação das categorias “amarelo” e “indígena”. Essas adaptações nas condições baseadas nas características da vítima e do agressor foram feitas por uma questão de economia. Ampliar o número de colunas para cobrir a presença ou ausência de absolutamente todas as categorias disponíveis poderia complexificar a tabela verdade, comprometendo, portanto, a capacidade de processamento do algoritmo (ver Quadro B).

Na etapa de análise dos resultados, as condições relativas ao sexo, à cor/raça e à idade das vítimas, bem como à motivação dos agressores, foram eleitas como resultado. Assim é possível apreender quais as condições e combinações de condições (ou seja, configurações) mais ou menos frequentes que têm como desfecho, por exemplo, vítimas do sexo feminino ou

masculino; ou vítimas negras ou brancas; ou ainda vítimas jovens e não jovens. Alternativamente é possível observar quais as condições e combinações de condições que informam situações de homicídios motivados instrumental ou expressivamente e as diferenças qualitativas associadas a cada um desses casos (diferenças que, especificamente nesta pesquisa, se atém ao sexo, cor/raça e idade das vítimas e dos agressores). Esses procedimentos são sintetizados no algoritmo a seguir, idealizado para Python:

```
import scpQCA
import pandas as pd
import random

n = 413
data = []

for _ in range(n):
    # Características da vítima
    VIT_MAS = random.choice([1, 0])
    VIT_FEM = 1 if VIT_MAS == 0 else 0
    VIT_NEG = random.choice([1, 0])
    VIT_BRA = 1 if VIT_NEG == 0 else 0
    VIT_OCR = 0 if VIT_NEG == 1 or VIT_BRA == 1 else random.choice([1, 0])
    idade_vit = random.randint(10, 80)
    VIT_A20 = 1 if idade_vit < 20 else 0
    VIT_20A29 = 1 if 20 <= idade_vit <= 29 else 0
    VIT_30A = 1 if idade_vit >= 30 else 0

    # Características do agressor
    AGR_MAS = random.choice([1, 0])
    AGR_FEM = 1 if AGR_MAS == 0 else 0
    AGR_NEG = random.choice([1, 0])
    AGR_BRA = 1 if AGR_NEG == 0 else 0
    AGR_OCR = 0 if AGR_NEG == 1 or AGR_BRA == 1 else random.choice([1, 0])
    idade_agr = random.randint(10, 80)
    AGR_A20 = 1 if idade_agr < 20 else 0
    AGR_20A29 = 1 if 20 <= idade_agr <= 29 else 0
    AGR_30A = 1 if idade_agr >= 30 else 0

    # Relação vítima-agressor
    VEA_MSEX = 1 if VIT_MAS == AGR_MAS else 0
    VEA_MCOR = 1 if (VIT_NEG == AGR_NEG and VIT_NEG == 1) or (VIT_BRA ==
    AGR_BRA and VIT_BRA == 1) or (VIT_OCR == AGR_OCR and VIT_OCR == 1) else 0
    VEA_MFAI = 1 if (VIT_A20 == AGR_A20 and VIT_A20 == 1) or (VIT_20A29 ==
    AGR_20A29 and VIT_20A29 == 1) or (VIT_30A == AGR_30A and VIT_30A == 1) else
    0
    VEA_FAM = random.choice([1, 0])
    VEA_CON = random.choice([1, 0]) if VEA_FAM == 0 else 0
    VEA_DES = 1 if VEA_FAM == 0 and VEA_CON == 0 else 0

    # Características da agressão
    AGO_INS = random.choice([1, 0])
    AGO_EXP = 1 if AGO_INS == 0 else 0
    AGO_FOG = random.choice([1, 0])
    AGO_ABR = 1 if AGO_FOG == 0 else 0
    AGO_OAR = random.choice([1, 0]) if AGO_FOG == 0 and AGO_ABR == 0 else 0
    ambiente = random.choice(['ext', 'int'])
    AGO_EXT = 1 if ambiente == 'ext' else 0
```

```

AGO_INT = 1 if ambiente == 'int' else 0
turno = random.choice(['dia', 'noi'])
AGO_DIA = 1 if turno == 'dia' else 0
AGO_NOI = 1 if turno == 'noi' else 0

# Adicionando o caso gerado à lista de dados
data.append([
    VIT_MAS, VIT_FEM, VIT_NEG, VIT_BRA, VIT_OCR, VIT_A20, VIT_20A29,
    VIT_30A,
    AGR_MAS, AGR_FEM, AGR_NEG, AGR_BRA, AGR_OCR, AGR_A20, AGR_20A29,
    AGR_30A,
    VEA_MSEX, VEA_MCOR, VEA_MFAI, VEA_FAM, VEA_CON, VEA_DES,
    AGO_INS, AGO_EXP, AGO_FOG, AGO_ABR, AGO_OAR, AGO_EXT, AGO_INT, AGO_DIA,
    AGO_NOI
])

# Criando o DataFrame
columns = [
    'VIT_MAS', 'VIT_FEM', 'VIT_NEG', 'VIT_BRA', 'VIT_OCR', 'VIT_A20',
    'VIT_20A29', 'VIT_30A',
    'AGR_MAS', 'AGR_FEM', 'AGR_NEG', 'AGR_BRA', 'AGR_OCR', 'AGR_A20',
    'AGR_20A29', 'AGR_30A',
    'VEA_MSEX', 'VEA_MCOR', 'VEA_MFAI', 'VEA_FAM', 'VEA_CON', 'VEA_DES',
    'AGO_INS', 'AGO_EXP', 'AGO_FOG', 'AGO_ABR', 'AGO_OAR', 'AGO_EXT',
    'AGO_INT', 'AGO_DIA', 'AGO_NOI'
]
data_df = pd.DataFrame(data, columns=columns)

# Instanciar o objeto scpQCA
obj = scpQCA.scpQCA(data_df, decision_name='AGO_INS', caseid=None)

# Calibrar as características
feature_list = [col for col in data_df.columns if col != 'AGO_INS']
obj.indirect_calibration(feature_list, 2, 1, 0)

# Gerar a tabela-verdade
raw_table = obj.raw_truth_table(decision_label=1,
feature_list=feature_list, cutoff=1, consistency_threshold=0.5,
sortedby=False)

# Exibir a tabela verdade
print(raw_table)

```